



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVI Nº 9, QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3º Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - (cargo vago)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Deputado Marília Arraes (PT-PE)

2º Secretário

Deputado Rose Modesto (PSDB-MS)

3º Secretário

Deputado Rosângela Gomes (REPUBLIC-RJ)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)

4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

José Roberto Leite de Matos

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 3ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 17 DE MARÇO DE 2021

1.1 – ABERTURA 33

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Discussão em globo dos Vetos nºs 56/2019; 30, 35 a 59/2020; 1a 5/2021 (Itens 1 a 32) 33

1.2.2 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Deputado Ivan Valente, a ser respondida oportunamente. 35

Suscitada pelo Deputado Tiago Mitraud, a ser respondida oportunamente. 38

Suscitada pelo Deputado Carlos Zarattini e respondida pela Presidência. 47

1.2.3 – A Presidência responde as questões de ordem suscitadas anteriormente pelos Deputados Ivan Valente e Tiago Mitraud 71

1.2.4 – Leitura dos Requerimentos nºs 1 a 15/2021-CN, de destaque 75

1.2.5 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 56/2019 (dispositivos 56.19.012 a 56.19.019), 30 (dispositivos 30.20.001 a 30.20.007, 30.20.010 a 30.20.015, 30.20.017 e 30.20.018), 37 a 42, 45, 46, 48 (dispositivos 48.20.001 a 48.20.004) e 49/2020, 52 (dispositivos 52.20.001 a 52.20.007 e 52.20.009 a 52.20.011), 53, 54, 55, 57 (dispositivos 57.20.001 e 57.20.014) e 59 (dispositivos 59.20.006, 59.20.008, 59.20.009 e 59.20.024 a 59.20.215)/2020; 4 (dispositivos 4.21.001, 4.21.007, 4.21.009 a 4.21.013, 4.21.016 e 4.21.019) e 5 (dispositivos 5.21.017 a 5.21.023)/2021. 75

Item 1

Veto Parcial nº 56/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6.341/2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), que *"aperfeiçoa a legislação penal e processual penal"*. **Mantidos os dispositivos 56.19.012 a 56.19.019**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 2



Veto Parcial nº 30/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que *"Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados"*. **Mantidos os dispositivos 30.20.001 a 30.20.007, 30.20.010 a 30.20.015, 30.20.017 e 30.20.018**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Item 3

Veto Total nº 35/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2508/2020, que *"altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências"*. **Retirado**.

Item 5

Veto Parcial nº 37/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 925/2020), que *"dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 6

Veto Parcial nº 38/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2020 (proveniente da MPV nº 926/2020), que *"Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 7

Veto Parcial nº 39/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22/2020 (proveniente da MPV nº 934/2020), que *"estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 8

Veto Parcial nº 40/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/2020 (proveniente da MPV nº 938/2020), que *"dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 9



Veto Parcial nº 41/2020, aposto ao o Projeto de Lei de Conversão nº 24/2020 (proveniente da MPV nº 975/2020), que *"institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências."* **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 10

Veto Parcial nº 42/2020, aposto ao o Projeto de Lei de Conversão nº 28/2020 (proveniente da MPV nº 944/2020), que *"institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 13

Veto Parcial nº 45/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30/2020 (proveniente da MPV nº 945/2020), que *"dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 14

Veto Parcial nº 46/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735/2020, que *"dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho)"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 16

Veto Parcial nº 48/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581/2020, que *"disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991"*. **Mantidos os dispositivos 48.20.001 a 48.20.004**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 17

Veto Parcial nº 49/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 35/2020 (proveniente da MPV nº 960/2020), que *"prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de "drawback" que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 18

Veto Parcial nº 50/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32/2020 (proveniente da MPV nº 983/2020), que *"dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de "softwares" desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001"*. **Retirado**.

Item 20



Veto Parcial nº 52/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267/2019, que *"altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências"*. **Mantidos os dispositivos 52.20.001 a 52.20.007 e 52.20.009 a 52.20.011**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 21

Veto Parcial nº 53/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 38/2020 (proveniente da MPV nº 974/2020), que *"autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 22

Veto Parcial nº 54/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.824/2020, que *"dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 23

Veto Total nº 55/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.364/2020, que *"dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências"*. **Mantido**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

Item 25

Veto Parcial nº 57/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.458/2020 (nº 6.229/2005, na Câmara dos Deputados), que *"altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária"*. **Mantidos os dispositivos 57.20.001 e 57.20.014**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 27

Veto Parcial nº 59/2020, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências"*. **Mantidos os dispositivos 59.20.006, 59.20.008, 59.20.009 e 59.20.024 a 59.20.215**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 28

Veto Parcial nº 1/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 1013/2020, que *"suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003"*. **Retirado**.

Item 31



Veto Parcial nº 4/2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 101/2020, que "estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". **Mantidos os dispositivos 04.21.001, 04.21.007, 04.21.009 a 04.21.013, 04.21.016 e 04.21.019**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

Item 32

Veto Parcial nº 5/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5028/2019 (nº 312/2015, na Câmara dos Deputados), que "institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política". **Mantidos os dispositivos 05.21.017 a 05.21.023**, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques (votação nominal).

1.2.6 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 56/2019 (dispositivos 56.19.001 a 56.19.011, 56.19.020, 56.19.022 a 56.19.024), 36, 44, 48 (dispositivos 48.20.005 a 48.20.007), 52 (dispositivos 52.20.008, 52.20.012 e 52.20.013), 57 (dispositivos 57.20.002 a 57.20.013) e 59 (dispositivos 59.20.001 a 59.20.005, 59.20.007, 59.20.011 a 59.20.023)/2020; 3 e 5/2021 (dispositivos 05.21.001 a 05.21.014)

84

Item 24

Veto Parcial nº 56/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6.341, de 2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), que "*aperfeiçoa a legislação penal e processual penal*". **Rejeitados os dispositivos 56.19.001 a 56.19.011, 56.19.020, 56.19.022 a 56.19.024**, na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 4

Veto Total nº 36/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, que "dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949". **Rejeitado**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 12

Veto Parcial nº 44/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 29/2020 (proveniente da MPV nº 948/2020), que "dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19". **Rejeitado**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 16

Veto Parcial nº 48/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581/2020, que "disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991". **Rejeitados os dispositivos 48.20.005 a 48.20.007**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.



Item 20

Veto Parcial nº 52/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267/2019, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências". **Rejeitados os dispositivos 52.20.008, 52.20.012 e 52.20.013**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 25

Veto Parcial nº 57/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.458/2020 (nº 6.229/2005, na Câmara dos Deputados), que "altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária". **Rejeitados os dispositivos 57.20.002 a 57.20.013**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 27

Veto Parcial nº 59/2020, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências". **Rejeitados os dispositivos 59.20.001 a 59.20.005, 59.20.007, 59.20.011 a 59.20.023**, na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 30

Veto Parcial nº 3/2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 41/2020 (proveniente da MPV nº 996/2020), que "*institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017*". **Rejeitado**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

Item 32

Veto Parcial nº 5/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.028/2019 (nº 312/2015, na Câmara dos Deputados), que "institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política". **Rejeitados os dispositivos 05.21.001 a 05.21.014**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

1.2.7 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Wolney Queiroz e respondida pela Presidência. 89

1.2.8 – Item 1

Veto Parcial nº 56/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6.341/2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), que "aperfeiçoa a legislação penal e processual penal". **Rejeitado o dispositivo 56 19.021**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal. 92



1.2.9 – Item 2

Veto Parcial nº 30/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162/2019, que "atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados". **Mantidos os dispositivos 30.20.008, 30.20.009 e 30.20.016**, na Câmara dos Deputados (votação nominal).

98

1.2.10 – Item 27

Veto Parcial nº 59/2020 aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências". **Rejeitado o dispositivo 59.20.010**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). Ao Senado Federal.

111

1.2.11 – Item 33

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2021, do Presidente da República, que *altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021*. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 1/2021-PLEN-CN**, proferido pelo Senado Fernando Bezerra Coelho. Ao Senado Federal.

119

1.2.12 – Item 34

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1/2021, do Senador Eduardo Gomes, que *altera a redação do §2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional*. **Aprovado, com emendas**, nos termos do **Parecer nº 2/2021-PLEN-CN**, proferido pelo Senador Marcos Rogério; e após **Emenda nº 1-PLEN**. Ao Senado Federal.

121

1.3 – ENCERRAMENTO

131

2 – ATA DA 4ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 17 DE MARÇO DE 2021**2.1 – ABERTURA**

135

2.2 – ORDEM DO DIA

2.2.1 – Discussão em globo dos Vetos nºs 56/2019; 30, 36 a 59/2020; e 2 a 5/2021 (Itens 1, 2, 4 a 27 e 29 a 32)

136

2.2.2 – Item 1

Veto Parcial nº 56/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6341/2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), que *"aperfeiçoa a legislação penal e processual penal"*. **Retirado**.

138

2.2.3 – Votação em globo dos Vetos nºs 43, 47 (dispositivos 47.20.001, 47.20.003 a 47.20.025), 58/2020 e 2/2021 (dispositivo 02.21.002)

138

Item 11

Veto Parcial nº 43/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.424/2020, que *"Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo"*. **Mantido**, no Senado Federal (votação nominal).

Item 15

Veto Parcial nº 47/2020, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 209/2015 (nº 10.985/2018, na Câmara dos Deputados, devolvido ao Senado na forma do PL nº 3.975/2019), que *"Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"*. **Mantidos os dispositivos 47.20.001, 47.20.003 a 47.20.025**, no Senado Federal, ressalvado o destaque (votação nominal).

Item 26

Veto Parcial nº 58/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 5.029/2020, que *"Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020"*. **Mantido**, no Senado Federal (votação nominal).

Item 29

Veto Parcial nº 2/2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 135/2020, que *"Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT"*. **Mantido o dispositivo 02.21.002**, no Senado Federal, ressalvado o destaque (votação nominal).

2.2.4 – Votação em globo dos Vetos nºs 47 (dispositivo 47.20.002), 56/2020 e 2/2021 (dispositivo 02.21.001)

142

Item 15

Veto Parcial nº 47/2020, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 209/2015 (nº 10.985/2018, na Câmara dos Deputados, devolvido ao Senado na forma do PL nº 3.975/2019), que *"Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"*. **Rejeitado o dispositivo 47.20.002**, no Senado Federal (votação nominal). À Câmara dos Deputados.

Item 24



Veto Parcial nº 56/2020, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 103/2007 (nº 1.481/2007, na Câmara dos Deputados e devolvido ao Senado como PL nº 172/2020), que "*Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade, a destinação dos recursos, a administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)*". **Rejeitado**, no Senado Federal (votação nominal). À Câmara dos Deputados.

Item 29

Veto Parcial nº 2/2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 135/2020, que "*Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT*". **Rejeitado o dispositivo 02.21.001**, no Senado Federal (votação nominal). À Câmara dos Deputados.

2.2.5 – Item 19

Veto Parcial nº 51/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 550/2019, que "*Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)*". **Mantido**, no Senado Federal (votação nominal).

148

2.2.6 – Votação em globo dos Vetos nºs 36, 44, 48 (dispositivos 48.20.005 a 48.20.007), 52 (dispositivos 52.20.008, 52.20.012, 52.20.013), 57 (dispositivos 57.20.002 a 57.20.013) e 59/2020 (dispositivos 59.20.001 a 59.20.005, 59.20.007, 59.20.010 a 59.20.023); 3 e 5/2021 (dispositivos 05.21.001 a 05.21.014)

153

Item 4

Veto Total nº 36/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, que "*Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949*". **Rejeitado**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 12

Veto Parcial nº 44/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 29/2020 (oriundo da MPV nº 948/2020), que "*Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19*". **Rejeitado**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 16



Veto Parcial nº 48/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581/2020, que *"Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991"*. **Rejeitados os dispositivos 48.20.005 a 48.20.007**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 20

Veto Parcial nº 52/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267/2019, que *"Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências"*. **Rejeitados os dispositivos 52.20.008, 52.20.012 e 52.20.013**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 25

Veto Parcial nº 57/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.458/2020 (nº 6.229/2005, na Câmara dos Deputados), que *"Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária"*. **Rejeitados os dispositivos 57.20.002 a 57.20.013**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 27

Veto Parcial nº 59/2020, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que *"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências"*. **Rejeitados os dispositivos 59.20.001 a 59.20.005, 59.20.007 e 59.20.010 a 59.20.023**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 30

Veto Parcial nº 3/2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 41/2020 (oriundo da MPV nº 996/2020), que *"Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017"*. **Rejeitado**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

Item 32

Veto Parcial nº 5/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.028/2019 (nº 312/2015, na Câmara dos Deputados), que *"Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política"*. **Rejeitados os dispositivos 05.21.001 a 05.21.014**, no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.

2.2.7 – Item 33

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2021, do Presidente da República, que *altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021*. **Aprovado**. À sanção. 158

2.2.8 – Item 34

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1/2021, do Senador Eduardo Gomes, que *altera a redação do §2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional*. **Aprovado, com emendas**. À promulgação. 158

2 2 – ENCERRAMENTO 160



3 – ATA DA 5ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 17 DE MARÇO DE 2021

3.1 – ABERTURA 178

3.2 – ORDEM DO DIA

3.2.1 – Votação em globo dos Vetos nºs 47/2020 (dispositivo 47.20.002), 56/2020 e 2/2021 (dispositivo 02.21.001) 178

Item 2

Veto nº 47/2020, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 209/2015 (nº 10.985/2018, na Câmara dos Deputados, devolvido ao Senado na forma do Projeto de Lei nº 3.975/2019), que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei. **Rejeitado o dispositivo 47.20.002**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). À promulgação.

Item 4

Veto Parcial nº 56/2020, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 103/2007 (nº 1.481/2007, na Câmara dos Deputados e devolvido ao Senado como Projeto de Lei nº 172/2020), que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade, a destinação dos recursos, a administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). **Rejeitado**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). À promulgação.

Item 6

Veto Parcial nº 2/2021, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 135/2020, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT. **Rejeitado o dispositivo 02.21.001**, na Câmara dos Deputados (votação nominal). À promulgação.

3.3 – ENCERRAMENTO 188

PARTE II

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 3ª, 4ª E 5ª SESSÕES

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Constatação de erro material

Constatação de erro material nos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020 ... 190

4.1.2 – Prejudicialidade

Prejudicialidade do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25/2020 192



4.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

4.2.1 – Vetos nºs 56/2019; 30, 35 a 59/2020 e 1 a 5/2021

Declarações de Voto	194
Justificativa de ausência	211
Requerimentos nºs 1 a 15/2021-CN	214
Listas de votação	246

4.2.2 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2021

Parecer nº 1/2021-PLN-CN	313
--------------------------------	-----

4.2.3 – Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1/2021

Emenda nº 1-PLN	319
Parecer nº 2/2021-PLN-CN	321

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – EXPEDIENTE

5.1.1 – Comunicações

Da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, de indicação do Deputado Arlindo Chinaglia como Líder da Minoria no Congresso Nacional (Ofício s/nº/2021).	326
Da Liderança da Minoria no Senado Federal, de indicação do Deputado Arlindo Chinaglia como Líder da Minoria no Congresso Nacional (Ofício nº 32/2021).	327
Do Deputado Arlindo Chinaglia, de indicação de Vice-Líderes da Minoria no Congresso Nacional (Ofício nº 28/2021).	328
Da Liderança do Podemos, no Senado Federal, de desligamento do Senador Marcos do Val da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 30/2021).	329

5.1.2 – Pareceres aprovados em comissão

Nº 2/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 3/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 4/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 5/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 6/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 7/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 8/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 9/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)
Nº 10/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Vide item 7)



Nº 11/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 12/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 13/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 14/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 15/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 16/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

Nº 17/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 **(Vide item 7)**

5.1.3 – Término de prazos

Término do prazo, em 15 de março de 2021, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 995/2020 333

Término do prazo, em 21 de fevereiro de 2021, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção das Medidas Provisórias nºs 991 e 992/2020 334

Término do prazo de vigência, em 14 de março de 2021, da Medida Provisória nº 1007/2020 335

PARTE III

6 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 8/2021 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 242/2019), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil, assinado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018.* 337

Nº 9/2021 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 630/2019), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.* 338

Nº 10/2021 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 631/2019), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.* 339

7 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

Pareceres nºs 2 a 17/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020.

8 – COMISSÕES MISTAS 340

9 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS 357

10 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS 358

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO 360

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 364

13 – COMPOSIÇÃO DA MESA 368

14 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS 369



Ata da 3ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 17 de março de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 24 minutos e encerra-se às 17 horas e 1 minuto.)



PLEN - Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual) - para 17/03/2021 10:00

Encerrada

PLEN

Titular	Presença/Hora Suplente	Presença/Hora	
PLEN (513 vagas)			
Abílio Santana (PL-BA)	P [E] 09:36:09.880		
Abou Anni (PSL-SP)	P [E] 08:46:43.516		
Acácio Favacho (PROS-AP)	P [E] 13:51:17.100		
Adolfo Viana (PSDB-BA)	P [E] 09:34:17.500		
Adriana Ventura (NOVO-SP)	P [E] 10:52:41.816		
Adriano do Baldy (PP-GO)	P [E] 13:48:43.986		
Aécio Neves (PSDB-MG)	P [E] 12:33:56.840		
Aelton Freitas (PL-MG)	P [E] 08:39:36.383		
Afonso Florence (PT-BA)	P [E] 11:02:51.236		
Afonso Hamm (PP-RS)	P [E] 08:34:32.516		
Afonso Motta (PDT-RS)	P [E] 11:23:36.140		
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	P [E] 10:26:55.963		
Airton Faleiro (PT-PA)	P [E] 11:26:49.190		
AJ Albuquerque (PP-CE)	P [E] 11:53:32.880		
Alan Rick (DEM-AC)			
Alceu Moreira (MDB-RS)	P [E] 10:31:30.793		
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO)	P [E] 08:13:51.350		
Alê Silva (PSL-MG)	P [E] 08:19:26.216		
Alencar S. Braga (PT-SP)	P [E] 14:04:25.583		
Alessandro Molon (PSB-RJ)	P [E] 10:02:56.866		
Alex Manente (CIDADANIA-SP)	P [E] 10:27:33.810		
Alex Santana (PDT-BA)	P [E] 13:15:26.613		
Alexandre Frota (PSDB-SP)	P [E] 08:15:27.383		
Alexandre Leite (DEM-SP)	P [E] 08:07:28.060		
Alexandre Padilha (PT-SP)	P [E] 13:51:29.473		
Alexis Fonteyne (NOVO-SP)	P [E] 08:14:18.256		
Alice Portugal (PCdoB-BA)	P [E] 10:25:12.350		
Aliel Machado (PSB-PR)	P [E] 13:50:28.706		

Quórum
Presença

503



Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)	P [E] 08:38:22.913		
Aline Sleutjes (PSL-PR)	P [E] 08:23:30.220		
Altineu Côrtes (PL-RJ)	P [E] 14:00:40.876		
Aluisio Mendes (PSC-MA)	P [E] 09:48:26.380		
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES)	P [E] 10:32:56.680		
André Abdon (PP-AP)	P [E] 12:50:09.986		
André de Paula (PSD-PE)	P [E] 10:23:16.910		
André Ferreira (PSC-PE)	P [E] 11:21:29.560		
André Figueiredo (PDT-CE)	P [E] 09:10:17.220		
André Fufuca (PP-MA)	P [E] 10:28:13.860		
André Janones (AVANTE-MG)	P [E] 11:31:39.290		
Angela Amin (PP-SC)	P [E] 08:11:13.220		
Aníbal Gomes (DEM-CE)	P [E] 09:38:15.803		
Antonio Brito (PSD-BA)	P [E] 10:35:34.243		
Arlindo Chinaglia (PT-SP)	P [E] 10:22:29.190		
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)	P [E] 08:27:47.976		
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	P [E] 09:12:24.050		
Arthur Lira (PP-AL)	P [M] 11:16:19.000		
Arthur O. Maia (DEM-BA)	P [E] 09:18:04.433		
Átila Lins (PP-AM)	P [E] 08:36:59.956		
Átila Lira (PP-PI)	P [E] 08:54:03.840		
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)	P [E] 10:35:39.340		
Áurea Carolina (PSOL-MG)			
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)	P [E] 10:36:14.546		
Bacelar (PODE-BA)	P [E] 10:41:11.613		
Baleia Rossi (MDB-SP)	P [E] 10:27:42.710		
Benedita da Silva (PT-RJ)	P [E] 11:45:36.340		
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)	P [E] 09:53:26.496		
Beto Faro (PT-PA)	P [E] 08:59:50.986		
Beto Pereira (PSDB-MS)	P [E] 09:35:14.126		
Beto Rosado (PP-RN)	P [E] 13:52:37.163		
Bia Cavassa (PSDB-MS)	P [E] 09:07:35.090		
Bia Kicis (PSL-DF)	P [E] 11:25:45.173		



Bibo Nunes (PSL-RS)	P [E] 08:18:13.713		
Bilac Pinto (DEM-MG)	P [E] 08:48:18.130		
Bira do Pindaré (PSB-MA)	P [E] 10:56:25.353		
Boca Aberta (PROS-PR)	P [E] 08:52:33.476		
Bohn Gass (PT-RS)	P [E] 11:18:52.570		
Bosco Costa (PL-SE)	P [E] 09:41:41.650		
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	P [E] 08:09:10.513		
Bozzella (PSL-SP)	P [E] 09:47:28.626		
Bruna Furlan (PSDB-SP)	P [E] 13:51:36.253		
Cacá Leão (PP-BA)	P [E] 10:02:04.663		
Camilo Capiberibe (PSB-AP)	P [E] 10:25:27.746		
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)	P [E] 09:47:56.846		
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	P [E] 10:19:08.980		
Capitão Augusto (PL-SP)	P [E] 10:39:57.920		
Capitão Wagner (PROS-CE)	P [E] 08:20:55.733		
Carla Dickson (PROS-RN)	P [E] 13:10:09.246		
Carla Zambelli (PSL-SP)	P [E] 10:00:58.113		
Carlos Bezerra (MDB-MT)	P [E] 12:14:27.533		
Carlos Chiodini (MDB-SC)	P [E] 11:12:05.343		
Carlos Gaguim (DEM-TO)	P [E] 09:23:10.360		
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS)	P [E] 09:28:05.650		
Carlos Jordy (PSL-RJ)	P [E] 11:27:24.580		
Carlos Sampaio (PSDB-SP)	P [E] 09:30:42.090		
Carlos Veras (PT-PE)	P [E] 10:15:11.680		
Carlos Zarattini (PT-SP)	P [E] 13:48:21.440		
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)	P [E] 08:54:32.480		
Caroline de Toni (PSL-SC)	P [E] 10:28:28.123		
Cássio Andrade (PSB-PA)	P [E] 08:54:19.026		
Celina Leão (PP-DF)	P [E] 10:36:43.113		
Célio Moura (PT-TO)	P [E] 10:14:55.366		
Célio Silveira (PSDB-GO)	P [E] 10:16:22.230		
Célio Studart (PV-CE)	P [E] 13:07:27.370		
Celso Maldaner (MDB-SC)			
Celso Russomanno			



(REPUBLICANOS-SP)	P [E] 10:52:45.910		
Celso Sabino (PSDB-PA)			
Cezinha Madureira (PSD-SP)	P [E] 11:01:51.550		
Charles Fernandes (PSD-BA)	P [E] 10:03:13.960		
Charlles Evangelis (PSL-MG)	P [E] 08:40:32.320		
Chico D'Angelo (PDT-RJ)	P [E] 14:10:13.013		
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ)	P [E] 08:34:53.016		
Chris Tonietto (PSL-RJ)			
Christiane Yared (PL-PR)	P [E] 10:23:37.566		
Christino Aureo (PP-RJ)	P [E] 10:00:24.956		
Clarissa Garotinho (PROS-RJ)	P [E] 10:50:49.546		
Claudio Cajado (PP-BA)	P [E] 09:17:31.090		
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)	P [E] 12:51:57.990		
Coronel Armando (PSL-SC)	P [E] 09:10:07.093		
Coronel Tadeu (PSL-SP)	P [E] 13:52:10.223		
CoronelChrisóstom (PSL-RO)	P [E] 08:00:44.956		
Cristiano Vale (PL-PA)	P [E] 09:02:56.506		
Da Vitória (CIDADANIA-ES)	P [E] 10:31:09.176		
Dagoberto Nogueira (PDT-MS)	P [E] 09:25:36.320		
Damião Feliciano (PDT-PB)			
Daniel Almeida (PCdoB-BA)	P [E] 10:52:31.630		
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	P [E] 10:57:40.166		
Daniel Freitas (PSL-SC)	P [E] 08:02:10.100		
Daniel Silveira (PSL-RJ)			
Daniel Trzeciak (PSDB-RS)	P [E] 08:39:37.383		
Daniela Waguinho (MDB-RJ)	P [E] 09:14:16.740		
Danilo Cabral (PSB-PE)	P [E] 08:40:41.480		
Danilo Forte (PSDB-CE)	P [E] 10:18:32.230		
Danrlei (PSD-RS)	P [E] 09:48:43.066		
Darci de Matos (PSD-SC)	P [E] 10:51:08.766		
David Miranda (PSOL-RJ)	P [E] 10:33:02.196		
David Soares (DEM-SP)	P [E] 08:03:53.040		
DelAntônioFurtado (PSL-RJ)	P [E] 12:29:19.413		
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)	P [E] 12:23:13.750		
Delegado Marcelo (PSL-MG)	P [E] 10:20:09.686		



Delegado Pablo (PSL-AM)	P [E] 09:03:41.600		
Delegado Waldir (PSL-GO)	P [E] 11:12:31.906		
Denis Bezerra (PSB-CE)	P [E] 08:43:36.903		
Diego Andrade (PSD-MG)	P [E] 11:36:22.170		
Diego Garcia (PODE-PR)	P [E] 08:21:24.406		
Dimas Fabiano (PP-MG)	P [E] 10:29:29.646		
Domingos Neto (PSD-CE)	P [E] 08:41:55.603		
Domingos Sávio (PSDB-MG)	P [E] 09:03:17.586		
Dr Zacharias Calil (DEM-GO)	P [E] 08:04:11.226		
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)	P [E] 13:57:03.933		
Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA)	P [E] 09:26:49.023		
Dr. Jaziel (PL-CE)	P [E] 13:56:56.183		
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)	P [E] 11:36:35.640		
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS)	P [E] 11:52:24.410		
Dr. Luiz Antonio Jr (PP-RJ)	P [E] 14:02:09.580		
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC)	P [E] 11:07:49.853		
Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	P [E] 09:38:52.366		
Dulce Miranda (MDB-TO)	P [E] 10:26:47.440		
Edilazio Junior (PSD-MA)	P [E] 08:46:07.173		
Edio Lopes (PL-RR)	P [E] 10:29:56.280		
Edna Henrique (PSDB-PB)	P [E] 08:05:12.603		
Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	P [E] 08:43:48.153		
Eduardo Bismarck (PDT-CE)	P [E] 08:06:57.403		
Eduardo Costa (PTB-PA)	P [E] 09:24:01.206		
Eduardo Cury (PSDB-SP)	P [E] 13:49:51.456		
Eduardo da Fonte (PP-PE)	P [E] 13:52:13.676		
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)	P [E] 09:15:11.320		
Efraim Filho (DEM-PB)	P [E] 10:26:47.333		
Elcione Barbalho (MDB-PA)	P [E] 08:05:41.260		
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO)	P [E] 08:00:35.660		
Eli Corrêa Filho (DEM-SP)	P [E] 08:47:30.173		
Elias Vaz (PSB-GO)	P [E] 08:46:42.126		
Elmar Nascimento (DEM-BA)	P [E] 12:20:12.340		
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	P [E] 09:00:33.066		



Emidinho Madeira (PSB-MG)	P [E] 09:09:13.686		
Enio Verri (PT-PR)	P [E] 10:12:30.566		
Enrico Misasi (PV-SP)	P [E] 13:49:47.486		
Erika Kokay (PT-DF)	P [E] 13:45:45.576		
Eros Biondini (PROS-MG)			
EuclidesPettersen (PSC-MG)	P [E] 09:14:11.036		
Evair de Melo (PP-ES)	P [E] 09:55:13.543		
Exedito Netto (PSD-RO)	P [E] 13:53:28.633		
Fábio Henrique (PDT-SE)	P [E] 08:13:22.520		
Fábio Mitidieri (PSD-SE)	P [E] 11:38:50.020		
Fábio Ramalho (MDB-MG)	P [E] 08:50:30.803		
Fabio Reis (MDB-SE)	P [E] 08:06:12.043		
Fabio Schiochet (PSL-SC)	P [E] 10:26:17.120		
Fábio Trad (PSD-MS)	P [E] 08:15:13.383		
Fausto Pinato (PP-SP)	P [E] 12:46:34.390		
Felício Laterça (PSL-RJ)	P [E] 08:02:39.740		
Felipe Carreras (PSB-PE)	P [E] 09:04:48.776		
Felipe Rigoni (PSB-ES)	P [E] 14:00:40.970		
FelipeFrancischini (PSL-PR)	P [E] 12:43:07.556		
Félix Mendonça Jr (PDT-BA)	P [E] 09:25:47.536		
FernandaMelchionna (PSOL-RS)	P [E] 10:51:50.360		
Fernando Coelho (DEM-PE)	P [E] 08:07:50.326		
FernandoMonteiro (PP-PE)	P [E] 10:54:56.210		
FernandoRodolfo (PL-PE)	P [E] 10:24:33.503		
Filipe Barros (PSL-PR)	P [E] 08:48:51.316		
Flávia Arruda (PL-DF)	P [E] 13:32:33.573		
Flávia Moraes (PDT-GO)	P [E] 13:56:00.636		
Flaviano Melo (MDB-AC)	P [E] 08:50:00.286		
Flávio Nogueira (PDT-PI)	P [E] 13:50:14.003		
Flordelis (PSD-RJ)	P [E] 09:19:57.186		
Francisco Jr. (PSD-GO)	P [E] 08:54:50.403		
Franco Cartafina (PP-MG)	P [E] 13:40:00.676		
Fred Costa (PATRIOTA-MG)	P [E] 10:03:39.353		
Frei Anastacio (PT-PB)	P [E] 10:46:15.023		
Gastão Vieira (PROS-MA)	P [E] 08:27:05.726		



Gelson Azevedo (PL-RJ)	P [E] 10:33:31.333		
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)	P [E] 09:02:47.790		
General Girão (PSL-RN)	P [E] 09:20:19.216		
General Peternelli (PSL-SP)	P [E] 09:01:56.083		
Geninho Zuliani (DEM-SP)	P [E] 08:05:18.743		
Geovania de Sá (PSDB-SC)	P [E] 09:12:17.676		
Gervásio Maia (PSB-PB)	P [E] 08:43:30.560		
Giacobo (PL-PR)	P [E] 09:47:46.206		
Gil Cutrim (PDT-MA)	P [E] 11:57:07.886		
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG)	P [E] 09:40:07.773		
GilbertoNascimento (PSC-SP)	P [E] 11:28:08.410		
Gilson Marques (NOVO-SC)	P [E] 09:20:25.890		
Giovani Cherini (PL-RS)	P [E] 10:27:07.270		
Giovani Feltes (MDB-RS)	P [E] 10:36:00.123		
Glauber Braga (PSOL-RJ)	P [E] 13:52:20.053		
Glaustin da Fokus (PSC-GO)	P [E] 11:04:29.550		
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	P [E] 10:23:55.440		
Gonzaga Patriota (PSB-PE)	P [E] 10:17:54.776		
Gorete Pereira (PL-CE)	P [E] 10:42:41.713		
Greyce Elias (AVANTE-MG)	P [E] 11:26:41.800		
Guiga Peixoto (PSL-SP)	P [E] 10:12:31.566		
Guilherme Derrite (PP-SP)	P [E] 08:12:17.706		
Guilherme Mussi (PP-SP)			
Gurgel (PSL-RJ)	P [E] 08:26:04.913		
Gustavo Fruet (PDT-PR)	P [E] 09:57:12.296		
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	P [E] 11:22:37.386		
Gutenberg Reis (MDB-RJ)	P [E] 09:25:33.113		
Haroldo Cathedral (PSD-RR)	P [E] 09:42:06.026		
Heitor Freire (PSL-CE)	P [E] 08:04:44.916		
Heitor Schuch (PSB-RS)	P [E] 09:30:15.590		
Helder Salomão (PT-ES)	P [E] 10:12:04.706		
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC)	P [E] 09:24:09.253		
Hélio Leite (DEM-PA)	P [E] 08:15:57.400		
Helio Lopes (PSL-RJ)	P [E] 09:17:08.416		



Henrique Fontana (PT-RS)	P [E] 13:54:23.103		
Hercílio Diniz (MDB-MG)	P [E] 10:24:34.583		
Herculano Passos (MDB-SP)	P [E] 11:08:29.133		
HermesParcianello (MDB-PR)	P [E] 09:43:57.030		
Hildo Rocha (MDB-MA)	P [E] 08:12:25.346		
Hiran Gonçalves (PP-RR)	P [E] 08:08:49.170		
Hugo Leal (PSD-RJ)	P [E] 08:32:28.623		
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)	P [E] 12:08:51.700		
Idilvan Alencar (PDT-CE)	P [E] 10:35:57.076		
Igor Kannário (DEM-BA)	P [E] 08:24:37.940		
Igor Timo (PODE-MG)	P [E] 09:26:24.506		
Iracema Portella (PP-PI)	P [E] 09:38:39.040		
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	P [E] 13:03:08.973		
Israel Batista (PV-DF)	P [E] 08:40:43.416		
Ivan Valente (PSOL-SP)	P [E] 13:51:07.660		
Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	P [E] 13:51:53.210		
Jaqueline Cassol (PP-RO)	P [E] 10:00:03.830		
Jefferson Campos (PSB-SP)	P [E] 10:23:33.316		
Jerônimo Goergen (PP-RS)	P [E] 14:23:09.936		
Jéssica Sales (MDB-AC)	P [E] 10:29:03.670		
Jesus Sérgio (PDT-AC)	P [E] 09:13:42.520		
Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	P [E] 13:50:15.630		
João C. Bacelar (PL-BA)	P [E] 11:10:30.060		
João Campos (REPUBLICANOS-GO)	P [E] 11:00:24.640		
João Daniel (PT-SE)	P [E] 09:21:40.470		
João Maia (PL-RN)	P [E] 09:59:59.270		
João Marcelo S. (MDB-MA)	P [E] 08:57:47.593		
JoaquimPassarinho (PSD-PA)	P [E] 09:18:18.996		
Joenia Wapichana (REDE-RR)	P [E] 11:16:09.536		
Joice Hasselmann (PSL-SP)	P [E] 10:25:46.263		
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ)	P [E] 09:16:06.070		
Jorge Solla (PT-BA)	P [E] 10:12:13.066		
José Airton (PT-CE)	P [E] 10:16:42.930		
José Guimarães (PT-CE)	P [E] 10:41:14.503		



Jose Mario Schrein (DEM-GO)	P [E] 08:06:50.746		
José Medeiros (PODE-MT)	P [E] 13:49:09.783		
José Nelto (PODE-GO)	P [E] 09:40:13.666		
José Nunes (PSD-BA)	P [E] 14:08:19.183		
José Priante (MDB-PA)	P [E] 08:46:21.766		
José Ricardo (PT-AM)	P [E] 10:15:57.806		
José Rocha (PL-BA)	P [E] 10:46:07.896		
Joseildo Ramos (PT-BA)	P [E] 13:48:42.440		
Josimar Maranhãozi (PL-MA)	P [E] 11:01:10.720		
Josivaldo JP (PODE-MA)	P [E] 08:28:09.883		
Juarez Costa (MDB-MT)	P [E] 08:46:34.140		
Julian Lemos (PSL-PB)	P [E] 09:06:50.106		
Júlio Cesar (PSD-PI)	P [E] 10:02:49.226		
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF)	P [E] 09:55:40.293		
Júlio Delgado (PSB-MG)	P [E] 10:23:17.126		
Juninho do Pneu (DEM-RJ)	P [E] 08:11:39.376		
Junio Amaral (PSL-MG)	P [E] 10:23:15.363		
Júnior Ferrari (PSD-PA)	P [E] 09:59:42.973		
Junior Lourenço (PL-MA)	P [E] 10:33:42.600		
Júnior Mano (PL-CE)	P [E] 12:54:03.790		
Juscelino Filho (DEM-MA)	P [E] 08:47:13.360		
Kim Kataguirí (DEM-SP)	P [E] 09:27:16.743		
Laercio Oliveira (PP-SE)	P [E] 11:59:39.450		
Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	P [E] 09:17:16.213		
Lauriete (PSC-ES)	P [E] 09:17:07.290		
Leandre (PV-PR)	P [E] 10:51:48.016		
Leda Sadala (AVANTE-AP)	P [E] 08:58:50.596		
Leo de Brito (PT-AC)	P [E] 10:12:33.863		
Léo Moraes (PODE-RO)	P [E] 12:39:14.973		
Léo Motta (PSL-MG)	P [E] 13:53:31.540		
Leonardo Monteiro (PT-MG)	P [E] 10:49:42.686		
Leônidas Cristino (PDT-CE)	P [E] 09:47:56.143		
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)	P [E] 09:00:53.740		
Lídice da Mata (PSB-BA)	P [E] 11:07:15.400		
Lincoln Portela (PL-MG)	P [E] 09:32:41.763		



Liziane Bayer (PSB-RS)	P [E] 09:04:33.713		
Loester Trutis (PSL-MS)	P [E] 13:53:13.086		
Lourival Gomes (PSL-RJ)	P [E] 10:39:13.883		
Lucas Gonzalez (NOVO-MG)	P [E] 10:25:39.163		
Lucas Redecker (PSDB-RS)	P [E] 08:29:43.730		
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)	P [E] 13:52:51.536		
Luciano Bivar (PSL-PE)	P [E] 10:26:39.136		
Luciano Ducci (PSB-PR)	P [E] 09:25:37.240		
Lucio Mosquini (MDB-RO)	P [E] 10:07:42.200		
Luis Miranda (DEM-DF)	P [E] 08:03:47.506		
Luis Tibé (AVANTE-MG)	P [E] 09:10:43.190		
Luisa Canziani (PTB-PR)	P [E] 13:47:53.470		
Luiz Carlos (PSDB-AP)	P [E] 14:00:30.250		
Luiz Carlos Motta (PL-SP)	P [E] 10:15:06.430		
Luiz Lima (PSL-RJ)	P [E] 10:25:49.280		
Luiz Nishimori (PL-PR)	P [E] 09:30:29.420		
Luiz P. O.Bragança (PSL-SP)	P [E] 10:49:03.013		
Luiza Erundina (PSOL-SP)	P [E] 10:43:52.750		
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ)	P [E] 09:45:21.406		
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR)	P [E] 13:50:36.973		
Magda Mofatto (PL-GO)	P [E] 10:52:26.880		
Major Fabiana (PSL-RJ)	P [E] 08:17:25.900		
Mara Rocha (PSDB-AC)	P [E] 08:12:29.363		
Marcel van Hattem (NOVO-RS)	P [E] 08:04:16.913		
Marcelo Álvaro (PSL-MG)	P [E] 10:25:34.770		
Marcelo Aro (PP-MG)	P [E] 11:33:53.106		
Marcelo Brum (PSL-RS)	P [E] 10:32:24.153		
Marcelo Freixo (PSOL-RJ)	P [E] 09:56:25.406		
Marcelo Moraes (PTB-RS)	P [E] 10:48:07.496		
Marcelo Nilo (PSB-BA)	P [E] 09:04:21.836		
Marcelo Ramos (PL-AM)	P [E] 13:32:20.776		
Marcio Alvino (PL-SP)	P [E] 10:00:40.223		
Márcio Biolchi (MDB-RS)	P [E] 08:04:00.696		
Márcio Labre (PSL-RJ)	P [E] 10:25:46.263		



Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA)	P [E] 09:04:41.026		
Marco Bertaiolli (PSD-SP)	P [E] 10:48:06.043		
Marcon (PT-RS)	P [E] 13:50:34.066		
Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	P [E] 11:41:54.540		
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 08:35:30.126		
Marcos Soares (DEM-RJ)	P [E] 13:19:00.243		
Margarete Coelho (PP-PI)	P [E] 08:31:17.076		
Maria do Rosário (PT-RS)	P [E] 11:38:46.410		
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 08:08:55.966		
Mariana Carvalho (PSDB-RO)	P [E] 09:36:43.956		
Marília Arraes (PT-PE)	P [E] 13:51:49.270		
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI)	P [E] 09:17:24.696		
Mário Heringer (PDT-MG)	P [E] 09:43:30.716		
MárioNegromonte Jr (PP-BA)	P [E] 09:38:22.303		
Marlon Santos (PDT-RS)	P [E] 14:14:38.770		
Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	P [E] 09:53:53.700		
Marx Beltrão (PSD-AL)	P [E] 08:33:26.046		
Maurício Dziedrick (PTB-RS)	P [E] 12:13:36.906		
Mauro Lopes (MDB-MG)	P [E] 09:22:57.346		
Mauro Nazif (PSB-RO)	P [E] 08:47:24.610		
Merlong Solano (PT-PI)	P [E] 10:13:31.020		
Miguel Lombardi (PL-SP)	P [E] 08:26:57.116		
Milton Coelho (PSB-PE)	P [E] 09:04:22.273		
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 09:10:26.300		
Misael Varella (PSD-MG)	P [E] 10:03:06.116		
Moses Rodrigues (MDB-CE)	P [E] 14:04:42.913		
Natália Bonavides (PT-RN)	P [E] 13:47:35.656		
Nelson Barbudo (PSL-MT)	P [E] 09:19:52.966		
Nereu Crispim (PSL-RS)	P [E] 08:23:16.160		
Neri Geller (PP-MT)	P [E] 12:19:20.870		
Neucimar Fraga (PSD-ES)	P [E] 09:03:50.883		
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)	P [E] 09:37:06.066		
Nicoletti (PSL-RR)	P [E] 08:20:17.840		



Nilson Pinto (PSDB-PA)	P [E] 09:02:10.430		
Nilto Tatto (PT-SP)	P [E] 10:58:59.543		
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	P [E] 08:21:17.686		
Norma Ayub (DEM-ES)	P [E] 08:44:45.420		
Odair Cunha (PT-MG)	P [E] 10:13:20.570		
Olival Marques (DEM-PA)	P [E] 09:38:29.240		
Orlando Silva (PCdoB-SP)	P [E] 13:51:58.193		
Osires Damaso (PSC-TO)	P [E] 09:06:18.480		
Osmar Terra (MDB-RS)	P [E] 09:37:17.363		
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)	P [E] 08:30:02.306		
Otavio Leite (PSDB-RJ)	P [E] 08:58:21.050		
Otoni de Paula (PSC-RJ)	P [E] 08:04:35.603		
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR)	P [E] 10:28:11.530		
Otto Alencar (PSD-BA)	P [E] 10:28:24.043		
Padre João (PT-MG)	P [E] 10:24:29.600		
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	P [E] 09:23:33.846		
Pastor Gil (PL-MA)	P [E] 09:27:47.540		
Pastor Isidório (AVANTE-BA)	P [E] 08:19:40.543		
Patrus Ananias (PT-MG)	P [E] 10:28:29.686		
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	P [E] 11:52:28.816		
Paulão (PT-AL)	P [E] 11:00:40.733		
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	P [E] 09:56:03.186		
Paulo Azi (DEM-BA)	P [E] 09:30:13.060		
Paulo Bengtson (PTB-PA)	P [E] 13:53:59.070		
Paulo Freire Costa (PL-SP)	P [E] 08:39:44.900		
Paulo Ganime (NOVO-RJ)	P [E] 10:04:08.870		
Paulo Guedes (PT-MG)	P [E] 10:19:20.543		
Paulo Magalhães (PSD-BA)	P [E] 09:03:29.243		
Paulo Martins (PSC-PR)	P [E] 10:38:34.970		
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	P [E] 14:25:09.953		
Paulo Pimenta (PT-RS)	P [E] 13:48:58.783		
Paulo Ramos (PDT-RJ)	P [E] 10:22:32.190		
Paulo Teixeira (PT-SP)	P [E] 10:25:54.316		
Pedro A Bezerra (PTB-CE)	P [E] 13:52:43.680		



Pedro Augusto (PSD-RJ)	P [E] 08:12:05.050		
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)	P [E] 13:50:29.520		
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)	P [E] 08:26:04.070		
Pedro Lupion (DEM-PR)	P [E] 10:26:46.613		
Pedro Uczai (PT-SC)	P [E] 11:07:11.726		
Pedro Vilela (PSDB-AL)	P [E] 08:17:17.883		
Pedro Westphalen (PP-RS)	P [E] 09:17:05.290		
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	P [E] 09:02:52.663		
Pinheirinho (PP-MG)	P [E] 09:00:17.130		
Policial Sastre (PL-SP)	P [E] 10:32:54.680		
Pompeo de Mattos (PDT-RS)	P [E] 13:51:22.003		
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 10:26:00.946		
Prof Marcivania (PCdoB-AP)	P [E] 11:27:43.800		
Profª Dorinha (DEM-TO)	P [E] 11:26:18.706		
Profª Rosa Neide (PT-MT)	P [E] 11:36:42.420		
Professor Alcides (PP-GO)	P [E] 10:19:19.200		
Professor Joziel (PSL-RJ)	P [E] 09:17:03.636		
Professora Dayane (PSL-BA)	P [E] 08:15:01.790		
Rafael Motta (PSB-RN)	P [E] 08:58:19.250		
Raimundo Costa (PL-BA)	P [E] 14:19:32.400		
Raul Henry (MDB-PE)	P [E] 13:50:52.566		
Reginaldo Lopes (PT-MG)	P [E] 13:51:18.410		
Rejane Dias (PT-PI)	P [E] 10:35:31.010		
Renata Abreu (PODE-SP)	P [E] 08:36:30.393		
Renildo Calheiros (PCdoB-PE)	P [E] 11:23:58.560		
Ricardo Barros (PP-PR)	P [E] 10:38:17.186		
Ricardo da Karol (PSC-RJ)	P [E] 08:13:06.410		
Ricardo Guidi (PSD-SC)	P [E] 10:26:00.040		
Ricardo Izar (PP-SP)	P [E] 09:35:49.986		
Ricardo Silva (PSB-SP)	P [E] 08:48:40.130		
Ricardo Teobaldo (PODE-PE)	P [E] 13:52:54.663		
Robério Monteiro (PDT-CE)	P [E] 08:09:25.063		
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 08:28:20.150		
Roberto de Lucena (PODE-SP)	P [E] 08:36:26.113		
Rodrigo Agostinho (PSB-SP)	P [E] 08:50:55.523		



Rodrigo Coelho (PSB-SC)	P [E] 08:21:16.766		
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)	P [E] 15:35:01.750		
Rodrigo Maia (DEM-RJ)	P [E] 10:27:36.376		
Rogério Correia (PT-MG)	P [E] 10:16:13.570		
Rogério Peninha (MDB-SC)	P [E] 09:26:29.960		
Roman (PATRIOTA-PR)	P [E] 09:40:34.776		
Ronaldo Carletto (PP-BA)	P [E] 10:09:02.830		
Rosana Valle (PSB-SP)	P [E] 08:43:50.780		
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)	P [E] 11:11:30.653		
Rose Modesto (PSDB-MS)	P [E] 10:09:42.046		
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)	P [E] 08:49:04.706		
Rubens Otoni (PT-GO)	P [E] 10:45:13.100		
Rui Falcão (PT-SP)	P [E] 11:15:38.830		
Ruy Carneiro (PSDB-PB)	P [E] 10:37:16.616		
Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	P [E] 12:00:18.123		
Samuel Moreira (PSDB-SP)	P [E] 10:28:16.646		
Sanderson (PSL-RS)	P [E] 10:11:56.440		
Santini (PTB-RS)	P [E] 09:11:02.313		
Sargento Fatur (PSD-PR)	P [E] 10:23:50.003		
Schiavinato (PP-PR)			
Sebastião Oliveira (AVANTE-PE)	P [E] 09:54:54.183		
Sérgio Brito (PSD-BA)	P [E] 10:32:27.983		
Sergio Souza (MDB-PR)	P [E] 08:52:46.056		
Sergio Toledo (PL-AL)	P [E] 09:52:30.383		
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)	P [E] 10:32:36.266		
Shéridan (PSDB-RR)	P [E] 08:34:39.300		
Sidney Leite (PSD-AM)	P [E] 08:13:20.176		
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	P [E] 09:58:39.173		
Silvia Cristina (PDT-RO)	P [E] 09:40:12.633		
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)	P [E] 11:34:32.280		
Soraya Santos (PL-RJ)	P [E] 08:50:45.866		
Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)	P [E] 08:25:49.693		
Stefano Aguiar (PSD-MG)	P [E] 10:50:36.233		
Stephanes Junior (PSD-PR)	P [E] 09:28:30.916		



SubtenenteGonzaga (PDT-MG)	P [E] 11:22:06.730		
Tabata Amaral (PDT-SP)	P [E] 10:29:11.803		
Tadeu Alencar (PSB-PE)	P [E] 10:28:20.086		
Talíria Petrone (PSOL-RJ)	P [E] 14:04:39.100		
Ted Conti (PSB-ES)	P [E] 08:50:45.630		
Tereza Nelma (PSDB-AL)	P [E] 10:20:56.610		
Tia Eron (REPUBLICANOS-BA)	P [E] 09:39:09.116		
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO)	P [E] 10:28:30.266		
Tiago Mitraud (NOVO-MG)	P [E] 08:14:27.616		
Tiririca (PL-SP)	P [E] 09:19:31.640		
Tito (AVANTE-BA)	P [E] 08:18:21.620		
ToninhoWandscheer (PROS-PR)	P [E] 09:54:51.013		
Túlio Gadêlha (PDT-PE)	P [E] 14:06:33.370		
Uldurico Junior (PROS-BA)	P [E] 09:59:53.410		
Vaidon Oliveira (PROS-CE)	P [E] 09:38:50.586		
Valdevan Noventa (PL-SE)	P [E] 08:34:23.126		
Valmir Assunção (PT-BA)	P [E] 10:27:00.593		
Vander Loubet (PT-MS)	P [E] 10:28:30.126		
Vanderlei Macris (PSDB-SP)	P [E] 10:03:37.806		
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA)	P [E] 10:17:44.260		
Vermelho (PSD-PR)	P [E] 10:25:59.056		
Vicentinho (PT-SP)	P [E] 11:56:26.090		
Vicentinho Júnior (PL-TO)	P [E] 10:30:03.410		
Vilson da Fetaemg (PSB-MG)	P [E] 08:56:24.123		
Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 08:59:22.580		
Vinicius Farah (MDB-RJ)	P [E] 08:29:17.213		
Vinicius Gurgel (PL-AP)	P [E] 08:26:07.913		
Vinicius Poit (NOVO-SP)	P [E] 10:35:07.536		
Vitor Hugo (PSL-GO)	P [E] 08:01:56.583		
Vitor Lippi (PSDB-SP)	P [E] 08:08:25.700		
Vivi Reis (PSOL-PA)	P [E] 12:33:00.840		
Waldenor Pereira (PT-BA)	P [E] 12:21:38.433		
Walter Alves (MDB-RN)	P [E] 10:27:54.030		
Weliton Prado (PROS-MG)	P [E] 10:37:39.810		



Wellington (PL-PB)	P [E] 13:52:46.786		
Wilson Santiago (PTB-PB)	P [E] 10:24:05.630		
Wolney Queiroz (PDT-PE)	P [E] 14:31:01.586		
Zé Carlos (PT-MA)	P [E] 10:27:04.456		
Zé Neto (PT-BA)	P [E] 08:14:42.930		
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG)	P [E] 10:27:46.993		
Zé Vitor (PL-MG)	P [E] 08:13:16.003		
Zeca Dirceu (PT-PR)	P [E] 11:56:14.073		

P = Presença contabilizada no quórum;

Pi = Presença contabilizada no quórum do início da reunião;

P* = Presença não contabilizada por ultrapassar o total de vagas do partido/bloco



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Bom dia a todos.

O sistema acusa a participação de 285 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados nesta sessão. Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia, com a discussão em globo dos vetos.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Declaro aberta a Ordem do Dia.

Discussão em globo dos Vetos nºs 56, de 2019; 30, de 2020; 35 a 59, de 2020; e 1 a 5, de 2021.

Há uma lista de oradores inscritos.

Iniciamos concedendo a palavra à nobre Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à próxima Deputada inscrita, a Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao próximo Deputado inscrito, o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Seguindo a lista de inscrição, concedo a palavra ao próximo Deputado inscrito, o Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Rogério Correia. *(Pausa.)*

Seguindo a ordem, concedo a palavra ao Deputado Joseildo Ramos. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, V.Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado João Daniel, eu concedi a palavra ao Deputado Joseildo Ramos.

Como o Deputado Joseildo Ramos não está presente, concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de saudá-lo e dizer que, nesta primeira sessão do Congresso Nacional de 2021, esperamos de V.Exa., como Presidente, e de todos os membros do Congresso Nacional que possamos debater, com muito carinho, com muito respeito, os grandes temas que envolvem a sociedade brasileira.

Certamente, todos os homens e mulheres sabem da importância do momento que estamos vivendo, da tragédia desta pandemia. O Estado brasileiro tem um governo sem compromisso com a vida, sem compromisso com um plano nacional de cuidados com o povo brasileiro. O Presidente da República teria o papel fundamental de coordenar um grande programa de vacinação, de garantir um auxílio emergencial, sim, de no mínimo 600 reais, para todos os brasileiros e brasileiras. Mas, lamentavelmente, não é isso que nós vemos. O que nós vemos é um governo mostrando o Brasil se isolando cada dia mais internacionalmente, com uma pauta totalmente contrária aos interesses públicos, aos interesses do povo brasileiro. E nós amargamos milhares de homens e mulheres morrendo todos os dias, muitos sem poder ser atendidos, porque os hospitais da rede privada e da rede pública estão lotados. Por isso, é fundamental que o Congresso Nacional possa garantir um debate, como já fez lá atrás, sobre políticas importantes, para que o Executivo cumpra o verdadeiro papel de cuidar da Nação brasileira e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, também gostaria de registrar que nós aprovamos no Congresso Nacional, no ano passado, durante a pandemia, um projeto fundamental, o Projeto nº 735, de 2020, que levou o nome do grande Parlamentar Assis Carvalho. O Senado o aprovou por unanimidade. A Câmara o debateu três vezes, mas o aprovou pela maioria dos Parlamentares. Esse projeto trata principalmente da produção de alimentos durante o período de pandemia. E nós lamentamos que o Presidente da República, além



de vetar, deixou abandonada completamente, sem nenhuma política, a agricultura familiar brasileira, as comunidades tradicionais e todas as áreas de reforma agrária. Por isso, protocolamos esse projeto.

Mais uma vez, neste momento, pedimos apoio do Presidente Rodrigo Pacheco, que já foi Deputado Federal e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, de todos os membros do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, para aprovar o projeto que reaproveitamos. O Projeto Assis Carvalho foi protocolado hoje como PL 823, de 2021. Ele trata de vários temas, mas o principal é a criação de um crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar e de condições para a renegociação das dívidas dos agricultores familiares, que estão muito judicializadas, com problemas gravíssimos, porque os bancos têm recebido a orientação, por parte do TCU, de que tudo seja judicializado — e está sendo.

Portanto, nós precisamos tirar os agricultores e agricultoras, em especial os da agricultura familiar e de áreas de reforma agrária, dos problemas da inadimplência, criar créditos emergenciais subsidiados para a produção de alimentos, criar uma política de incentivo e apoio às mulheres agricultoras e cuidar daquilo que é mais importante para a saúde pública depois da vacinação, que hoje é urgente: alimentos saudáveis para a nossa população (*falha na transmissão*) agricultura familiar, as áreas de reforma agrária (*falha na transmissão*) e provaram que podem fazer.

O que falta é cobrar do Executivo, que lamentavelmente tem virado as costas, tem abandonado todas as políticas de reforma agrária...

(Interrupção do som.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado João Daniel.

Comunico aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que nós temos o prazo de 5 minutos. Ao final dos 5 minutos, nós encerraremos a microfonia, para passar a palavra imediatamente aos demais. Acho que dessa forma nós temos uma dinâmica razoável e célere do andamento da sessão do Congresso Nacional.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Saúdo V.Exa., Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional.

Eu quero me dirigir às Senadoras, aos Senadores e, em particular aos Deputados e às Deputadas, porque nesta sessão irá a voto o Veto do Presidente da República nº 30, em especial os itens 8 e 9, que dizem respeito ao art. 16 da Lei nº 14.026, de 2020, que trata do saneamento. Esse art. 16 fundamentou a argumentação do Relator na Comissão Especial, o Deputado Evair Vieira de Melo, e do Presidente da Comissão, o Deputado Geninho Zuliani, que ali fizeram um acordo. A verdade é que eu não aceitei acordo com relação a esse texto da lei, porque a lei é péssima, vai cair no Supremo. Ela é inconstitucional, é contra os interesses do Estado brasileiro, do povo brasileiro. Como diz o Líder Bohn Gass, do PT, que está aqui presente, é a lei da tarifa alta e da escassez de água. É isso que vai acontecer no Brasil com essa lei e com esse veto.

O art. 16 foi vetado pelo Presidente da República depois de os interlocutores dele, na Comissão e neste plenário, darem acordo. Inclusive, de todas as entidades do Brasil contrárias às duas MPs e ao PL 4.113, eles diziam que a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — AESBE anuiu a esse acordo, achando que, com isso, haveria uma mitigação do dano da lei. Eu fui contra isso neste plenário e fui questionado. O Presidente Rodrigo Maia me questionou neste plenário, porque o Governador da Bahia, Rui Costa, teria feito uma reunião com ele. E o que está acontecendo aqui? O Governo Bolsonaro vetou o art. 16, que fundamentou o acordo com a AESBE, não com as outras entidades. E quero citar aqui a Federação Nacional dos Urbanitários e o Sindicato dos Trabalhadores em Água,



Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia, que têm um histórico de luta contra a privatização. Quero parabenizar o sindicato, o Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento — ONDAS, a frente nacional não parlamentar de movimentos sociais em defesa do saneamento público, a Federação Nacional dos Engenheiros, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES e a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, que estão contra esse veto.

Por isso, quero fazer um apelo aos Líderes do Governo que patrocinaram o acordo rompido pelo Governo, que está encaminhando a manutenção do Veto nº 30, itens 8 e 9, que se referem ao art. 16 da Lei nº 14.026, de 2020. Aqui se extinguem as empresas de saneamento, porque se extinguem os contratos de programas. E o que o art. 16 prevê é a possibilidade de 2 anos para a renovação desses contratos. Tirando-se esses 2 anos, não há mais chance de contrato de programa. As empresas públicas não vão mais poder fazer a prestação nos Municípios. Vai cair o valor das empresas, porque o que elas têm de ativo é isso. A abertura de capital e a venda de ação depreciam. Isso é um crime de lesa-humanidade contra o povo brasileiro.

Por isso, a nossa luta contra a privatização passa agora pela defesa da derrubada do veto, pela manutenção do acordo, de que nós não participamos, mas que é necessário para o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, gostaria só de tratar de uma questão relacionada a nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos na primeira sessão virtual do Congresso Nacional e nós temos o funcionamento, neste momento, da Comissão de Constituição e Justiça. Duas de nossas colegas Deputadas, a Deputada Erika Kokay e a Deputada Maria do Rosário, estão participando lá e não conseguiram migrar imediatamente para esta sessão, ficando prejudicadas, embora estivessem devidamente inscritas.

Então, eu só solicitaria que, no momento em que elas conseguissem se habilitar no sistema, fizessem a sua manifestação. Elas só não o fizeram anteriormente por causa da outra participação. Elas não haviam ainda migrado para cá. Gostaria de fazer apenas esse pedido. Nós vamos avisar assim que elas estiverem habilitadas, para que possam, então, fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Diante da sua justificativa, atendo V.Exa. Assim que ambas estiverem presentes farão uso da palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com base no § 4º do art. 66 da Constituição Federal, nos arts. 46, 106-B e 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional e no parecer da CCJ da Câmara dos Deputados sobre a consulta sem número de 1990 referente à votação de vetos presidenciais, apresento a seguinte questão de ordem.

Conforme orientação proferida ao Plenário por esta Presidência, os vetos constantes da pauta da presente sessão serão deliberados em globo, pelo Infoleg, ressalvados os destaques. A deliberação de vetos em globo fere de morte a possibilidade de Deputados Federais e Senadores exercerem o seu direito-dever constitucional de conhecer o veto e sobre ele deliberar. É o que se demonstra a seguir.

O § 4º do art. 66 da Constituição Federal determina que o veto será apreciado em sessão conjunta dentro de 30 dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta



dos Deputados e Senadores. Depreende-se do texto constitucional que a norma dele decorrente comanda que o veto, individualmente, deve ser apreciado — individualmente. Pensasse o Constituinte que os vetos poderiam ser apresentados em grupo, teria dito: *“Os vetos serão apreciados em sessão conjunta”*. Extrai-se isso da norma constitucional, não de interpretação literal ou meramente gramatical do texto, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que, como critérios pessoais de Justiça, devem ser rechaçadas interpretações meramente casuísticas, como a que se tenta dar agora à norma constitucional. Assim, dar ao texto constitucional a interpretação de que o Congresso Nacional pode apreciar os vetos, mas o fará em globo, é uma burla clara à norma que prevê a apreciação do veto presidencial pelo Poder Legislativo, conforme consta no art. 66, § 4º, da Constituição Federal. A deliberação de vetos em globo impede Deputados e Senadores de exercerem plenamente o seu direito-dever constitucional de conhecer o veto e sobre ele deliberar.

Como proferir somente um voto para diversos vetos a proposições que tratam de assuntos absolutamente distintos, Presidente? Tal procedimento usurpa do Congresso Nacional a possibilidade de deliberar individualmente sobre os vetos, deturpando completa e casuisticamente a norma constitucional.

Ainda no campo constitucional, o procedimento é uma grave afronta ao próprio direito fundamental do Parlamentar de participar do processo legislativo de forma livre, rígida e plena. Tal procedimento configura, para todos os efeitos, uma violação do direito das minorias parlamentares e do próprio direito de manifestação do Parlamentar através do voto; ou seja, na votação em globo, o próprio direito ao voto, sagrado em qualquer democracia, pode ser suprimido. No Estado Democrático de Direito, é inaceitável que a manifestação parlamentar por excelência — o voto — seja suprimido por uma simples decisão da Mesa.

Para além da violação constitucional, que por si só já é crítica o suficiente para que se abandone o rito anunciado, há também as não menos importantes violações das normas regimentais do Congresso Nacional. O art. 46 do Regimento Interno é cristalino ao prever que, ao serem apreciados os vetos, a votação nominal se dará por cédula de votação.

Sr. Presidente, para se entender corretamente o que a expressão “agrupados por projetos” significa, é necessário rememorar que o STF já fixou a interpretação de que o veto total pode ser visto como um conjunto de vetos parciais. Depreende-se das normas regimentais supracitadas que os vetos devem ser votados individualmente, isoladamente, Sr. Presidente, e por cédula.

Nesse sentido, é completamente equivocada a interpretação que vislumbra a possibilidade de agrupamento de vetos independente dos projetos dos quais façam parte. Tal conclusão encontra-se pacificada no parecer da CCJ sem número de 1990 referente à votação de vetos...

(Interrupção do som.)

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite complementar a questão de ordem do Deputado Ivan Valente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu peço ao Deputado Ivan Valente que conclua a sua questão de ordem, porque já se esgotou o prazo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, eu queria concluir dizendo o seguinte: mesmo estando sob o regime de votação remota, nós não aceitamos qualquer tipo de acordo que vete a análise individualizada dos vetos. Isso está garantido na Constituição e em resolução da CCJ. Peço a V.Exa., então, que reconsidere esse modelo de votação em globo.

Essa é a questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputado Ivan Valente. A questão de ordem está recolhida e será decidida ainda hoje, nesta sessão, antes da votação dos vetos submetidos à apreciação do Congresso Nacional.



Mas ressalto que, de fato — e V.Exa. já estabelece isto como premissa —, nós estamos num sistema virtual, em razão da excepcionalidade do momento da pandemia, e que a discussão e o acordo foram feitos com a participação dos Líderes partidários da Câmara e do Senado Federal, com a presença do Líder do Governo, que está presente também nesta sessão.

Mas será respondida a questão de ordem de V.Exa.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado José Ricardo. *(Pausa.)*

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Presidente Rodrigo Pacheco, peço que me conceda a palavra para questão de ordem posteriormente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

Tem a palavra o Deputado José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. e todos os colegas Parlamentares.

Nós estamos neste momento vivenciando uma situação dramática no Brasil, com o anúncio de 2.841 mortes em 24 horas na data de ontem. A situação continua difícil para a maioria dos Estados e para a população. O Brasil já registra 282 mil mortes. Aqui, no Estado do Amazonas, houve mais de 11 mil — 11.623 — mortes até a data de ontem.

Então, há necessidade urgente de o Governo Federal realmente levar a sério o enfrentamento da pandemia, e não só na questão em si da saúde, da vacinação, embora a vacinação em massa seja urgente. Tem que haver um esforço total para a alocação de recursos, com apoio a quem puder e quiser comprar vacinas, como é o caso dos consórcios, dos Estados. Muitos Municípios também estão se mobilizando nesse sentido. Essa é a prioridade. Nós temos que salvar vidas.

Eu já vi cientistas falando que nós podemos chegar a 500 mil — ou até mais — mortes no final desta pandemia. Nós não podemos aceitar isso como algo normal, que deva acontecer. Nós temos que fazer um esforço total. No Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a prioridade quanto aos projetos a serem apreciados tem que ser o combate à pandemia.

Eu vejo aqui um documento da CNBB, que é também assinado por várias instituições da sociedade civil, como a OAB, a Comissão Arns, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências, cujo título é *O povo não pode pagar com a própria vida*. O povo não pode pagar pela inoperância, pela falta de efetividade do Governo. O texto diz que não há tempo a perder, que negacionismo mata. Ele diz mais: que basta de insensatez e irresponsabilidade. Ele conclama o Ministério da Saúde para cumprir o seu papel. O novo Ministro tem a obrigação de ser Ministro da Saúde. Que ele, que é um profissional da saúde, possa agir como tal e priorizar a saúde, contra tudo e contra todos de dentro do Governo que não querem enfrentar de verdade essa pandemia.

A nota também fala da ineficiência do Governo Federal. Isso é notório. Nós vivemos aqui no Amazonas uma situação dramática e agora vemos isso se repetir em outros Estados. Centenas de pacientes do Amazonas foram transferidos para outros Estados, e nós agradecemos muito essa solidariedade. O Amazonas agora está recebendo pacientes de outros Estados, do Estado de Rondônia, do Acre, para também colaborar nesse processo.

Mas aqui também há uma conclamação para que o Congresso Nacional possa, com a máxima urgência e prioridade, tratar das matérias de enfrentamento da COVID. Isso não está acontecendo na sua plenitude. Nós vimos ontem a Câmara dos Deputados tratando de uma matéria nada urgente. Nós vimos ao longo destas últimas semanas outras matérias que também não têm nada a ver com a pandemia sendo



tratadas. Parece que estão se aproveitando deste momento virtual de distanciamento para tentar aprovar matérias que favorecem determinados segmentos da sociedade.

É muito urgente o auxílio emergencial. Eu estava vendo um estudo elaborado pela assessoria do Partido dos Trabalhadores que mostra o comportamento do comércio varejista com o auxílio emergencial do ano passado até este ano. Houve um crescimento do comércio varejista com o pagamento de 600 reais. Depois, nos últimos meses do ano, o crescimento se estabilizou, com o valor de 300 reais. Agora houve uma queda enorme por conta do fim do auxílio emergencial. O auxílio ajuda a economia, aumenta a circulação de recursos na economia, gerando empregos e oportunidades. Portanto, essa é a prioridade.

Muitos vetos que estão sendo apresentados — a maior parte deles — nada têm a ver com o que nós precisamos neste momento, que é priorizar a vida, salvar vidas. O povo não pode pagar com a própria vida, como muito bem diz essa nota divulgada pelas entidades da sociedade civil, que têm grande credibilidade perante a população. Elas se manifestam claramente contra a política, já chamada de genocida, do Governo Federal, pela sua inoperância, pela incapacidade de enfrentar de verdade a crise.

Precisamos urgentemente do auxílio emergencial e da vacinação em massa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Presidente, eu havia pedido a palavra para uma questão de ordem, que tem precedência sobre essa fala, não é?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção. Na sequência, o Deputado Tiago Mitraud fará uso da palavra para sua questão de ordem. *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, V.Exa. pode resgatar minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu a resgatarei, Deputada Erika. Chamarei V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Deputado Valmir não está presente. Tem a palavra o Deputado Tiago Mitraud.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizá-lo publicamente pela sua eleição e pela primeira sessão conduzida. É muito bom ver um mineiro, assim como eu, conduzindo a sessão do Congresso Nacional, após tantos anos sem um mineiro nessa mesma posição.

Queria fazer uma questão de ordem baseada no art. 106-B e no § 1º do art. 106-D.

As questões do art. 106-B, em relação à exceção que virou regra, já foram muito bem colocadas pelo Deputado Ivan Valente. Há quase 1 ano, quando nós fizemos a primeira sessão para apreciação de vetos, o Líder do meu partido na época e inúmeros outros Líderes falaram que aquela era uma exceção que seria feita e que não seria aberto um precedente para que nós votássemos em globo vetos, como continuamos fazendo. É claro que V.Exa. não estava aqui na ocasião — essa foi uma decisão da Mesa anterior —, mas infelizmente essa exceção virou regra.

Nós temos hoje, certamente, considerando a qualidade dos servidores que temos nesta Casa, tecnologia disponível para que, assim como foi feito com as demais votações desta Casa, seja do plenário, seja das Comissões, a apreciação de vetos possa ser feita individualmente. Nós Parlamentares estamos sendo



impedidos de colocar a nossa posição em relação aos vetos quando se colocam em um mesmo bloco vetos a cuja manutenção somos favoráveis e vetos que queremos derrubar. O que fazemos nessa ocasião? Nós vamos contra aquilo para o qual os nossos eleitores nos elegeram, que é apreciar cada uma das matérias.

Primeiro, eu queria só corroborar esse ponto, que já foi muito bem explorado pelo Deputado Ivan Valente — olhe que não é sempre que V.Exa. vai me ver aqui concordando com um Deputado do PSOL.

Mas também há outro ponto, relacionado ao § 1º do art. 106-D, que diz que, quando houver mais de oito projetos de lei na cédula de votação, o limite de destaques de cada partido será aplicado em dobro. Meu partido, o Partido Novo, que normalmente teria direito a um destaque, deveria, então, ter direito a dois destaques, em vez de apenas um. Mas o que foi feito foi o contrário: além de nós fazermos em globo essas votações, o que limita a nossa atuação, nós ainda tivemos reduzido pela metade o nosso direito de fazer destaques, o que reforça a redução da possibilidade da nossa atividade parlamentar. Se no dia de hoje especificamente não existe tecnologia para não votarmos em globo, que ao menos os partidos possam realizar o número de destaques que o Regimento Interno prevê; que o Partido Novo, que, no caso, teria direito a um destaque, possa fazer dois destaques; que cada partido tenha respeitado o § 1º do art. 106-D.

Portanto, são dois pedidos. O primeiro é que seja imediatamente implementada a possibilidade de votação separada dos vetos. É claro que não queremos que seja feito o voto em cédula com Deputados e Senadores trabalhando remotamente, mas que seja desenvolvida uma tecnologia. Digo novamente que nós temos condições, com a qualidade dos servidores desta Casa, de desenvolver essa tecnologia para serem votados os vetos individualmente. O segundo pedido é que a regra de destaque em dobro quando mais de oito projetos estão em pauta, contida no § 1º do art. 106-D, seja aplicada normalmente, principalmente enquanto a nossa primeira questão de ordem não puder ser resolvida. Nós já estamos, como falei, há 1 ano nessa situação e agora estamos novamente impedidos de exercer o nosso direito de votar pela manutenção ou pela derrubada dos vetos, conforme nós pensamos que deveria ser feito, dada essa prática, que já virou regra, de se admitirem votações em bloco para derrubada ou manutenção dos vetos.

Então, solicito aqui cordialmente que possamos resolver essa questão o quanto antes.

Sei que V.Exa. está ocupando essa cadeira há 45 dias apenas. Não é culpa de V.Exa. estarmos nessa situação há 1 ano. Mas, com toda a sua capacidade e com o respeito à Constituição que sei que V.Exa. tem, espero que possa, o quanto antes, implementar alterações para que essas questões possam ser resolvidas.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Peço só um minuto.

Obrigado, Deputado Tiago Mitraud. Recolho a questão de ordem de V.Exa., que encerra duas questões que serão apreciadas pela Presidência e respondidas em conjunto com a questão de ordem do Deputado Ivan Valente.

Ressalto — e é importante dizer isso —, Deputado Tiago Mitraud, a excepcionalidade do momento de pandemia e a deficiência ainda de um sistema que possa integrar as duas Casas, de modo que, em situações excepcionais, nós lançamos mão de soluções também excepcionais. Espero a compreensão de todos nesse sentido, em razão do momento de pandemia que vivemos.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, enquanto o Deputado Reginaldo Lopes se desloca, peço que me permita registrar a posição do partido em relação à questão de ordem? Não demorarei 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente,



muito rapidamente, nós queremos reforçar, apoiar politicamente a questão de ordem. Toda questão de ordem tem um mérito técnico, regimental ou constitucional, mas há a avaliação política.

Existe um fato: tem havido uma postergação da apreciação pela Casa. Só quando algo sobrestá a pauta, votamos. Aí, o volume é muito grande. Por isso, a votação em globo, obviamente, pode ser cumprida hoje, mas convém que tenhamos regularmente apreciação pela Casa, antes de algo sobrestar a pauta. A votação em globo pode ser uma solução, mas a questão de ordem está correta, porque, com esse tipo de votação, não aprofundamos o debate político.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito bem pontuado. Talvez a solução seja mais regularidade das sessões do Congresso Nacional para apreciação desses vetos.

Quanto à questão relativa a destaque, Deputado Tiago Mitraud, é importante destacar que a ideia pode ser eventualmente trabalhada pela Presidência, mas nesta sessão, já iniciada a Ordem do Dia, não há mais prazo para destaque. Eu recolho a ideia de V.Exa. para eventualmente a implantarmos, de forma subsequente, nas outras sessões. A ideia foi realmente muito razoável.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, amigo e conterrâneo Senador Rodrigo Pacheco.

Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, quero fazer um apelo a este Plenário. Temos dois projetos importantes cujos vetos serão aqui apreciados. O primeiro trata dos profissionais da área da saúde, e nós o apresentamos no ano passado. É um projeto construído pelo movimento social, para além das palmas, e que contou com o apoio de quase toda a bancada feminina — não é isso? —, liderada pela nossa Deputada Fernanda Melchionna. Também eu fiz parte da iniciativa parlamentar, sou um dos autores do projeto.

Esse projeto foi negociado com o Governo, com o Líder do Governo aqui na Câmara, com o Líder do Governo no Senado, teve amplo apoio de todos os partidos políticos, mas recebeu um veto pelo Governo Federal. Naquele momento, o argumento utilizado foi o de que não havia o estudo do impacto financeiro, o que não é uma realidade, porque, de fato, nós apresentamos, sim, estudos dos impactos financeiros da proposição. Mas é evidente que nós ainda não tínhamos superado a pandemia e lamentavelmente ainda não a superamos — há um pouco de responsabilidade do atual Governo Federal nisso, porque, no momento correto, ele não estabeleceu os acordos comerciais com as farmacêuticas e não garantiu ao povo brasileiro vacinação em massa. Só que, considerando que o grupo prioritário no Plano Nacional de Vacinação são os profissionais da área da saúde, hoje é possível garantir esse projeto, estudioso Deputado Afonso Florence, que já tem o seu impacto financeiro determinado em tese: em torno de 300 e poucos milhões de reais. Eu acho que manter o veto será um equívoco, um grande erro, uma demonstração do Congresso Nacional de que nós não temos empatia pelos profissionais da saúde. Se de fato nós reconhecemos o trabalho que eles estão desempenhando, o mínimo que nós podemos fazer aqui é garantir uma proteção aos seus familiares, uma proteção aos filhos. Isso é o mínimo!

Foi uma opção desta Casa garantir uma indenização fixa. Mas também foi uma inovação do Plenário desta Casa e do Relator, num acerto com o Governo e com o Ministério da Fazenda, garantir uma indenização proporcional. Diminuímos, sim, a indenização fixa, mas garantimos uma proteção aos filhos, aos familiares dos profissionais da área da saúde com uma indenização proporcional a cada ano que faltar para os dependentes completarem 21 anos ou, se forem universitários, 24 anos de idade — esse ponto também foi uma contribuição do Senado Federal, pois anteriormente a previsão era 21 anos de idade. Então, garantiu-se uma indenização variável, tendo por base a quantia de 10 mil reais, para cada filho ou filha, para cada um dos dependentes dos profissionais da área da saúde.



Então, quero fazer aqui um apelo. É fundamental esta Casa reconhecer esses profissionais para além das falas e aplausos e garantir um fato objetivo e concreto: essa indenização. Dirijo esse pedido a todos os Líderes. Conversei agora com o Líder do Governo no Senado e ontem com o Líder do Governo aqui na Câmara, o Deputado Ricardo Barros. Fazemos aqui este apelo.

O segundo projeto importante cujo veto nós devemos derrubar é o relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundamental para o desenvolvimento deste País. Nós estamos falando em pesquisa e inovação, nova indústria, Indústria 4.0, século XXI, inovação, inclusive para avançar nas pesquisas, nos estudos em relação à pandemia — o fundo pode ser uma fonte de financiamento para isso.

Em Minas Gerais, Senador Rodrigo Pacheco, há pesquisa da UFMG que está terminando a segunda e entrando na terceira fase clínica, e é preciso aporte de recursos para a conclusão dessa fase de estudos clínicos. Também precisaremos aportar recursos, por exemplo, em laboratórios nossos com capacidade de produção de medicamentos e de vacinas, como o da FUNED — Fundação Ezequiel Dias, uma fundação reconhecida, Deputado Arlindo Chinaglia.

Portanto, quero fazer este apelo aqui: vamos derrubar esses vetos, tanto o veto ao projeto relativo aos profissionais da área da saúde quanto o veto ao projeto relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - V.Exa. pode me inscrever, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Hiran, V.Exa. deseja uma questão de ordem ou inscrição?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu quero inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Inscrição, perfeitamente.

O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA) - Presidente, V.Exa. pode me inscrever também?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui no plenário e aqueles que nos acompanham pelo Sistema de Deliberação Remota, público que nos assiste através da *TV Câmara* e da *TV Senado*, eu venho aqui hoje fazer o registro de um dia histórico para os professores brasileiros.

Está na pauta de hoje o Veto nº 48. No seu item 5, esse veto trata de uma matéria muito importante para a classe dos professores brasileiros, que é o rateio dos precatórios do antigo FUNDEF, em no mínimo 60%, com a classe dos professores. É importante, primeiro, reconhecer o valor que o professor tem para o nosso País. Se não fossem os professores, nenhum de nós estaria aqui. Estamos aqui porque um dia tivemos professores que se dedicaram a nos ensinar. E hoje este Plenário, este Congresso tem a oportunidade de fazer justiça aos professores brasileiros derrubando o Veto nº 48, item 5, do Presidente Bolsonaro.

Nós estamos falando de um assunto que vem sendo debatido ao longo dos últimos 3 anos com a classe dos professores, desde quando o Tribunal de Contas da União se manifestou contrário ao rateio dos precatórios do FUNDEF.

Entre os anos de 1996 e 2007, a União errou o cálculo na hora de repassar a complementação do FUNDEF para os Estados e Municípios e, com isso, provocou um grande prejuízo aos professores, que tinham, pela lei, direito a 60% daquilo que chegava de complementação da União. Diante disso, em projeto de lei apresentado aqui pelo Deputado Marcelo Ramos no ano passado, ele, atendendo a um pedido nosso, incluiu no seu texto um artigo prevendo o rateio dos precatórios do FUNDEF com os professores. Isso foi



aprovado, mas foi vetado pelo Presidente Bolsonaro, que usou o argumento do Tribunal de Contas da União para dizer que era contra a sanção daquela lei.

Ora, nós estamos aqui exatamente para fazer leis, e o Tribunal de Contas da União, ao se posicionar contra o rateio dos precatórios do FUNDEF, assim o fez justamente por não existir uma lei. Então, o Congresso Nacional não pode abaixar a cabeça para o que pensa o Tribunal de Contas da União. Nós estamos aqui para corrigir a falta de lei.

Eu, particularmente, já estive por três ocasiões no Tribunal de Contas da União tratando desse assunto e, nas três ocasiões, eu ouvi a mesma coisa: *"Tem que fazer uma lei, porque o acórdão do TCU existe justamente porque não existe uma lei"*. A chance está nas nossas mãos hoje, ao analisar o Veto nº 48, item 5, relativo aos precatórios do FUNDEF.

Ao longo desses últimos meses, eu tenho travado uma grande luta em defesa dessa pauta, junto aos professores do meu Estado e de outros Estados do Nordeste. Fizemos diversas audiências públicas tratando desse tema, e, em todas elas, a esperança estava viva no olhar de cada professor brasileiro. Nós não temos o direito de matar essa esperança hoje votando pela manutenção desse veto. Por isso, eu peço que analisem com carinho e com sentimento de justiça o Veto nº 48, item 5, para que possamos restaurar esse direito dos professores e dar a eles o que lhes é devido.

Eu ouvi, ao longo desses últimos meses, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, muitos relatos de esperança, projetos que estão sendo feitos pelos professores para assim que receberem esse dinheiro. Nós temos aqui a grande oportunidade, neste dia, nesta quarta-feira, de devolver o sonho aos professores brasileiros à medida que eles tiverem acesso a esse recurso.

Esse é o meu primeiro discurso hoje nesta sessão. Espero tocar no coração de cada Deputado e de cada Senador para que nós possamos derrubar esse veto e fazer justiça aos professores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente Senador Rodrigo Pacheco, peço uma informação: nós já temos quórum no plenário para iniciarmos a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Sim, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Já há quórum no Senado também?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A Ordem do Dia já foi aberta e já estamos na fase da discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Ah, já foi aberta?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Já.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito bem. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós vivenciamos neste País uma inversão e uma corrupção de prioridades. Esta Casa tem discutido a autonomia do Banco Central desde o retorno dos trabalhos neste ano. Há um processo de ajuste fiscal, de contrição do desenvolvimento do País e de penalização de servidores e servidoras. Há um auxílio emergencial que tem um teto e que, conforme o que o Governo anuncia, provavelmente só começará a ser pago em abril.

Há já 3 meses o povo brasileiro está sem renda nenhuma. A fome, portanto, entra nas casas e arranca e corrói a capacidade de uma vida digna e a capacidade de cidadania. Quem tem fome, dizia Betinho, tem pressa, e tem pressa porque a soberania alimentar é fundamental para assegurar que todo ser humano possa viver uma humanidade que pressuponha condição de sujeito, liberdade, afetividade,



alteridade. Portanto, nós estamos vivenciando uma corrupção de prioridades.

Ontem e entrando na madrugada de hoje, discutimos a Lei do Gás, para desconstruirmos o que representa a PETROBRAS.

Enquanto isso, o País padece e chora, porque estamos com mais de 280 mil mortes. E o Presidente, que negou a máscara, que negou o isolamento, que negou as vacinas — as vacinas! —, tem tratado o Estado como algo que ele pensa ser sua propriedade, busca se apropriar do Estado, como busca se apropriar, inclusive, das verdades para transformá-las em uma narrativa mentirosa.

Nós estamos vivenciando, portanto, uma tragédia neste País. E esta Casa deveria estar se dedicando a discutir o que é fundamental: como acelerar um processo de vacinação. Após 2 meses, já, do início do Plano de Imunização, chegamos a vacinar pouco mais de 5% da população.

O Brasil está na contramão. Aqui cresce a pandemia, enquanto em vários países do mundo ela declina, em função da vacinação e das medidas que foram adotadas para impedir o nível de infecção que hoje, no Brasil, faz com que a morte nos espreite em cada esquina.

E aqui estamos nós para fazermos a discussão dos vetos, que já deveriam, em grande medida, ter sido apreciados. Quando se posterga a decisão sobre os vetos, posterga-se a função do Poder Legislativo de dar sempre a última palavra sobre qualquer processo de construção das leis neste País. Os vetos pontuam que a última palavra é do Poder Legislativo, não pode ser do Presidente da República. Mas, se há vetos a proposições que estavam relacionadas ao ano passado e eles não foram apreciados no ano passado, nós estamos dizendo que a última palavra não é do Poder Legislativo, em um Governo que, só na área ambiental, já editou 57 atos para flexibilizar a fiscalização ambiental; em um Governo que acha que pode legislar através de portarias, de resoluções, de decretos; enfim, em um Governo que acha que pode se apropriar da função do Legislativo ou que quer subalternizar o Poder Legislativo para impor a sua pauta, que não é a pauta do conjunto da sociedade — a pauta desse Governo não é a pauta da sociedade! Nós estamos aqui para apreciar vetos que são fundamentais.

Estamos falando aqui de ciência e tecnologia. E, mais do que nunca, nós sentimos a importância de uma política de ciência e tecnologia que possa dar as respostas necessárias, que possa, inclusive, enfrentar o negacionismo da própria ciência e das evidências científicas que permeia esse Governo, que é característico daquele que ostenta a faixa presidencial neste momento. Há não só um negacionismo pontual, mas um negacionismo estrutural: nega-se a própria realidade.

Nós estamos falando aqui de proposições para os profissionais de saúde, que merecem nossos aplausos. A eles nós não podemos dar como resposta, como demos, uma emenda constitucional que restringe a possibilidade de ascensão, de valorização desses profissionais.

Por isso, estamos aqui para podermos derrubar vetos que dizem respeito aos direitos não somente dos profissionais da saúde, mas também dos profissionais da educação.

Os educadores e as educadoras são fundamentais para que possamos fazer deste Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço à nobre Deputada Erika Kokay.

Com a palavra o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo, Sras. e Srs. Deputados, Senador Eduardo Gomes, que é Líder do Governo no Congresso, eu estou aqui para agradecer.

Líder Eduardo, V.Exa. foi um gigante ontem na discussão desses vetos. O Presidente também nos honra muito, assim como o nosso Líder do Governo na Câmara, o Deputado Ricardo Barros.



Eu quero, em nome da medicina do Brasil, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, agradecer a todos os Líderes que aquiesceram à nossa sugestão de derrubada dos itens 8, 12 e 13 do Veto nº 52, o que garantirá que os especialistas em medicina de tráfego tenham condição de estabelecer seus exames com segurança para o povo brasileiro. E não se pode falar aqui de reserva de mercado, porque se deixou consignado que tanto os médicos de tráfego quanto os psicólogos que trabalham na área terão 3 anos para se qualificar no seu trabalho.

Quero também agradecer e ressaltar o trabalho do nosso querido colega Deputado Juscelino Rezende, que foi o Relator da matéria na Câmara, e do nosso Presidente Ciro Nogueira, que relatou a matéria no Senado.

Quero ainda parabenizar a Diretoria da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego — ABRAMET, que nos auxiliou muito na construção desse novo Código de Trânsito, que foi ao encontro das expectativas do Governo, do Presidente Bolsonaro, em benefício da segurança das pessoas.

Muito obrigado a todos.

Presidente, muito obrigado. Que V. Exa. tenha uma gestão extremamente profícua no Congresso Nacional. Pelo que nós já conhecemos de V. Exa. com a nossa experiência de convívio aqui nesta Casa, na Câmara Deputados, na CCJ, sabemos da sua fidalguia, dos seus conhecimentos jurídicos, da sua segurança e da sua inteligência.

Boa sorte, Presidente! Que Deus lhe abençoe!

Meu querido amigo Senador Eduardo Gomes, muito obrigado pela condução da aquiescência à derrubada desses vetos. Isso foi muito importante para a medicina brasileira.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Deputado Hiran Gonçalves.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Maria do Rosário.

Na sequência, falará o Deputado Juscelino Filho.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, V.Exa. pode resgatar a inscrição do Deputado Rogério Correia?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. O Deputado Rogério Correia está inscrito, Deputada Erika.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Presidente, em algum momento V.Exa. poderia ler a lista dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Como nós tivemos que fazer a inscrição por *e-mail*, não dá para ter noção de que hora será a nossa vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputada. Eu vou atualizar a lista e a lerei logo após a fala da Deputada Maria do Rosário.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha felicidade com a decisão de construirmos, com consenso entre os partidos e o Governo, a derrubada desse Veto nº 52. Esse veto excluiu artigos do projeto de lei que atualizou o Código de Trânsito Brasileiro, promulgado como Lei nº 14.071, de 2020.

A desburocratização e a segurança foram os dois princípios que nortearam os trabalhos desta Casa e do Senado Federal ao longo do ano de 2020, quando tive oportunidade de relatar esse projeto, que foi aprovado por ampla maioria desta Casa. E não há dúvida de que hoje, com a aprovação dos arts. 147, §



5º, e 268, concluímos, com êxito, o trabalho de adequação do Código de Trânsito, promulgado em 1997, aos tempos e padrões atuais, de forma a proporcionar aos cidadãos regras mais justas, em equilíbrio com a função pedagógica do Sistema Nacional de Trânsito, voltadas à preservação das vidas no trânsito.

Foi justamente o cuidado e a preocupação com as vidas dos profissionais caminhoneiros, que abastecem diariamente, de norte a sul, este País; dos entregadores, que garantem as atividades de *delivery*, tão essenciais neste período da pandemia; dos motoristas de ônibus, que garantem o transporte público ininterrupto; e de todos os cidadãos que têm na malha viária o seu principal meio de transporte para o trabalho, escola e lazer que nos fizeram nos engajar, com afinco, na relatoria do PL nº 3.267, de 2019. E é com esse cuidado e essa preocupação que agora nos engajamos na manutenção dos padrões de segurança essenciais ao nosso trânsito, no reconhecimento da importância da avaliação física e mental e do acompanhamento dos nossos condutores por médicos e psicólogos especialistas em medicina do trânsito e psicologia do tráfego.

Os números do Observatório Nacional de Segurança Viária demonstram que mais de 90% dos acidentes de trânsito têm como causa a falha humana. Então, cuidar integral e preventivamente dos motoristas é, sem dúvida, essencial para uma maior segurança e redução do número de vítimas de acidentes no trânsito.

Agradeço o apoio do nobre Deputado Hiran Gonçalves, que falou há pouco. Ele foi um grande lutador pela medicina, pelos especialistas em medicina do tráfego e garantiu a articulação junto a todos os Líderes pela derrubada desse veto.

Quero também agradecer o apoio do Senador Ciro Nogueira, que foi o Relator do Código de Trânsito no Senado Federal. Ele fez um grande trabalho e também nos ajudou nesse pleito.

Agradeço ainda aos Líderes do Governo, o Deputado Ricardo Barros e o Senador Eduardo Gomes, nosso Líder no Congresso Nacional; aos Presidentes da Câmara e do Senado Federal; ao Líder da Maioria; e a todos os partidos, a todos os Deputados e Deputadas que se uniram para apoiar essa causa tão nobre que é a manutenção dos especialistas cuidando dos condutores do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Pela Liderança do Progressistas, tem a palavra o Deputado Fausto Pinato, que está presente na tribuna.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, que fazem juntos o Congresso Nacional, eu gostaria de chamar a atenção dos nobres Parlamentares que se encontram neste plenário ou que estão conosco remotamente e de todos os brasileiros que nos acompanham pela *TV Câmara*, pelo rádio e pela Internet. O dia 19 de março, Sr. Presidente, próxima sexta-feira, será uma data importante para a comunicação brasileira, será o dia em que nós celebraremos 20 anos do canal *BandNews*, que está conosco nesta Casa, no Senado, no Palácio do Planalto, no Poder Judiciário, cobrindo os fatos políticos com muita verdade o compromisso público.

A *BandNews* é um marco do empreendedorismo da comunicação no Brasil, sendo o primeiro canal de notícias com programação 24 horas totalmente voltada ao jornalismo, e um jornalismo sério. Trata-se de um projeto ousado e bem-sucedido, o que é a marca da família Saad, fundadora do Grupo Bandeirantes de Comunicação, que está completando 84 anos — volto a dizer: 84 anos! — de trabalho e dedicação à comunicação brasileira.

Hoje, a *BandNews* conta com um time de alto nível, cobrindo todos os Estados do Brasil e diversos países do mundo, transmitindo um jornalismo de qualidade a milhões de brasileiros.

Não podemos falar da *BandNews* sem falar da história e do legado do Sr. João Saad, que há 84



anos colocou no ar a *Rádio Bandeirantes*, dando início ao Grupo Bandeirantes de Comunicação. Era um empresário visionário, com dignidade e gigantismo, um vencedor. O seu filho, Johnny Saad, traz consigo as mesmas qualidades e, juntamente com Paulo Saad, trouxe para nós a *BandNews*, fruto de um trabalho visionário pautado no futuro da comunicação do nosso País.

Encerro minhas palavras dizendo que esta Casa aplaude a *BandNews* e agradece a ela pelos serviços prestados ao Brasil nesses 20 anos.

Parabenizo todo o grupo nas pessoas dos Srs. Johnny Saad, Paulo Saad, João Saad Neto, Mônica Monteiro, Caio Luiz de Carvalho, Marcello D'Angelo e João Carlos Silva. Parabenizo todos os amigos do Grupo Bandeirantes de Comunicação! Vocês são exemplos de competência e credibilidade, acima de tudo, e são brasileiros.

Eu também não poderia deixar de enviar um grande abraço ao Datena, do qual sou fã, e ao Vereador Palumbo — se eu não o citasse, ele ficaria muito bravo.

Parabéns a quem faz um grande e sério jornalismo!

Gostaria, Sr. Presidente, de passar um aparte ao Senador Nelsinho Trad, que gostaria de também fazer a referida homenagem e abrilhantar meu discurso nesse sentido.

Eu gostaria de deixar bem claro que o Grupo Bandeirantes, sem dúvida, tem um grande trabalho em prol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço, nobre Deputado Fausto Pinato.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei que esta é uma sessão da Câmara, mas apenas quero registrar aqui minha satisfação por presenciar esta homenagem. Na qualidade de Senador e Líder do PSD, quero me somar às palavras do Deputado Fausto Pinato de homenagem à *BandNews* e à Rede Bandeirantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Senador Nelsinho Trad.

Respondendo a questão da Deputada Perpétua, nós temos aqui a seguinte lista de oradores, lembrando que a inscrição é feita pelo sistema — peço a todos os Deputados que façam a inscrição pelo sistema —: Deputados Jorge Solla, Rogério Correia, Joseildo Ramos, Valmir Assunção, Fernanda Melchionna, Gleisi Hoffmann, Alice Portugal, Hildo Rocha, Dra. Soraya Manato, Otavio Leite, Coronel Tadeu, Pompeo de Mattos, Claudio Cajado, Marcelo Ramos, Perpétua Almeida e Paulo Teixeira. Essa é a lista.

Uma proposição que posso sugerir, conforme o que fazemos no Senado — e aí a decisão fica a critério da Câmara dos Deputados, da impressão dos Deputados —, é intercalar um orador pelo sistema virtual e um orador presencial. Essa também é uma proposta que pode ser feita, se houver aceitação de todos. Ainda que a inscrição seja feita pelo sistema virtual e pelo sistema informatizado, podemos intercalar um orador pelo sistema virtual e um presencial. Acho que dessa forma atendemos a todos.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Luis Miranda. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, quero apresentar uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Só um minuto, Deputado Carlos Zarattini. Já passo a palavra a V.Exa. Primeiro falará o Deputado Luis Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda não tive oportunidade de registrar nos Anais desta Casa meus parabéns a V.Exa. pelo



posto que hoje ocupa. V.Exa. irá nos representar com grande esplendor. É uma honra ter V.Exa. como nosso Presidente do Congresso e Presidente do Senado.

Ao buscar a informação fornecida inclusive por V.Exa. de que as inscrições podem ser feitas pelo sistema, constatei que ele não está funcionando. Talvez por isso haja um número tão reduzido de Parlamentares inscritos. Então, já que ainda estão abertas as inscrições para oradores, peço que se verifique o que está ocorrendo, pois não é possível fazer a inscrição de novos oradores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço, Deputado Luis Miranda. Buscaremos identificar se há algum problema técnico.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF) - Dentro do possível, Sr. Presidente, gostaria de me inscrever. Caso não seja possível fazer isso pelo sistema, peço que coloque meu nome entre os oradores inscritos para falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, para uma questão de ordem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da liderança da Minoria, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

Com fundamento no art. 106 do Regimento Interno do Congresso Nacional, formulo a presente questão de ordem para que o Veto nº 8, de 2021, seja incluído na pauta da presente sessão.

De acordo com o Regimento, a apreciação de todos os vetos ocorrerá em sessões do Congresso Nacional a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês. Em cada uma dessas sessões, todos os vetos apostos pelo Presidente da República e que já tenham sido recebidos pelo Congresso estão aptos a figurar na pauta.

O veto em questão diz respeito a assunto urgente e inadiável, a aquisição de vacinas. Esse é o tema mais urgente a ser enfrentado por esta Casa. Portanto, não é razoável que, com uma sessão do Congresso em andamento, a matéria fique para momento posterior e incerto.

Diante do exposto, solicito a V.Exa. a inclusão do Veto nº 8, de 2021, na Ordem do Dia da presente sessão, para apreciação imediata.

Esse veto, Sr. Presidente, trata exatamente de impedir, da forma como foi vetado, Estados e Municípios de adquirirem as vacinas. Todos nós sabemos da dificuldade que o Governo Federal tem de resolver essa questão. Eu diria mesmo que não se trata de dificuldade, mas de incapacidade do Governo Federal de resolver essa questão.

Ontem e anteontem, nós tivemos a reunião dos Líderes do Congresso Nacional, Câmara e Senado, com o Líder do Governo no Congresso, o Senador Eduardo Gomes, e já colocamos essa questão desde o início. O Senador Eduardo Gomes representa o Governo e não teve a concordância com (*falha na transmissão*) em discussão.

Então, gostaríamos de solicitar a V.Exa., como Presidente do Congresso Nacional, que nos atenda, que atenda às necessidades do povo brasileiro, que atenda às necessidades dos Estados e dos Municípios. Gostaria de pedir isso e de dizer que essa é a questão mais importante para o Brasil. Ontem, morreram 2.798 pessoas no Brasil. É um absurdo! Vamos passar de 500 mil mortos, Sr. Presidente. Nós precisamos agir, e o Congresso Nacional, sob o seu comando, pode tomar essa decisão hoje.

Eu gostaria também de dizer a V.Exa. que deixo a Liderança da Minoria no Congresso Nacional nesta sessão. O cargo será exercido, a partir de agora, pelo Deputado Arlindo Chinaglia, que está aí no plenário. S.Exa. exercerá a Liderança da Minoria no Congresso Nacional. Desejamos a S.Exa. um bom trabalho e que todos os Líderes e todos os Deputados e os Senadores tenham um bom relacionamento, porque o Deputado Arlindo Chinaglia é de larga experiência e, tenho certeza, vai poder exercer essa função com muita qualidade, com muito mais qualidade do que eu exerci.



Agradeço, Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente.

Por favor (*falha na transmissão*).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Desde já respondo a V.Exa., compreendendo a razão de ser do seu apelo, da sua questão de ordem, e em razão da sensibilidade e da importância do Veto nº 8. No entanto, a opção da Presidência, alinhada com a dos demais Líderes do Senado e da Câmara, foi pela inclusão dos vetos que sobrestam a pauta.

Portanto, temos 32 vetos, que é uma quantidade muito considerável, nesta primeira reunião e sessão do Congresso Nacional. Tão logo se faça uma nova sessão do Congresso Nacional, por certo esse veto, que aí, sim, trancará a pauta, poderá ser incluído na sessão do Congresso Nacional oportunamente.

O fato é que podemos ter uma periodicidade maior das reuniões e sessões do Congresso Nacional, o que fará com que essa questão de V.Exa. fique prejudicada e com que todos os vetos possam ser apreciados em tempo razoável.

Mas não posso incluir de improviso um veto, sob pena de criar um precedente em relação a outros tantos e de inviabilizar a pauta de apreciação de votos que sobrestam a pauta, neste momento.

Então, agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Rogério Correia. (*Pausa.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - Presidente, Presidente...

Aqui é o Deputado Silvio Costa Filho, de Pernambuco, e peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Enquanto o Deputado Rogério Correia não fala, tem a palavra o Deputado Silvio Costa Filho.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nesta primeira sessão do ano em que V.Exa. preside os trabalhos na Câmara Federal, sua antiga Casa, quero desejar-lhe boa sorte nesta nova missão à frente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

V.Exa. hoje é um ativo do Parlamento brasileiro, e é muito importante ter esse diálogo permanente de V.Exa. com o Presidente Arthur Lira. Tenho certeza de que, na hora em que temos essa interação, esse diálogo permanente, esse diálogo com todos os canais de participação popular, ao final quem ganha é o povo brasileiro.

Então, quero desejar boa sorte. Venha sempre à Câmara Federal para, de forma coletiva, ajudarmos o Brasil neste momento de crise sanitária e de crise econômica. Boa sorte a V.Exa. e obrigado por sempre representar o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Sílvio Costa Filho.

Lembranças ao senhor seu pai, de quem gosto muito.

Peço paciência ao Deputado Rogério Correia para apenas um breve comunicado do Líder do Governo na Câmara, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é para registrar que o Veto nº 46 teria um destaque do Cidadania, mas o destaque será retirado, e estamos colocando no sistema a urgência para o PL 823/21, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares do Brasil, para mitigar impactos da COVID-19.

Então, fazemos esse acordo. Registro aqui para que fique o compromisso da nossa urgência e parabeno o Presidente pela condução desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. Fica registrado.

Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.



O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Sr. Presidente, queria cumprimentar o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, e também o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, porque isso foi motivo de tratativas ontem na reunião. E isso foi aventado como alternativa a um determinado veto. Então, cumprimentos pela sensibilidade.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, é uma honra usar da tribuna virtual com V.Exa. presidindo nosso Congresso Nacional, o que muito honra o nosso Estado de Minas Gerais.

Hoje nós temos um veto parcial na Lei de Segurança das Barragens, uma lei feita em conjunto pela Senadora Leila, aprovada pelo Senado, e posteriormente analisada e enriquecida com um projeto de lei da CPI de Brumadinho e da Comissão Externa de Brumadinho na Câmara.

Nós temos um veto parcial em dois artigos, e peço a sua derrubada.

Aproveito para pedir a V.Exa., que sabe da importância dessa questão da mineração em Minas, para que possa colocar na pauta do Senado o projeto de lei que trata da política relativa aos atingidos por barragens, a PNAB, que já foi aprovado na Câmara e cuja aprovação no Senado será muito importante para o Brasil e para Minas Gerais.

Por falar em Minas, Sr. Presidente, o Governador Zema admitiu um colapso na saúde desde ontem. Belo Horizonte está com toque de recolher. E eu lembro que o Governador Zema era um desses negacionistas, chegou a dizer que o vírus tinha que viajar. Hoje o Governador está com problemas muitos sérios, vários deles por causa desse negacionismo. Ele decretou, para valer a partir de hoje, o que ele chama de “onda roxa”. É uma espécie de *lockdown* mais *light*, um *lockdown* do Partido Novo. Imagine o Partido Novo, que tanto criticou, fazendo *lockdown* no Brasil! Mas é porque, realmente, o problema do vírus e da pandemia é sério. O Governador teve que se render, retirando um discurso negacionista para, agora, reconhecer que essa pandemia está fora de controle em Minas Gerais. V.Exa. conhece Minas, Presidente, são 853 Municípios. Os Municípios pequenos não têm CTI, portanto os pacientes vão para os Municípios médios, que já estão cheios. Esse é o colapso em Minas, infelizmente. Hoje, espera-se, em Minas Gerais, que mais de 400 pessoas venham a morrer. Será um novo recorde no Estado. E esses recordes têm sido nacionais. Belo Horizonte, como eu disse, está com toque de recolher.

Nós estamos vendo, no Brasil, um genocídio. O Presidente da República nomeia um Ministro agora, o Ministro Queiroga, que diz que vai dar continuidade ao trabalho do Ministro Pazuello. Como dar continuidade, se nós tivemos um estouro, durante esta pandemia, exatamente na gestão do Ministro Pazuello, que era da gestão do Presidente Jair Bolsonaro?

Nós assistimos no Brasil hoje a um verdadeiro absurdo do ponto de vista dessa pandemia! O Presidente não gosta que se fale em genocídio. Mas o que nós estamos assistindo é a um genocídio! E existe um genocida responsável por isso, que é o próprio Presidente! Ele, diante de uma indicação de uma médica de alta qualidade, como a Dra. Ludhmila, armou para ela uma reunião. Fizeram lá o que ele chamou de entrevista, mas pareceu muito mais um interrogatório, onde estavam presentes o próprio Presidente e o filho dele, que nada tinha a ver com o assunto. Este foi perguntar a ela sobre armas e aborto, fazendo uma inquisição contra ela, ao mesmo tempo em que o “gabinete do ódio” trabalhava contra a indicação dessa médica ao Ministério. Ela, aliás, foi indicada e teve respaldo de vários Deputados Federais, inclusive um apreço manifestado nos tuítes pelo próprio Presidente da Câmara. Mas quem escolhe é o “gabinete do ódio”, são os filhos do Presidente! Aliás, todos os quatro já estão agora na Justiça e na Polícia Federal sendo investigados.



A nossa pauta no Congresso Nacional deveria ser a pauta do *impeachment*, porque nós só vamos ter paz no País, só vamos conseguir sair dessa crise de pandemia no dia em que tirarmos o Presidente da República. Não adianta tirar Ministros, porque ele e seus filhos colocarão aqueles Ministros que quiserem colocar, para continuar essa política de genocídio que estamos vendo no Brasil.

Em Minas é a mesma coisa. Agora, o Governador Zema está lá preocupado com uma CPI dos "fura-filas", algo pelo qual o Governo dele foi responsável, e está também preocupado com o caos que acontece em Minas Gerais.

Estamos pedindo socorro, Presidente. É o grito de Minas Gerais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, mais uma vez, quero cumprimentá-lo pela sua eleição. É um prazer tê-lo presidindo esta primeira sessão deste biênio.

Eu gostaria de fazer um registro. Muito embora o Veto nº 50 já esteja no acordo pela derrubada, houve um encaminhamento do PL de destaque que foi tempestivo e acolhido pela Mesa.

Então, eu recebi agora uma ligação do nosso Líder, o Deputado Wellington, que pede que seja registrado que foi um pedido do PL o Destaque de nº 50, devidamente acolhido, mas que não constou dessa relação, Presidente, como aconteceu agora com o item 2, sobre a família monoparental, que vai ser no acordo derrubado, mas fazia constar dessa lista. Então, a pedido do Líder Wellington, eu gostaria que ficasse registrado esse pedido, muito embora ciente, porque estivemos na reunião de Líderes do Congresso, de que o Veto nº 50 está com orientação de derrubada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente Rodrigo Pacheco. Quero cumprimentar V.Exa. ao presidir nossa primeira sessão do Congresso Nacional.

Presidente, Senadores e Deputados, nós estamos vivendo a pior tragédia pandêmica e humanitária da nossa história. Estudo da FIOCRUZ mostra que infelizmente as perspectivas são sombrias. O meu Estado, o Rio Grande do Sul, nas últimas 24 horas, perdeu 502 vidas. Isso não é um número, são pessoas. Quase 4 mil pessoas esperam por um leito de UTI, porque já está em colapso o sistema de saúde.

Diante dessa situação gravíssima do enfrentamento da COVID, do agravamento da pandemia, dos passos de tartaruga na vacinação, quero lembrar que existem pessoas que estão enfrentando o vírus deste o primeiro dia em que a COVID chegou ao Brasil. São homens e mulheres — aliás, a maioria mulheres — profissionais da saúde que já estão exaustos com o enfrentamento à pandemia. Na ponta, vendo a falta de leitos, sofrendo com a falta de respiradores, dando o máximo de si — dando o máximo de si! — para salvar vidas, esses trabalhadores, que estão distantes das suas famílias muitas vezes, que sofrem com a realidade do nosso povo, merecem mais do que palmas, merecem o nosso reconhecimento, merecem direitos!

Por isso, no ano passado, demos entrada, na Câmara dos Deputados, a um projeto de autoria de Deputadas mulheres, que, depois, foi apensado junto com o projeto do Deputado Reginaldo Lopes. Eu queria dizer que foi um projeto assinado pelas Deputadas Jandira Feghali; Margarida Salomão, que agora é Prefeita de Juiz de Fora; Tereza Nelma; Sâmia Bomfim; Joenia Wapichana; Luiza Erundina; Professora Dorinha Seabra Rezende, que agora está aqui compondo a Mesa; Margarete Coelho; Alice Portugal; Lídice da Mata; Leandre; Perpétua Almeida, Líder do PCdoB à época; Natália Bonavides; Daniela do Waguinho; Clarissa Garotinho; Gleisi Hoffmann, Presidente do PT; Talíria Petrone, que é nossa Líder; Dra. Soraya Manato; Flávia Arruda, que agora é Presidente da Comissão Mista de Orçamento; Rejane Dias; Rose Modesto; Dulce Miranda; Maria do Rosário; Soraya Santos, que era membro da Mesa à época; Celina



Leão; Mariana Carvalho; Shéridan; Elcione Barbalho; e Luizianne Lins.

Esse projeto previa uma pensão para os profissionais de saúde que ficaram incapacitados pela COVID ou para os familiares se, infelizmente, essas mulheres e homens viessem a óbito. Nós inclusive negociamos com o Governo. E, na época da votação do projeto, eu e o Deputado Reginaldo Lopes estávamos transformando isso numa indenização humanitária, para não ser uma despesa contínua, que é o mínimo que se dá para os soldados que estão no fronte, a fim de que, infelizmente, se uma tragédia acontecer, saibam que seus filhos estarão protegidos, pelo menos momentaneamente. Aliás, na época, votamos por unanimidade na Câmara e também no Senado Federal um projeto relatado pelo Relator Otto Alencar, apoiado pelo Nossas e pelo Movimento Mais do que Palmas, um projeto apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, construído a muitas mãos, que é o mínimo que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem fazer para esses profissionais que estão dedicando as suas vidas para salvarem outras vidas.

Qual é a nossa surpresa quando esse projeto vem vetado? Hoje estamos lutando pela derrubada do veto. Temos a convicção de que é fundamental manter um projeto construído a tantas mãos, reconhecer aqueles que estão no fronte com a dor e a agonia, num momento tão grave, vendo pessoas espalhadas nos corredores, a falta de UTIs para salvar vidas e, ao mesmo tempo, fazendo tudo para salvar a vida do povo.

Nós, inclusive, homenageamos a Mara Rubia, que foi a primeira vítima, uma técnica de enfermagem, de 44 anos, do Grupo Hospitalar Conceição, que perdeu a vida enfrentando a COVID. E a homenageamos dando o nome dela para a lei, mas também homenageamos a família, o marido, a irmã, que sofrem a perda dos seus familiares.

Então, nós queremos garantir que esse projeto esteja em vigor e que hoje seja derrubado. Trata-se do Veto nº 36. Tenho certeza de que todos nós, a maioria vai garantir a derrubada desse veto, Senador Eduardo Gomes e Senador Rodrigo Pacheco, colocando no bloco dos vetos a serem derrubados.

Agradeço a V.Exa. a atenção e o tempo disponibilizados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha manifestação hoje vai na direção da complexidade dos vetos que nós estaremos a votar.

Não tenham dúvidas de que esses vetos mexem com situações que serão caríssimas para o nosso povo, e alguns deles precisam necessariamente ser derrubados sob pena de imenso prejuízo para a sociedade brasileira.

Eu falo dos profissionais da saúde, da pensão de que agora há pouco a Deputada Fernanda Melchionna estava falando. Eu falo dos precatórios dos trabalhadores em educação. Eu falo do completo desarranjo que está acontecendo com a lei sobre o saneamento, que organizava o setor. Hoje nós temos o perigo de, além do desmonte do marco regulatório, que foi construído com as mãos de vários brasileiros, cortar algo com uma luva para servir ao interesse privado.

Eu estou falando sobre o Veto nº 30, que vai dos itens 5 a 9. Esses itens, no saneamento, invadem a competência dos Municípios, das regiões metropolitanas, ferem o pacto federativo, tratam do auxílio técnico e financeiro da coordenação pela União, que neste Governo tem demonstrado que não coordena nada. Está aí o Ministério da Saúde, que não coordena o combate à COVID-19. Nesta oportunidade, estamos chorando quase 300 mil vidas, que poderiam continuar a produzir felicidade e riqueza para a nossa Nação. Imaginem a tragédia! O Presidente, além de ocupar o cargo mais elevado da República, não admite que o Ministro da Saúde possa tocar aquela Pasta de acordo com a ciência, com as evidências



científicas. Mudou mais um Ministro — é o quarto! E este, que é médico, que tem uma carreira, que fez um juramento o qual deve defender, já chegou dizendo que está literalmente à disposição do Presidente da República. Certamente, vai encontrar um desafio muito grande: falar como médico ou como falou Pazuello, com subserviência, sem altivez, entregue ao capitão, que hoje é Presidente da República e desmoralizou um general da ativa das nossas Forças Armadas.

É preciso entender que há problemas na elaboração dos planos municipais de saneamento, principalmente no que diz respeito aos resíduos sólidos. Por isso, precisamos também derrubar o veto que trata da regularização dos contratos de programa e do prazo de transição que precisa haver, sob pena daquelas empresas públicas, principalmente as estatais de saneamento, perderem, de maneira abissal, o seu valor de mercado.

Portanto, se esses vetos não forem enfrentados e devidamente derrubados, nós teremos mais um desarranjo que, do ponto de vista estratégico, civilizatório, vai custar muito caro para o nosso povo, que já chora pelas mortes e não vê saída.

Não adianta, Presidente, trocar Ministro! "Pegue seu boné e vá para o beco", conforme disse certa feita o Deputado Idilvan, do Ceará, quando estava numa reunião com o Ministro da Educação de plantão, que, aliás, foi mais uma loucura deste Governo.

É preciso respeito com o nosso povo, e Bolsonaro não tem. Enquanto Bolsonaro estiver na Presidência da República...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao nobre Deputado Joseildo Ramos.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e colegas, ontem nós fechamos as últimas 24 horas com 2.842 mortos e 84.362 casos de infecção. São os maiores números que nós temos da COVID até agora, uma tristeza imensa. E o pior é que isso só tende a aumentar, pela forma como o enfrentamento à pandemia tem sido feito.

No Paraná, nós estamos com carros de funerárias fazendo fila nos hospitais para recolherem os corpos. A tragédia lá é muito grande. Já está faltando oxigênio também em hospitais do interior. Isso vai alastrar-se pelo Brasil, infelizmente.

O sistema de saúde está entrando em colapso, com todo o esforço que os profissionais do SUS fazem, com o esforço que muitos Governadores e muitos Prefeitos fazem. O Sistema Único de Saúde não está conseguindo segurar essa onda toda, pelo aumento dos casos, pela demanda. Morre gente de COVID e morre gente de outras doenças, porque as outras doenças não estão sendo atendidas também no sistema. É muito trágico!

Nós precisávamos ter aprovado medidas aqui em conjunto com Governadores, com Prefeitos. O Governo Federal, se tivesse responsabilidade, teria feito isso, mas não fez. O fato é que Governadores e Prefeitos estão tomando medidas.

Eu acho que esta Casa, este Congresso Nacional, tem que se manifestar publicamente em apoio a esses Governadores e a esses Prefeitos que estão tomando medidas, seja de compra de vacinas, porque estão pressionando o Governado Federal a fazê-lo, seja de *lockdown*.

Eu sei que não é fácil discutir *lockdown*. Eu tenho recebido no meu *e-mail*, nas minhas redes, muitas críticas de pessoas do Paraná, inclusive eleitores meus, pequenos comerciantes, donos de restaurantes, de lanchonetes. Eu sei que estão sofrendo. O problema é que a medida extrema tem que ser tomada, porque nada foi feito antes.



Se antes tivessem sido tomadas medidas em conjunto com Governadores e Prefeitos, se antes tivéssemos providenciado vacinas, se antes tivéssemos definido a renda emergencial sem suspendê-la, se antes tivéssemos colocado crédito barato para esses pequenos empresários e para os agricultores familiares, talvez não estivéssemos passando por esta situação. No entanto, aquilo que esta Casa aprovou antes foi colocado por um curto período de tempo e depois foi suspenso.

Por isso, eu quero falar sobre a importância dos vetos hoje. Quero aqui fazer coro ao Deputado Zarattini. É um absurdo esta Casa não votar o veto ao PLN 8, porque é esse projeto que dava condição aos Prefeitos de comprar vacina. Para mim essa é a matéria mais importante. Enfim, não vai ser colocada. Temos que lamentar e denunciar.

Agora, nós temos aqui projetos importantes que foram vetados, cujo veto tem que ser derrubado: sobre indenização aos profissionais de saúde, sim, de que a Deputada Fernanda Melchionna veio falar aqui, aos guerreiros que estão lutando; sobre o auxílio emergencial para as famílias monoparentais; sobre as medidas emergenciais para os agricultores familiares.

A cesta básica aumentou no Governo Bolsonaro 33%. Se ele der um auxílio emergencial de 250, isso não compra nem 39% dos produtos da cesta. Se os agricultores familiares não tiverem apoio agora, vai cair ainda mais a produção. Sabe o que nós vamos ter? Nós vamos ter desabastecimento de produtos no segundo semestre. Já está pela hora da morte o preço da comida nos supermercados. Se houver desabastecimento, vai subir mais. Nós vamos ter morte por COVID e morte por fome.

As pessoas estão comendo menos, Presidente Rodrigo. Menos! Estão comprando menos comida no supermercado, comendo menos vezes ao dia.

Isso é fome crônica, uma vergonha para um País como o nosso, que tem uma base agrícola. Mas hoje o Brasil está privilegiando o quê? A plantação de soja para a exportação. Nós não comemos soja, comemos arroz, feijão, batata, aquela comida que é produzida pelo agricultor familiar.

Por isso, é importante derrubarmos esses vetos. Também é importante o programa de suporte ao emprego.

O que temos que fazer aqui como prioridade é combater a COVID, é combater a crise, é liberar a vacina para Prefeitos e Governadores, a renda emergencial de 600 reais, combater essa carestia e, claro, não esquecer: fora, Bolsonaro! Ele é a encarnação da crise. Enquanto esse homem estiver naquela cadeira, nós não vamos tirar o País do abismo em que está se metendo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizá-lo. Conheço o seu trabalho, a sua qualidade técnica, e me sinto muito bem representada como Líder do Congresso.

Como Líder da bancada feminina, gostaria de reafirmar a importância — que V.Exa. já introduziu no Senado — da representação das mulheres em espaços de decisão.

Gostaria também de fazer uma solicitação, que fez parte do documento construído nesta Casa, em relação à presença da bancada feminina. Nós temos assento no Colégio de Líderes da Câmara, e sei que V.Exa. criou esse espaço no Senado. Quero fazer um apelo para que no Congresso a bancada feminina também tenha a sua representação.

Nesse ponto, eu gostaria de reafirmar o quão importante foi a construção de um acordo para que, na LDO e, agora, logicamente, na presença do orçamento da Casa e do País, ficassem asseguradas as políticas destinadas ao combate à violência contra a mulher, à garantia da saúde e as políticas específicas de fortalecimento do atendimento às mulheres.



Infelizmente, em nosso País, cinco mulheres são assassinadas por dia. Então, daí a importância da nossa luta pela representação política, pelo aumento da presença de mulheres nas Câmaras Municipais, nas Assembleias, no Congresso Nacional.

O acordo de derrubada de vetos não tem custo, mas, para nós, em termos de transparência política, é muito importante, assim como a apresentação e o monitoramento dos relatórios de execução financeira em relação ao Governo.

Há ainda outro veto extremamente importante para nós: a questão da família monoparental. O número de mulheres que são chefes de família é bastante significativo, e há a possibilidade de enfrentar e derrubar esse veto para atender e respeitar as famílias monoparentais e, assim, dar condição para que as mulheres chefes de família possam cuidar dos seus filhos e da sua casa.

Da mesma forma, o acordo foi construído em relação aos profissionais de saúde.

Eu sou da área da educação e não poderia deixar de mencionar a importância da derrubada do veto dos precatórios do FUNDEB. Recentemente votamos com uma participação desta Casa — V.Exa. votou favoravelmente ao novo FUNDEB — que 60% dos recursos à época fossem garantidos à remuneração dos professores. Agora esse valor é de 70% no mínimo. A garantia de que nos precatórios do FUNDEB sejam respeitados esses mesmos percentuais para a remuneração dos profissionais é muito importante.

Isso é a garantia e o respeito a uma educação de qualidade, o respeito à educação e, acima de tudo, com o espírito construído nesse momento extremamente difícil para o País de enfrentamento da pandemia, de enfrentamento da crise.

Eu, em particular, que assumi agora a Comissão de Educação na Câmara, estive ontem com o Ministro Milton Ribeiro, reafirmando — e a posição dele é a mesma — a vacinação urgente e necessária para os profissionais da educação.

Precisamos voltar ao funcionamento das nossas escolas, mas com garantia de saúde para os profissionais e logicamente para os alunos. As crianças e os jovens precisam desse espaço de educação, de construção do aprendizado, mas, antes de tudo, é preciso garantir saúde.

A vacinação é necessária para os professores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A próxima inscrita é a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Presidente Rodrigo Pacheco, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero primeiro dizer que aguardávamos esta sessão com grande ansiedade porque, de fato, nós estamos vivenciando uma sequência de projetos que aprovamos nas duas Casas Legislativas do País, a Câmara dos Deputados e o Senado da República, e às vezes com acordo por parte do Governo. O Sr. Presidente da República usa sua caneta imperial para vetar questões da maior importância.

Eu quero destacar alguns vetos que precisam ser derrubados.

Primeiro, o veto em relação à indenização dos profissionais de saúde mortos ou sequelados, projeto do qual sou também coautora, ao lado da Deputada Fernanda Melchionna. É necessário garantir um tratamento de guerra a esses profissionais, que, no início da pandemia, tiveram uma ação absolutamente destemida. Muitos deles estão sequelados, ou as famílias estão com essas ausências, sem nenhum tipo de possibilidade de sobrevivência muitas vezes.

É preciso indenizá-las. Essa é apenas uma indenização sem grande impacto, algo que faz com que o significado de um exército civil do SUS seja absorvido pela população brasileira para aqueles que estão lutando contra a COVID-19, seguindo as regras sanitárias.

Depois, nós precisamos também derrubar o Veto nº 48, dos precatórios, dos professores. Nós sabemos



que esse é um débito da Fazenda Pública do tempo do antigo FUNDEF. Nós hoje já regulamentamos o novo FUNDEB, criamos o novo FUNDEB, com a participação magnífica dos professores e dos trabalhadores em educação em todo o País. Sem dúvida, garantir que esse débito seja pago, fundamentalmente na pandemia, é muito importante para garantir a sustentação desses profissionais e cumprir-se a justiça ao pagar-se um débito da Fazenda Pública com um segmento da sociedade, dentre outros precatórios que o projeto abrange.

Sobre a questão do saneamento, nós sabemos que os contratos de programa foram negociados, e depois o Presidente da República vetou. Sabemos que haverá um vazio de saneamento e de serviços de água em Municípios pobres, nos rincões longínquos deste País. Que empresa se interessará em garantir uma rede cara de saneamento em um local em que a conta não dê lucro?

O contrato de programa é parceria, é a garantia efetiva de responsabilidade social, são as relações cruzadas de Estado até com o setor privado, como hoje já é previsto. Mas não dá para vetar o contrato de programa e deixar a lei de saneamento sendo apenas uma lei da entrega das nossas jazidas de água e do naco de mercado da garantia da política de saneamento.

Por último, o PLN nº 8. Nós precisamos, de fato, garantir aporte aos Municípios para efetivamente enfrentar a pandemia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o dia de ontem foi um dia emblemático, foram 2.800 mortes pela COVID-19. O Brasil hoje é o maior número de média móvel de mortes no mundo. Proporcionalmente, nós somos o campeão de mortes no mundo, e isso tudo acontece por uma atitude pouco responsável, ou, melhor dizendo, para perder de fato qualquer polimento, é necessário ser de fato agreste nessa observação: irresponsabilidade, inépcia, falta de talento, de coração. É isso o que está acontecendo no Brasil. Infelizmente, não se contrataram as vacinas. Abriram-se muitos contratos com a Pfizer, houve atraso no processo negocial, brincadeira no processo diplomático, fundamentalismo, ideologização. No processo diplomático, lamentavelmente houve agressões à China, criação de imbróglis diplomáticos para o Brasil. Nós estamos vivendo um desgoverno.

O Brasil não tem Governo. Nós estamos vivendo uma verdadeira geleia desestruturada do ponto de vista dessa nossa organização oficial sobre a qual o Brasil precisa tomar uma providência. Ele trocou de Ministro, mas não trocou a sua opinião e impôs a sua opinião ao novo Ministro.

Nós não aguentamos mais negacionismo! Queremos vacina e fora, Bolsonaro!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de fazer um registro e fazer um apelo ombro a ombro com a Deputada Fernanda Melchionna. Nós somos autoras de um projeto que não tem tanto impacto financeiro, mas tem um impacto fundamental no sentido do que ele propõe. É um projeto que desenvolvemos para indenização de pessoas que morreram na linha de frente. O que nós estamos vivendo, Presidente, é uma verdadeira guerra. Então é dever nosso termos, sim, uma indenização que não vai representar a perda dessa vida, Deputado Hildo Rocha, mas que é de fundamental importância para esses que estão na linha de frente no combate à pandemia. Eu queria rogar a cada Líder partidário que pudéssemos derrubar esse veto, Deputada Fernanda.

Eu quero dizer que esse é um tema que simboliza todo esse drama que nós, quando começamos a vivê-lo, pensávamos que iria durar 5 meses. Nós já passamos de 1 ano e teremos mais este ano em altos índices de mortalidade. Então, esses profissionais que já estão há mais de 1 ano — e muitos deram a vida no combate a essa pandemia sem precedentes no Brasil — precisam, sim, desse sentido de indenização,



que não vai representar o valor da vida, mas ela simboliza, sim, essa solidariedade neste momento. Por isso, Presidente, eu gostaria de pedir a cada Líder partidário que pudéssemos derrubar esse veto.

Ao mesmo tempo, Presidente, eu gostaria de agradecer ao Líder do Congresso, Senador Eduardo Gomes, que tem sido ímpar nessas pautas sociais. Discutimos ontem a questão da derrubada do veto da indenização em dobro das mulheres em famílias monoparentais. Está aqui destacado que nós fizemos o acordo do destaque, mas já soube por esse gigante que defende essas causas sociais, que é o Senador Eduardo Gomes, que já há acordo para a derrubada.

Então queria fazer esses dois registros: um, que não pode este Parlamento deixar de simbolizar através de uma pequena indenização — pequena — a esses guerreiros da linha de frente da pandemia.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, a quem cumprimento. Desejo a V.Exa. sucesso à frente dessa missão, uma missão difícil, mas tenho certeza de que, com a sua competência, irá vencê-la e desempenhar um bom trabalho como Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado. Srs. Congressistas, Sras. Congressistas, esta sessão do Congresso Nacional foi convocada para debater e deliberar sobre vários vetos presidenciais. Houve alguns acordos no sentido de manter alguns vetos, assim como também de derrubar, com a própria concordância do Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Entre os vetos que serão derrubados, eu quero tratar sobre o Veto nº 48, item 5, que trata justamente sobre os precatórios do FUNDEF. Essa matéria não deveria ter sido vetada, até porque ela não traz nenhum tipo de prejuízo ao Erário público federal, nem é inconstitucional. Portanto, é um veto que vai ser derrubado, inclusive com apoio do próprio Presidente da República, através do seu Líder no Congresso, o Senador Eduardo Gomes, que tem feito um excelente trabalho como Líder do Governo aqui no Congresso Nacional, buscando sempre o consenso.

Também já foi muito falado aqui a respeito da importância da distribuição dos 60% desse precatório para os profissionais do magistério, por quê? Porque, quando a lei do FUNDEF foi criada, em 1998, ela previa que pelo menos 60% fossem utilizados para pagamento de profissionais do magistério, que são os professores. Portanto, agora a União deixou de pagar o que deveria pagar para os Municípios e os Estados em um determinado período, e a Justiça entendeu que a União deveria repassar para esses Municípios aquilo que deixou de pagar, isso através de precatório. Mas, então, por que não repassar para os professores esses 60%, que são de direito deles, porque a lei, quando foi criada, já dizia isso? Agora são 70% com a nova lei do FUNDEB, que teve como Relatora aqui na Câmara a Deputada Professora Dorinha.

Com relação ao Veto nº 30, eu entendo que é importante a manutenção desse veto para que nós possamos viabilizar o saneamento em nosso País. Esse veto é justamente em cima do novo Marco Legal do Saneamento e vai possibilitar que hoje 34 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada venham a ter, assim como também mais da metade da população brasileira, que não tem acesso a esgotamento sanitário tratado, ou seja, a esgoto tratado. Isso vai ser possível graças a esse novo Marco Legal do Saneamento, que foi aprovado aqui na Câmara e no Senado. Portanto, esses vetos são corretos. Entendo que eles devem ser mantidos, assim como outros que nós precisamos manter.

Sr. Presidente, eu quero aqui, neste minuto que me resta, saudar o Presidente Jair Bolsonaro pela escolha do novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que é médico lá da Paraíba, médico conceituado, um bom profissional e também uma pessoa com várias qualidades que entendo importantes para que ele seja um bom Ministro da Saúde.

Ele esteve na Câmara e também no Senado em busca de apoio para aprovar projetos de interesse do



povo brasileiro.

Inclusive eu cito um projeto do qual fui Relator, que possibilita o pagamento, através do Sistema Único de Saúde, da implantação de prótese de válvula aórtica por cateter. Essa doença acomete mais de 10% da população acima de 65 anos. Esse é um procedimento que o SUS não faz, mas que por ele deveria ser feito, porque com esse procedimento a possibilidade de morte diminui bastante, diferente daquele procedimento tradicional que era feito com o peito aberto.

Portanto, eu conheço muito bem o Dr. Marcelo Queiroga, sei que ele vai fazer um bom trabalho como Ministro da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Dra. Soraya Manato. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Eminentíssimo Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, permita-me lembrar suas últimas palavras quando da abertura da sessão legislativa, quando V.Exa. proclamou uma célebre frase deste formidável brasileiro que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira: *"Creio na vitória final e inexorável do Brasil, como nação"*.

Aliás, recentemente, o ex-Presidente Fernando Henrique escreveu um artigo em cujo título deveria estar insculpido: *"que venha um novo JK, esperamos por um novo JK, o Brasil precisa de um novo JK"*.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer neste instante em que o Poder Legislativo se afirma como o ponto final do processo legislativo... O momento mais sublime do processo legislativo é este. A proposta que deve ser incorporada ao nosso ordenamento jurídico merece ou não merece ser incorporada? Essa palavra final é nossa, é do Parlamento, na tripartição clássica de Montesquieu. Todos nós temos, portanto, a responsabilidade de definir o que é justo, o que é injusto, o que é cabível, o que é factível, e por aí vai.

Há dois vetos para os quais eu gostaria de chamar a atenção dos colegas, sobre os quais me parece que nós precisamos pensar muito seriamente.

O primeiro é o Veto nº 4. Esse veto é muito importante nesse tempo difícil por que passam os Municípios e Estados para obter algum tipo de recurso a fim de ensejar investimento. Poupanças próprias, praticamente se esquece. Alguns se articulam mais, e outros, menos, mas o fato é que muitos entes estão na esfera do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, onde se tem contratos e há obrigações perante esses contratos.

O Rio de Janeiro, por exemplo, o Município do Rio de Janeiro, neste instante, tem que executar contragarantias que hão de perfazer 500 milhões de reais no instante em que a cidade passa por um esforço gigantesco para se soerguer.

Então, aprovou-se na Lei Complementar nº 178 um dispositivo que permitia uma repactuação para que os entes pudessem, com essa securitização e com esse aval da União, pensar um pouco mais adiante para ter um oxigênio e uma capacidade de investimento.

Então o Rio de Janeiro, neste momento, se tiver condição de operar essa possibilidade de reentendimento com a União nesse sentido, pode respirar, pode começar a ter algum tipo de investimento indispensável neste momento de recuperação da nossa cidade.

O Prefeito Eduardo Paes está inclusive muito empenhado nessa matéria. Ela está destacada. É o último item da pauta. Eu queria fazer um apelo a todas as Lideranças para que nós pudéssemos rejeitar esse veto e permitir que, em entendimento altivo, a União, os Estados e os Municípios pudessem encontrar um caminho para superar esse drama da ausência de recursos.

E ainda há um outro veto que nós queríamos pontuar também, que é uma preocupação muito grande do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, sobre o preenchimento das vacâncias.



No Rio de Janeiro, 2 mil policiais deixam de trabalhar todos os anos por conta das aposentadorias. São 6 mil em 3 anos. Isso é muito sério do ponto de vista da oferta, do oferecimento de serviço de segurança pública.

Então, eu já soube que o eminente Senador Eduardo Gomes está construindo um acordo para que possamos, numa etapa vindoura próxima, em discussão com os Estados e com os entes, encontrar também uma saída, porque, para o Rio de Janeiro, que tem um problema sério de segurança, é uma matéria de uma relevância vital, vital.

Sr. Presidente, eu ainda queria aproveitar esse tempinho e fazer um apelo ao Sr. Presidente do ICMBio, Fernando Lorencini, para que acolha a proposta do eminente Secretário de Turismo do Rio de Janeiro, Gustavo Tutuca, para que os trens que estão indo a leilão no dia 1º, na verdade, possam ser transferidos para o Estado do Rio de Janeiro.

Estou me reportando aos trens do Corcovado. Durante mais de 40 anos, de 1976 a 2000, eles funcionaram. Eles foram trocados e agora estão muito mais modernos. Quem vai ao Rio de Janeiro sempre imagina o trem do Corcovado como um passeio que se deve perseguir. No entanto, esses trens estão indo a leilão, um leilão que tem um fito meramente de se aferir uma receita de sucata, por assim dizer. Mas eles são um patrimônio do Rio de Janeiro. Eles merecem, Sr. Presidente, ser reintroduzidos em alguns sítios turísticos, são atrações turísticas relevantes.

Portanto, essa proposta é absolutamente justa e, aqui para nós, não traz nenhum tipo de problema para o ICMBio e, ao mesmo tempo, oferece ao Estado do Rio de Janeiro a oportunidade de mostrar, em alguns pontos da nossa cidade ou do nosso Estado, esses equipamentos que fizeram a história, a alegria de milhares e milhares de turistas nacionais e internacionais.

Portanto, essa é a proposta que eu também queria apresentar ao Sr. Presidente do ICMBio, dizendo que estamos apresentando um projeto de lei nessa direção, para autorizar a transferência do equipamento para o Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Otavio Leite.

O próximo orador inscrito é o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua eleição no Senado. Não tive a oportunidade de fazê-lo anteriormente, até porque estamos distantes, estou no Estado de São Paulo, mas aproveito esta oportunidade para cumprimentá-lo.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os colegas. Nós, daqui a pouco, iremos começar a fazer a votação dos vetos.

Quero chamar a atenção para o Veto nº 37, que diz respeito à liberação do Fundo de Garantia para os aeronautas e aeroviários. Prezados colegas, o setor da aviação, para a nossa economia, para a economia brasileira, tem um significado muito importante. Há uma arrecadação de cerca de 300 bilhões de reais e uma geração de empregos diretos, indiretos, empregos induzidos e empregos do turismo da ordem de 6 milhões de trabalhadores. Os empregos da aviação, a chave mestra desta cadeia econômica, são em torno de 35 mil a 40 mil empregos.

O que nós pedimos à época ao Relator Arthur Maia, que nos atendeu, foi que os trabalhadores da aviação que não puderam se inscrever no auxílio emergencial à época e que perderam os seus empregos, perderam os seus salários, pudessem sacar, dentro de um determinado limite, o Fundo de Garantia que lhes é devido, que está na conta. Pedimos que eles pudessem sacar até um determinado limite, podendo ser até 1 salário mínimo, não haveria problema. Mas que eles pudessem sacar.

Vendo aqui uma nota técnica, o Governo e o Ministério da Economia alegaram descapitalização do



Fundo de Garantia. Eu não creio que isso seja uma verdade, porque tirar 35 milhões de reais do Fundo de Garantia hoje, por mês, não faria tanta diferença assim como ele enfatizou com essa observação sobre a questão da descapitalização do Fundo.

Mas esses trabalhadores que ainda estão sem trabalhar, que ainda estão sem receber, que ainda não encontraram uma oportunidade de fazer renda estão passando extrema dificuldade. Este Parlamento, que atendeu aos anseios de tantas categorias, de tantos trabalhadores, infelizmente deixou passar batida essa questão dos trabalhadores da aviação.

Venho aqui fazer um apelo a todos os colegas e pedir uma atenção especial a esse Veto nº 37, que é muito caro para esses trabalhadores. Tenho certeza absoluta de que sairemos, em breve, deste período de pandemia e retomaremos todas as atividades, mas ainda é cedo para falar quando a aviação do Brasil vai recuperar 100% da sua força de trabalho, como tínhamos em novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020. No início deste ano, por exemplo, nós estamos ainda com uma retração aproximada de 60% dos setores. É muito pouco ainda. Apenas 40% da força de trabalho estão trabalhando. Como é que estão vivendo os 60% restantes de toda essa força de trabalho que estão sem arrecadar absolutamente nada, sem receber absolutamente nada?

Então é preciso darmos atenção a este povo que precisa de um determinado ganho, que precisa botar comida dentro de casa. É preciso dar dignidade a essas pessoas, e dar dignidade é dar condições a essas pessoas de irem ao supermercado comprar o básico — o básico — para suas famílias. Peço encarecidamente a todos os colegas que o Veto nº 37 não seja mantido, para que possamos atender aos anseios de todos os aeronautas e aeroviários.

Obrigado, Presidente. Que tenhamos uma boa sessão!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputado Coronel Tadeu.

O próximo orador inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

Antes, tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Presidente Rodrigo, o Deputado Bira do Pindaré, do PSB, também se inscreveu, mas não está conseguindo acesso ao sistema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Fica registrado, Deputado. Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a prioridade do nosso mandato é a conclusão do novo pronto-socorro da UFU, e eu queria agradecer muito a V.Exa. o apoio. Receba o nosso muito obrigado. Nós apresentamos essa demanda a V.Exa., que prontamente atendeu. A única emenda de bancada que V.Exa. apresentou foi para a conclusão do novo pronto-socorro da UFU, uma emenda no valor 100 milhões de reais. Houve uma adequação de valor, e nós vamos apresentar agora um destaque para tentar chegar pelo menos a 50 milhões de reais, para que se possa concluir pelo menos a primeira etapa do novo pronto-socorro da UFU — são 249 leitos —, que atende mais de 2 milhões de pessoas em todo o Triângulo Mineiro. Com certeza, é a obra mais importante da região. Então, mais uma vez, eu queria agradecer a V.Exa. o apoio. A única emenda de bancada que o Senador Rodrigo Pacheco tinha ele destinou à conclusão da obra do novo pronto-socorro da UFU. Muito obrigado, em nome de toda a população de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

Com certeza, se Deus quiser, essa primeira etapa da obra vai ser terminada. E que, no ano que vem, nós possamos aumentar o número de leitos, porque há um déficit, na nossa região, de mais de 800 leitos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputado Weliton Prado. Reconheço o trabalho de V.Exa., a oportunidade que me deu, inclusive, de fazer essa indicação única, como de fato V.Exa. reconhece, para essa obra, que é um desejo muito antigo de Uberlândia e



da região. Tomara tenhamos a condição, no Orçamento, de ampliar essa emenda para um valor que seja condizente e compatível com a realização dessa obra tão almejada pelo povo de Uberlândia. Muito obrigado a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, cumprimento V.Exa. É um prazer estarmos juntos nesta sessão congressional. Cumprimento também o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, meu Líder, e as Sras. e os Srs. Congressistas.

Estamos aqui finalizando, Sr. Presidente, o processo de votação do orçamento para o exercício 2021. Todos sabem que deveríamos tê-lo feito no ano passado, e já estamos no terceiro mês do ano sem que haja Orçamento da União aprovado. Isso tem causado alguns problemas.

Porém, o Governo, antecipando-se a um colapso nas despesas, enviou para o Congresso o PLN 1, que será objeto, esperamos todos, assim que ultrapassarmos a votação dos vetos, de deliberação pelo Congresso para que o Governo possa pagar este mês de março os funcionários, em especial os servidores das Forças Armadas.

Nós esperamos também, uma vez votados todos os relatórios setoriais — já o fizemos no dia de ontem —, que na semana que vem nós possamos estar com o Relatório Geral do Orçamento para este exercício 2021, do Senador Marcio Bittar, pronto para votação na Comissão de Orçamento e, posteriormente, no Plenário do Congresso. Então, esperamos que a semana que vem seja tão produtiva quanto foi e está sendo esta semana, para finalizarmos esta que eu considero a peça mais importante que tramita no Poder Legislativo, o Orçamento Geral da União.

Nós estamos hoje pautando diversos vetos que foram objetos de acordo entre a base do Governo e a Oposição, claro, mantendo-se a posição de cada um.

Era importante que nós pudéssemos limpar a pauta de vetos para podermos avançar nas demais matérias, e são vetos importantes.

Eu, que sou municipalista, através da votação no dia de hoje, espero que os Municípios brasileiros, principalmente aqueles abaixo de 50 mil habitantes, tenham possibilidade de fechar convênios, de assinar convênios junto ao orçamento, através da sua representação de Deputados e Deputadas aqui na Câmara, para que possam minorar, diminuir o impacto da pandemia da COVID-19, seja do ponto de vista da saúde da população, seja do ponto de vista do decréscimo dos investimentos, já que a maioria dos Municípios está com dificuldades para manter investimentos nas suas cidades.

Votando os vetos, o que ocorrerá dentro de poucos instantes, nós poderemos amenizar uma série de situações para que os Municípios sejam beneficiados, haja vista que hoje o Município para poder iniciar uma obra tem que ter SPA aprovado. E, a partir da votação de um desses vetos, se nós não o mantivermos, o Município poderá iniciar as obras num prazo de 90 dias, no máximo, se a Caixa não autorizar o início da obra. Isso vai tirar um grande empecilho para os Municípios, que dependem muitas vezes de a Caixa Econômica Federal liberar o recurso, o contrato e a licitação, e isso fica parado dias, meses, às vezes, 1 ano, até cair o convênio, muitas vezes sem que o recurso que nós colocamos na peça orçamentária como emenda parlamentar, para uso do qual o Prefeito fez licitação e desenvolveu projeto, seja executado. E a votação de um veto também vai retirar as exigências de licença ambiental e de regularidade no CAUC para o empenho.

Muitas vezes, há Municípios que estão com problemas no CAUC, mas são problemas com documentação que em 1 ou 2 dias podem ser sanados. Mas se há necessidade de celeridade para o empenho, como acontece principalmente no fim de ano, e aparece alguma inadimplência no CAUC, isso impede que o Município possa ter o seu empenho realizado, prejudicando, conseqüentemente, a obra. E isso poderia



estar resolvido em 2 ou 3 dias.

Nós precisamos também levar em consideração que os contingenciamentos serão proporcionais, tanto do Executivo quanto das emendas de Relator. Nós ampliamos o investimento de custeio para o Ministério da Educação e também para o Ministério da Agricultura. E a FUNASA, que é uma empresa — ela não é uma autarquia — do Governo Federal, poderá executar obras de tratamento de resíduos sólidos em Municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Portanto, é importante que esses vetos sejam votados e existe o acordo. Então, esperamos, Sr. Presidente, que nós possamos fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Deputado, ou melhor, Senador Rodrigo Pacheco — nós nos acostumamos tanto a conviver com V.Exa. como Parlamentar na Câmara que, às vezes, ainda o chamamos de Deputado, mas V.Exa. é Senador —, Presidente do Congresso Nacional, Presidente do Senado Federal, cumprimento V.Exa. com entusiasmo pelo espírito democrático que sempre demonstrou na nossa convivência, sobretudo na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, onde mais convivemos.

Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar sobre o momento trágico que o Brasil vive e sobre alguns vetos que podem diminuir o nosso sofrimento. E podem diminuir, mas não acabar, porque só daremos fim a esse sofrimento, Sr. Presidente, com a vacina e com outra postura do Governo brasileiro, uma postura que leve a sério a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Quero me posicionar claramente contra o Veto 8, porque os Municípios buscam comprar a vacina diante do caos e do abandono do Governo Federal.

Quero pedir que derrubemos juntos e juntas o Veto 36, porque é justo que um profissional de saúde que está oferecendo a sua vida no atendimento às vítimas da COVID tenha a confiança de que, no caso de impedimento para continuar trabalhando, haverá pelo menos um apoio a seus familiares, a seus filhos pequenos, àquelas pessoas que ele mais ama e das quais está abrindo mão de cuidar neste momento, tantas vezes, por estar cuidando — e não só porque a sua profissão exige, mas também porque a dimensão ética o exige — de todos e de todas nós. Então, quero me somar ao Deputado Reginaldo Lopes, à Deputada Fernanda Melchionna, a todos e a todas para pedir a derrubada do Veto 36, a fim de garantir a indenização humanitária aos profissionais de saúde.

Sr. Presidente, posiciono-me também pela derrubada do Veto 46. O Governo tem sido terrível com a agricultura familiar. Não garantiu, aliás, vetou o auxílio emergencial para os agricultores familiares e não criou o Plano Safra específico para a agricultura familiar.

As mulheres agricultoras não têm tido os seus direitos assegurados. Quando nós votamos a Lei Assis Carvalho, que foi votada por todos e por todas nós, a expectativa era justamente de diminuir essa desigualdade e de garantir a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar para a população, evitando-se o desabastecimento.

Então, sou pela derrubada do Veto 46. A Lei Assis Carvalho faz justiça. E ela faz justiça porque o Governo, somente em termos de desoneração para agrotóxicos — e viramos o país que mais libera agrotóxicos trancados no mundo —, já liberou 1,7 bilhão de reais. Só em 2019, 33 bilhões de reais foram alocados para as grandes propriedades rurais, para aqueles que são do agronegócio. E aqui nós estamos falando de 3 mil reais para uma propriedade ou para um domicílio rural que produz alimentos.

Eu recebi vários contatos de mulheres da CONTAG e da FETRAF do meu Estado em relação a esse veto. Quero citar a Cleonice Back, que é a Suplente do Senador Paulo Paim, e o próprio Senador Paulo Paim. Mulheres da agricultura familiar, nós estamos ao lado de vocês, lutando pela derrubada do Veto 46.



Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o nosso grande desafio na luta pela democracia brasileira é realmente fazermos com que, neste momento, os processos de *impeachment* andem, porque nós precisamos dar um basta no que está acontecendo no País. Nesta semana, Felipe Neto foi atacado. Na semana passada, André Constantine, um jovem negro do Rio de Janeiro, ao fazer um discurso no Centro da cidade, foi preso pelas palavras que proferia. Quantos e quantas são atacadas hoje, justamente por suas palavras? Nós não podemos aceitar isso. Uma ditadura não se implanta de um dia para o outro; ela vai ocupando espaço.

Então, às vésperas do dia 31 de março, sabendo que uma ditadura implantada em 1964 durou 21 anos, eu quero denunciar a escalada autoritária, violenta, no País e defender a Constituição Federal de 1988, os direitos civis, as garantias individuais, os direitos humanos, a liberdade de expressão, aquilo que nos é mais...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço a V.Exa., Deputada Maria do Rosário. Peço que me perdoe. O áudio é cortado quando terminam os 5 minutos. Agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Congressistas, Srs. Congressistas, telespectadores que nos assistem pela *TV Câmara*, a pandemia acelerou o processo de digitalização no Brasil, e essa é uma poderosa ferramenta de inclusão social. O melhor exemplo disso é o aplicativo da Caixa Econômica Federal para pagamentos de benefícios sociais. Ele tinha 18,9 milhões de contas no final do primeiro semestre de 2020 e chegou ao final do segundo semestre com 91,6 milhões de contas em virtude do pagamento do auxílio emergencial.

As redes de comunicação no Brasil respondem e responderam muito bem ao desafio do crescimento repentino de demanda durante a pandemia. O aumento do consumo não se transformou em um apagão virtual, como aconteceu, por exemplo, na crise de energia elétrica, em 2001, e na crise da aviação civil, em 2006.

A digitalização facilita o acesso dos mais pobres a serviços públicos em geral, como educação e saúde. No entanto, a realidade do País ainda possui muitas deficiências.

Cerca de 20% dos brasileiros nunca acessaram a Internet. Das nossas cidades, 28% não possuem infraestrutura para fibra ótica, muitas delas localizadas no interior do meu Estado, o Amazonas. Só 15% dos Municípios possuem equipamentos que possibilitam a implantação de prontuário médico eletrônico, índice que na Inglaterra é de 98%. No Brasil apenas 28% dos estudantes usam computador com Internet na escola, contra 79% na Inglaterra.

Essas limitações ocorrem principalmente nas cidades e regiões atingidas pela operadora Oi, empresa que está em recuperação judicial e que enfrenta dificuldades há quase 10 anos. Sem capacidade financeira, a rede da Oi ficou para trás, prejudicando as cidades atendidas pela companhia, cuja área geográfica de atuação é a maior do País.

O Brasil vive de contrastes também nas telecomunicações. Mesmo com essas limitações de acesso, principalmente nos grotões do País, temos a quarta população *on-line* no mundo. Gastamos mais de 9 horas por dia na Internet, ficando atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. Quase 70% da população brasileira têm *smartphone* e está em alguma rede social, o que é 45% acima da média mundial.

Tudo isso ocorreu apesar de um sistema tributário que penaliza as companhias de telecomunicações e de complexos aparatos legais e regulatórios. O Brasil tem 47% de carga tributária na telefonia, que é um serviço essencial, mas que paga imposto como se fosse cigarro ou bebida alcoólica. Nos Estados Unidos, a tributação da telefonia é de 13%. No Brasil, há mais de 300 leis municipais e estaduais restringindo o setor, o que já levou a mais de 60 mil multas de 1997 a 2019. Mesmo assim, esse é um dos setores que



mais investe no País, num total de 918 bilhões de reais, desde a privatização, em 1998.

A taxa de investimento das empresas de telecomunicações no Brasil em relação a sua receita é de 20,8%, abaixo apenas da China: 21,1%. Lembro que os Estados Unidos têm taxa de reinvestimento de 14,2%, e o Japão, de 12,6%.

Em 2021, o Brasil terá duas oportunidades históricas para acelerar a digitalização e, com isso, favorecer a inclusão social através dos serviços proporcionados pelo setor de telecomunicações.

A primeira é o leilão de 5G, tecnologia que permitirá o acesso veloz dos brasileiros a telemedicina e educação a distância, entre outros benefícios. O 5G permite também a chegada da Internet das Coisas, a integração entre sistemas de Internet e objetos físicos, redes elétricas inteligentes, manutenção preventiva de equipamentos e mais uma infinidade de aplicações. Esse processo licitatório do 5G não pode ser contaminado por interesses ideológicos e tem que levar em conta, única e exclusivamente, qualidade do serviço e preço.

A segunda oportunidade é a venda de ativos da Oi, que está sendo realizada agora. Isso fará com que a empresa supere os seus problemas financeiros, o que vinha prejudicando os seus serviços. Como foi noticiado, a Oi pretende destinar grande parte dos seus esforços para o segmento de fibra ótica, que é a espinha dorsal da digitalização. Com a Oi investindo mais em fibra, todos saem ganhando. Tudo isso sem 1 centavo de recurso público. Os investimentos serão todos feitos pelo setor privado. No caso da fibra, o noticiário indica que a Oi terá como sócia uma instituição financeira e investidores de grande porte com capacidade de investimento.

No caso da telefonia móvel, a Oi vendeu os seus ativos para três companhias que já operam no Brasil, confiam e investem no País há mais de 20 anos. Com isso — e já concluo, Sr. Presidente —, o Brasil terá uma configuração de rede móvel igual à dos Estados Unidos, com três operadoras fortes na telefonia celular, além de várias companhias competindo para oferecer uma rede de fibra ótica para a população. Para os brasileiros, a celeridade no leilão do 5G e a venda dos ativos da Oi significa mais digitalização, mais inclusão social, mais investimentos e mais empregos.

Por fim, Sr. Presidente, peço que o critério de licitação do 5G seja o de preço e qualidade do serviço, sem se ideologizar esse debate, e que o CADE tenha muita sensibilidade no processo de incorporação da Oi pelas outras três operadoras. Isso será bom para o futuro da digitalização no Brasil.

Sr. Presidente, concluo apenas agradecendo ao Governo pela decisão de acordo para derrubada do veto que trata do precatório dos professores e registro a luta nesse tema do nosso ex-Deputado e atual Prefeito de Maceió, JHC, e do meu companheiro de partido Deputado Fernando Rodolfo, além do Senador Rodrigo Cunha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, houve 2.842 mortes no Brasil ontem. De todos os que morreram ontem no planeta, 28% eram brasileiros. Nós estamos nos aproximando dos 300 mil mortos, e dizem médicos e cientistas que, pelo caminho que o Brasil vai, não demora e nós teremos meio milhão de mortos. E o que disse o Líder do Governo? O Líder do Governo disse que a situação do Brasil é até confortável.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como alguém pode dizer que, caminhando para 300 mil mortos, podendo a chegar a meio milhão já no próximo mês, a situação do Brasil é confortável? Eu não consigo entender onde está tanta desumanidade num único Governo.

O Brasil vacinou menos de 5% da sua população, e o Brasil é o país com a maior *expertise* em vacinação no mundo. Mas o Presidente se recusou a comprar vacina e continua se recusando a fazer uma



vacinação em massa no País. Eu pergunto aos colegas Parlamentares: até quando nós vamos compactuar com esse genocídio provocado pelo Presidente Bolsonaro?

Peço ao Presidente do Congresso que instale a CPI da Saúde. Ou instalamos a CPI da Saúde e apuramos o que está acontecendo no nosso País ou nós seremos cúmplices dessa matança, desse genocídio. Nós não podemos nos conformar com isso! Quantas mortes poderiam ter sido evitadas se já tivéssemos vacinas suficientes?

Os Estados Unidos estão vacinando 1 milhão e 200 mil pessoas por dia. Eles estão 24 horas na vacinação. A maioria dos países do mundo está fazendo um esforço enorme para vacinar. E, no Brasil, o Parlamento se cala. Nós não tomamos uma única providência para apurar por que o Presidente Bolsonaro, em agosto do ano passado, recusou 80 milhões de doses de uma vacina. Em dezembro, parte da população brasileira — quem sabe, parte dos que morreram — já poderia estar vacinada! Se nós não tomarmos uma providência, nós seremos cúmplices dessa matança, desse genocídio que o Presidente Bolsonaro está provocando. O Presidente Bolsonaro é o principal responsável pelo que está acontecendo hoje no País, porque é ele quem muda os Ministros da Saúde a toda hora.

Eu ouvi aqui dos Parlamentares da base do Governo que estamos no quarto Ministro da Saúde e, se tivermos que chegar ao quinto Ministro, não se vai discutir mais o Ministro, mas a saída do chefe deles, a saída do Presidente Bolsonaro. Isso me encheu de esperança, porque, enquanto o Presidente Bolsonaro estiver na Presidência da República com essa incompreensão sobre a vida, deixando os brasileiros morrerem, nós não vamos ter paz e sossego.

Eu pergunto aqui aos colegas Parlamentares: quem não está com medo dessa doença? Quem não se pergunta, todos os dias, quando acorda, a que horas vai ser a vacina, que dia vai ser a nossa vacina? Quando os brasileiros de 60 anos, de 50 anos, de 40 anos, de 30 anos, de 20 anos vão se vacinar? É preciso encontrar uma saída.

Eu confesso, colegas Parlamentares, que não aguento mais ver as imagens de pessoas morrendo por falta de UTI. Eu não aguento mais as notícias diárias de parentes e amigos morrendo. E se tivéssemos vacina? Isso tudo poderia ser evitado. E este Parlamento se cala diante de um Presidente que se recusa a comprar vacina. Nós vamos ser cúmplices de tudo isso. A história vai falar sobre isso. Quantas vidas nós poderíamos ter salvado? Eu insisto Presidente: é preciso apurar isso.

Encerro aqui, dizendo que precisamos de vacinas — precisamos de vacinas! O nosso povo está morrendo porque tem um Presidente que não cuida do País.

Desculpem-me, mas é preciso tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputada Perpétua Almeida.

Tem a palavra o Deputado General Peternelli. Na sequência, falará o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu, que tenho participado das sessões aqui e acompanhado bastante as discussões, gostaria de apresentar uma sugestão a V.Exa.

No dia de hoje, contei com os amigos e fui eleito 2º Vice-Presidente na Comissão de Educação. Qual foi o processo utilizado? Apareceram os nomes, e lá estava a pergunta se a pessoa concorda ou não concorda. Eu só estou comentando isso para dizer que a tecnologia já está desenvolvida.

Na próxima análise dos vetos, bastaria que todos os vetos estivessem listados e, ao lado, fosse colada a pergunta se a pessoa concorda ou não com o veto. Nós já temos a tecnologia pronta para ser utilizada a qualquer momento. E cada um teria 2 horas para votar nos itens com tranquilidade.

Dito isso, Senador, quero dizer que eu defendo muito uma carteira de motorista em um preço mais baixo para os brasileiros. Hoje, por uma série de fatores, a carteira de motorista custa de 2.500 reais a 3



mil reais, fruto de uma série de reservas de mercado.

A parte teórica do processo tem que ser presencial. E hoje, em tempos de COVID, de EAD, essa parte ainda é presencial, e o custo da aula é de 20 reais, com 20 aulas obrigatórias, ou seja, 400 reais no mínimo. Além disso, um *motoboy*, que já dirige, tem que pagar para ter aulas práticas. Existe um contrassenso nessas obrigatoriedades.

O Veto nº 52, que nós hoje estamos derrubando, vai permitir ao cidadão fazer o exame médico somente no médico especialista cadastrado no DETRAN. Isso é reserva de mercado. Nós sempre defendemos que não deveríamos ter reserva de mercado. Agora, estamos estabelecendo uma relação do médico com o DETRAN, que não é sadia. Todos nós sabemos que essa relação não é adequada. Em alguns países, a exemplo de vários Estados americanos, não há exame médico, porque ele é feito hoje e, amanhã, se houver um acidente, o motorista pode estar com o braço quebrado e não reunir condições para dirigir, mas o documento lhe permite dirigir.

Nada tenho contra os especialistas, nada tenho contra o cadastramento, mas, infelizmente, estamos mantendo uma reserva de mercado, em que o prejudicado acaba sendo o povo brasileiro. Nós que já fizemos esses exames sabemos que qualquer médico tem condições de verificar a força muscular, a pressão, a flexibilidade e a acuidade visual. Não é isso que influi na quantidade de acidentes.

Infelizmente, nós estamos derrubando esse veto, e vamos manter a relação de mercado e esse relacionamento com os DETRANs, o que não é positivo para a Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite, para fazer um breve comunicado.

Na sequência, terá a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o centenário de um grande brasileiro. Refiro-me ao jornalista Clorivaldo de Araújo Castro, baiano, que foi para o Rio de Janeiro muito novo, percorreu diversas redações, mas se notabilizou por ter elevado o turismo ao *status*, à dimensão de notícia que merece o setor. Ele talvez seja pioneiro no Brasil ao assinar uma coluna específica sobre turismo. Ele ainda criou a ABRAJET — Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo. Enfim, foi um homem que merece ser reconhecido pela trajetória e, mais do que isso, como fonte de inspiração para os jornalistas de turismo. Hoje há, inclusive, um contingente da imprensa específico sobre turismo. Prosseguiu nessa estrada o sobrinho dele, Cláudio Magnavita, hoje *publisher* do *Correio da Manhã*.

Portanto, queria fazer este registro em homenagem a esse grande jornalista brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me cumprimentar o advogado Dr. Rodrigo Otavio Soares Pacheco, de Porto Velho para Minas Gerais, de Minas Gerais para o Congresso Nacional e do Congresso Nacional para o mundo. Somos colegas Deputados. Lembro-me bem de V.Exa. como Presidente da CCJ. Aliás, eu imaginava que V.Exa. seria Presidente da Câmara dos Deputados. Imaginei pouco! Virou Senador e Presidente do Senado Federal, mas continua sendo Presidente dos Deputados, até porque é o Presidente do Congresso Nacional. Receba, então, a minha homenagem, na nossa primeira sessão, presidida por V.Exa., com muita honra e com muito orgulho.

Presidente, quero aqui fazer um apelo em defesa da votação contrária ao veto que tirou o direito das professoras e dos professores de receberem seus precatórios. A educação é muito cara para nós pedetistas,



trabalhistas, brizolistas, ciristas. Ciro Gomes dá esse exemplo para nós. Só a educação emancipa, liberta, como já dizia o Dr. Brizola. Então, nós temos que zelar pelas nossas professoras, pelos nossos professores.

Esse veto foi muito ruim. Nós precisamos dar o apoio, porque esse recurso, esse dinheiro, esse valor, que é sagrado, representa o salário dos professores. Eles precisam dele, eles merecem, eles necessitam, eles têm direito, eles conquistaram — conquistaram no trabalho e conquistaram na Justiça. Então, nós não podemos sonegar isso para os professores e para as professoras. É o meu compromisso e o meu apelo derrubarmos esse veto em favor dos professores gaúchos e brasileiros.

Como segundo aspecto, Presidente, também estou na luta para a derrubada do Veto nº 36, que diz respeito ao Projeto de Lei nº 1.826 e, de minha autoria, ao Projeto de Lei nº 2.080, aprovados conjuntamente. É um projeto feito na Câmara dos Deputados a muitas mãos, especialmente as mãos das Deputadas. Mas um dos projetos é meu, aprovado em conjunto. Ele ampara a família dos profissionais de saúde que sucumbiram na luta contra a COVID.

Essa guerra que nós estamos travando contra o vírus é uma guerra contra um inimigo invisível. Em uma guerra convencional, o soldado tomba no *front* e o país indeniza a família: *"Olha, esse soldado morreu na luta, e a família está sendo amparada"*. Aqui, os soldados são os médicos, as enfermeiras, os profissionais de saúde, aqueles que estão na linha de frente e estão tombando. Sim, quase mil tombaram, e a família deles merece um amparo para que continuem a luta, para que continuem resistindo. A indenização é pequena, de 50 mil reais. Morreram, repito, quase mil profissionais de saúde.

A proposta vetada, Presidente, ampara uma série de profissionais, além de médicos, enfermeiros e enfermeiras. Aliás, a maioria são mulheres profissionais de saúde, como nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiras, auxiliares de enfermeiras, assistentes sociais de nível médio e de nível superior, cozinheiras, além de servidores da lavanderia, motoristas, vigilantes, ou seja, todos aqueles que estão na linha de frente. Há também os nossos agentes comunitários de saúde, que vão de casa em casa dar amparo, dar orientação às famílias na hora da dor, da angústia, da pandemia, do sofrimento, da doença.

Esses profissionais merecem mais do que a vacina. A vacina é uma espécie de colete à prova de bala de quem está na linha de frente na guerra. Então, é um colete à prova de vírus. No entanto, para alguns, a vacina chegou tarde. Alguns já tombaram, alguns já caíram. As famílias choram desamparadas, desassistidas.

Um pai e uma mãe, Presidente, às vezes, investiram tudo o que tinham para formar uma filha enfermeira, um filho enfermeiro, uma filha médica, um filho médico, uma assistente social, um nutricionista, um fisioterapeuta. Eles investiram o que não tinham para formar esse profissional, que foi para a luta, foi para a guerra contra o vírus e tombou. Como não estará o ambiente dessa família agora, Presidente?

Então, isso é o mínimo do mínimo que nós podemos fazer a quem merece, a quem precisa, a quem necessita, a quem expôs a vida para cuidar da nossa. Eu mesmo fui acometido pelo coronavírus e fiquei 12 dias no hospital. E os profissionais de saúde, médicos, médicas, enfermeiros, expuseram a vida deles para salvar a minha. O mínimo que temos de fazer é retribuir com ações e atitudes, em favor da vida, em favor da saúde, em favor da dignidade, reparando essas famílias, Presidente.

Essa é a nossa postura, essa é a nossa luta, esse é o nosso compromisso. Depois: vacina, vacina, vacina! É o que vai salvar a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao nobre Deputado e caro amigo Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, inicio a minha fala



prestando uma homenagem a um grande brasileiro que nós perdemos no dia de hoje, o Desembargador Antonio Carlos Malheiros. Mais tarde quero fazer outra homenagem a ele.

Quero agora homenagear as 280 mil pessoas que perderam a vida, ao mesmo tempo em que homenageio as famílias, os parentes delas, pessoas que sofreram com uma pandemia que está ganhando uma dimensão de descontrole no País. O Brasil já deveria ter aprendido com a pandemia, pois ela começou na China, depois foi para Europa, e dela foram extraídos ensinamentos contrariados pela autoridade central do País.

Hoje nós estamos vivendo uma situação de caos, com o sistema de saúde incapaz de dar conta disso. Nós precisamos reverter essa situação e tomar medidas, e eu quero aqui tratar das medidas mais importantes.

A primeira delas é avançar no calendário de vacinação, comprar as vacinas que estão disponíveis e aumentar a capacidade de produção de vacinas no País.

Ao mesmo tempo, nós temos que conceder um auxílio emergencial de 600 reais para as pessoas ficarem em casa, aquelas que não precisam sair de casa para o exercício de alguma atividade. Esses 600 reais são para dar conta da sobrevivência dessas pessoas.

Em terceiro lugar está a ajuda à manutenção dos empregos. Muitas empresas receberam, ano passado, os benefícios da MP 936, e esses benefícios não foram renovados, mas nós deveríamos fazê-lo. Inclusive, há um projeto de lei meu aqui que prevê a renovação dos benefícios da MP 936, pela manutenção de empregos.

Em quarto lugar está a ajuda às empresas. Muitas delas estão quebrando e outras estão no desespero. Por isso, nós precisamos ajudá-las a passar por este momento.

Quinto, nós temos que adotar medidas mais duras em relação à pandemia, no sentido de restringir a movimentação de pessoas para impedir a difusão do vírus. A cidade de Araraquara fez um *lockdown* de 10 dias e diminuiu o número de infecções pela metade. Isso tem que ser feito em todo o País. É preciso restringir o número de pessoas que circulam para diminuir o número de infectados, no momento em que há uma segunda cepa, modificada, mais contagiosa, mais transmissível, que atinge os jovens e faz com que as pessoas fiquem mais tempo hospitalizadas.

O grande responsável por esta pandemia no nível em que ela está é o Presidente da República. Há estudos que indicam que uma série de medidas que ele tomou e de pronunciamentos que ele fez ajudaram a aumentar a intensidade da pandemia. Quando ele convidou a médica Luhdmila Hajjar para ser Ministra, ela disse: "*Precisamos fazer lockdown*". E ele respondeu: "*Mas, se fizermos lockdown, eu perco a eleição*". Isso demonstra que o foco do Presidente da República não é a vida das pessoas, mas a eleição de 2022. Por isso, o Brasil é o lugar com o maior número de infecções e o maior número diário de mortes.

O Presidente é um genocida. E esse genocídio precisa ser julgado inicialmente por este Congresso Nacional por meio do afastamento dele da Presidência da República. Qualquer solução constitucional é melhor do que ele. Ele tem que ser afastado e julgado nos tribunais para que nós possamos reverter esta pandemia e garantir a vida dos brasileiros, que precisam viver.

Todo o apoio aos Governadores e Prefeitos! Todo o apoio à sociedade! Faço um pedido desta tribuna para que a sociedade brasileira se cuide, respeite as medidas de distanciamento, tome todos os cuidados e use máscaras.

Que nós possamos avançar no pedido de julgamento do *impeachment* do Presidente da República, porque ele é o grande responsável pela tragédia que a sociedade brasileira está vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia e, na sequência, ao Líder do Governo no Congresso,



Senador Eduardo Gomes.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, ao cumprimentá-lo e a todos os Parlamentares, eu quero registrar, inicialmente, que matérias importantes acabaram perdendo a eficácia exatamente por atraso na realização de sessões do Congresso Nacional. Ao fazer esse registro, também é meu dever dizer que V.Exa. não tem nenhuma responsabilidade quanto a isso.

O que nós queremos é, de certa maneira, dar sugestões e fazer reivindicações. Passo a citar alguns exemplos.

Não pode acontecer de haver um veto, por exemplo, referente à COVID, como o Veto nº 8, e ele não entrar na pauta. Portanto, nós não temos como derrubá-lo. E não há nada, rigorosamente nada mais importante do que combater a pandemia no País.

Nós não estamos aqui transferindo responsabilidade. Ao contrário, em minha opinião, se esse é o maior problema do País — e é, porque está matando milhares de pessoas, e agora já há quase três centenas de milhares —, nós não podemos encará-lo como se estivéssemos em um tipo de normalidade. Vou dar um exemplo do meu Estado. Ontem ou anteontem o número de mortos em São Paulo era aproximadamente igual ao número de mortos em todo o País em 20 de agosto do ano passado. Se for assim, nós não podemos, sob nenhuma hipótese, imaginar que estamos superando a pandemia. O Brasil vacinou apenas 10 milhões de pessoas, e a maioria delas recebeu apenas a primeira dose. Com isso, o vírus fica circulando; com isso, a chance do aparecimento de novas cepas aumenta muito.

Eu quero também abordar o auxílio emergencial. Como nós alertamos, e por isso votamos contra a PEC 186, o Governo apresentou-a como sendo a PEC do auxílio emergencial. A imprensa reproduziu esses termos, mas não foi assim. Essa PEC veio essencialmente para produzir um ajuste fiscal — em nossa opinião, o arroxo. Se nós atentarmos, por decisão do Congresso Nacional, o auxílio emergencial chegou a ser de 600 reais e, para as famílias monoparentais, de 1.200 reais. É bom lembrar que 80% das crianças têm como primeiro representante as mulheres.

O veto exarado argumenta que havia fraude. Bom, a maior parte das fraudes quem praticava eram homens. O Governo poderia ter imitado, não há nenhum problema, pois na ciência se copia. Está confirmado que a experiência do Bolsa Família mostra que sempre se quis entregar esse auxílio na mão das mulheres. Portanto, nós não podemos trabalhar com a hipótese de que todos os pobres são desonestos a ponto de falsificarem o número de pessoas que compõe o núcleo familiar para receber, por exemplo, o auxílio emergencial.

Nós podemos e temos que começar a pensar em algo — como essa pandemia, lamentavelmente, o País vai atravessar o ano de 2021 —, como um auxílio emergencial mais duradouro. Nós dissemos que a PEC 186 não garantia isso, porque não estipulava o valor. Havia ali o valor total de 44 bilhões de reais. O resultado é que a maior parte das pessoas vai receber 150 reais. Assim, Sr. Presidente, eu creio que seria muito útil se V.Exa., que está começando, e começou bem o seu trabalho, tomasse a decisão de pautar os vetos mais sequencialmente, com uma frequência maior de sessões do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

Passo a palavra ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que acompanham esta sessão. Quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Exa., Presidente, pela eleição e pela condução da primeira sessão do Congresso Nacional, como Presidente do Senado Federal e, portanto,



Presidente do Congresso Nacional; o Presidente Deputado Arthur Lira, pela eleição; toda a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e todos os Líderes em nova função nas bancadas. Faço esse cumprimento em nome do meu sempre colega e amigo, grande Presidente, Arlindo Chinaglia, que exerce agora a Liderança da Oposição no Congresso Nacional.

Sras. e Srs. Parlamentares, quero agradecer o exercício feito, nos últimos 2 dias, de entendimento da análise dos vetos e também dos vetos ligados à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É evidente, Sr. Presidente, que vivemos um momento de absoluta apreensão e dificuldade, com nossas famílias nas nossas cidades, nos nossos Estados, por conta da COVID-19, do seu agravamento, da expectativa de ampliação rápida da oferta de vacinas e da extrema dificuldade para o ambiente de debate na Câmara dos Deputados e no Senado.

Há 1 ano, iniciávamos aqui um modelo que não é o ideal. É o modelo possível de debate para a análise de vetos e matérias do Congresso Nacional em conjunto, em uma iniciativa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, que começa com um exercício de discussão entre rigorosamente todos os Líderes de todos os partidos em somente uma sala de debate. A única certeza do início e do percorrer desse tipo de reunião — e é bom que seja assim — é que, no final dela, nenhum dos dois grupos esteja satisfeito. Sempre há algo a conquistar e sempre há algo a ceder, mas é importante que seja assim. Se a Oposição ficar totalmente satisfeita, eu perco a função. E, se o Governo comemorar, a Oposição troca o Líder.

Então, eu queria, em primeiro lugar, dizer do nosso esforço hercúleo de enquadrar em uma votação, e estão corretos os Líderes — tenho muito respeito pelas questões de ordem que foram feitas com relação à votação em grupo —, mas também está correta e vai servir para o dia de hoje a análise e o debate que os liderados nos delegaram, partido a partido, na participação nessa reunião.

Sr. Presidente, também quero ressaltar a postura de V.Exa. quanto à liberdade e à autonomia dada, não só para a Liderança do Governo, mas também para a Liderança da Oposição, no sentido de que observássemos as matérias, mesmo vivendo um momento de transição. Estamos exatamente a menos de 90 dias do término do "orçamento de guerra" e do ano em que todo o esforço fiscal foi feito pelo Governo e pelo Congresso Nacional para enfrentarmos a COVID-19.

Eu sei que há um debate guardado para o momento adequado na discussão sobre as atuações do Governo e da Oposição, debate sobre a situação do País, em que cada um tem uma visão diferente. Da mesma forma, como há uma cobrança política ao Governo, há também uma resposta política do Governo.

Lembro-me de que nenhuma morte é justificada no discurso político e que todos nós sentimos muito o que está acontecendo em cada Estado, em cada cidade brasileira. Também podemos observar que há 4 semanas os Estados Unidos tinham uma média de morte acima de 4 mil pessoas, mas, com o avanço da vacinação, as medidas de contenção e as medidas sanitárias que foram tomadas, esse quadro foi reduzido à normalidade.

Nós acreditamos que, por parte do Governo, Sr. Presidente, 90% dessa pauta para reanálise de vetos refere-se a matérias que o Governo também abraçou desde o ano passado, desde o início da pandemia, sem contar o atendimento a mais de 70 milhões de brasileiros, através das medidas sociais do auxílio emergencial, da transferência de recursos diretamente a Estados e Municípios. Isso precisa ser reconhecido, mesmo que não seja este o momento do nosso debate político.

Tenho certeza absoluta de que novas sessões virão, novos momentos acalorados e tradicionais virão, como nos que V.Exa. teve participação como Presidente da CCJ na Câmara, como Líder do Democratas no Senado Federal e, agora, como Presidente do Congresso. Tenho certeza de que nós ansiamos pelo momento em que todos nós poderemos nos abraçar e brigar, normal e democraticamente, defendendo as nossas bandeiras políticas.



Sr. Presidente, nós fizemos um amplo acordo sobre as votações de matérias que devem permanecer, como a manutenção de vetos, numa lista que é conhecida de todos os Líderes, e também, por consenso, uma lista de vetos que devem ser derrubados, uns, inclusive, com um reparo ou outro da própria Liderança do Governo, na mudança de cenário.

O que precisamos entender? Durante a apreciação do veto e a dificuldade de marcar as sessões do Congresso, as coisas se modificam, matérias análogas passam a valer e simplesmente, no caso de alguns vetos analisados, Sr. Presidente, nós tivemos, durante esse período, a vigência de medida provisória e a solução daquele problema.

Então, temos acordadas a lista de manutenção de vetos e a lista de derrubada de vetos — dos vetos naturais das matérias de Governo. Há uma reavaliação feita pelos Líderes neste momento, para reduzir o número de destaques, para que façamos uma sessão mais célere, aproveitando a janela que V.Exa. abriu também na pauta do Senado, para a votação no Senado em sequência. Faço destaque apenas, Sr. Presidente, numa matéria. Ao mesmo tempo, na análise de derrubada ou manutenção de veto, existe a ponderação da Oposição, a ponderação do Governo, o acordo, o encaminhamento de acordo, na maioria das matérias, até por unanimidade dos Líderes. Mas existe também uma matéria que tem três vertentes, a do Executivo, a do Legislativo e a dos Poderes, naquele processo gradativo de autonomia do Orçamento, que foi defendido várias vezes aqui até pelo Governo, em vários momentos, quanto à impositividade e ao trabalho que é feito relativamente ao Orçamento Geral da União.

Isso proporcionou, Sr. Presidente — temos que admitir que há mérito do Governo —, uma execução orçamentária, há 2 anos já, recorde no País, com recursos destinados por Parlamentares de todos os partidos, de todas as correntes, aos seus Municípios e aos seus Estados.

Considero, portanto, esse grande acordo, e aqui faço um destaque ao Senador Irajá, pela formulação da LDO, é o Relator da LDO este ano; ao Deputado Cacá Leão, pela assistência preciosa, junto com vários assessores; ao Deputado Cajado, líder do Governo na Comissão de Orçamento; a vários Parlamentares que nos auxiliaram a chegar a esse grande acordo, para retirada de destaques dos vetos da LDO, a fim de que restasse apenas a lista simples de manutenção ou derrubada.

Houve a compreensão, por parte de Parlamentares, de que ainda não é o momento da autonomia funcional e institucional de alguns órgãos ainda ligados a Ministério. Não temos essa organização ainda. Há impossibilidade de destinação de emenda impositiva de Comissão. Desde a Emenda 001, do Líder do Governo na Câmara, o Deputado Ricardo Barros, isso vem numa evolução gradativa, de acordo com a situação do País.

Antes de terminar o meu pronunciamento, quero dizer que, por acordo das Lideranças, foram incluídos, por um detalhe na leitura da ata ontem, itens que ampliam a prerrogativa e a autonomia do Congresso Nacional sobre o Orçamento de maneira indistinta, para todos os partidos e para cada Parlamentar individualmente.

Esse acordo foi realizado. Sobrou o seguinte para a leitura do acordo dos vetos sobre a LDO. Propõe-se a manutenção — o veto será mantido — dos itens 06, 08, 010 e dos anexos que são de prerrogativa do Executivo. Haveria uma dificuldade muito grande de análise desses anexos que não complicasse a vida do Executivo. Então, houve a compreensão dos Parlamentares, quero agradecer-lhes, quanto à manutenção dos Anexos 024 a 215. Esses são os anexos. E se propõe a derrubada consensual dos seguintes itens: 01 a 05, 007, 011 a 023.

O que significa essa derrubada, Sr. Presidente, de maneira muito prática? Em algum momento do nosso relatório, foi possível entender que há necessidade de apoio aos Municípios brasileiros. O Presidente Bolsonaro, o seu Governo tem deixado isso claro, a exemplo de quando patrocinou e ajudou relativamente à cessão onerosa, ao aumento do FPM, mas entendemos que não há estrutura fiscal para mais recursos



neste momento.

E o que a Comissão de Orçamento decidiu e o Plenário agora restabelece? Apoio aos Municípios com menos de 50 mil habitantes. Então, o Veto nº 18 foi transportado para o bloco de acordo, e foi mantida a grande parte dos vetos solicitados pelo Executivo. Portanto, Sr. Presidente, houve um grande acordo. Quero agradecer demais aos Líderes de todos os partidos.

Minha intenção é usar a palavra apenas uma vez nesta sessão, dada a nossa dificuldade. Todos aqui estão apreensivos. Os poucos Parlamentares que conseguem vir ao plenário recebem sempre a ligação de um familiar que lhes pede que voltem para casa. Os que estão em seus Estados também têm dificuldades. Mas tenho ainda uma observação a fazer. Sr. Presidente, com a autorização de V.Exa. Agimos de acordo com o Regimento, estamos com duas matérias anexas para passar a todos os Líderes, sobre a análise de um PLN. Esse PLN não versa sobre recurso horizontal a nenhum Ministério, a não ser a liberação, considerada a regra de ouro, para o pagamento dos funcionários públicos do Brasil, os da saúde, os da educação. Não há destinação estranha a nenhuma outra atividade que não seja a do pagamento antes da aprovação do Orçamento.

Foi feito ainda um acordo, Sr. Presidente, também com apresentação a V.Exa. dos requisitos, para ampliação do número de Vice-Líderes da Maioria no Congresso e de Vice-Líderes da Minoria no Congresso. Isso foi acordado com os partidos, sem custo para a Casa, sem nenhum custo adicional. Trata-se apenas da representatividade, já que as Lideranças na Câmara e no Senado têm um número maior de Vice-Líderes.

Sr. Presidente, agradeço demais tudo aquilo que é motivo da nossa discussão numa reunião em que é possível destacar itens. É desejo da Oposição e é desejo do Governo também. A Oposição cede muito. O Governo cede muito. E o que precisamos ceder é o nosso espírito de união neste momento difícil que o País atravessa. Por isso, pedimos tolerância, civilidade e amizade, sabendo que estamos aqui num risco total.

Vou encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo antes que as forças de segurança deste País clamam por inclusão no grupo prioritário da vacina. E sabemos também a dificuldade que teve o Poder Legislativo e o Poder Judiciário quanto ao funcionamento. Temos certeza de que haverá, em breve, maior oferta de vacina, para que os integrantes de todas as categorias sejam imunizados.

Eu sonho, Sr. Presidente, em ver aquelas grandes batalhas no plenário. Só voltarão a acontecer se as condições de saúde permitirem. Espero que eu consiga voltar a brigar de forma muito aberta com o meu colega Deputado Arlindo Chinaglia, com os outros Líderes. Espero que voltemos a lotar este plenário sob sua liderança, Sr. Presidente. Por enquanto, devemos o nosso trabalho e a nossa dedicação a uma liderança importante: a da vida, a do respeito à vida dos brasileiros.

Parabéns a V.Exa. pela condução da crise da vacina, o que fez junto ao Presidente Arthur Lira.

Quero dizer a todos que eu, enquanto merecer a confiança do Presidente Jair Bolsonaro, fico muito satisfeito de participar da Liderança do Governo no Congresso, cumprindo os compromissos do Governo, que cumpre compromisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. e o cumprimento pelo trabalho desenvolvido na Liderança do Governo.

Antes de passar a palavra ao Deputado Cacá e ao Deputado Arlindo Chinaglia, eu gostaria apenas de decidir as questões de ordem apresentadas no início desta sessão pelo Deputado Ivan Valente e pelo Deputado Tiago Mitraud, respectivamente do PSOL e do Partido Novo.

”É sabido que vivemos hoje um tempo excepcional, fora da normalidade, em face dos desafios que a pandemia de COVID-19 nos impôs. Assim, tempos anormais exigem soluções também excepcionais.

De fato, o Regimento Interno é um conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o funcionamento do Parlamento em momentos de normalidade. A implementação do Sistema de Deliberação



Remoto, entretanto, foi a solução de funcionamento que alterou substancialmente a forma pela qual o Parlamento delibera, em tempos anormais, de isolamento social.

Registre-se, entretanto, que a submissão aos princípios fundamentais do Regimento nunca deixou de ser observada. Nesse sentido, o cerne regimental de qualquer deliberação do Parlamento concentra-se na estrita obediência à publicidade e ao quórum de deliberação. Isso porque o próprio Regimento dispensa, em alguns casos, (...) as formalidades regimentais, sempre respeitando o quórum para deliberação e os procedimentos para conferir ampla publicidade às proposições, conforme o art. 337 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ora, se o próprio Regimento afasta em alguns casos suas formalidades, a situação em que vivemos justificaria, ainda com mais ênfase, o afastamento de normas regimentais inaplicáveis por absoluta impossibilidade técnica.

Esse é exatamente o caso da utilização de cédulas para apreciação dos vetos. Não é possível tecnicamente até o presente momento, com a tecnologia já adotada e em funcionamento para o Sistema de Deliberação Remoto, nas duas Casas, a emissão de cédulas para a deliberação dos vetos presidenciais.

Assim, esta Presidência decidiu, sempre tendo em vista a agilidade e eficácia das deliberações do Parlamento, adotar, para uma pauta muito extensa, mecanismo já amplamente conhecido pelos Parlamentares e utilizado durante todo o ano de 2020, que é a votação em globo dos vetos, sempre resguardando o direito de cada partido aqui representado de ter seus destaques analisados individualmente, nos termos regimentais.

Ante o exposto, indefiro as questões de ordem que foram apresentadas.”

Afirmo que as sugestões colocadas nesta sessão pelo Deputado General Peternelli e pelo Deputado Tiago Mitraud serão conhecidas pela Presidência e submetidas ao Colégio de Líderes para eventual implantação. Será verificada a possibilidade de implantação dessas ideias que foram sugeridas para as próximas sessões do Congresso Nacional.

Tem a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, primeiro, quero parabenizar V.Exa. Esta é a sua primeira sessão à frente do Congresso Nacional. Tive a oportunidade de ter sido seu colega na Câmara dos Deputados, membro da Comissão de Constituição e Justiça, quando V.Exa. a presidiu. É uma alegria vê-lo ocupando um dos cargos mais importantes da República e presidindo os trabalhos do nosso Congresso Nacional.

Presidente, eu não posso deixar de elogiar o Senador Eduardo Gomes. Confesso a V.Exas., Parlamentares, que, nos últimos 2 dias, tomei uma aula de paciência, de equilíbrio, de tranquilidade, que mostrou que a oportunidade do diálogo faz com que, mesmo em matérias tão importantes que vamos discutir aqui, conseguimos reduzir ao máximo possível o número de vetos a serem destacados, em relação aos quais havia interesses de diversos Parlamentares. Foram mais de 10 horas de reunião, Senador Eduardo Gomes, e aqui V.Exa. chega com um número muito pequeno de destaques que precisarão ser apreciados por este Plenário.

Então, eu preciso elogiar o trabalho de V.Exa. e agradecer a oportunidade que nos deu, Deputado Arlindo Chinaglia, de levantar alguns questionamentos que são importantes para o nosso mandato e para o funcionamento do Parlamento. Eu acho que chegamos a um entendimento muito importante a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, brilhantemente relatada pelo Senador Irajá.

Eu disse isto na reunião ontem e faço questão de repetir aqui: talvez tenha sido uma das missões mais difíceis, neste tempo de pandemia, relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu já tive oportunidade de relatá-la, mas diretamente no plenário, sem passar pelo debate na Comissão. O Senador Irajá merece todo o reconhecimento, tanto dos Deputados da base quanto dos da Oposição, tanto dos Senadores da base quanto dos da Oposição, merece o reconhecimento de todo o nosso Parlamento.



Preciso destacar também alguns vetos importantes, como o da questão dos precatórios, que tem angustiado os professores de todo o Brasil. Será derrubado, acredito, por unanimidade, neste plenário, Senador Eduardo Gomes.

Pedi a palavra neste momento, na condição de Líder do Progressistas na Câmara, para referendar as palavras que V.Exa. utilizou na tribuna e o acordo que foi construído nessa reunião. Precisamos avançar nos próximos dias, para que na próxima semana tenhamos a pauta liberada para votar o relatório do Senador Marcio Bittar, que vai fazer com que o Brasil avance ainda mais e que consigamos vencer o maior problema que tem afligido o nosso País, que é a batalha contra a pandemia, contra o coronavírus. E vamos vacinar o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo. Eu me esqueci de fazê-lo. Esta é a primeira sessão que V.Exa. preside, mas foi suficiente para que fosse demonstrada a sua experiência e também o seu compromisso democrático.

Quero registrar por que eu falo isso. V.Exa. leu a lista dos inscritos. Isso é banal para quem está aqui, mas, para quem está usando a plataforma digital, é um tormento.

Eu queria falar agora a respeito daquilo que disse o prezado Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes. Nós temos plena consciência da importância, para o Governo e também para o País, de se votar o Orçamento. Não há como aportar recursos para o combate à COVID se não se votar o Orçamento. Não há como aportar recursos para o auxílio emergencial, para o socorro a Estados, Municípios e ao setor produtivo, se não se votar Orçamento. Então, nós concordamos com a sua condução em plenário a respeito da LDO. Estou dando explicação a quem estiver nos assistindo sobre a nossa concordância, mas V.Exa. percebe que também queremos fazer o debate sobre o destino do dinheiro e, especialmente, a rapidez.

Tenho certeza de que vamos contar com a sua atenção sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Foram recebidos os seguintes requerimentos de destaque...

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há pouco eu havia registrado um pedido do PL em relação ao Destaque nº 50, muito embora já estivesse no acordo a derrubada.

Eu solicito à Mesa — o Líder do PL acabou de me ligar — que retire o Destaque nº 50, do PL.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Presidente Rodrigo Pacheco, também peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de cumprimentar também o Senador Eduardo Gomes.

Quero lhe agradecer, Presidente, o retorno sobre a nossa questão de ordem, fazendo algumas ponderações que são pertinentes para o futuro.

Quanto à apreciação em globo, nós sabemos que o modelo de cédula é inviável, mas caberia pensar em algum modelo virtual que permitisse que seja dado o voto individual.

A lista dos destaques de que V.Exa. falou ficou limitada no ano passado e não ficou correta em relação ao tamanho dos partidos. É uma sugestão, já que V.Exa. agregou a sugestão do Deputado Peternelli e de outro Deputado. Acho que esse é um tema que a Mesa pode discutir.

O Líder do Governo se referiu só ao Orçamento e, se não me engano, ao PLN 2. Para nós, não



haveria problema em relação ao Veto nº 36. Perguntaria se o Veto nº 36 vai para o bloco dos que serão derrubados. Tem havido apelo da bancada feminina, e o de V.Exa. mesmo, como Presidente, e de vários Líderes partidários para que possamos acompanhar a listagem dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Pego um esclarecimento à Deputada Soraya em relação ao Veto nº 50, de 2020, veto parcial. Há 20 dispositivos.

V.Exa. está propondo a retirada do destaque?

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Sim, já foi encaminhado à Mesa o pedido.

Primeiro eu fiz o registro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Ao retirar o destaque, ele volta para o bloco...

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Volta para o bloco de derrubada...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Volta para o bloco. Vai haver votação em globo.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Isso. O PL já encaminhou à Mesa o pedido de retirada desse destaque.

O Líder me pediu agora, neste exato momento, que eu ratificasse verbalmente o pedido dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O destaque retornará então para o bloco de derrubada de vetos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Para o de derrubada. É o Veto nº 50.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Vamos apreciar primeiro o bloco de manutenção dos vetos. Então, teremos tempo para definir essa questão do Veto nº 50, para que fique bem esclarecida.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Fica bem esclarecida. O Veto nº 50 fica no bloco de derrubada, já negociado pelo nosso Líder, o Senador Eduardo Gomes.

O PL, portanto, retira o destaque do Veto nº 50.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito.

Foram recebidos os seguintes requerimentos de destaque...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Permita-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - A respeito do questionamento feito pela Líder Fernanda sobre a migração do veto, convém uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Foi acolhida.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Ah, foi acolhida! Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Foi acolhida.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero cumprimentá-lo, Presidente, por esse acolhimento. Eu acho que falo em nome de todas as mulheres da bancada feminina que assinaram o PL de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, referente ao movimento Mais do que Palmas e aos sindicatos da saúde.

Quero lhe agradecer, Presidente. Essa foi uma construção coletiva e mostrou a sensibilidade de vários Líderes. Vários Líderes partidários nos ajudaram nessa construção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. e peço perdão se não fui claro em relação a isso. Como havíamos conversado aqui na Mesa, imaginei que a questão estivesse clara.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - É que o País nos acompanha, Presidente, e há as



notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - É claro.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Quero agradecer a V.Exa., em nome da bancada do PT, das mulheres e do autor do projeto, o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço a advertência de V.Exa., que permitiu que ficasse clara essa questão.

Foram recebidos os requerimentos de destaque referentes aos seguintes vetos: Veto (parcial) nº 56, de 2019, sendo 24 dispositivos, com um destacado, o 021; Veto (parcial) nº 30, de 2020, sendo 18 dispositivos, com três destacados, o 08, o 09, e o 016; Veto (total) nº 35, de 2020, sobre auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental; Veto (parcial) nº 50, de 2020, sendo 20 dispositivos, todos destacados, mas o destaque foi retirado há pouco pela Deputada Soraya Santos; Veto (parcial) nº 51, de 2020, sendo dois dispositivos, ambos destacados, o 01 e o 02, relativos a segurança de barragens; Veto (parcial) nº 4, de 2021, sendo 19 dispositivos, com cinco destacados, referentes ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o 008, o 014, o 015, o 017 e o 018; e Veto (parcial) nº 5, de 2021, sendo 23 dispositivos, com dois destacados, referentes à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, os dispositivos 015 e 016, no destaque do Cidadania.

São esses, portanto, os destaques, mas ressalto a advertência feita pela Deputada Soraya Santos. **(Requerimentos do Congresso Nacional nºs 1 a 15/2021 - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, quero só um esclarecimento. Não sei se me enganei. V.Exa. citou o Veto nº 30, de 2020, os itens 08 e 09, destacados pelo PT?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Exatamente. Veto (parcial) nº 30, de 2020, sendo 18 dispositivos, com três destacados, o 08, o 09 e o 016.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Exatamente. Obrigado.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, sobre a questão de ordem do Deputado Tiago Mitraud, não sei se ficou claro algum retorno quanto a limite de destaques. No caso do Partido Novo, em vez de um, seriam dois, e, no de outros partidos, seriam mais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Vinicius, na verdade, foi decidida questão de ordem sobre votação em globo. Questão de ordem foi apresentada pelo Deputado Ivan Valente, do PSOL, e pelo Deputado Tiago Mitraud, do NOVO.

A questão dos destaques eu recolhi como uma questão de ordem autônoma, assim como a sugestão do Deputado General Peternelli quanto aos procedimentos adotados doravante. Nesta sessão, já havia acontecido o encerramento do prazo de destaques quando se iniciou a Ordem do Dia. Nós não teríamos como repristinar ou restabelecer esse prazo, mas eu as recolhi, para decisão da Mesa juntamente com os Líderes partidários, para identificar uma possibilidade de ampliação dos destaques, já que vivemos um momento excepcional, em que há necessidade de votação em globo de diversas matérias.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Perfeito, Presidente. Agradeço o retorno, para que numa próxima consigamos já fazer essa adequação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço a V.Exa.

A relação dos requerimentos de destaque será publicada no Portal do Congresso Nacional.

Daremos início à primeira votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos vetos seguintes, nos termos do acordo de Lideranças para manutenção dos vetos.

Quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes partidários vota "sim", pela manutenção



dos vetos. Quem vota "não" vota pela rejeição dos vetos.

Repito: quem vota pela manutenção dos vetos, na forma do acordo estabelecido quanto a esse bloco, vota "sim". Quem vota "não" vota pela rejeição dos vetos e, conseqüentemente, do acordo.

Veto nº 56, de 2019, itens 12 a 19; Vetos nºs 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45 e 46, de 2020; Veto nº 48, de 2020, itens 1 a 4; Veto nº 49, de 2020; Veto nº 52, de 2020, itens 1 a 7 e 9 a 11; Vetos nºs 53, 54 e 55, de 2020; Veto nº 57, de 2020, itens 1 e 14; Veto nº 59, de 2020, itens 6, 8 a 10 e 24 a 215; Veto nº 1, de 2021; Veto nº 4, de 2021, itens 1 a 7, 13, 16 e 19; Veto nº 5, de 2021, itens 17 a 23.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - No período de orientação das bancadas, senhoras e senhores, peço que observem o prazo de 1 minuto.

Como vota o PT, Deputado Bohn Gass? *(Pausa.)*

Como orienta o PSL, Deputado Vitor Hugo? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PL vai orientar "sim".

Porém, eu queria pedir a V.Exa. para retirar o destaque que trata do auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental, para que possamos trazê-lo na próxima pauta. Nós estamos discutindo esse item com o Governo. Esse é um veto que incide sobre uma lei que se extinguiu em dezembro, mas estamos falando dos 3 meses antecedentes.

Estamos tratando também, Sr. Presidente, do próximo auxílio emergencial. Sei que há um compromisso do Governo para que tratemos desse tema.

Então, o PL orienta "sim" em relação ao acordo feito e pede a retirada desse veto, para votação na próxima semana.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PT orienta "sim".

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSL, Presidente, cumprindo o acordo, orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Progressistas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, referendando e elogiando o trabalho de V.Exa., o trabalho do Senador Eduardo Gomes e o que foi construído ao longo dessas mais de 10 horas de reunião, o Progressistas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Estamos em processo de votação nominal. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados já podem votar.

Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB? *(Pausa.)*

Como orienta o Republicanos?

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o Democratas? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE) - PSD, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSD orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSD orienta o voto "sim".

Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB, Deputado Danilo Cabral? Eu o estou vendo na tela. V.Exa. pode orientar pelo PSB.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSOL?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)

- O PSOL orienta "sim", Sr. Presidente.

Neste 1 minuto que nós temos, quero ressaltar que, diante da tragédia que estamos vivendo, de tantos lutos que mais de 280 mil famílias brasileiras já experimentaram devido à COVID, quero dizer que é uma vitória dos profissionais da saúde a manutenção do PL que garante indenização para esses profissionais.

Sabemos que um terço das mortes globais de profissionais da área de saúde estão no Brasil, que cresceu mais de 400% o número de profissionais da enfermagem vítimas de COVID e pelo menos um profissional de saúde é morto a cada 19 horas.

Então, essa é uma vitória para esses que estão na linha de frente, no enfrentamento à crise sanitária.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSD também orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aluisio Mendes, como membro do bloco, me pediu para que fizesse a orientação também pelo PSC, porque ele está em deslocamento.

O PSC orienta "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V.Exa. à frente da Presidência do Senado e, consequentemente, do Congresso. Foi nosso colega e é admirado por muitos, inclusive pelo nosso partido do Estado de Minas Gerais. Quero lhe desejar todo o sucesso, consciente da sua competência.

Gostaria de saudar aqui também o Líder Senador Eduardo Gomes, que fez um brilhante trabalho neste momento em que nós não estamos votando da maneira tradicional. Foram necessárias grande paciência e articulação, capazes de fazer com que as convergências pudessem agora estar disponibilizadas.

Nós temos destaque na questão do PL dos serviços ambientais e, neste momento, orientamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB? *(Pausa.)*

Como orienta o Partido Novo?



O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta o voto "sim". Mas é importante colocarmos algumas considerações nossas.

Nós já fizemos questão de ordem em relação à votação em bloco em vetos que orientaríamos pela derrubada, como os Vetos 38, 49, 57 e 37.

Eu quero exemplificar o Veto 37, Sr. Presidente, porque o texto que saiu daqui permitia o resgate do FGTS pelos aeronautas, e o veto não permite mais esse resgate.

Então, como nós defendemos a liberdade do cidadão sobre o FGTS, nós derrubaríamos esse veto. Como está no bloco, nós não temos condições de fazer isso, e a maioria dos outros vetos nós votamos pela manutenção.

Fazendo essa consideração, agradecendo o acolhimento de V.Exa. às nossas questões, o retorno de V.Exa. para as questões de ordem, o NOVO registra "sim" no painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Avante? *(Pausa.)*

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV? *(Pausa.)*

Com orienta a REDE? *(Pausa.)*

O Líder do Governo gostaria de usar a palavra?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma retificação.

Na leitura, nós excetuamos, conforme acordos de bancadas, os destaques do Veto 30. Então, constava, na relação de acordo, o Veto 30, dos itens 01 a 07, 10 a 15 e 17 e 18.

Apenas isso, Sr. Presidente. Só gostaria de fazer essa retificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - É só uma retificação? Nada que altere substancialmente o acordo?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - É só uma retificação. Nada que altere o acordo que foi firmado pelas Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Isso é importante.

Como orienta a Maioria, Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar inicialmente V.Exa., que tem conduzido os trabalhos sempre com muita serenidade, com muita tranquilidade, ao presidir esta sessão.

Eu queria também cumprimentar o nosso Líder Eduardo Gomes, que, nos últimos 2 dias, de forma extremamente paciente, ouviu todos os Líderes, de todas as bancadas, para que se construísse este acordo.

Isso é muito difícil, porque, como V.Exa. disse há pouco, talvez, o grande caminho seja nós darmos mais regularidade às reuniões do Congresso Nacional, para que se evite acumular tantos e tantos vetos, como nós vivemos agora. É claro que é uma situação excepcional. Eu não poderia deixar de fazer esse registro do trabalho do nosso Líder Eduardo Gomes e de todos os Líderes que participaram na construção deste acordo.

Por isso, a Maioria orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Minoria, Deputado José Guimarães? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição, Deputado André Figueiredo? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo, Líder Ricardo Barros?

Gostaria de orientar pelo PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, sim. Eu gostaria de orientar pelo Partido Verde, seguindo o acordo feito pela Liderança,



muito bem conduzido pelo Senador Eduardo Gomes.

Vamos orientar "sim".

Obrigado, Presidente.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Sr. Presidente, quero orientar pelo MDB, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB orienta "sim", destaca o trabalho do Líder Eduardo Gomes, assim como o do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Ricardo Barros, e cumprimenta V.Exa. pela condução da sessão.

Sei que vivemos um momento muito difícil. Por isso, há justificativa de alguns vetos. Acreditamos que vamos trabalhar para...

Portanto, a orientação do MDB é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Podemos, Líder Igor Timo?

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta, conforme acordo, "sim", junto ao Governo.

Gostaria de destacar o trabalho do Líder Eduardo Gomes e do Líder Ricardo Barros.

Presidente, parablenzo-o, mais uma vez, pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente do Congresso Nacional, da Presidência do Senado Federal e principalmente pelo trabalho brilhante na proposição do Projeto de Lei nº 534, que vai aumentar de forma significativa a escala de vacinação no nosso País.

Um grande abraço e que Deus continue iluminando-o nessa missão!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Algum partido mais deseja orientar? *(Pausa.)*

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Pelo PCdoB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Renildo Calheiros, pelo PCdoB.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, há uma série de questões controversas nessas matérias. Há uma série de vetos que gostaríamos de derrubar e alguns de manter, mas pelo funcionamento da Casa, nas atuais condições, votamos pelo acordo feito.

Essa é a orientação do PCdoB.

O PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Deputado Silas Câmara?

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente do Congresso Nacional.

Quero parabenizar o Líder Eduardo Gomes e o Líder Ricardo Barros.

Em nome da Frente Parlamentar Evangélica, quero agradecer a todo o Colégio de Líderes, que por acordo incluiu, neste momento de votações sobre vetos, a queda do veto que diz respeito a multas indevidas e aplicação de penalidades injustas às igrejas e ao segmento religioso no País. Sem dúvida nenhuma, no dia de hoje, faz-se justiça e, a partir de agora, temos uma bússola, um norte de como vai se comportar o Governo Federal, através da Receita Federal, em relação às igrejas. E mais do que isso: restauramos aquilo



que supostamente estava indevidamente sendo aplicado, como multas ou cobrança a todo o segmento religioso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Líder Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com referência à votação em globo pela manutenção do veto, nós participamos do acordo e somos favoráveis.

Aproveito o momento para concordar com a proposta da Deputada Soraya diante do Veto 35, que diz respeito, entre outras coisas, ao auxílio emergencial para famílias monoparentais que tenham mulheres, especialmente, no comando.

E, finalmente, eu fui indagado. Há partidos da Oposição que, no mínimo, têm dúvida quanto ao Veto 50. Eu queria, então, comentar que não é para não votar, porque também foi feito acordo. Mas eu preciso de um tempo para conversar com os partidos de oposição para que, quando for votar o mérito, eu possa falar em nome de todos, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. É importante, em relação ao Veto 50, que haja esse alinhamento, inclusive com a participação do Líder do Governo, para saber sobre a convergência e o acordo ou eventual retirada. Então, é importante o Líder do Governo se pronunciar.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento, é importante o que disse o Líder Arlindo Chinaglia e é importante também o que tem sido uma prática nas sessões do Congresso. Grande parte das votações em acordo tiveram o seguinte tratamento. A exemplo do que disse a Deputada Soraya, havia ainda a necessidade de uma informação técnica do Governo sobre a votação do auxílio para a família monoparental. Também há dúvida, não só do Deputado Arlindo Chinaglia, mas de vários Parlamentares, sobre o impacto do Veto 50 e uma recente conversa que tivemos aqui com os Parlamentares que estavam defendendo a votação hoje na manutenção do veto do PROFUT.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, diante disso, submetemos à decisão de V.Exa. a possibilidade de adiamento — apenas adiamento —, não de retirada do acordo. Se nada for modificado até lá, essas votações serão feitas dentro do acordo que foi firmado com as Lideranças. E, para qualquer outra modificação, as Lideranças serão consultadas. Assim, peço a V.Exa., diante do adiantado da hora e da dificuldade dessa formulação, que veja a possibilidade de tirá-los pauta de hoje e colocá-los na pauta da próxima sessão, já que teremos sessão brevemente por conta da votação do Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Seriam dois vetos: o Veto 50 e o...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - O da família monoparental, que é o Veto 35; o Veto 50; e o Veto 1.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O do PROFUT.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - O do PROFUT. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito.

Tem a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Só a título de esclarecimento, Senador Eduardo Gomes, quanto ao Veto 50, foi feito destaque pelo PL. O PL o está retirando. Então, ele volta para o bloco que foi combinado no acordo de Líderes pela derrubada. Nós vamos adiar, mas não será preservado o destaque. Ninguém poderá destacar mais, está certo? Quero só deixar isso claro.



O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente, Sr. Presidente, essa é uma questão que já foi feita também nas outras votações. Ele está mantido no bloco do acordo. Essas informações devem chegar até a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Faço só um esclarecimento, Líder Eduardo Gomes, o veto referente ao PROFUT já está no âmbito do acordo pela manutenção, já está sendo submetido a voto neste instante. Não é possível mais corrigir isso. Seria, então, em relação ao Veto 50.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - E ao Veto 35.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Então, fica...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Aí fica retirado para a inclusão na pauta do Congresso dentro desse bloco.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Dentro do bloco do acordo para a derrubada, porque esse acordo já está feito.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - É só para nós deixarmos isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós construímos esse acordo, inclusive com a presença de V.Exa., antes do início do processo de votação.

Apenas, eu acho que, por um erro aqui, não sei, ou por um esquecimento, não foi colocado, não foi explicitado para todos esta questão do Veto do PROFUT. Mas o acordo foi construído antes do início do processo de votação, inclusive com a presença de V.Exa.

Então, eu peço a V.Exa. que reconsidere esta decisão, porque é importante para este Parlamento que nós discutamos num momento oportuno e que nos seja dada a oportunidade de debater mais esta matéria para resolvermos este impasse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu consulto o Líder do Governo, não obstante esteja inserido no bloco de manutenção, se este item pode ser retirado para apreciação e inclusão na próxima sessão do Congresso Nacional: o do PROFUT, o Veto 50 e o Veto 35.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente, Presidente, sem prejuízo à discussão que foi feita por indicação. Os vetos estão indicados para a derrubada, permanecem indicados para a derrubada, mas serão apreciados na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não se está votando a manutenção do veto do PROFUT. Nós o retiramos para inclusão na próxima sessão do Congresso Nacional, assim como, eu insisto nisso, o Veto 50 e o Veto 35, fruto desse acordo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu vou permitir que os demais Líderes...

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Presidente, a orientação do PDT...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nesse esforço do Líder do Governo, Líder, eu gostaria de fazer um apelo. Está destacado também o Veto 30, da Lei de Saneamento, Líder, e eu gostaria de, se possível, fazermos um acordo para jogar isso para a próxima sessão. Por quê? Porque se o Governo mantiver a orientação pela manutenção do veto, dificilmente nós



vamos ganhar.

Líder, eu estou fazendo um apelo para nós não votarmos hoje o Veto 30, o da Lei de Saneamento. Por quê? E jogá-lo para a próxima sessão. Por quê? Porque, como foi um acordo feito na Comissão e no plenário com Governadores — não comigo, eu fui contra o acordo, mas foi feito — e foi assim que ele foi aprovado, eu estou solicitando se possível... Porque, se vocês mantiverem a orientação pela manutenção, eu perco a oportunidade de mais um diálogo com o Governo. Nós vamos perder, não adianta destacar e perder.

Então, eu quero solicitar que nós joguemos esse veto para a próxima reunião, a fim de termos mais uma rodada de discussão. E veremos se, em função de ter sido acordado no plenário da Câmara o texto, é possível ao Governo, eventualmente, revê-lo. O que eu ganho? Eu ganho mais tempo e evito que hoje seja mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Apenas temos que ter cautela, porque fizemos esta sessão do Congresso Nacional em razão de vetos que trancam a pauta e, obviamente, todos são urgentes e importantes. A necessidade de se retirar alguns foi em razão de questões muitos pontuais, não é?

Então, eu consulto o Líder do Governo em relação à ponderação do Deputado Florence.

O que nós estamos votando, neste instante, é a manutenção, no que se refere ao Veto 30, dos dispositivos 1 a 7, 10 a 15, 17 e 18. E há três que estão destacados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Os destacados iriam a voto, nós defendendo a derrubada do veto, e o Governo orientando a manutenção. Eu estou aproveitando a oportunidade para solicitar que nós não votemos os destacados, para que possamos fazer uma rodada de diálogo. Eu estou vendo objetivamente que vou perder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Mas V.Exa. concorda com a manutenção dos que estão sendo votados agora?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Já encaminhei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - E estou solicitando que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está esclarecido.

Tem a palavra o Líder Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

A SRA. LEDA SADALA (Bloco/AVANTE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, boa tarde. Boa tarde, Congresso.

O Avante orienta pela manutenção do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado.

O Avante orienta "sim".

Tem a palavra o Líder Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só lamento não poder atender a solicitação do Líder Deputado Afonso Florence por conta de a votação estar em curso e, assim como outras matérias que já tiveram sua votação concretizada pela manutenção ou pela derrubada, por ser uma matéria de grande dimensão. Vou dar um exemplo aqui: a manutenção e o não contingenciamento dos fundos de ciência, tecnologia e inovação, uma solicitação da Oposição, que já foi atendida.

Então, nós vamos manter a posição contrária dos Parlamentares no saneamento e já temos mais da metade da matéria votada. Então, é impossível, neste momento, sem uma nova reunião de Líderes ou sem um outro fato maior, modificarmos a votação dos destaques, tanto é que o Partido Patriota fez a retirada do Destaque 16, que é a grande intenção de parte dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.



Então, esse inciso, esse dispositivo nem num adiamento poderá ser votado, porque já está em curso. Estamos com os destaques solicitados pela Liderança do Partido dos Trabalhadores preservados, os Destaques nºs 7 e 8, se eu não me engano, mas estamos com votação em curso, então não é possível neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria só que constasse em ata, com todo o respeito à interpretação que foi passada para o Líder do Governo, que, do ponto de vista regimental, o fato de estar em votação, mantendo vetos de outros itens, não prejudica a votação dos itens destacados.

E eu aproveitei a oportunidade para recorrer formalmente no plenário, porque se abriu uma negociação sobre destaques. Então, do ponto de vista regimental é possível, tanto que, se a sessão porventura for encerrada, os destacados ficarão para depois.

Então, eu quero registrar aqui que nós respeitamos, mas do ponto de vista regimental discordamos. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Fica registrado, Deputado Afonso Florence.

Como orienta pela última oportunidade o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Presidente, peço a palavra para fazer a orientação pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PDT?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, o PDT orienta "sim".

Eu aproveito esta oportunidade, Presidente, para cumprimentar os aracajuanos. Hoje, a cidade de Aracaju completa 166 anos. É claro que gostaríamos de fazer uma comemoração, mas é um momento em que o grande presente para a nossa capital é a saúde da nossa população.

Parabéns ao povo querido da capital do meu Estado de Sergipe, Aracaju!

O PDT orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Democratas? *(Pausa.)* Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF) - Sr. Presidente, o Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, como orienta o Democratas, Deputado Luis Miranda?

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do Democratas é "sim". O acordo feito no Colégio de Líderes do Congresso atende os nossos pleitos, os nossos anseios. Temos na pauta para derrubada do veto um pedido do Deputado David Soares. Ficamos felizes com toda a articulação e com o atendimento de todos os Líderes. Então, fica aqui o nosso agradecimento.

Temos principalmente o acordo feito de parcialmente derrubarmos o Veto 52, que vai gerar segurança para o nosso trânsito, garantindo que os profissionais — médicos, psicólogos — envolvidos na proteção do trânsito sejam contemplados. Então, estamos todos muito satisfeitos, até porque a relatoria foi também de um Deputado do Democratas, o Deputado Juscelino Filho.

Muito obrigado ao Deputado Efraim Filho, por ter construído esse acordo com todos os Líderes. Obrigado, Presidente, por ter composto. Obrigado principalmente ao Líder Eduardo Gomes, por ter nos ajudado nessa composição.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*
Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - O PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSDB?

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)
- Primeiro, Sr. Presidente, quero lhe desejar boa sorte nesta primeira sessão — eu como Vice-Líder e V.Exa. nesta nova missão. Eu tenho certeza de que teremos bons frutos para o Brasil.

Em relação aos vetos, a orientação é "sim", logicamente. Houve um acordo. Esses acordos são importantes. É óbvio que, se fosse presencial... Alguns Deputados têm algum desconforto em relação a um item ou outro, mas, para dar mais celeridade e eficiência, nós vamos acompanhar o acordo.

A orientação é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - SIM, 443 votos; NÃO, 20 votos. Total, 463 votos. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Estão mantidos todos os vetos, ressalvados os destaques.

Os vetos mantidos não vão ao Senado Federal.

Passemos à segunda votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos seguintes vetos, nos termos do acordo de Lideranças, para rejeição. Portanto, agora é o bloco da rejeição e derrubada dos vetos.

Quem vota conforme o acordo de Líderes estabelecido vota "não", pela rejeição dos vetos; quem vota "sim" vota pela manutenção dos vetos. Então, repito: quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "não", pela rejeição; quem vota "sim" vota pela manutenção dos vetos.

Veto 56/19, itens 1 a 11, 20, 22 a 24; Veto 36/20; Veto 44/20; Veto 48/20, itens 5 a 7; Veto 52/20, itens 8, 12 e 13; Veto 57/20, itens 2 a 13; Veto 59/20, itens 1 a 5, 7, 11 a 23; Veto 3/21; Veto 5/21, itens 1 a 14.

Orientação de bancadas, pelo prazo de 1 minuto.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PT?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelas circunstâncias, em nome do PT, nós orientamos "não", pelo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL, Deputado Vitor Hugo? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)
- O PL encaminha pelo acordo, em relação a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Progressistas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo acordo, o Progressistas orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o MDB? *(Pausa.)*



Como orienta o PSDB?

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, dentro desse mesmo acordo, o PSDB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSD?

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, seguindo o acordo, o PSD orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. JHONATAN DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo Republicanos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Republicanos?

O SR. JHONATAN DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Republicanos, seguindo a orientação do nosso Líder Hugo Motta, vai seguir o acordo.

A orientação é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PDT?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Democratas?

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seguindo a votação anterior, a orientação é pelo acordo.

A orientação do Democratas é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos, Líder Igor Timo?

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seguindo o acordo, o Podemos orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSOL?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "não".

Quero mais uma vez ressaltar a vitória dos profissionais de saúde que estão na ponta, à frente do enfrentamento da maior crise sanitária da história recente, com a derrubada do Veto nº 36, de 2020.

A partir deste momento, a família desses profissionais que, lamentavelmente, estão morrendo ou muitas vezes ficando incapacitados vai ter direito a indenização. Isso é valorizar a vida desses profissionais, a maioria mulheres, mulheres negras, como os profissionais de enfermagem, e valorizar também a vida das suas famílias, que muitas vezes ficam sem sustento quando, infelizmente, acontece algo com eles. Foi uma vitória para os trabalhadores da saúde.

O PSOL orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC? *(Pausa.)*

Como orienta o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Sr. Presidente, orienta o voto "não".



Destaco que o Autor e o Relator do Projeto de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais foram, respectivamente, o Deputado Rubens Bueno e o Deputado Arnaldo Jardim.

Cedendo ao acordo de Líderes em relação ao encaminhamento desses vetos, estamos encaminhando o voto "não", mas destacamos a possibilidade de alguns itens desse projeto serem votados através do nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço.

Como orienta o PCdoB, Líder Renildo Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta o Partido Novo?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Novo já colocou a sua posição com embasamento técnico. A nossa orientação nesse pacote ou nesse bloco vai ser "sim".

Eu explico os motivos. Há vários itens que nós gostaríamos de votar em separado, mas estão dentro do bloco, como, por exemplo, o que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. O Presidente vetou a possibilidade de transferência de recursos federais para Municípios inadimplentes, e nós acreditamos que esse veto tem que ser mantido. Também cito como exemplo o pacote anticrimes, em que existia a possibilidade de a captação ambiental ser utilizada somente pela defesa, não pela acusação. O Presidente vetou isso também. Nós acreditamos que esse veto tem que ser mantido.

Por isso, a nossa orientação é "sim". Isso foi considerado na hora de fazer o acordo, com o qual não concordamos.

Inclusive, em relação ao pacote anticrimes, vai haver um destaque nosso, para reforçar o combate à impunidade no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Avante?

O SR. SEBASTIÃO OLIVEIRA (Bloco/AVANTE - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante segue o acordo e vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, peço a palavra pelo Solidariedade, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Solidariedade?

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu fui informado de que o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, solicitou que o Veto 50 fosse apreciado na próxima sessão. Nós fizemos um acordo para deliberá-lo junto com esses vetos agora, para a derrubada.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Vamos finalizar a orientação. Em seguida, passarei a palavra ao Líder Eduardo Gomes.

Como orienta o Patriota, Líder Fred Costa?

O SR. FRED COSTA (Bloco/PATRIOTA - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Com muita alegria e prazer por ter o competente conterrâneo presidindo esta sessão, o Patriota orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Líder Fred.

Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde orienta o voto "não".



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, boa tarde.

A REDE vai orientar "não", considerando a importância da derrubada de alguns vetos, principalmente em relação ao Veto 5, que trata dos serviços ambientais, e também de alguns que resguardam direitos sociais da população brasileira.

A REDE vai orientar "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Maioria, Líder Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Maioria, Sr. Presidente, orienta o voto "não", cumprindo o acordo celebrado por todas as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Minoria, Líder José Guimarães? (*Pausa.*)

Com a palavra o Líder Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança da Oposição no Congresso Nacional orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL?

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSL mantém o acordo e orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSL orienta o voto "não".

A Internet de V.Exa. está falhando, Deputado General Peterlini.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Sr. Presidente, o PDT pode se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Wolney Queiroz.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de fazer a nossa orientação, eu gostaria de fazer uma questão de ordem, baseado no art. 106 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Wolney, vamos só aguardar a finalização da orientação.

O PDT orientou o voto "não".

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu já passo a palavra a V.Exa.

Como orienta o Governo?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto "não".

Esclareço que houve uma dúvida principalmente por parte do Deputado Cacá Leão, do Deputado Domingos Neto e de outros Parlamentares que acompanharam a sessão de ontem com relação a um erro formal. Vai ser feita a solicitação.

O Governo orienta o voto "não" e agradece aos Líderes a manutenção dos acordos feitos nos dias de anteontem e ontem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Líder Eduardo Gomes, apenas respondendo ao Deputado Lucas Vergílio, que fez uma ponderação, esclareço que três vetos foram retirados da sessão de hoje para inclusão na pauta da próxima sessão: o Veto nº 50, ao qual ele se referiu, o Veto nº 35



e o Veto do PROFUT.

É isso?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Exatamente, Sr. Presidente.

Isso foi feito sem comprometimento da orientação. V.Exa. concedeu o prazo de 1 semana ou 2 semanas para a próxima sessão, para a votação do Orçamento, sem prejuízo do acordo de Líderes. É importante frisar isso. Todos os esclarecimentos serão feitos até o dia da votação.

Eu agradeço a V.Exa. por isso também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Domingos Neto.

Em seguida, falará o Deputado Wolney Queiroz, pelo sistema virtual.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, nós nos deparamos agora com uma falha do ponto de vista formal. O acordo construído para a votação dos vetos, sobretudo do Veto nº 59, da LDO, estabelecia entre todos nós um consenso a respeito da derrubada do item 10, que é o Veto nº 59.

Esse item é fundamental para a continuidade de várias obras em andamento em nosso País. Isso era um consenso, e nós seguimos à risca o que veio no acordo proposto pelo Líder Eduardo Gomes. No entanto, nós checamos que, por alguma falha formal, esse item acabou entrando no bloco de manutenção, em vez de entrar no bloco de rejeição.

Então, nós queremos apelar a V.Exa. a respeito da possibilidade de destacar esse item para votação em separado, porque constitui uma falha com prejuízo imensurável para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós solicitamos a retirada, mesmo estando em processo de votação. A votação fica prejudicada, porque ele não consta na ata de ontem da reunião de Líderes.

Então, há realmente um erro formal na informação do item 10, para a manutenção. Esse assunto não foi discutido. Isso não constava realmente. Essa falha precisa ser corrigida, porque realmente não constava, tanto que não há nenhuma reclamação com relação à sua manutenção.

O veto está para a derrubada, mesmo que tenhamos que fazer a votação no destaque. Esse ponto é fundamental para a manutenção do acordo que foi costurado nesses 2 dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Na verdade, é para entrar no rol dos que vão ser derrubados, rejeitados?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Dos derrubados, rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Porém, isso não é possível. Nós já estamos votando esses itens, com o Veto nº 59, ou seja, os itens 1 a 5, 7 e 11 a 23.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - É melhor destacar, Presidente. Podemos votar em destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nós podemos votar destacado, se todo o Plenário concordar.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Vamos votar destacado, Presidente.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Acho que é a melhor opção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Presidente, seguindo o acordo.

Em relação a essa questão levantada pelo Deputado Domingos Neto e pelo Líder Eduardo Gomes,



concordamos com a correção do erro formal. Acredito que o melhor caminho seja destacar essa parte, para votá-la em separado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Assim será feito, Deputado.

Com a palavra o Deputado Wolney Queiroz.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, demais Líderes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu gostaria de fazer minha questão de ordem com base no art. 106 do Regimento Comum, porque nós encaminhamos à Mesa do Senado, à Mesa do Congresso, às 9h26min, os dois destaques que cabiam ao PDT. A Mesa acusou o recebimento, tanto que conversou com a nossa assessoria e nós retiramos um deles, o dos precatórios dos professores, porque já estava contemplado.

No entanto, na leitura dos destaques feita por V.Exa., não houve menção ao segundo destaque do PDT: 04.21.002 a 04.21.006.

Eu faço esta questão de ordem porque nós queremos saber o fim que foi dado a esse destaque do PDT, que é de grande importância para o nosso partido, tanto que foi o destaque escolhido para ser apresentado pela nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Wolney Queiroz, V.Exa. traz uma questão nova. Nós vamos identificar na Mesa se há tempestivo requerimento de destaque. Em havendo, será feita a retificação.

V.Exa. se refere ao Veto nº 4, de 2021?

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Veto nº 4, de 2021: 04.21.002 a 04.21.006.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A princípio, estão destacados cinco dispositivos: 008, 014 a 015, 017 e 018.

Eu acabo de receber a informação de que, de fato, há um requerimento assinado por V.Exa.: *"Nos termo do art. 106-D, alínea "b", do Regimento Comum, requeiro destaque para votação em separado dos subitens 04.21.002 a 04.21.006."* (**Requerimento nº 11/2021 - Vide Item 4.2.1 do Sumário**)

É isso?

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Subitens 02, 03, 04, 05 e 06.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Então, fica acolhido o requerimento de destaque de V.Exa.

Esses dispositivos serão votados de forma destacada.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço a V.Exa.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu fiz um encaminhamento rápido, para otimizarmos os trabalhos, mas eu não poderia deixar de registrar três temas que consideramos muito importantes no nosso partido.

O primeiro é o acordo para a derrubada do Veto 48, que trata de um tema que envolve toda a educação, um interesse importantíssimo para esses gigantes da educação, que são os professores.

Além disso, a Deputada Christiane de Souza Yared nos traz agora uma preocupação: foi inserido



nesse bloco pela derrubada o veto que trata da preservação dos profissionais que avaliam os motoristas no trânsito deste País — os psicólogos, os médicos. Nós temos ainda indicadores bárbaros de acidentes de trânsito. Precisamos melhorar o trânsito brasileiro.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes e a todos os Líderes pelo apoio à derrubada do Veto nº 36, de 2020, que diz respeito à indenização dos profissionais da saúde. V.Exa., Sr. Presidente, foi sensível e ajudou nessa construção.

O PL precisava registrar esses três pontos sobre educação; cuidado com o trânsito, porque temos que preservar vidas; e indenização desses gigantes que estão morrendo no combate à COVID.

Fica aqui esse registro a respeito de assuntos muito importantes que foram tratados no acordo pela derrubada desses vetos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra pelo tempo de Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra, pela Liderança do PSB, o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por estar assumindo essa nova missão. V.Exa. esteve conosco na Câmara dos Deputados. Quero desejar-lhe sucesso como Presidente do Senado e agora como Presidente do Congresso.

Nós do PSB queremos destacar, nessa pauta em que estamos discutindo um conjunto de vetos que estão na Ordem do Dia, duas questões que nós consideramos muito importantes e que são vitórias do Parlamento brasileiro.

A primeira questão diz respeito à derrubada do Veto nº 36, de 2020. É um reconhecimento simbólico do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, àqueles que estão na linha de frente no enfrentamento da pandemia no nosso País.

O Brasil vive hoje a mais grave crise sanitária da sua história. Nós estamos chegando a quase 300 mil vidas perdidas. No meio dessas vidas que estão sendo perdidas, há muitos profissionais de saúde — médicos, enfermeiros e profissionais de outras categorias — que também foram vitimados. Além do número recorde de mortes no mundo, nós também somos recordistas de perda de profissionais de saúde. Nada mais justo do que o Parlamento brasileiro prestar um simples reconhecimento simbólico. É menos pelo valor e mais pelo gesto às famílias que perderam esses entes queridos. A derrubada do Veto 36 é um importante gesto de reconhecimento desse esforço.

A segunda pauta para a qual queremos chamar a atenção diz respeito à educação, à derrubada daquilo que está previsto no Veto nº 48, de 2020, que trata dos precatórios do FUNDEF.

Nós estamos falando da importância da valorização dos profissionais da educação. Quem conhece o tema da educação sabe disso. Eu tive o orgulho de servir a essa causa como Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, que avançou muito do ponto de vista dos indicadores. Sabemos que esse avanço ocorre fundamentalmente no chão da escola, com a valorização daqueles que estão operando a transformação da educação, sobretudo os professores.

Havia uma injustiça histórica na distribuição dos recursos do FUNDEF, que tirou recursos que deveriam ser destinados à remuneração dos profissionais da educação, dos professores. Esta Casa repara esse erro histórico.

Aqui eu quero destacar o papel que teve o nosso companheiro de partido, hoje Prefeito de Maceió e



à época Deputado, João Henrique Caldas, o JHC, que foi quem liderou esse debate no Congresso Nacional, sempre com o apoio do nosso partido. O PSB tem um compromisso com a pauta da educação. Nós sabemos que os salários dos profissionais da educação estão hoje muito aquém daquilo que, de fato, eles merecem receber. Os indicadores de referência no mundo apontam, por exemplo, que a remuneração média de um profissional da educação nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE chega a quase 35 mil dólares anuais. No Brasil, é de pouco mais de 14 mil dólares anuais.

Então, é muito importante que esses recursos que lá atrás deixaram de ser repassados aos professores cheguem finalmente às suas mãos. Nós aqui estamos fazendo, da mesma forma que fizemos com os profissionais de saúde, um gesto de reconhecimento aos profissionais da educação. Se a saúde está salvando vidas nesse momento no Brasil, a educação vai salvar vidas no horizonte futuro da nossa gente. Efetivamente, é a educação que transforma a vida das pessoas.

A Casa já tinha feito um reconhecimento da importância desses recursos do FUNDEF, quando fez a aprovação do novo FUNDEB recentemente, aprovado também por unanimidade nesta Casa. Ampliamos a participação dos recursos vinculados no novo FUNDEB para a remuneração. Antes eram apenas 60% dos recursos vinculados à remuneração dos profissionais de educação; com o novo FUNDEB, agora, são 70%.

Nada é mais coerente e lógico do que esta Casa, neste momento, derrubar também esse veto, que impedia que fosse feita uma justiça histórica do ponto de vista da educação pública brasileira e da valorização dos profissionais de educação. É um gesto de reconhecimento que fazemos, já que nós do PSB temos um compromisso com a pauta da educação pública de qualidade.

Eu queria aproveitar este minuto final, Sr. Presidente, para fazer um apelo ao Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro. Esta Casa também aprovou — tanto a Câmara quanto o Senado — o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que garante a inclusão digital de profissionais da educação e dos alunos das escolas públicas, neste momento. A inclusão digital é feita através do acesso a equipamentos e a pacote de dados. Nesse novo normal da educação, é preciso garantir equidade no direito de todos terem acesso à educação no momento em que estamos vivendo, nesta pandemia, em que está sendo implantado um novo sistema de transmissão do conhecimento, através de um sistema remoto, através de educação a distância. Nós só vamos garantir isso se fizermos chegar computador e Internet para as escolas públicas.

O Congresso Nacional aprovou. A Câmara e o Senado aprovaram. Amanhã vence o prazo para que seja sancionado esse projeto de lei.

Esta Casa hoje aprovou uma moção de apoio na Comissão de Educação. Essa foi a primeira decisão tomada pela Comissão de Educação. Foi um apoio à sanção dessa proposta, que está mobilizando professores e estudantes.

É a hora — mais uma vez, o Congresso fez a sua parte — de o Governo Federal também mostrar que tem compromisso com a educação e sancionar o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Anuncio o resultado da votação: SIM, 19 votos; NÃO, 439 votos; abstenções, 2. Total: 460. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Estão rejeitados todos os vetos deste bloco. Os vetos vão ao Senado Federal.

Passemos agora à votação dos destaques.

Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. e os Líderes, em especial o Líder Eduardo Gomes, que é um excelente articulador não só aqui, mas também em nosso Estado.

Segundo uma pesquisa que saiu hoje em nosso Estado, o nosso Líder Eduardo Gomes tem 70% das intenções de voto ao Governo do Tocantins. Esperamos levá-lo para o Tocantins. O Líder Eduardo Gomes vai deixar Brasília porque o povo do Tocantins precisa de S.Exa.

Parabéns, Senador Eduardo Gomes!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Passa-se agora à apreciação, no painel eletrônico, do item 21: Veto nº 56, de 2019 — pacote anticrime.

Para encaminhar a votação, concederei a palavra a dois Deputados: um a favor e um contra.

Tem a palavra o Deputado Bibó Nunes, para encaminhar favoravelmente. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Para orientação de bancada.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Presidente, nós precisamos encaminhar, antes de V.Exa. abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perdão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, do Partido Novo de São Paulo, para encaminhar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu estou aqui para fazer o encaminhamento do item 21: Veto nº 56, de 2019.

É extremamente necessário que esse veto seja mantido, uma vez que uma prova lícita não pode deixar de ser prova. Isso seria um contrassenso igual a muitos que nós vemos por aí. Uma vez colocada no processo, não dá para tirar mais. Isso é material, é fato, é prova.

E tem que valer para o uso das duas partes. Restringir a possibilidade de uso de captação feita por um dos interlocutores da defesa contraria os princípios importantes do processo penal, como o princípio da lealdade e o princípio da boa-fé objetiva, e prejudica as investigações criminais, ao privá-las de importante instrumento de busca da verdade.

Além disso, Sr. Presidente, contraria jurisprudência do STF. Especificamente, o STF dispõe que é lícita prova obtida, mediante gravação ambiental, por um de seus interlocutores, de conversa não protegida por sigilo legal. Até mesmo o texto constitucional faz uso do termo "meio ilícito". Dessa forma, se a prova é considerada ilícita e, tão logo, inadmissível, isso deve valer para a acusação e para a defesa, sob pena de ofensa aos princípios da lealdade, da boa-fé objetiva e da cooperação.

Então, imaginem que alguém esteja sendo acusado pela prática de corrupção e, por meio de uma gravação ambiental, consiga provar que quem praticou o ato ilícito foi outra pessoa, o seu colega de trabalho. Neste caso, especificamente, pela nova redação, apenas seria possível o uso da prova por parte do primeiro, para fins de absolvição.

Não faz sentido a alteração proposta, que pode criar embaraços para a atuação judicial, para o Ministério Público e também para o nosso combate à impunidade.

Eu aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para pedir que seja mantido este veto, para que possamos continuar o combate à corrupção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Para orientar as bancadas.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados já podem votar pelo infoleg.



(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PT?

"Sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PT, pelo acordo, orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL? *(Pausa.)*

Como orienta o PL, Líder Wellington Roberto? *(Pausa.)*

Como orienta o Progressistas, Deputado Cacá Leão? *(Pausa.)*

Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB?

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A orientação é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSDB orienta o voto "não".

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O MDB orienta "não".

Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Pelo PSB, Sr. Presidente, o Deputado Bira do Pindaré vai fazer o encaminhamento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Bira do Pindaré, pelo PSB. *(Pausa.)*

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PL orienta o voto "não".

O Deputado Bira do Pindaré está conectado? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT? *(Pausa.)*

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Progressistas orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Progressistas orienta "não".

Como orienta o PDT?

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "não", pela derrubada do veto, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado.

Como orienta o Democratas? *(Pausa.)*

Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Republicanos encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Republicanos encaminha o voto "não".

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSOL?



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)

- O PSOL orienta o voto "não", Presidente.

O NOVO quer permitir gravações sem autorização judicial com a falsa ideia de que se vai combater, com isso, a corrupção, quando, na verdade, isso inclusive se estende para outros crimes além da corrupção.

É engraçado e contraditório este destaque vir de um partido que se diz liberal, quando, na verdade, se trata de uma invasão clandestina da esfera individual.

Obviamente, o PSOL é contrário a esta proposta do NOVO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSD vota "não".

Perfeito. Obrigado.

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC? *(Pausa.)*

Como orienta o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O Cidadania, Presidente, entende que este dispositivo limita o uso da captação ambiental apenas em matéria de defesa.

Os Tribunais Superiores já pacificaram o entendimento de que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores é válida como prova no processo penal, independentemente da prévia autorização judicial.

Por isso, para garantir inclusive o combate de fato à corrupção, à impunidade, nós devemos ter esses valores jurídicos utilizados, porque eles estão acima de qualquer interesse individual. Então, nós apoiamos o veto.

O Cidadania orienta o voto "sim".

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP) - Pelo PSL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL?

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSL, Presidente, pelas razões já expostas, mantém o veto. Portanto, orienta "sim".

Gostaria de aproveitar aqui a discussão para dizer que não votei na anterior, mas votei conforme a própria orientação que dei ao PSL.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Presidente, pelo PSB, é o Deputado Bira. Ele está só pedindo que liberem o áudio dele, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não. Peço que liberem o áudio do Deputado Bira, para que ele possa orientar pelo PSB.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto "não".

Eu queria aproveitar para destacar alguns pontos relevantes neste debate de hoje sobre os vetos aqui no Congresso Nacional, em especial o que trata da questão do FUNDEF, uma luta antiga de professores e professoras que finalmente está sendo resolvida. É certamente uma notícia alvissareira, que resulta de um conjunto de lutas e de mobilizações no Brasil inteiro, das quais o meu Maranhão participou com muita força a partir das organizações de professores e professoras. É preciso destacar isso como uma luta fundamental.

Quero também cumprimentar todos os Parlamentares que somaram forças nessa luta e estiveram presentes, como diversos Parlamentares da nossa bancada, a do PSB.

Essa é uma sinalização positiva num momento difícil do País em que não temos soluções para os



problemas da COVID, mas pelo menos esse alento tem a categoria da educação. Vitória de todos nós!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB? *(Pausa.)*

Como orienta o Partido Novo?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto a Deputada do PSOL fica surpresa com o posicionamento do NOVO, eu não tenho nenhuma surpresa com o posicionamento do PSOL, que sempre quer defender bandido, qualquer tipo de bandido, seja aquele que comete crime de corrupção, seja aquele que comete crime violento.

É isso que o NOVO quer combater aqui. A esse destaque votando "sim", vamos deixar à disposição da Justiça um elemento importantíssimo no combate à criminalidade no Brasil. Isso é fundamental. Inclusive, como foi muito bem falado aqui pelo Líder Alex Manente, esse item vai contra justamente a jurisprudência do STF. Então, estaríamos criando aqui mais uma insegurança jurídica.

Estaremos defendendo bandido se derrubarmos esse veto — é isso que estamos fazendo aqui hoje —, qualquer tipo de bandido, seja o corrupto, seja o criminoso em qualquer outra instância.

Por isso, quem é a favor da corrupção ou do crime violento vota "não". Quem é a favor do combate à corrupção vota "sim".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Democratas, Deputado Luis Miranda?

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas tem orientação técnica de votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Avante, Deputado Sebastião Oliveira?

O SR. SEBASTIÃO OLIVEIRA (Bloco/AVANTE - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante orienta pelo acordo, orienta o voto "não".

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Solidariedade orienta o voto "não". Obrigado.

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde, Presidente Rodrigo Pacheco, orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai pelo controle para combater a corrupção.

Eu entendo que o Supremo já se manifestou em diversos casos, nos quais muitas vezes as vítimas conseguem provar, com provas que elas mesmas produzem... Então, impedir gravações de serem usadas, tanto pela acusação como pela defesa, é limitar a questão da defesa.

Por essa razão, a REDE vai orientar "sim" para manter.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Maioria, Líder Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*



Como orienta a Oposição?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- A Oposição orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado André.

Como orienta o Governo, Líder Ricardo Barros? *(Pausa.)*

Como orienta o PSD?

O PSD, por gentileza. Parece que não constou do painel.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSD vota "não".

Agradeço a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente, por gentileza, só para conhecimento aqui do Plenário, quem orientou pela Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não houve orientação ainda da Oposição.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Houve. Fui eu, Sr. Presidente, o Deputado André Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Foi mesmo. Desculpe-me.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - É porque a votação é na Câmara. Eu não ouvi.

Parabéns, Deputado André Figueiredo!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Foi o Deputado André Figueiredo. Não houve orientação pela Minoria — a Minoria não orientou. O Deputado André Figueiredo orientou pela Oposição.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Claro! É porque eu não ouvi, não identifiquei a voz. Era só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma saudação. Eu estou muito feliz em ver V.Exa. sentado nessa cadeira aí pela sua história, V.Exa. palmilhou cada momento aqui conosco na Câmara dos Deputados, e foi muito importante essa sua ascensão à Presidência do Congresso Nacional.

Este é um registro que precisa ser feito e precisa ser louvado, porque serve até de estímulo para a renovação política, para as novas gerações. V.Exa. era um advogado brilhante em Minas Gerais e chegou à Câmara como Deputado. Em pouco tempo, já assumiu a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e agora está presidindo o Congresso Nacional.

Isso me traz felicidade, porque é um exemplo vivo de que podemos apostar na boa renovação política. Há a ruim, mas há a boa, e V.Exa. é um exemplo da boa.

Parabéns, Senador Rodrigo Pacheco!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte. V.Exa. Sabe da estima que também tenho por V.Exa., pela convivência muito harmônica que tivemos na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.



Vou falar rapidamente. Eu ia fazer uma questão de ordem, mas acredito que não seja necessário.

A última votação foi aberta, inclusive antes dos encaminhamentos. Em algumas votações, não há problema em acelerar o rito, mas, por exemplo, vamos chegar à votação dos vetos de saneamento, e acho que poderíamos manter o Regimento para que todas as pautas e partidos fossem contemplados quando chegar uma matéria mais complexa.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço a V.Exa.

Falta ainda a orientação do PROS.

O PROS deseja orientar? *(Pausa.)*

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC? *(Pausa.)*

Como orienta o PCdoB? *(Pausa.)*

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE (Bloco/PTB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PTB orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PTB orienta o voto "não".

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. pode me dar 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não. V.Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Foi muito bem lembrado pelo Deputado Kim, no caso do Joesley Batista contra Michel Temer, que, se isso aqui estivesse sendo aplicado, não faria sentido, por exemplo, julgar ou discutir um processo de denúncia contra o então Presidente Michel Temer. Então, temos que entender também os impactos disso.

Lembro aqui ainda que não é o uso por parte da Polícia ou de qualquer outro agente do Estado dar provas sem a devida autorização. Estamos falando aqui de um indivíduo que passa por um processo, por exemplo, de coação e que poderia usar isso não só para se defender, mas também para acusar alguém. E ele não precisaria, nesse caso, de autorização judicial. É muito diferente de se falar que a Polícia ou qualquer outro órgão do Estado estaria usando isso de forma ilegal. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Quem pede?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Contraditando o Deputado que me antecedeu, eu queria lembrar que já vimos casos, assim, escabrosos com isso. Cito o daquele ex-Presidente da TRANSPETRO que saiu por aí provocando e gravando várias outras pessoas, inclusive o ex-Presidentes Sarney, que estava internado num hospital, e ele foi lá dialogar, para fazer uma gravação que comprometesse o ex-Presidente Sarney. É um verdadeiro absurdo! Com esse tipo de coisa nós não podemos concordar.

O Ministério Público, a Polícia Federal, as polícias em geral têm que usar e buscar provas concretas contra aqueles que cometem crimes, e não esse tipo de subterfúgio, que é absolutamente reprovável.

Nós vamos votar "não", pela derrubada desse veto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Vou proclamar o resultado: SIM, 99 votos; NÃO, 313 votos; abstenção, 1; Total, 413. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

O veto está rejeitado na Câmara dos Deputados. Será enviado ao Senado Federal para deliberação. Votação nominal do Veto nº 30, de 2020.

Passa-se agora à apreciação, no painel eletrônico, dos Dispositivos nºs 30.20.008, 30.20.009 e 30.20.016 do Veto nº 30, de 2020, que trata das alterações no Marco Legal do Saneamento Básico.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, antes, para entendermos, o requerimento de derrubada do veto foi rejeitado. Foi isso que V.Exa. pronunciou?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Em relação a qual? Ao anterior?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Ao anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Foi derrubado o veto, foi rejeitado o veto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Exato, derrubado o veto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - V.Exa. vai encaminhar este veto agora, o do saneamento?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sim, o do saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pode encaminhar da tribuna, é claro. *(Pausa.)*

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, quando for oportuno, eu queria o tempo de Líder.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional; Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo; dirijo-me a todos os Líderes das bancadas da Câmara e do Senado na pessoa do Líder da Minoria no Congresso, o Deputado Arlindo Chinaglia, o Presidente Arlindo Chinaglia; Sras. e Srs. Congressistas; esse Veto nº 30 é muito importante por dois motivos fundamentais.

Quero saudar aqui também o Deputado Evair de Melo, que trabalhou na Comissão Especial, presidida pelo Deputado Geninho.

O art. 16, vetado — são três dispositivos vetados na Lei nº 14.026, de 2020, que desmonta a política de saneamento no Brasil —, é o que dá 2 anos de prazo para que Municípios, Estados e empresas estaduais, se lhes convier, renovem ou assinem novos contratos de programa.

A lei que deixa de vigor, a Lei nº 11.445, sancionada pelo então Presidente Lula, se não me falha a memória, em 5 de janeiro de 2007, foi construída com ampla consulta da sociedade civil, aqui no Parlamento. Era então Secretário Nacional de Saneamento o Sr. Abelardo Oliveira, posteriormente Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento — EMBASA, hoje representante dos servidores e servidoras, dos trabalhadores e trabalhadoras da EMBASA no Conselho de Administração. Enfim, com consulta em todo o Brasil. E houve um arranjo institucional na Lei nº 11.445 que proporcionou investimentos da ordem de grandeza de 200 bilhões de reais durante o PAC, expandindo enormemente a oferta de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto em todo o Brasil.

O que a Lei 14.026 faz, entre outros itens, mas fundamentalmente, como dito aqui, depois de duas MPs rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, é permitir investimentos privados. Hoje, a lei de



saneamento, a lei de concessões e a lei das PPPs já permitem todas as formas de investimento privado que existirão com a vigência da Lei nº 14.026. Essas formas de investimento já existem com a Lei nº 11.445.

Qual é a diferença? Se a Prefeita ou o Prefeito avaliar que convém a prestação de serviço pela empresa pública estadual, através de um contrato de programa, envia-se um projeto para a Câmara de Vereadores, aprova-se o contrato de programa, e a empresa estadual é contratada sem licitação, é verdade, porque são entes públicos. Isso está escrito na Constituição brasileira. Trata-se da gestão associada.

O que esta lei está fazendo? A Lei nº 14.026 proíbe a gestão associada. Ela é inconstitucional. Essa é a lei da insegurança jurídica, é a lei da tarifa majorada, da tarifa cara, é a lei do desabastecimento — isso vai acontecer no Brasil!

Para o artigo em questão, eu faço um apelo a V.Exas., em nome do acordo, que eu não firmei. A lei é tão ruim que eu fui contra o acordo. Entretanto, o acordo existiu. Tanto é que a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — AESBE está com nota pública hoje reivindicando o cumprimento do acordo. A AESBE, assim como outras entidades, estava contra o projeto de lei, mas foi feito um acordo do Governo com os Governadores. E eu fui cobrado aqui no Plenário, porque o meu Governador, a empresa estadual e a associação brasileira apoiaram o acordo.

Portanto, seja pela prestação pública; seja pela garantia de acesso à água por nordestinos e nordestinas, brasileiros e brasileiras, pelo interior do Brasil; seja pela oportunidade de garantir segurança jurídica para que não haja judicialização no Supremo, não haja uma ADIN vitoriosa, uma liminar; seja para permitir a renovação dos contratos; faço um apelo pela derrubada do veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, é uma alegria nesta bela oportunidade tê-lo como Presidente do Congresso Nacional, honrando a história e a tradição dos grandes homens de Minas Gerais, que construíram não só um Estado de referência, mas naturalmente contribuíram de forma importante com a Nação brasileira.

Somos de Estados irmãos. E nós capixabas, carinhosamente, nos orgulhamos por sermos conhecidos como os "Mineiros da Praia".

Com certeza, a competência e a história política de V.Exa. o conduziu a esse cargo da mais alta importância para a República. Como eu disse, tenho certeza de que V.Exa. já está fazendo isto, honrando o povo mineiro e, naturalmente, o Brasil, porque essa é a trajetória dos mineiros que tiveram oportunidade de contribuir para com a Nação. Não há nenhum grande fato neste País que não tenha passado por decisões tomadas em Minas Gerais. E V.Exa. tem hoje a missão de cumprir esse legado.

Aqui, eu quero me dirigir carinhosamente ao meu respeitado colega Parlamentar Afonso Florence, que já foi Ministro. Naturalmente todos nós o tratamos bem por sua elegância e pela competência com que trata os temas que conduz e que gerencia nesta Casa. O Deputado Afonso Florence sempre foi um Deputado muito respeitado, inclusive eu tenho relações pessoais com ele, e da sua trajetória tiro muitos aprendizados para a minha caminhada. Portanto, naturalmente, como seu aluno, eu me dou o direito de não concordar com o meu mestre e de, em determinado momento, tomar outra trajetória.

Trago posições importantes, palavras mencionadas por nosso então Ministro Rogério Marinho, Parlamentar que esteve nesta Casa: *"Às vezes, há acordos não tão bons, mas, se esses acordos foram feitos, eles precisam e devem ser cumpridos"*.

Portanto, a palavra oficial do Governo, Presidente Rodrigo, nosso Líder Eduardo Gomes, que está na Mesa... Eu tive oportunidade de presidir tanto a Comissão Mista quanto a Comissão Especial. Eu estive em todos os movimentos oficiais que trataram desse texto, que é, sim, uma cabeça de burro, dadas



as medidas provisórias. Nós tivemos na campanha o Deputado Claudio Cajado, que esteve comigo nos dois movimentos, e tantos outros Parlamentares, para podermos trazer uma afirmação categórica e objetiva. Em nenhum momento, houve acordo de derrubada desses vetos em nome do Governo, inclusive desde a legislatura passada, no mandato passado do então Presidente Rodrigo Maia. Eu estive neste plenário e fiz manifestações públicas, porque, primeiro, se houve acordo, tem que aparecer o nome de quem fez o acordo, para que possa ser debitado na sua conta. Num segundo momento, toda vez em que foi feito acordo regimental nesta Casa — eu tenho todas as notas taquigráficas —, não houve nenhuma manifestação de Plenário que teria sido feito um acordo nesse sentido.

Portanto, a orientação do Governo é para manutenção desse veto por uma combinação de fatores.

Para encerrar, quero dizer que a pandemia também nos traz essa obrigação. A falta de saneamento básico no Brasil nos últimos anos está matando e já matou muito mais do que a pandemia da COVID-19. Olhem o tamanho da nossa responsabilidade! Se fôssemos divulgar os números, se a imprensa desse publicidade dos brasileiros que morreram e que estão morrendo por falta de saneamento básico, ficaríamos horrorizados com esses números.

Segundo, nós estamos dando autonomia aos nossos Prefeitos e aos nossos Vereadores. O texto constitucional dá autonomia às Câmaras Municipais.

Portanto, é preciso saber que não estamos devolvendo isso, estamos dando oportunidade, inclusive neste momento, em relação à questão sanitária, que é muito importante, é a mais importante. Este é o marco legal da dignidade. Por outro lado, é uma oportunidade também de trazer dinheiro novo para fazer investimentos no saneamento básico no Brasil e, de certa forma, contribuir para a geração de emprego e renda. Isso não era o objetivo principal do nosso novo marco, mas agora ele se transforma neste marco de oportunidades.

As companhias estaduais têm a oportunidade, inclusive, de se reinventarem, de fazer uma reengenharia interna, e têm *expertise*, conhecimento para disputarem naturalmente contratos no Brasil inteiro.

Alega-se que muitos Municípios do Brasil não estariam atendidos. Por isso, o Parlamento está de pé e a postos para que nós possamos, após mantermos este veto, antecipar os investimentos e também fazer esforços para encontrar soluções para os problemas futuros que possam vir, mas são problemas menores.

Esta é a orientação do Governo à toda a base, com juízo e com responsabilidade, pela dignidade, pela oportunidade, para que possamos salvar vidas. Fala-se de COVID, mas também é preciso salvar vidas de brasileiros que estão morrendo por falta de saneamento básico.

A orientação do Governo é para que possamos manter este veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para encaminhar, está com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, da mesma forma, eu quero registrar o nosso respeito ao Deputado Evair, que agora falou em nome do Governo.

A pedido do Deputado Afonso Florence, eu quero esclarecer que o que o Deputado Floresce disse, da tribuna, é que foi feito um acordo em torno do texto aprovado. Daí a surpresa de um veto, porque, se houve o veto, não se cumpriu então com o acordo, não que tivesse havido acordo de não veto.

Dito isso, eu quero então rememorar e, de alguma maneira, comemorar, nos limites do razoável, a derrubada do Veto nº 3, porque este incidia sobre o Programa Casa Verde e Amarela, que tem como raiz sólida o Minha Casa, Minha Vida. Isso permitiu, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida, fazer concessões do ponto de vista tributário, não para atender a empresa, mas para atender aquilo que nós podemos chamar de prestações, se não módicas, pelo menos mais acessíveis para a camada mais pobre, que se



beneficia desde a época do Minha Casa, Minha Vida.

Da mesma forma, eu quero registrar que a derrubada, a rejeição do Veto nº 59, que diz respeito à execução orçamentária, permite o retorno da programação orçamentária específica acerca das ações de saneamento básico — eu quero falar, daqui a pouco, do Veto nº 30 — e, ao mesmo tempo, trata da vedação à limitação de empenho das despesas relativas à produção e disponibilização de vacinas. É uma grande conquista.

Também quero fazer referência ao Veto nº 3, aquele que, na figura do Deputado Reginaldo Lopes — eu sei que não foi somente ele, mas ele é o autor da proposta —, diz respeito à indenização dos profissionais de saúde, dependentes e também o suporte.

Quero também fazer referência àquilo que é, eu diria, uma reivindicação dos profissionais de saúde, tanto médicos como psicólogos e outros, no que diz respeito a um rigor maior nos exames para se obter a CNH.

Eu sei. Eu ouvi com atenção o Deputado General Peternelli, que, de alguma maneira, aponta aspecto em que nós deveremos continuar pensando, que é como baratear, na ponta da linha, o serviço para aqueles que ele mencionou, que acabarão pagando mais do que podem pagar, se não houver alguma mudança. Mas eu tenho a convicção de que nós vamos fazer ajustes.

E, sob essa égide de vitórias reais, eu quero também apelar a todos os Parlamentares para que derrubemos o Veto 30/20. Para isso, vou tentar inovar com algum tipo de argumento.

Primeiro, a lei aprovada pelo Congresso Nacional já tinha um viés que apontava para a possibilidade da privatização. Entretanto, houve a sensibilidade do Congresso Nacional de abrir, para aqueles contratos de programa de serviço público — entre um empresa estadual estatal e/ou pública e um Município —, a possibilidade de haver a prorrogação desse contrato por até 30 anos, desde que houvesse a iniciativa até março de 2022. Na medida em que o veto incide sobre isso, o que vai acontecer? Vai facilitar o monopólio privado e, fatalmente, vai matar as empresas estaduais e, inclusive, as municipais de saneamento.

Por que isso é relevante? É só olhar o mundo. O mundo inteiro está revisando as privatizações outrora executadas. Portanto, sobre os serviços essenciais dessa magnitude, é só, repito, pegar a experiência da Inglaterra ou de qualquer outro país e observar: eles estão revendo essa privatização.

Finalmente, eu acho que nós devemos trabalhar para conseguir o melhor. Por isso, pedimos apoio ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tiago Mitraud. (*Pausa.*)

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Digo derrubada do veto.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Nós ouvimos, nas últimas argumentações, um duelo: se o Governo fez acordo, se o Governo não fez acordo em relação a esse marco do saneamento. Eu não falo em nome do Governo — nunca apoiei o Governo —, muito menos sou do bloco da Oposição, mas falo pela população brasileira. E a população brasileira é aquela que, até hoje, não é atendida com saneamento básico na sua casa. Cerca de 15% da população brasileira ainda vive sem nem sequer água tratada na sua casa. Ainda em 2021, cerca de metade da população brasileira vive sem nem sequer coleta de esgoto em sua casa, o que leva milhões e milhões de brasileiros a terem doenças que já foram erradicadas em outros países há mais de 100 anos.

É disso que trata o mérito do que vamos votar agora. Não é relevante se o Governo fez ou não fez acordo. Ninguém nunca mostrou um acordo desse. Eu participei intensamente, em 2019, da Comissão que analisou a medida provisória e, depois, da Comissão Especial da Câmara dos Deputados e nunca vi esse acordo ser feito. Mas essa tecla fica sendo batida pela Oposição.



Isso é irrelevante para a decisão que nós vamos tomar hoje. O que importa é o futuro da saúde e da qualidade de vida dos brasileiros que vão ser afetados por ela. Qual é a decisão que nós vamos tomar? Nós vamos decidir se pode haver competição ou concorrência na concessão do serviço de saneamento básico no Brasil ou se nós vamos manter o futuro das famílias brasileiras nas mãos das ineficientes empresas estatais que, até hoje, não conseguiram dar conta da universalização do serviço. Se este veto for derrubado, elas vão poder, por pelo menos mais 30 anos, manter contratos que são feitos sem licitação, os contratos de programa, que não têm nenhuma garantia de universalização do serviço. Por mais que, algumas vezes, queiram prometer, elas não têm nenhuma capacidade de investimento para fazer obra, para construir estação de tratamento de esgoto, para fazer encanamento nas cidades e ruas Brasil afora.

Essas empresas foram mal geridas por décadas, por estarem nas mãos de políticos com interesses escusos, e nunca conseguiram atender a população. Elas ficam atendendo simplesmente a classe política, porque o Deputado adora ter direito a um cargo na empresa de saneamento do Estado dele, adora poder atender um Prefeito que é da base dele e segurar o serviço de saneamento de um Prefeito de que ele não gosta. É para isso que servem as estatais de saneamento. Não é para servir à população.

Por isso, nós precisamos, hoje, manter este veto e, assim, garantir que as empresas vão ter que fazer licitações já, e não daqui a 30 anos, e, com isso, levar competição para o setor de saneamento no Brasil. E, se houver estatais eficientes, livres de controle político pequeno no Brasil, que elas concorram na licitação. Que medo é esse de concorrência que os defensores da derrubada deste veto têm? Se as atuais estatais são tão boas assim, por que elas não entram na licitação e a vencem, provando que têm condições de universalizar o serviço de água e esgoto em tempo hábil? Simplesmente porque elas não têm essas condições.

E o que nós estamos escolhendo hoje, então, é se vamos beneficiar a sociedade brasileira — quem ainda não tem acesso à água e ao esgoto — ou vamos persistir no modelo falido de beneficiar interesses políticos e daqueles que controlam essas empresas estatais. É isso que está em jogo aqui.

Foram 2 anos de luta entre a primeira medida provisória, enviada pelo Governo anterior, e a Comissão Especial, já na atual Legislatura, em que nós conseguimos aprovar nesta Casa, a Câmara, e no Senado o novo Marco Legal do Saneamento Básico. E, felizmente, um dos poucos acertos do Presidente Bolsonaro desde que chegou à Presidência foi ter vetado esses artigos que estão hoje aqui sendo analisados.

Nós não podemos permitir que este veto seja derrubado, em nome de todas as crianças — as 13 milhões de crianças — do Brasil que não têm nem sequer água tratada e esgoto coletado na sua casas hoje.

Por isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos "sim", pela manutenção do veto, priorizando, acima de tudo, a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Em votação na Câmara dos Deputados. As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Orientação de bancada.

Como vota o PT? (Pausa.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL?

O SR. GENERAL PTERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSL, Presidente, tem no Marco Legal do Saneamento Básico uma das referências da Casa. O destaque, que prorroga isso por 30 anos, descaracteriza este marco legal e ainda está em descompasso com a Lei Complementar nº 140, de 2011. Nós precisamos, mantendo este foco, pensar no bem comum do



povo brasileiro.

Por isso, a orientação é "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Quem vota "sim", mantém o veto. Quem vota "não", rejeita o veto.

Como orienta o PT? *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, segundo o Regimento, nós temos que concluir as orientações para, depois, V.Exa. abrir a votação. Como as pessoas vão votar, se não sabem como os partidos estão orientando?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A orientação está sendo feita, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Por isso o Regimento prevê que haja a orientação e, depois, se abra a votação, mormente de um assunto tão polêmico quanto este.

Então, sugiro a V.Exa. que possamos concluir as orientações e, após isso, V.Exa. abre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputada Erika, eu compreendi que havia um acordo nesse sentido para agilizarmos a votação, até porque o Deputado tem a prerrogativa de alterar o voto, se houver uma orientação divergente da sua Liderança, de modo que nós vamos manter o procedimento adotado. Mas, se V.Exa. faz questão, nas próximas votações, adotaremos o procedimento solicitado por V.Exa.

Como orienta o PT? *(Pausa.)*

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Não há acordo, Presidente. Inclusive, eu havia falado justamente sobre essa matéria: que nós gostaríamos que V.Exa. *(falha na transmissão)* o painel, conforme o Regimento. É a questão de ordem que eu tenho em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Partido dos Trabalhadores?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, na verdade, este veto precisa ser derrubado.

Eu vou dar um exemplo concreto. A Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN tem com os Municípios contratos de programa. Esses contratos de programa permitem, inclusive, que haja um preço regulado, para que possa haver subsídio cruzado. O novo marco regulatório vai fazer com que as grandes cidades, que têm muitas pessoas a serem atendidas, vão para a iniciativa privada. As demais vão ficar com a pública. Vão ter qualidade inferior ou preços mais altos.

Então, nós precisamos permitir que os contratos desses programas ainda possam ser feitos durante 30 anos, em vez de permitir que se passe imediatamente ao processo de privatização.

Esse veto é muito nocivo e, por isso, precisa ser derrubado, para o bem do saneamento, das Prefeituras, das instituições e das pessoas, que não vão pagar tão caro pelo processo que está sendo aprovado aqui .

A nossa orientação é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PL?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da orientação do PL, eu queria registrar o nosso agradecimento aos Deputados que votaram pela derrubada do item 5 do Veto 48/20, que estava no bloco anterior, atendendo a um apelo dos professores brasileiros.

Quanto a este veto específico, o PL orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como o orienta o Progressistas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, este veto é fruto de um debate que aconteceu na Comissão Especial presidida pelo Deputado Evair de Melo.



Conforme o desejo da maioria da minha bancada, o desejo do meu partido, nós votaremos pela manutenção do veto. Votaremos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSD?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSD, Sr. Presidente, orienta "sim", pela manutenção do veto.

Entendemos que o projeto como um todo busca a livre concorrência, o investimento e a universalização do saneamento. Por isso, o PSD orienta "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, a matéria busca o avanço da universalização do serviço de saneamento básico e também do abastecimento de água.

Nós temos que registrar que Alagoas teve o processo de estruturação e de concessão dessa área de maior sucesso no Brasil. Em leilão realizado no ano passado, houve a concessão por uma outorga de 2 bilhões e um investimento de 2 bilhões e meio, totalizando o montante de 4 bilhões e meio de reais para o Estado de Alagoas. Agora, este destaque trata da regularização dos contratos de programa e, ainda, da permissão de prorrogação deles por 30 anos. Então, é fundamental manter o veto, para que essas estruturas os Estados tenham condição de fazer com muito sucesso, a exemplo do Estado de Alagoas.

Então, o MDB orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSDB?

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem tivemos uma grande vitória: a Lei do Gás. E a lei do saneamento é um marco!

Quero parabenizar o Ministro Rogério Marinho; o Relator, Deputado Geninho; e o Senador Tasso Jereissati, que conduziu esse processo. É a liberdade para os Municípios poderem tomar as suas decisões da melhor forma, com menor tarifa e melhor serviço prestado.

Hoje, nós sabemos que os Governadores têm uma forte influência e praticamente constroem os Prefeitos a darem uma concessão por contrato de programa, sem nenhuma contrapartida, e dão uma obrinha para os Prefeitos. Quem vai pagar a conta são os munícipes, que ficarão, durante décadas, sem água tratada, sem esgoto coletado e tratado.

Essa é a liberdade que vai permitir a cada cidade tomar a sua decisão. De que forma? Licitando. Ela licita, com preço público, transparente, e a empresa que der a melhor condição para 100% de água, 100% de coleta e tratamento de esgoto, com a menor tarifa, vai levar. Nas cidades mais pobres, é óbvio que o Estado vai continuar agindo.

A nossa orientação é manter o veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Governo orienta "sim".

Como orienta o Republicanos?

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto "sim", pela manutenção do veto, demonstra ser o mais democrático para os Municípios, não importando o tamanho deles. Por isso, nós entendemos que a manutenção do veto vem ao encontro do interesse de toda a municipalidade, que espera por esse veto para que possa ter liberdade de escolher aquele que oferece o melhor tipo de serviço, por um menor custo, para os seus munícipes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSB, Deputado Danilo?



O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta "não".

A derrubada desse veto é fundamental para se garantir o direito ao saneamento básico a milhões de brasileiros que estão, sobretudo, vivendo nas pequenas cidades do nosso Brasil.

Só para dar um exemplo, Sr. Presidente, informo que, aqui em Pernambuco, nós temos 184 Municípios, e apenas pouco mais de 20 deles possuem sistemas de saneamento superavitários. Os recursos que saem desses 20 Municípios financiam o acesso ao saneamento nos Municípios menores. Por essa proposta, nós estamos acabando, de uma vez por todas, com a possibilidade de esses Municípios terem acesso a saneamento.

Então, eu quero destacar que foi dada a palavra. Essa proposta só andou porque foi acordado entre todos nós que seria dado um prazo de transição para que as empresas estatais, no limite de 30 anos, pudessem se adequar a essa nova realidade. O Governo está rompendo a palavra, indo contra o povo brasileiro.

Por isso, o PSB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PDT?

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PDT também encaminha o voto "não", lamentando que o Governo esteja quebrando a sua palavra, quebrando o acordo firmado.

Então, o PDT vota "não", pela derrubada do veto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como vota o Democratas?

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF) - Sr. Presidente, neste destaque, quem vai orientar é o Deputado Geninho Zuliani.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Geninho Zuliani. *(Pausa.)*

Como orienta o Solidariedade?

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai manter o acordo, vai orientar "sim", mas respeitando as opiniões divergentes dentro do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PTB?

O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE (Bloco/PTB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Democratas?

O SR. GENINHO ZULIANI (Bloco/DEM - SP) - Sr. Presidente, na condição de Relator

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Geninho Zuliani, pode recomeçar a sua fala, por gentileza? *(Pausa.)*

Deputado Geninho Zuliani, não estamos ouvindo V.Exa.

Vou colher a orientação dos demais Líderes e retorno a V.Exa., como Relator desta matéria.

O SR. GENINHO ZULIANI (Bloco/DEM - SP) - Sr. Presidente, o áudio voltou. Se eu puder continuar, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não. Pode continuar.

O SR. GENINHO ZULIANI (Bloco/DEM - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Relator da Lei de Saneamento Básico, em nome do Democratas, oriento o voto "sim", pela manutenção do veto.

Nós aprovamos essa lei na Câmara dos Deputados no ano retrasado, quando ainda não havia



pandemia. Eu tenho certeza de que o saneamento básico será um marco para a retomada dos investimentos e do crescimento do País na geração de emprego e renda pós-pandemia.

Todos nós sabemos que mais da metade da população brasileira não tem acesso a esgoto tratado; que crianças morrem diariamente pela falta de saneamento básico no Brasil.

Vale a pena deixar claro, como Relator, que eu ouvi de alguns Líderes que houve acordo com o Governo. Esse acordo não existiu. Existia, sim, um acordo legislativo, que hoje não faz mais sentido, uma vez que, naquela ocasião, os partidos de esquerda não votaram a favor do nosso relatório. O País mudou, avançou pós-pandemia, e é muito necessário esses investimentos privados, sim, no saneamento básico.

Por isso, o Democratas orienta pela manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Podemos?

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Exmo. Deputado Geninho Zúliani, que me antecedeu, pela brilhante condução da aprovação do marco regulatório do saneamento.

Tive a oportunidade de participar diretamente da apreciação do marco regulatório do saneamento, inclusive com a derrubada da MP 868/18, para que nós discutíssemos o tema, nos aprofundássemos no assunto e encontrássemos o melhor texto. Isso foi feito pelo nosso Relator Geninho Zúliani, que, inclusive, teve o cuidado de visitar Minas Gerais, em especial a minha querida região no Vale do Jequitinhonha, para conhecer, de fato, uma região onde não há saneamento.

O Podemos orienta "sim", pela manutenção do veto, haja vista que praticamente metade da nossa população não tem saneamento, e nós precisamos, sim, gerar emprego, renda, dar qualidade de vida e saúde a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSOL, Deputada Talíria Petrone?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, o Deputado Glauber Braga vai orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Glauber, como orienta o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Agora, sim, o microfone acaba de ser ativado.

Diferentemente de alguns dos meus antecessores, eu não tenho nenhum respeito pela Liderança do Governo. Pelo contrário. Utilizar o período de uma pandemia para propor a privatização da água é algo criminoso, como é criminoso, também, nomear Relator no Senado Federal, como foi feito, o representante da Coca-Cola no Brasil, para que essa matéria pudesse avançar e para que a água brasileira seja entregue a interesses que não são os daqueles que precisam da ampliação do sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgoto no Brasil.

O PSOL vota contra a privatização da água, vota contra o veto do genocida, vota a favor dos contratos de programa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC?

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vai orientar pela manutenção do veto, porque, diferentemente do que diz a Esquerda em seu discurso, nós temos uma dívida histórica com a população brasileira. A questão da privatização da água é levar à população condições mínimas de saneamento e de abastecimento de água. O que não se fez em 100 anos se fará nos próximos 5 anos, resgatando-se uma dívida histórica com toda a população



brasileira.

O PSC vota pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O Cidadania, Sr. Presidente, discorda de que nós estejamos debatendo a privatização do sistema de saneamento e de abastecimento de água na pandemia. Esse projeto foi votado antes da pandemia.

O que nós estamos discutindo agora é o veto, inclusive, a um projeto extremamente importante para o País, um projeto que vai gerar a capacidade de haver investimentos, para que cheguem à população saneamento, água potável, água tratada, em vez de ficar o esgoto a céu aberto em milhões de locais que existem em nosso País, por falta de recursos.

Com isso, nós daremos condições de a iniciativa privada investir, por um tempo adequado, para poder fazer com que o Brasil se desenvolva nesse aspecto, que é fundamental não apenas para o saneamento básico, mas, inclusive, para a área da saúde — prevê-se a diminuição dos custos na área, porque, quando se tem saneamento básico, tem-se, também, uma saúde mais adequada para milhões de famílias que hoje não têm acesso a água e esgoto tratado.

O Cidadania orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB?

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Sr. Presidente, o NOVO quer orientar.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, quem vai encaminhar pelo PCdoB é a Deputada Alice Portugal, pelo PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois, não.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, para orientar a bancada do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, como membro efetivo da Comissão Especial que debateu o novo marco do saneamento, na qual representei o meu partido, quero dizer que o Brasil precisa saber que, de fato, o que está em jogo é a privatização da água e do saneamento.

Infelizmente, o veto ao art. 16 põe em risco as empresas estaduais, uma vez que o artigo permite que os contratos de programa, mesmo aqueles com mais de 30 anos, efetivamente sejam extintos, uma vez que estarão impedidos de renovação.

O artigo já havia sido incluído no projeto — e eu reafirmo isso —, ainda na Câmara, por acordo entre os Parlamentares e os Governadores. Quero exaltar a presença, na Comissão, do Governador do Estado de Goiás, o ex-Deputado Ronaldo Caiado, do DEM.

A Presidência fundamentou o veto no alegado descompasso com os objetivos do novo marco de estimular competição. Essa é uma justificativa absolutamente inepta. Segundo eles, a medida prolongaria demasiadamente a sobrevivência desses contratos e das companhias de saneamento. A verdade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB, Deputada?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Vota "não"; é contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Como orienta o Partido Novo, Deputado Alexis?

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, votar "não" nessa matéria, ou derrubar esse veto, é condenar o Brasil a mais 30 anos de atraso no saneamento básico. Temos 110 milhões de brasileiros sem tratamento de esgoto, 35 milhões sem água potável. Esse é o legado do atual modelo. Por isso é tão importante nós fazermos a modernização da área,



criarmos o novo marco do saneamento básico.

Hoje nós temos um legado que não serve para nada para a pandemia. Como nós vamos tratar a pandemia sem ter água potável, sem ter tratamento de esgoto? Os rios a céu aberto estão poluídos. Os grandes centros urbanos são verdadeiros vetores de proliferação do vírus.

Por isso, Presidente, o que nós temos que fazer, neste momento, é ter responsabilidade, modernizar o modelo de saneamento básico e tirar o Brasil do atraso nessa área.

O Partido Novo orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Avante?

O SR. SEBASTIÃO OLIVEIRA (Bloco/AVANTE - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante vai liberar a bancada.

Minha posição pessoal é de não acreditar que o sistema privado vai investir em Municípios deficitários. Aqui em Pernambuco, 80% dos Municípios são deficitários, e eu nunca vi o sistema privado investir em sistema deficitário.

Mas respeito as diferenças de pensamento dentro da nossa bancada. Eu vou votar pela derrubada do veto, mas a bancada está liberada.

Então, a posição do Avante é a de liberar a bancada quanto ao Veto 30/20.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Patriota, Líder Fred Costa? *(Pausa.)*

Como orienta o PV, Líder Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, nos últimos 2 anos, eu coordenei a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico. Participei ativamente da Frente, junto com o Deputado Evair e o Deputado Geninho Zuliani, como Relator — ele foi, também, Vice-Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados que analisou o novo marco.

E uma coisa é incontestável. O modelo que nós temos hoje, embora tenha avançado em alguns momentos, fracassou no aspecto global. Nós chegamos ao século XXI com problemas típicos do século XIX. O que o novo marco quer fazer é justamente mexer nas estruturas, não para privatizar a água, mas para trazer mais atores para o saneamento, dar mais segurança jurídica para o investimento e fazer avançar essa dívida social tremenda que nós temos até hoje.

O Partido Verde, por divergência, vai liberar a bancada, mas eu quero deixar claro o meu voto "sim", pela manutenção do veto, e parabenizar V.Exa. por, finalmente, colocar em votação esses vetos aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE, Deputada Joenia?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "não", por entender que esse marco regulatório do saneamento deve deixar bem claro que o Governo Federal deve liderar esse processo, por meio de um planejamento que atenda as demandas nacionais e regionais.

Nós sabemos que geograficamente existem muitas diferenças. Quem está lá no Sul, no Centro-Oeste, principalmente quem está na Amazônia, no Norte depende que o Estado brasileiro cumpra seus deveres constitucionais para garantir o efetivo crescimento na cobertura do saneamento no País.

Por esta razão nós vamos orientar "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Maioria, Líder Aguinaldo Ribeiro? *(Pausa.)*

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu vou falar pela Maioria.

Quero saudar o Deputado Geninho Zuliani e o Deputado Evair Vieira de Melo, que conduziram a Comissão Especial, ouviram todos, debateram com todos e chegaram a esse texto, que é um texto que permite que os Municípios possam licitar os seus serviços de saneamento, pois constitucionalmente são eles os detentores dessa prerrogativa. As companhias estaduais podem concorrer e, eventualmente, vencer essas licitações.

Então, isso permite liberdade para que os Municípios exerçam a sua autonomia. Esse é um trabalho importante. São milhões, bilhões em investimentos que rapidamente virão para o sistema. Digo isso porque infelizmente, desde o PLANASA — Plano Nacional de Saneamento, que encarregou todos os Municípios a entregarem as suas concessões aos Estados, porque só lá teriam financiamento, nós não avançamos em saneamento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Maioria e Governo orientam o voto "sim".

Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição, Líder André Figueiredo?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Presidente Rodrigo Pacheco, na verdade nós temos absoluta convicção de que a iniciativa privada tem interesses que são legítimos. Mas nós que defendemos, principalmente, o segmento mais humilde da nossa população, as regiões mais pobres, temos certeza de que não será do interesse dela pegar saneamento de Municípios paupérrimos.

O Marco Legal do Saneamento já foi publicado. Tivemos a sua aprovação no Congresso Nacional, e nós da Oposição fomos contrários à maneira como ele foi proposto.

Esses vetos conseguiram piorar ainda mais o Marco Legal do Saneamento. Por isso, a Oposição vota pela derrubada desses vetos. A Oposição vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Guilherme Derrite, como orienta o PP?

O SR. GUILHERME DERRITE (Bloco/PP - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Antes de mais nada, eu queria me solidarizar com o nosso Senador Major Olimpio, do Estado de São Paulo, que se encontra internado. Estamos em orações para que ele prontamente se restabeleça. Falei com a esposa do Senador anteontem. Com certeza e com fé em Deus, ele vai se recuperar e sair dessa internação.

Eu queria apenas justificar o meu voto no veto passado, que tratava do pacote anticrime, em que equivocadamente eu votei "não". Porém, entendo que o ideal seria a manutenção do texto, haja vista a importância da escuta ambiental, inclusive, pelo Ministério Público, nas acusações em processos criminais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Claudio Cajado, como orienta o PP?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu estava ouvindo o debate e os encaminhamentos e quero dizer que participei da Comissão Mista que discutiu o marco regulatório do saneamento básico. De fato, houve sim uma proposta de acordo formulada por mim, com os critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e pelo Ministério da Economia, inclusive o Relator da matéria, o Senador Tasso Jereissati, alcunhou o acordo de



Emenda Otto Alencar.

O que aconteceu, Presidente? As oposições não cumpriram o combinado na votação da matéria. O combinado era: estabelecido o prazo, poder-se-ia fazer uma votação em que a matéria fosse aprovada de forma consensual. O Deputado Afonso Florence deixou claro que ele não participou do acordo, mas segmentos da Oposição que votaram contra participaram. Portanto, na Comissão, caiu o acordo. Por isso, o Governo sentiu-se desobrigado, inclusive no Plenário, de cumprir o acordo e de vetar ou deixar de vetar — e, de fato, foi vetado. Portanto, Presidente, o que prevaleceu foi a intenção original do Governo de poder dar solução a um problema crucial de falta de saneamento, de falta de abastecimento de água, em inúmeras cidades brasileiras. Todos os indicativos demonstram isso.

Foi dito aqui anteriormente, primeiro, que o Estado de Alagoas foi um exemplo de sucesso do processo licitatório. Segundo, não existe a vedação de as companhias estaduais participarem dos certames licitatórios. Pelo contrário, a obrigatoriedade é de abrir a possibilidade de a iniciativa privada concorrer em iguais condições. Terceiro, Presidente, com relação à questão de a licitação só beneficiar os Municípios que estejam superavitários, basta publicar no edital também os deficitários, para que haja a compensação entre Municípios superavitários e deficitários, principalmente nos consórcios municipais, que muitos Estados já estão fazendo e avançando nesse aspecto.

Portanto, eu esclareço o que ocorreu, para que não haja dúvida. O acordo existiu, porém caiu, porque as oposições não apoiaram o acordo de votar consensualmente a matéria. Daí por que o Governo vetou, e a orientação em relação ao veto, nesse sentido, é pela manutenção, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra, pelo tempo de Liderança do NOVO, o Deputado Vinicius Poit.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votar pelos mais humildes ou pensar nos mais humildes, como foi dito neste plenário, é votar pela manutenção do veto nesse trecho do Marco Legal do Saneamento.

Quando falamos da pandemia, que é a prioridade — e eu não tenho nenhuma dúvida de que a prioridade de todos é combater essa pandemia no Brasil —, nós temos que votar a favor desse Marco Legal do Saneamento. Como exigir que a população cuide do distanciamento, tenha higiene, se não tem nem água para lavar a mão? Trinta e cinco milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, 110 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto, mais de 15 mil brasileiros morrem por ano em decorrência da falta de saneamento.

Não dá para admitirmos brasileiros morrendo por causa de diarreia, de dor de barriga, pelo amor de Deus! Em que mundo vivemos? Como se pode ser contra a possibilidade de melhorarmos ainda mais o texto, com esse veto? No caso de empresas que estão com contratos inadequados, de empresas que não estão com o serviço regularizado, como vamos dar uma chance para elas formalizarem um contrato de mais 30 anos? Pelo amor de Deus! Quem é bom vai competir na licitação de volta e vai ganhar a licitação. Nós temos que pensar na população lá fora.

O Marco Legal do Saneamento, analisado na Comissão presidida pelo Deputado Evair Vieira de Melo e muito bem relatado pelo Deputado Geninho Zuliani, quer dizer saúde. Ter saneamento básico é o maior tratamento preventivo que este Brasil pode ter para qualquer tipo de doença.

Investir 1 real em saneamento significa economizar 4 reais em saúde. Por quê? Porque o cara não vai ter doença básica, não vai ficar doente para precisar ir a um pronto-socorro, vai poder trabalhar porque não vai ficar em casa com alguma doença básica, o que não é mais admissível no século XXI. Saneamento básico é o que vai garantir o futuro de muita gente aqui no Brasil.

É mais do que nossa responsabilidade permitir a relicitação nos contratos que não estão adequados. Nós não podemos ser coniventes com contrato ruim, com quem presta serviço ruim para a população e



com empresas que estão aí há anos servindo de cabide de emprego, de indicação política, mas não servindo para a população, que paga imposto.

Com coleta de esgoto e com água tratada, há o mínimo de dignidade. Vamos ver o que é falta de saneamento. Para quem diz que pensa nos mais humildes, para quem diz que está pensando na população, para quem diz que esse assunto não é prioritário, tem que ir a campo. Tem que pisar lá em Americanópolis, em São Paulo. Tem que pisar lá no Jardim Niterói e na Vila Carioca. Tem que pisar onde for no seu Estado. Tenho certeza de que todo mundo aqui tem exemplo no seu Estado, onde esgoto corre a céu aberto, onde crianças estão brincando no esgoto, onde, quando chove, enche o córrego, que passa por cima da janela da casa, e a população perde tudo.

Saneamento é saúde. Saneamento é prevenção. Saneamento é o mínimo de dignidade. O Estado tem que atuar e garantir isso para os brasileiros. Já que não conseguiu oferecer as condições necessárias, então que permita sim que haja parceria público-privada.

Não tem condição de investimento, não tem condição de ter eficiência e vai exigir que fique na sua mão ainda, com 30 anos de contrato? Pelo amor de Deus! Nós fomos eleitos para representar a população, e a população está clamando por ter um cano de esgoto engatado na sua casa e por ter água tratada, principalmente, para lavar a mão e garantir mais higiene e proteção possível no meio desta pandemia.

Por isso, o NOVO encaminha o voto "sim". E o NOVO pede a V.Exas. que ainda não votaram ou que, de repente, votaram "não" e estão refletindo durante esta fala e pensando nos mais humildes para que convertam o seu voto para "sim" e mantenham o veto nesse trecho do Marco Legal do Saneamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Votaram SIM 292 Deputados; votaram NÃO 169 Deputados; abstenção, 1. Total: 462. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Está mantido na Câmara dos Deputados.

Mantidos na Câmara, os itens do veto deixam de ser submetidos ao Senado.

Será feita a comunicação ao Sr. Presidente da República.

Votação nominal do Veto nº 59, de 2020.

Passa-se agora à apreciação no painel eletrônico do Item 10, Veto nº 59, de 2020. É a LDO para 2021.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Sr. Presidente, este é o veto 18, da LDO... É o Item 18? Rapidamente, para nivelar a informação com o plenário...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - É o Item 10, o Veto nº 59.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - É o Item 10? Não, então, eu... Não é o Item 18, não? Ali está 018, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está errado no painel. Boa advertência, Deputado Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - A minha inscrição eu acho que era para o Item 18. É o que diz respeito aos Municípios abaixo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Ele já foi derrubado no bloco.



O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Então, pronto, porque entrou no acordo, e ele estava previsto para ser destacado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, V.Exa. ia encaminhar naquela ocasião.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Eu ia encaminhar, mas peço então a palavra por 10 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma justiça que foi feita com os Municípios que têm abaixo de 50 mil habitantes. É o caso de Minas Gerais, que tem muitos Municípios com esse perfil, abaixo de 50 mil habitantes, e é o caso da Paraíba também.

Num período de pandemia, como o que nós temos hoje, cobrar que todo CAUC estivesse atendido na adimplência e, em caso contrário, impedir os Municípios de receberem recursos extraorçamentários geraria uma grande desigualdade. Seria tratar com diferença aqueles que já estão prejudicados. Então, a derrubada do veto foi bem-vinda para que os Municípios de menor porte possam receber recursos para, inclusive, melhorar a sua situação fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu indago ao Plenário se podemos abrir o painel para votação e orientação de bancada.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim, há um acordo para esse veto. Todos votarão "não" a esse veto da LDO, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG) - Sr. Presidente, antes disso, permita só uma palavra ao PSDB, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só chamar atenção para a grande vitória que nós tivemos hoje com a manutenção dos vetos em relação ao saneamento básico. Nós temos hoje uma realidade — e V.Exa. conhece bem Minas Gerais — de absoluto déficit de saneamento básico para as famílias brasileiras.

Nós não termos saneamento básico significa que estamos perdendo como nação civilizada. Metade da população brasileira não tem acesso a serviços de saneamento básico. Nós temos 100 mil quilômetros de rios poluídos em nosso País. Isso é um crime ambiental e é um crime contra a saúde. Quando não estamos protegendo as nossas águas, nós estamos poluindo também e contaminando a nossa população.

Por isso, o Congresso Nacional trouxe mais uma vez a prerrogativa para si, e nós agradecemos e reconhecemos aqui o esforço do Governo nesse sentido. Então, parabéns a todo o Congresso Nacional e à população brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu indago aos Deputados e aos Líderes...

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Presidente, vão acompanhar a orientação do Governo os blocos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu indago se podemos colocar toda a orientação como "não"?



A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Os que estão no sistema virtual também concordam? Podemos colocar todas as orientações de voto "não"?

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) - O Republicanos concorda, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O NOVO vota "sim", para manter o veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O NOVO vota "sim", os demais votam "não".

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Ah, o PT vota "sim"? Perfeito. O Partido dos Trabalhadores vota "sim".

Então, eu vou tomar orientação de bancada. Eu achei que houvesse acordo, perdoem-me. Eu imaginava que houvesse acordo.

Como orienta o PT? (*Pausa.*)

O voto é "sim".

Como orienta o PSL? (*Pausa.*)

Como orienta o PL?

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PP, o Progressista? (*Pausa.*)

Como orienta o PSL?

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL acompanha a orientação dada pelo Deputado Ricardo Barros e orienta "não", pela derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSD?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSD, Sr. Presidente, orienta "não", pela derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o MDB?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB é pela derrubada do veto, por entender que os Municípios precisam de facilidade para receber os recursos de transferências voluntárias. E esta é mais uma dificuldade criada para os Municípios, que, ao longo dos últimos 10 anos, vêm tendo a facilidade de receber os recursos de transferências voluntárias sem atentar para o CAUC.

Portanto, o MDB orienta "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, permita-me, Presidente, mudar a orientação do PT para "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PT muda a orientação para "não".

Como orienta o Republicanos?



O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Republicanos encaminha o voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT?

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota "não", vota pela derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Democratas?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Democratas vota "não".

Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos?

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta "não", Presidente, pela derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSOL? *(Pausa.)*

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC?

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Cidadania?

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania encaminha o voto "não", orienta "não".

Quero aproveitar para me solidarizar com o nosso povo brasileiro. Ontem, atingimos o número de 282 mil mortes. Só no dia de ontem, foram 2.798 mortes. Então, esta é uma preocupação do País, principalmente deste Congresso, onde nós representamos o povo brasileiro.

Ao Ministro Marcelo Queiroga, que assume o Ministério da Saúde, nós desejamos todo o sucesso, mas também que haja a participação das instituições, deste Congresso, e de todos que querem colaborar para que possamos vencer esse tempo difícil desta pandemia. Para isso, nós precisamos alcançar a imunização de todo cidadão brasileiro por meio da vacinação.

Acredito que este é o foco que o Governo Federal e o Ministério da Saúde têm que colocar. E nós precisamos, cada vez mais, estar juntos, para que possamos sair fortalecidos e, cada vez mais, proteger as vidas do nosso povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Progressistas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Progressistas vota "não", Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL vota "não".

Eu peço que seja disponibilizado o tempo de Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Solidariedade orienta o voto "não".

Como orienta o Partido Novo? Já orientou, perdoe-me.

Como orienta o Avante? *(Pausa.)*



Como orienta o PSDB?

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSDB, Sr. Presidente, vota "não" também. Nós vamos, neste momento de dificuldade, priorizar os Municípios pequenos.

Eu queria registrar aqui também que a Deputada Mara Rocha, do Acre, está sem Internet lá no Acre e não está conseguindo votar. Ela votou com o partido em todas as votações. Com a Deputada Bia Cavassa, do Estado de Mato Grosso do Sul, acontece a mesma coisa. Elas acompanharam o partido em todas as votações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está registrado.

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PV vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Maioria?

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A Maioria vota "não".

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição, Deputado André Figueiredo?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Oposição orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Governo, Sr. Presidente, orienta "não" no intuito de permitir as transferências voluntárias principalmente por parte do Governo Federal aos Municípios que tenham grandes obras, ou seja, para ultrapassar um exercício.

Como permite, em especial neste momento de pandemia, que não cessem os investimentos e as obras que tenham inclusive conteúdos plurianuais possam ter continuidade, a orientação do Governo é "não".

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A Minoria vota "não".

Quer usar da palavra, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Depois de terminar a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Depois de terminar. Perfeito.

Ainda há partidos a orientar.

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta o PTB? *(Pausa.)*

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*



Como orienta o PV? (*Pausa.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, existe uma lista de Líderes inscritos para falar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - V.Exa. deseja fazer uso da palavra como Líder?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Isso, pela Liderança do PSOL.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Posso falar em seguida, Presidente?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, principalmente aqueles que estão assistindo à sessão neste momento, a votação que se operou na Câmara e no Senado nesta sessão do Congresso Nacional é, sim, infelizmente a consolidação, pelo menos momentaneamente, do processo de privatização da água no Brasil: 292 Deputados votaram a favor de que a sua água, de que a água que pode ser garantidora de vida para milhões de pessoas no Brasil, seja privatizada.

Vários discursos aqui se unem numa relação que mistura hipocrisia com maldade política. E, quando eu digo maldade política, é porque há aproveitamento da pandemia para facilitar a entrega da água.

Diferentemente do que muitos Parlamentares disseram, o que está acontecendo no Brasil não tem sido seguido por boa tarde de países no mundo, onde prevalece uma jornada de reestatização.

Só para se ter uma ideia, do ano 2000 até o ano de 2017, 884 reestatizações aconteceram nos mais variados países, levando em conta o abastecimento de água, de tratamento de esgoto e controle do sistema elétrico.

E por que isso aconteceu? Basicamente por dois motivos. O serviço privatizado foi sinônimo de conta cara, tarifa alta, e prestação de serviço ruim ou não realizada. É isso mesmo.

Vendem a ilusão de que vai haver uma melhora na prestação dos serviços, vendem a ilusão de que vai haver a ampliação do abastecimento e do tratamento de esgoto e utilizam para isso o argumento de que o Estado não teria recursos suficientes para a realização dos investimentos.

Só que esses mesmos que dizem isso não aceitam a nossa proposta de que, no caso do saneamento, fosse colocado um artigo no projeto impedindo que as empresas privadas pegassem dinheiro com o BNDES para os investimentos que vão ser feitos.

Esse discurso é mentiroso. Eles dizem — repito — que precisam de recursos para ampliar os investimentos ou para universalizá-los, mas são as empresas privadas que vão buscar esses recursos junto a instituições públicas. Isso é um verdadeiro estelionato.

O Sr. Senador da República Tasso Jereissati é o representante da Coca-Cola no Brasil, e já está engatilhado, Presidente e Senador Rodrigo Pacheco, outro projeto, que eu espero que não venha à votação, que é o projeto de mercado de águas, que tem como objetivo ampliar a possibilidade de dolarização e de comercialização de água no território brasileiro.

Esses 292 Deputados que votaram a favor da privatização da água e contra os contratos de programa que poderiam impedir, num primeiro momento, uma privatização imediata são corresponsáveis, quando tivermos o aumento do preço da tarifa e investimentos prometidos não realizados.

Exatamente por esse motivo, a bancada do PSOL se posicionou, desde o início dessa discussão, dizendo que água não é mercadoria e dizendo não à privatização. E dizemos não à privatização também das companhias estaduais de água e de saneamento, como a CEDAE, no Rio de Janeiro.



Não à privatização!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Votaram SIM 27 Deputados; votaram NÃO 411 Deputados; total de 438 votos. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

O veto será enviado ao Senado para deliberação.

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional e também do Senado da República, Senador Rodrigo Pacheco, quero chamar a atenção de V.Exa. para o seguinte — certamente V.Exa. já tem conhecimento disto: há 2 dias foi lançado um abaixo-assinado pelo jornalista Caio Coppolla. Em apenas 2 dias, já conta com a assinatura de mais de 2 milhões e 400 mil de brasileiros esse abaixo-assinado que solicita a análise do pedido de *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. O lançamento desse abaixo-assinado se deu concomitantemente, ou seja, no mesmo dia em que, há uns 2 anos, abria-se no Supremo Tribunal Federal um inquérito *fake*, um inquérito que anda ao arrepio do Estado Democrático de Direito. É gritante que o próprio Supremo Tribunal Federal o promova e que o Ministro Alexandre de Moraes, neste caso, seja neste inquérito suposta vítima, seja também o acusador e seja o julgador.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de saudar a iniciativa do jornalista Caio Coppolla de apoiar um pedido de *impeachment* feito por um Senador da República, o Senador Jorge Kajuru, e lembrar a V.Exa. e a todos os demais Senadores do importante papel que o Senado da República exerce na nossa democracia. De acordo com o que diz o art. 52 da Constituição, é o Senado que avalia os atos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. E ninguém está acima da lei, ninguém é intocável.

Por isso mesmo, é muito importante que os nossos Senadores se debrucem sobre este tema e sobre tantos outros que possam vir a devolver a necessária harmonia, além da independência entre os Poderes.

Hoje, nós temos uma Suprema Corte hipertrofiada que interfere demasiadamente em várias áreas, inclusive no livre exercício do Poder Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, declaro o meu apoio a essa iniciativa do jornalista Caio Coppolla e parablenho todos os brasileiros que já assinaram esse abaixo-assinado. Certamente muitas assinaturas ainda virão, porque, em apenas 2 dias, repito, quase 2 milhões e meio de brasileiros assinaram essa petição. Certamente muito mais assinaturas virão. Em breve V.Exa. receberá o conteúdo desse abaixo-assinado em suas mãos.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Eu me dirijo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas nesta Sessão do Congresso Nacional para dizer que estamos premidos pelo tempo, considerando que no Senado Federal, para a parte que toca ao Senado, nós designamos o horário de 16 horas para iniciarmos a apreciação dos vetos que cabem ao Senado Federal.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Presidente, eu gostaria de usar o tempo de Liderança do MDB, mas são 9 minutos. Se V.Exa. puder abrir uma exceção, garanto não usar mais que 2 minutos ou 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Só vou fazer o encaminhamento e garantirei a palavra a V.Exa.

Portanto, o encaminhamento que faço é que remanescem dois destaques de vetos: o Veto nº 4, de



2021, com dez dispositivos destacados, que se referem ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; e o Veto Parcial nº 5, de 2021, com dois dispositivos destacados referentes à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, igualmente importantes.

Nós não teremos tempo para apreciar esses destaques na data de hoje. No entanto, até para cumprirmos o horário perante o Senado Federal, existem duas proposições. Uma é o PLN 1/21, que foi uma solicitação do Senador...

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente, permita-me a palavra. Quem solicita é o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deixe-me concluir, só 1 minuto.

Como eu dizia, uma foi sugestão do Líder do Governo no Senado, Senador Eduardo Gomes, para que possamos votar, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho. E a outra é um projeto de resolução, também de autoria do Senador Eduardo Gomes e vários Líderes, tendo como Relator o Senador Marcos Rogério.

A minha proposta seria que fizéssemos a leitura dos pareceres e votássemos de forma simbólica. Essa é a minha sugestão, se houver acordo do Plenário.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Será uma palavra rápida.

O que me traz aqui, em nome do Cidadania, ao me referir ao destaque por nós apresentado, é a questão do pagamento por serviços ambientais. Nós já tivemos uma parcial resolução quando o Governo anuiu e nós derrubamos alguns vetos naquele primeiro conjunto de proposituras, cujos vetos foram revistos.

O nosso destaque aí está. Nós abrimos mais uma vez com um conjunto de entidades, tanto do setor produtivo e do agro como do setor ambientalista, um diálogo com o Líder Eduardo Gomes. Nós vamos prosseguir nesse diálogo para podermos ter, de preferência, um acordo antes da votação deste destaque.

Agradeço a sensibilidade de V.Exa., o apoio do Líder do Cidadania, das entidades ambientalistas, da FPA e a sensibilidade do Líder Eduardo Gomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu agradeço a V.Exa. a retirada, aliás, não é a retirada, até por força de tempo, que seria um pedido nosso, a retirada do Veto nº 4, um pedido do Deputado Pedro Paulo. Sendo para a semana seguinte, daria tempo de conversarmos.

Faço aqui o registro de agradecimento e também o pedido do Deputado Pedro Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só quero também agradecer a sensibilidade. Nós conversamos sobre a retirada do Item nº 5, que foi dita aqui pelo Deputado Arnaldo Jardim, para podermos avançar ainda na possibilidade de derrubarmos esse veto, o que será extremamente importante por conta do serviço de pagamento ambiental.

Então, agradeço ao Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, e ao Presidente Rodrigo Pacheco, em nome do Deputado Arnaldo Jardim, que já falou, e do Deputado Rubens Bueno, que foi o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, só para registrar que somos favoráveis



ao acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Agradeço a V.Exa.

Portanto, eu anuncio o PLN 1/21, que altera a LDO 2020.

Proponho, então, que passemos direto à votação, após a designação e a leitura do parecer.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Eu designo o Senador Fernando Bezerra Coelho como Relator de Plenário para, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2, de 2020, dar parecer sobre o projeto, em substituição à CMO.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

”Em consonância com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea ‘b’, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 71, de 2021, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021 (PLN 1/2021), que altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.”

O Poder Executivo solicitou a esta Casa, Sr. Presidente, a apreciação de projeto de lei em caráter de urgência, que versa sobre a modificação do art. 65 da LDO de 2021, para permitir que a execução provisória do orçamento deste ano pudesse contemplar parte dos recursos condicionados à regra de ouro.

Para tanto, a proposta visa possibilitar a alteração da fonte de recursos condicionada por outra fonte livre que não dependa de autorização específica deste Parlamento, para que programações relacionadas a despesas imprescindíveis à prestação de serviços públicos essenciais e para pagamento de folha salarial de alguns Ministérios possam ser executadas enquanto não aprovamos em definitivo o orçamento deste exercício.

Ademais, há um lapso temporal entre a nossa aprovação e a publicação da lei orçamentária, que pode prejudicar ainda mais a execução dessas despesas.

Trata-se de serviços públicos essenciais, como, por exemplo, a Operação Carro-Pipa no Semiárido do nordeste brasileiro, que possui recursos ordinários previstos no PLOA 2021, mas a maioria do dinheiro reservado para esta política está condicionada à autorização específica desta Casa, o que não pode ser feito neste momento em virtude, sobretudo, da ausência da Lei Orçamentária Anual de 2021.

Além disso, nas despesas de pessoal para pagamento da folha de abril, que é prevista ainda neste mês de março, determinados órgãos, como o Ministério do Turismo, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, o Banco Central do Brasil, entre outros, não possuem recursos disponíveis, em especial porque as fontes que os financiam não são vinculadas, tornando os candidatos naturais a terem recursos condicionados à regra de ouro.

Diante disso, Sr. Presidente, despesas inadiáveis e imprescindíveis para manter os serviços públicos essenciais estão com insuficiência grave de dotação. Com relação à folha de pagamento, por exemplo, aqueles órgãos mencionados anteriormente possuem de 60% a 70% de suas dotações orçamentárias condicionadas e, até o final do presente mês, já terão dificuldades de fechamento das respectivas folhas de pagamento, haja vista o esgotamento das dotações livres baseadas na execução provisória, com base no art. 65 da LDO.

”Neste contexto, a proposta objetiva autorizar a abertura de créditos suplementares, alterando a fonte prevista para despesa de uma indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos Parlamentares por outras regularmente elencadas no arcabouço normativo pátrio. Ao fazer isso, igualmente prevê a mudança do órgão orçamentário para atribuir a execução àquele que tem a competência pela política pública resultante. E o deslocamento das dotações entre órgãos também caracteriza crédito adicional, quando ele não for fruto de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento do



órgão de origem”, conforme reza o art. 55 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021.

”Este é o contexto da propositura”, Srs. Congressistas. ”Se a execução na antevigência tem sido tolerada como medida para garantir a continuidade da ação governamental em favor do interesse público, a situação conjuntural recomenda tratamento ainda mais especial. Em razão da pandemia, o Congresso Nacional não instalou as Comissões Temáticas no ano passado e, assim, não logrou prover o Executivo com o orçamento para o ano corrente. Ao revés, concentrou esforços nas medidas e atendimentos emergenciais.

Nessa toada, muitas despesas essenciais e inadiáveis ficariam descobertas em horizonte próximo. O que ora se patrocina é que a situação excepcional recomenda a ampliação das autorizações para execução precária”.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, eis o nosso voto:

”Diante do exposto e considerando a juridicidade e o mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 1/21, na forma proposta pelo Poder Executivo.” (**Íntegra do Parecer nº 1/2021-PLEN-CN - Vide Item 4.2.2 do Sumário**)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Líder Fernando Bezerra Coelho.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Está com a palavra para discutir o Deputado Vinicius Poit.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que dar nosso posicionamento aqui. Na opinião do NOVO, não houve acordo nesta matéria, uma vez que nós não vemos um esforço do Governo para cumprir a regra de ouro.

Em 2020 — eu trouxe anotações para acompanhar —, a regra foi descumprida em 343 bilhões de reais. Este ano, a previsão é de 450 bilhões de reais. Nós não vemos interesse do Governo em reverter endividamento. Nós vemos as medidas de ajuste fiscal sendo constantemente prorrogadas, ignoradas ou atrapalhadas pelo próprio Presidente, nas falas irresponsáveis, como é o caso da PEC Emergencial, que veio para cá e foi totalmente desidratada, num acordo descabido e absurdo do Governo Federal.

Não há interesse do Governo também em acabar com supersalários. Está na pauta, está pronto para votar, há requerimento de urgência, e nós não votamos. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 6.726, de 2016 — é penduricalho, Judiciário, Ministério Público. É preciso acabar com isso, Sr. Presidente, sinalizar para a população, ter compromisso e responsabilidade, o que o Governo Federal não tem neste momento.

Este PLN não passou pela CMO, e a CMO está aberta. Isso é falta de planejamento e de responsabilidade por parte Governo. Agora, mandar algo na LDO é apelar, porque o caminhão-pipa foi colocado aí aparentemente de propósito. E como nós vamos votar ”não”? Agora temos que votar ”sim”, para garantir que o cidadão do Semiárido do Nordeste tenha água potável, gente!

Só que não é só isso. Mais uma vez, o Governo está colocando alguns privilegiados da elite do funcionalismo público na frente do cidadão. Esse pessoal não vai ficar sem salário, enquanto o povo lá fora fica sem salário, fica sem comida, fica sem emprego.

Nós não podemos simplesmente agora vir aqui e dizer: ”Não, eu voto ’não’”. Isso é acusar que vai faltar água no Nordeste, isso é acusar que o Brasil vai parar por falta de gastos essenciais. Mas isso precisa ser pontuado, Sr. Presidente, pois não podemos abrir precedente nesta Casa.

Planejamento, responsabilidade, previsibilidade, isso é o mínimo que nós esperamos do Governo Federal, que não teve, neste caso, a responsabilidade necessária e o compromisso necessário.

O NOVO vai votar a favor disso. Não concorda com esse procedimento e não está nesse acordo, mas vai votar a favor, porque não quer que o brasileiro continue pagando a conta, não quer que o povo tão sofrido, que está sem auxílio, sem emprego, sem comida — enquanto, para a elite do funcionalismo, está



sobrando tudo: penduricalho, promoção, vale-lagosta, vale-banda larga —, fique sem água para beber, para lavar as suas roupas, para cozinhar uma comidinha que tiver, para lavar a mão e para combater a pandemia.

Fica registrado o nosso protesto, Sr. Presidente! Isso não pode abrir nenhum precedente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Passamos à deliberação do Plenário.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto, nos termos do parecer de Plenário, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, quando for possível, V.Exa. pode me conceder 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputada Erika Kokay. V.Exa. pode fazer uso da palavra neste instante.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria apenas pontuar a importância da derrubada de alguns vetos no dia de hoje e, particularmente, de uma proposta que foi muito capitaneada pelas Parlamentares, pela bancada feminina, que diz respeito à indenização dos familiares daqueles que perderam as suas vidas ou que foram penalizados em função do combate à COVID-19. Eu tenho absoluta segurança de que os heróis e heroínas do Brasil vestem jaleco branco e também não portam armas, mas portam giz. São os servidores da educação, educadores e educadoras, e os profissionais de saúde. Pontuo também a discussão do precatório para a valorização de educadores e educadoras. Ao mesmo tempo, reconheço que nós vivenciamos uma verdadeira e profunda violência no trânsito e que nós também conseguimos derrubar vetos acerca disso.

Com esses três vetos derrubados, nós devolvemos à sociedade parte do que ela tem direito. Seria importante derrubar outros vetos, como o do saneamento, porque possibilitaria inclusive o subsídio cruzado, ou seja, que o Estado ou o Município que fez uma determinada contratação e não tem retorno financeiro possa ser beneficiado com aquele que tem retorno financeiro.

Então, ainda que não tenhamos derrubado outros vetos, o que seria tão importante para o nosso País, para a nossa soberania, derrubamos alguns absolutamente importantes. Assim, dialogamos com a sociedade nessa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP) - Peço 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer uma justificativa. Nós apoiamos esse PLN, ele é necessário. Nós não temos orçamento. A Deputada Tereza Nelma, do PSDB, coordenadora da bancada federal de Alagoas, por exemplo, trouxe-nos esse problema da falta de recursos para contratação de caminhões-pipa. Ela e o Deputado Pedro Vilela tinham essa demanda, junto com a bancada de Alagoas. Esse é um dos itens necessários para os recursos desse PLN. Esse foi um dos motivos pelos quais nós fizemos esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Anuncio que está em discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 1, de 2021, do Congresso Nacional, para ampliar o número de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.

Ao projeto foi apresentada uma emenda. **(Vide Item 4.2.3 do Sumário)**

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Rogério para proferir parecer único, em substituição às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. *(Pausa.)*



Enquanto o Relator se conecta, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria, Presidente, mais uma vez, registrar o empenho do Líder Eduardo Gomes, Senador do MDB do Tocantins. Eu dizia aqui que o tempo que ele gastou em reuniões conosco foi economizado hoje durante a sessão.

Então, parabéns pela condução, Senador Eduardo!

Também quero registrar a compreensão do Governo no acordo, principalmente em três pontos.

Um deles foi em relação ao Veto nº 35, que diz respeito à indenização dos profissionais de saúde, em que houve a atuação direta da bancada feminina e de vários setores aqui da Câmara dos Deputados e do Senado.

Quero registrar aqui a atuação da Deputada Dulce Miranda, do MDB, da Deputada Daniela do Waguinho, da Deputada Elcione e da Deputada Jéssica, no sentido de que este veto fosse derrubado.

E quero registrar também, Sr. Presidente, acima de tudo, o acordo feito em relação ao Veto nº 3, de 2020, do programa habitacional Casa Verde e Amarela. Eu tive a oportunidade de relatar, na Câmara dos Deputados, a medida provisória que criou esse programa. Eu tive, no Senado, o reconhecimento do trabalho, e o relatório foi votado sem nenhuma modificação.

Quando da apreciação do Presidente da República, houve o veto no que diz respeito ao Regime Especial de Tributação para as obras, para as construtoras que executam as obras da faixa menor, aquela que beneficia o cidadão de baixa renda. E nós discutimos com o Governo, porque era fundamental a inclusão do RET no relatório e no projeto de lei de conversão, para que o programa tivesse sucesso, para que venha a ter sucesso, bem como a inclusão das obras remanescentes do Programa Minha Casa, Minha Vida que ainda estão em andamento.

Portanto, era esse registro que eu gostaria de fazer.

Parabenizo V.Exa. e espero que tenhamos, nas próximas convocações do Congresso Nacional, sessões como esta, com acordos bem-feitos, realizados às claras, abertos e bem compreendidos tanto pela base do Governo como pela Oposição.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero destacar aqui a votação de ontem do PL do Gás. Esta é uma vitória do povo brasileiro, uma vitória que permite, Deputado Peternelli, uma maior concorrência, um investimento significativo no setor, a mitigação das barreiras que impedem a livre concorrência, o combate ao monopólio e a facilitação do transporte desse insumo tão importante não só para a geração de energia mas também para boa parte do segmento da indústria brasileira. E por que não dizer que isso irá, sobremaneira, contribuir para a oferta de gás, diminuir o custo para os consumidores, inclusive do gás de cozinha?

E eu quero aqui fazer um destaque somente para o Estado do Amazonas: o Gasoduto Coari-Manaus, que estava com uma previsão orçamentária de investimento em torno de 2 bilhões de reais, custou quase 5 bilhões de reais, alterando e onerando o custo do gás até os dias de hoje.

A nova tecnologia e a lei que nós aprovamos aqui ontem, sobre esse novo marco, permitirão que esse transporte possa ser realizado através de barcaças e de carretas, comprimindo esse gás até 600 vezes pelo processo de liquefação.

Só no Estado do Amazonas, nós teremos condição de licitar 16 blocos, que permitirão, nos próximos 10 anos, segundo estudos e dados da FGV, investimentos em torno de 40 bilhões de reais, como também geração de mais de 45 milhões de empregos no Estado do Amazonas. Estado esse que tem o sistema mais isolado da matriz energética do País, com 87 pontos de geração isolada. Permitir-se-á, através do gás



também, diminuir o preço para o consumidor da energia elétrica e também tudo aquilo que o consumidor brasileiro contribui através da conta CCC.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero parabenizar este Parlamento, a Câmara dos Deputados e o Senado da República por terem tido a compreensão e a sensibilidade de votar essa lei, que, com certeza, coloca o Brasil num outro patamar, permitindo uma nova condição e oportunidade de geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero parabenizar este Congresso também por derrubar o Veto nº 48, garantindo o direito adquirido de todos os trabalhadores da educação, que, com certeza, merecem da nossa parte respeito, carinho e sensibilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Senador Marcos Rogério, para proferir o parecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Congressistas, passo à leitura do parecer, já apregoadado, a partir do ponto da análise, por questão de economia processual.

”Do ponto de vista formal, a proposição se estriba no inciso II do § 3º do art. 57 da Constituição Federal, que estabelece a competência do Congresso Nacional de elaborar o respectivo Regimento Comum.

De outra parte, prevê o Regimento Comum, na alínea ”b” do *caput* do seu art. 128, que o diploma legal *’poderá ser modificado por projeto de resolução de iniciativa de, no mínimo, 100 (cem) subscritores, sendo 20 (vinte) Senadores e 80 (oitenta) Deputados’*.

De acordo com a informação fornecida pelas Secretarias-Gerais das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o PRN 1/21, conta com 92 assinaturas válidas de Deputados e 22 de Senadores, cumprindo a exigência formal.

No tocante ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação do PRN 1/21, uma vez que são totalmente pertinentes os argumentos apresentados pelos seus eminentes subscritores.

Efetivamente, a quantidade de matérias submetidas ao exame do Congresso Nacional e das Comissões Mistas é extremamente elevada, o que torna totalmente impossível o seu adequado acompanhamento pelo Líder do Governo, com uma equipe de apenas três Vice-Líderes.

Basta lembrar que, além das matérias orçamentárias e dos vetos, que são votados em sessões conjuntas, e do funcionamento de diversas Comissões Mistas permanentes e temporárias, a regra é termos dezenas de medidas provisórias tramitando simultaneamente, cada uma com a respectiva Comissão Mista.

Ora, não se pode imaginar que todas essas questões possam ser endereçadas, em nome do Governo, apenas por onze Parlamentares.

Assim, a alteração no número de Vice-Líderes do Governo permitirá não apenas que o seu Líder possa exercer as suas funções, como também ensejará maior agilidade na votação de matérias pelo Congresso Nacional, na medida em que as negociações políticas serão mais fáceis e céleres, com a presença, em todos os momentos, de Parlamentares que possam falar em nome do Poder Executivo.

No tocante à Emenda nº 1, igualmente nos manifestamos pela sua aprovação, uma vez que se trata de dar tratamento isonômico ao Líder da Minoria, homenageando o regime democrático.

Impõe-se apenas promover emendas de redação à proposição, para adaptá-la à emenda.

III - Voto

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2021, da Emenda nº 1, apresentada à proposição, e das seguintes emendas de redação:



Emenda nº 1

Dê-se à ementa do PRN nº 1, de 2021, a seguinte redação:

'Altera o art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do governo e da minoria no Congresso Nacional.'

Emenda nº 2

Dê-se ao comando do art. 1º do PRN nº 1, de 2021, a seguinte redação:

'Art. 1º O art. 4º do Regimento Comum passa a vigorar com as seguintes alterações:'

Segue a expressão NR — Nova Redação.

É o parecer, Sr. Presidente, é como voto. **(Íntegra do Parecer nº 2/2021-PLEN-CN - Vide Item 4.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Senador Marcos Rogério, Líder do Democratas no Senado Federal.

O parecer conclui pela aprovação do projeto e da emenda apresentada.

Passemos à votação.

Em votação o Projeto de Resolução nº 1, de 2021, e a Emenda nº 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria deixar marcado, registrado o voto contrário do Partido Novo. Isso representa um aumento de gastos bastante significativo, o que eu acho que não é coerente para o momento.

Bom, respeito muito o Líder Eduardo, que está me sinalizando com um "não", mas esse é o nosso entendimento. Fico feliz, caso seja realmente "não", mas deixo registrado o nosso voto contrário. *(Manifestação no plenário.)*

Não há nenhum cargo extra? *(Manifestação no plenário.)*

Nenhum cargo.

O.k. Muito obrigado. Obrigado pelo esclarecimento.

Não foi esse o entendimento que tivemos com a redação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Fica registrado o voto contrário do Partido Novo.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, se V.Exa. me permite, antes de encerrar a sessão, eu gostaria de fazer um elogio ao Senador Eduardo Gomes e me somar às palavras do Deputado Isnaldo. Valeram as horas que ele passou na reunião de Líderes.

É a primeira vez, desde que eu assumi o mandato, Senador Eduardo Gomes, que assisto a uma sessão de Congresso tão serena, com pontos bem claros.

Esse é o modelo que V.Exa. estreia como Presidente, o qual esperamos que seja repetido durante toda a gestão. Nunca tinha assistido a uma sessão do Congresso Nacional tão clara, com pontos discutidos pacificamente, entendendo-se o contraditório. Presidente Rodrigo Pacheco, V.Exa. sabe que já sonhei



muitas vezes em vê-lo nessa cadeira, V.Exa. sabe, mas também foram horas de trabalho do Senador Eduardo Gomes nesses 2 dias de discussão com os Líderes de cada partido. Parabéns! Que assim seja todo o seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A Presidência esclarece que, em relação ao Veto nº 4, de 2021, houve um lapso na enumeração dos dispositivos que seriam votados pela manutenção, conforme o acordo estabelecido na reunião de Líderes. Desse modo, declaro que foram mantidos os itens 1 a 7, 13, 16 e 19, além dos itens 9 a 12.

Esse esclarecimento é importante, para que não haja dúvida em relação à manutenção dos vetos.

Tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Senador Rodrigo.

Primeiro, quero parabenizar a União dos Policiais do Brasil, que hoje está fazendo uma carreata aqui em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, em contrariedade à PEC 186. Acho que foi muito importante a manutenção da compreensão dos policiais civis, militares, rodoviários federais e federais, da gravidade que foi incluída na Constituição. Agora já preparam uma luta contra a reforma administrativa. Quero deixar aqui a minha saudação a esses policiais e o nosso compromisso com essa luta.

Quero parabenizá-lo pela condução e pela derrubada do Veto 36, Sr. Presidente. Já cumprimentei o Líder Eduardo Gomes.

Quero agradecer às mulheres da bancada feminina que já nomeiei e também aos Líderes partidários, ao Vice-Presidente Marcelo Ramos, ao Líder Marcos Pereira, ao Líder Isnaldo Bulhões Jr., a vários Líderes que se manifestaram pela derrubada do veto, assim como à minha Líder, a Deputada Talíria Petrone.

Quero agradecer também ao Deputado Rodrigo Maia, que, quando Presidente, ajudou-nos na elaboração desse projeto, e, pela compreensão unânime, a esta Casa, por reconhecer o trabalho dos profissionais da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Posso usar a tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Deputado Afonso Florence, enquanto o Deputado Marcelo Ramos se encaminha à tribuna, esclareço a V.Exa. os itens, que são os de nºs 1 e 7, 13, 16 e 19 e os itens 9 a 12.

Registrou? (*Pausa.*)

Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu me preparei para vir hoje a esta tribuna para fazer um agradecimento, Líder, ao Ministro da Economia, pela correta decisão de rever a resolução da CAMEX que baixou o Imposto de Importação incidente sobre bicicletas, mas vou ter que, ao mesmo tempo em que agradeço por esse gesto, criticar uma surpreendente e imprevisível decisão da mesma CAMEX, do mesmo Ministério da Economia, que acaba de anunciar a redução em 10% do Imposto de Importação incidente sobre eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos.

Veja, Sr. Presidente: estamos em meio a uma pandemia e estamos estabelecendo uma política de concorrência absolutamente injusta do Brasil com o mercado internacional. No caminho que vai a política de desoneração do Imposto de Importação do Ministério da Economia, vamos virar, nosso Senador, nosso Líder, um país exportador de duas coisas: de tributos, porque tributamos a nossa exportação e reduzimos



a tributação sobre a importação; e de empregos, porque vamos inviabilizar a indústria nacional e transferir empregos dos brasileiros para a China, no momento em que o Brasil tem 14 milhões de brasileiras e brasileiros desempregados.

Eu quero fazer um apelo ao Ministro Paulo Guedes. Essa é uma medida equivocada. Há uma reunião marcada para a próxima sexta-feira com a ABINEE, com a ABIMAQ, com as entidades representativas, e ele, às vésperas de uma reunião marcada com as associações, dá uma coletiva anunciando a redução.

A política de desoneração de Imposto de Importação da CAMEX, do Ministério da Economia, é absolutamente imprevisível. Não há previsibilidade, não há diálogo setorial com os setores impactados. Além do mais, ela é absolutamente desprovida de reciprocidade: o Brasil desonera Imposto de Importação, sem exigir nenhuma contrapartida de parceiros internacionais.

Por fim, Sr. Presidente, eu tenho um projeto de lei que tramita nesta Casa. Obviamente, ninguém é a favor de Imposto de Importação, mas tem que haver uma calibragem entre a redução do Imposto de Importação e a redução do Custo Brasil. Não é justo que o industrial nacional, submetido a um absurdo manicômio tributário, submetido a regras do absurdo em segurança jurídica, submetido a todas as dificuldades logísticas que o País tem, não tenha condições de concorrer com o ambiente de negócios da China, da Índia ou, aqui do lado, do Paraguai. Na hora em que o Brasil oferecer aos industriais brasileiros o ambiente de negócios da China, da Índia ou do Paraguai, aí nós poderemos abrir a economia, porque eu não tenho dúvidas de que o Brasil é capaz de concorrer.

Essa decisão é equivocada. Eu quero pedir ao Ministro que pelo menos espere a reunião de sexta-feira com os setores impactados por essa decisão, para que, após, publique a resolução. Então, o meu pedido, por final, é que o Ministro recue da decisão de publicar amanhã esse ato, que se reúna na sexta-feira com os setores, amadureça a decisão e, na semana que vem, aí sim, tome uma decisão mais madura e mais dialogada e que leve em consideração o interesse da indústria nacional e o interesse dos empregos dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, rapidamente, até para colaborar, consciente da necessidade do tempo para fazermos ainda a sessão do Senado, trazer uma notícia que nos deixa muito tristes. Quero lamentar o fato de o Brasil ter sido alvo de uma medida inédita da OCDE, a de ter um grupo permanente que acompanhe o retrocesso no combate à corrupção. Nós, infelizmente, estamos num cenário desolador em relação a este tema, um tema que pautou inclusive a eleição do próprio Presidente Jair Bolsonaro, mas que, infelizmente, não tem sido a prática, a conduta do seu mandato.

Nós já oferecemos requerimento aos Ministérios da Justiça, da Economia e das Relações Exteriores, para podermos acompanhar esse grupo permanente que foi criado pela OCDE, organização na qual o Brasil pleiteia a entrada e que, infelizmente, neste momento terá grupo permanente de acompanhamento do retrocesso no combate à corrupção aqui. É importante que acompanhemos isso.

Falava com a nova Secretária de Relações Internacionais, a Deputada Soraya Santos, e pedi a ela que também acompanhe o nosso pedido, o nosso requerimento, para não permitirmos que o Brasil tenha retrocesso no combate à impunidade e à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

Quero falar muito rapidamente, quero dialogar com V.Exa. e com o Senador Líder Eduardo Gomes



sobre a questão dos gastos relacionados a este PRN.

Na verdade, o Ato da Mesa nº 43, de 2009, estabelece 902 reais de cota extra para Vice-Líder da Minoria ou Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional, se Deputado Federal. Como já disse, esse é o Ato da Mesa nº 9... (*Manifestação no plenário.*)

Não funcionou?

Bom, é isso o que está previsto. Se não é a prática, eu peço desculpas a V.Exa... (*Manifestação no plenário.*)

De 2009. Exatamente.

Se não é a prática, o.k.

Fico feliz que não haja gasto, mas o que está previsto no ato da Mesa é isso. Por isso, a nossa interpretação é diferente da de V.Exa. Deixo aqui registrado isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Ganime, a premissa fundamental para a aprovação deste projeto foi a de que não houvesse gastos extras. Agradeço a advertência de V.Exa. Tomaremos todas as providências para evitar que haja incremento de gastos em relação a este projeto.

Eu quero agradecer a todos os Deputados e a todas as Deputadas.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sr. Presidente, peço 1 minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nós precisaremos encerrar, em função da necessidade de início da sessão do Senado Federal.

Concedo 1 minuto ao Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Por outro lado, eu quero me somar a vários Parlamentares que questionaram o método que foi adotado hoje, nesta sessão do Congresso, de votação em globo, de votação em bloco. Particularmente, eu me senti prejudicado no segundo bloco, por exemplo, porque concordava com algumas coisas e discordava de outras. Fui obrigado a me abster.

Aproveito para reafirmar aqui o meu voto favorável à derrubada do veto em relação ao FUNDEF, em relação a professores e professoras, pelo qual nós lutamos tanto no âmbito da Câmara, conseguimos aprovar, e aqui hoje foi feita a derrubada, de uma maneira muito justa, assim como outros itens que já foram relacionados pelos nossos colegas que nos antecederam.

De qualquer maneira, quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, que conduziu muito bem, estreou muito bem. Espero que possamos continuar aperfeiçoando a nossa tecnologia de funcionamento da sessão remota, para permitirmos um processo mais democrático e que preserve a opinião de cada Parlamentar desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, conceda-me 1 minuto por gentileza.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Presidente, peço a palavra como Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, como Líder do Democratas, quero fazer uma saudação neste momento simbólico, a primeira sessão do Congresso Nacional que V.Exa. preside. Esta é uma oportunidade que V.Exa. tem de matar a saudade do Salão Verde, pelo qual durante vários anos transitou. Não pôde sentar nessa cadeira como Presidente da Câmara dos Deputados, porque o período não foi tão longo quanto gostaria, mas volta exercendo a



posição de Presidente do Congresso Nacional.

O Plenário da Câmara dos Deputados reconhece a sua história nesta Casa e dá boas-vindas a V.Exa. na Presidência desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Líder Efraim.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, em nome da Oposição no Congresso Nacional, quero saudar a todos nesta primeira sessão do Congresso, após, obviamente, a promulgação da PEC 186, que virou Emenda Constitucional nº 109. Eu estive presente. Mas esta é a primeira sessão de Casa cheia, de votação de temas controversos.

Quero parabenizá-lo pela eleição e pela condução e quero saudar também pela condução o Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, porque nós pudemos tratar, apesar das diferenças, de uma forma muito madura, o que viabilizou o resultado final, o de termos a conclusão dos trabalhos em tempo inclusive de abrirmos ainda a sessão da Câmara dos Deputados.

Em nome da Oposição e do Líder Arlindo Chinaglia, saúdo V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Deputado Afonso Florence.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Rodrigo Pacheco, que preside esta nossa primeira sessão de deliberação de vetos.

Eu quero, na condição de enfermeira, agradecer a esta Casa pelo acordo que foi realizado para derrubarmos o Veto nº 36. É um reconhecimento do Parlamento brasileiro a esse conjunto de homens e mulheres que estão na linha de frente do enfrentamento a esta pandemia. Profissionais da saúde — enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares, assistentes sociais, fisioterapeutas, agentes comunitários de saúde, médicos — foram ceifados de suas famílias. Algo em torno de mil profissionais que foram salvar vidas tiveram a sua vida ceifada por esta pandemia. Neste ano de 2021, esses profissionais ficaram como prioridade para serem vacinados, mas precisamos lembrar que, sem vacina, eles foram para a linha de frente para salvar vidas. Portanto, esse veto derrubado, pelo acordo do Colégio de Líderes, pelo acordo de todos os partidos e de todos os Parlamentares, significa que o Brasil reconhece as famílias dos homens e mulheres da saúde que morreram buscando salvar vidas nesta pandemia, em que já se aproximam de 280 mil os óbitos.

Neste momento estamos vivendo a pior fase da pandemia. Em momento algum de 2020 vivemos o que estamos vivendo no País neste início de 2021. No meu Estado, para V.Exas. terem ideia, Santa Catarina, que é organizado nos serviços de saúde, nós já temos em média, todos os dias, 300 pacientes aguardando uma vaga nos leitos de UTI, para lhes mostrar a dimensão desta pandemia, da variante do vírus. Por isso, nada mais justo que reconhecer e indenizar os que tombaram frente a esta guerra com o reconhecimento, que não é nenhum fortuna. Muito pelo contrário. É um pequeno gesto de reconhecimento a esses homens e mulheres, muitos dos quais têm dupla jornada de trabalho para conseguir dar o mínimo de sustento para suas famílias. Não estamos falando de salários de 10 mil, de 6 mil, de 4 mil reais, estamos falando do que muitos recebem, ou seja, de pouco mais do que o salário mínimo ou o salário mínimo. E tombaram, morreram buscando salvar vidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada a todos os que realmente compreenderam a importância dessa indenização para



esses trabalhadores, ou melhor, para a família desses trabalhadores, porque eles já não estão mais conosco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje foi lançada a Frente Parlamentar de Energia Renovável.

Hoje o Brasil tem uma produção de aproximadamente 70 gigabytes de energia. Quinze por cento dessa energia é oriunda da energia solar e da energia eólica.

Inclusive, o seu Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente, é um dos maiores produtores de energia fotovoltaica do País.

O nosso Presidente, o Deputado Danilo Forte, organizou esse grupo. Hoje eu faço parte da frente como Vice-Presidente. Junto com um grupo de Parlamentares, nós queremos discutir uma política de energia permanente para o Brasil. Temos um projeto, o que o Deputado Lafayette de Andrada, de Minas Gerais, está relatando, que é extremamente importante colocarmos em pauta na Câmara Federal, para depois ir para o Senado, para ser votado também.

Portanto, queria parabenizar os Parlamentares que fazem parte da frente e agradecer pela presença à Ministra Tereza Cristina e aos Ministros Bento Albuquerque e Ricardo Salles, que participaram conosco do lançamento da Frente Parlamentar de Energia Renovável.

Queremos energia com baixo custo e energia limpa no Brasil, para que possamos baixar o custo da produção, levar energia mais barata aos lares dos brasileiros e também incentivar e potencializar a produção de veículos elétricos no Brasil, abrindo, assim, concorrência com a PETROBRAS, para que possamos baixar o preço do combustível através da concorrência, com os automóveis elétricos no Brasil, a exemplo do que acontece na China, na Europa e em outras partes do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu quero aproveitar este momento para agradecer a V.Exa. Acho que o gesto do agradecimento deve ser uma obrigação. Reconheço na sua liderança a grande contribuição para que a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, pudessem fazer um gesto simbólico, mas importante. É lógico que nenhuma vida que perdemos temos condições de reparar, mas nós temos a obrigação, como homens públicos, como elaboradores de proposições legislativas, de indenizar os dependentes dos nossos profissionais da área da saúde que foram vítimas da COVID-19.

Portanto, quero agradecer ao Parlamento, a todas as Lideranças e a V.Exa., em especial, Sr. Presidente, por garantir o acordo que permitiu a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 1.826, do qual sou autor. Mas há vários coautores. O projeto contou com a participação de todos.

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes.

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero dar uma notícia para o Brasil: o Ministro da Saúde acaba de nos informar que, agora, no Rio de Janeiro, foram entregues 5 milhões e 600 mil doses de vacinas das duas instituições mais importantes do Brasil, em termos de vacinação, da FIOCRUZ e do Butantan.



Então, Brasil, são 5 milhões e 600 mil doses para esta semana, vindas da FIOCRUZ e do Butantan. Hoje a FIOCRUZ lançou a primeira vacina brasileira.

Era isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Zé Neto.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou de Feira de Santana e quero registrar um fato que ocorreu esta semana. Ontem o Diretor do Hospital de Campanha disse que ele escolhe quem vai viver. Essa é a situação do Brasil.

Eu quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que tão bem conduziu hoje esta sessão — parabéns! —, quero lhe dizer uma coisa simples. Sr. Presidente, peço a V.Exa., que comanda o Congresso: vamos parar na semana que vem e botar como foco principal do nosso País o que está acontecendo com o nosso País. Não é mais possível, Sr. Presidente, que, a esta altura, estejamos aqui discutindo gás e outras situações. Nós estamos na Terceira Guerra Mundial, Sr. Presidente! As pessoas estão morrendo, e os médicos estão escolhendo quem vai morrer e quem vai viver.

Que na semana que vem o Congresso, o Senado e a Câmara, pare tudo, para tocar o que podemos fazer para ajudar, nesta pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senador Presidente Rodrigo Pacheco, quero cumprimentar V.Exa. e toda esta Casa por um feito importante neste dia, que foi a derrubada dos vetos — e de vetos importantes. Aqui quero destacar dois vetos.

O Veto nº 36 garante aos familiares dos profissionais de saúde vítimas da COVID-19 uma indenização. Foi a derrubada de um veto extremamente importante e que faz justiça. Não é só bater palmas, é reconhecer aqui o valioso trabalho desses profissionais.

O outro veto, o Veto nº 48, é o veto dos precatórios. Os precatórios são dos professores e das professoras. É justiça o que esta Casa faz. Apelamos aos Prefeitos para que façam acordo com esses professores e garantam que o dinheiro dos precatórios do FUNDEF vá para eles, porque esse é um direito conquistado por todos.

Esta Casa faz justiça no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Senador Presidente Rodrigo Pacheco.

Quero pedir a transcrição nos Anais da Casa e a divulgação no programa *A Voz do Brasil* do meu pronunciamento, em que saúdo esta Casa e saúdo as professoras e os professores pela derrubada do Veto nº 48, que autoriza a disponibilização de cerca de 60% do valor dos precatórios, a título de gratificação, para uma categoria tão importante para brasileiros e para brasileiras.

Quero parabenizar os professores e as professoras, quero parabenizar as famílias, quero parabenizar o Congresso Nacional e V.Exa., Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nada mais havendo a tratar, está



encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 1 minuto.)



Ata da 4ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 17 de março de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 41 minutos e encerra-se às 19 horas e 12 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

4ª Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 16h

Presenças no período: 17/03/2021 15:00:00 até 17/03/2021 19:15:00

Votos no período: 17/03/2021 15:00:00 até 17/03/2021 19:15:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X

Emissão 17/03/2021 19:14:49





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

4ª Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 16h

Presenças no período: 17/03/2021 15:00:00 até 17/03/2021 19:15:00

Votos no período: 17/03/2021 15:00:00 até 17/03/2021 19:15:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 78 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Boa tarde a todos.

O sistema acusa a participação de 51 Sras. e Srs. Senadores nesta sessão.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

As mãos serão abaixadas, e reabertas as inscrições.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia. Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia

Primeiramente, eu comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que acabou, agora há pouco, a sessão do Congresso Nacional na Câmara dos Deputados, nesta modalidade remota de funcionamento – primeiro, na Câmara, e, depois, no Senado Federal –, de modo que foi esse o motivo do atraso para o início da sessão no âmbito do Senado Federal, pelo que peço desculpas a cada uma de V. Exas.

A Presidência informa ao Plenário o resultado das deliberações na sessão remota do Congresso Nacional na Câmara dos Deputados.

Os seguintes vetos foram retirados da pauta:

- Vetos 35 e 50, de 2020;
- Veto 4, de 2021 (itens 2 a 6, 8, 14, 15, 17 e 18);
- Veto 5, de 2021 (itens 15 e 16); e
- Veto 1, de 2021.

Portanto, foram esses os retirados de pauta.

Os seguintes vetos foram mantidos na Câmara dos Deputados e não serão deliberados no Senado Federal, quais sejam:

- Veto 56, de 2019 (itens 12 a 19);
- Veto nº 30, de 2020 (itens 1 a 7, 10 a 15, 17 e 18);
- Vetos nºs 37 a 42, 45 e 46, de 2020;
- Veto nº 48, de 2020 (itens 1 a 4);
- Veto 49, de 2020;
- Veto 52, de 2020 (itens 1 a 7 e 9 a 11);
- Vetos nºs 53 a 55, de 2020;
- Veto nº 57, de 2020 (itens 1 e 14);
- Veto nº 59, de 2020 (itens 6, 8, 9 e 10 e 24 a 215);
- Veto nº 4, de 2021 (itens 1 e 7, 9 a 13, 16 e 19);
- Veto 5, de 2021 (itens 17 a 23).

Esses, portanto, que acabei de ler foram os vetos mantidos na Câmara dos Deputados.

Os seguintes vetos foram rejeitados na Câmara dos Deputados e, portanto, serão deliberados no Senado Federal:

- Veto 56, de 2019 (itens 1 a 11, 20, 22 a 24);
- Veto 56, de 2019 (item 21), destacado e rejeitado;
- Vetos 36 e 44, de 2020;
- Veto 48, de 2020 (itens 5 a 7);
- Veto 52, de 2020 (itens 8, 12 e 13);
- Veto 57, de 2020 (itens 2 a 13);
- Veto 59, de 2020 (itens 1 a 5, 7, 11 a 23);
- Veto 59, de 2020 (item 10), destacado e rejeitado;



- Veto 3, de 2021; e
- Veto 5, de 2021 (itens 1 a 14).

Informo também que o PLN 1, de 2021, e o PRN 1, de 2021, foram aprovados na Câmara dos Deputados, com relatórios expedidos, respectivamente, pelo Líder Fernando Bezerra Coelho e pelo Líder Marcos Rogério.

Estão em discussão os Vetos nºs 56, de 2019; 30, de 2020; 36 a 59, de 2020; e 2 a 5, de 2021.

Há uma lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra, inicialmente, pela ordem, antes da lista de oradores, ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Presidente, você me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente, Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, gostaria de cumprimentar V. Exa. e os Senadores e Senadoras.

Segundo, Presidente, gostaria de dizer a V. Exa. e a todo o Senado da República que, conforme nós falamos no dia de ontem, tanto em meu nome quanto em nome do Senador Omar e do Senador Plínio, a respeito da Resolução da Camex, que seria deliberada no dia de hoje, corrigindo uma resolução anterior que reduzia o Imposto de Importação, colocando em risco empregos no Brasil, tanto na Zona Franca, quanto no Nordeste, quanto na sua querida Minas Gerais, como no Sudeste, no Sul e no Centro Oeste, como prevíamos, foi realmente revogada aquela resolução e aprovada uma nova resolução em que se restabeleceram os 35% que esperávamos com uma linha de corte de 10%.

É importante, Sr. Presidente, dizer que, com o câmbio tão forçado como está neste momento no Brasil, onde está com um dólar acima do que nós imaginávamos que deveria ser – e entre os países emergentes é o que está com o câmbio mais forçado –, essa redução de 10% em relação ao Imposto de Importação, no caso das bicicletas, é absolutamente admissível. Isso fará com que os componentes fiquem mais baratos e obviamente o produto ficará mais barato para o nosso consumidor, ao mesmo tempo mantendo empregos no Polo Industrial de Manaus, no Piauí, em Minas Gerais, em São Paulo, Brasil afora.

Portanto, peço a V. Exa. que seja retirado de pauta o Projeto de Decreto Legislativo de nossa autoria que pedia exatamente a revogação desta Resolução da Camex, que hoje, por decisão do próprio Ministério da Economia e da própria Camex, foi revista e, portanto, asseguradas novamente aos brasileiros e aos trabalhadores brasileiros as perspectivas de investimento na indústria, Sr. Presidente.

Eram essas as informações que queria dar a V. Exa., ao Plenário do Senado e a todos os brasileiros que nos acompanham neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

A Presidência, então, fica ciente da solução dada em relação ao objeto do PDL apresentado por V. Exa. e relatado pelo Senador Omar Aziz e o retirará da pauta.

Lembrando que amanhã temos reunião de Líderes partidários do Senado para definirmos a pauta da semana que vem.

Muito obrigado, Líder Eduardo.

Pede a palavra pela ordem o Senador Carlos Portinho, Líder do PL.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de saber se o Veto 01 do Profut foi retirado de pauta, como havia... Só para confirmar. Talvez tenha perdido o início da sessão e não ouvi.

Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Senador Carlos Portinho, o veto



referente ao Profut foi retirado de pauta na Câmara dos Deputados.

Agradeço a V. Exa.

Pela ordem, Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu comentei sobre o acordo que nós fizemos na votação dos vetos e quero parabenizar o Eduardo Gomes pela condução da reunião de Líderes. Eu não sei se estávamos discutindo no momento, mas com relação ao Veto 56, nós tínhamos acordado de derrubar o veto de 1 a 11, foi um acordo. Se não me engano, ficou acertado isso.

E eu recebi um alerta – viu, Eduardo? Não sei se o Eduardo Gomes está aí... –, mas no 003, há uma questão que é a questão de proibir a audiência remota de videoconferência na prisão em flagrante.

Então imagine agora, neste período de pandemia, se tiver que ser presencial. Vai ser um caos!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF) – Eu não sou dessa área, eu recebi um alerta do Tribunal de Justiça.

Então, Eduardo, eu não sei se foi... Nós acordamos, de 1 a 11, derrubar o veto, mas há esse dispositivo que eu acho que é incompatível com a realidade de hoje.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Izalci.

Com a palavra o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os Senadores e Senadoras, especialmente os Líderes que participaram das reuniões preparatórias da sessão do Congresso, que foi concluída há pouco na Câmara.

E queria dizer ao Senador Izalci que realmente houve a solicitação de uma série de lideranças. Em que pese não tenha sido erro do pacote de acordo que foi feito, porque os Líderes haviam concordado, houve um erro formal com relação às audiências por teleconferência. Então, nós não estamos conseguindo resolver esse assunto sem uma nova consulta prévia aos Líderes. De forma que, mesmo estando no estágio de já aprovado na Câmara, eu solicitei ao Presidente Rodrigo Pacheco que, se possível, promova a retirada de pauta desse item para que a gente o aprecie na próxima sessão, já que teremos uma sessão nos próximos dias para votar o Orçamento da União.

Então, a forma de colaborar com a solicitação dos tribunais e uma série de reivindicações, inclusive de Líderes, Izalci, é pedindo a retirada de pauta e a votação na próxima semana, sem prejuízos para o objetivo da votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Pergunto ao Senador Izalci Lucas se essa solução o atende.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, lógico! Até lá, na próxima... Nós não teremos amanhã... Vai haver reunião amanhã? Não? Amanhã vai haver Congresso novamente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – A princípio, não. Se conseguirmos esgotar bem hoje, nós faremos sessão do Senado Federal amanhã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF) – Tá.

Mas eu concordo com o Líder, acho que se pode tirar da pauta, porque, quanto a esse assunto, com certeza, em qualquer outra discussão, as pessoas terão consciência de que é importante realmente manter o veto; senão a gente acaba proibindo audiência, o que hoje já é consenso.

Imagine no Amazonas, Eduardo Braga, no interior do Amazonas, se o cara que for preso tiver que ir lá na capital agora, neste período de pandemia: ele vai ficar preso a vida toda!



Acho que essa questão é fundamental, mas acho que retirando de pauta já resolve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha, acho que o Líder Eduardo Gomes interpreta de forma absolutamente correta a nossa preocupação. Todos nós temos um consenso com relação a isso, mas, no item que trata da questão da videoconferência para audiência de custódia... Como disse o Senador Izalci, no caso do Amazonas, imagine o senhor que nós temos Municípios que estão a 1,5 mil quilômetros em linha reta, mas, em distância de barco, nós contamos por dias de navegação. Seria um retrocesso!

Portanto, é importante a posição, e eu quero aqui apoiar a solicitação e a recomendação do Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes, e acompanhar a preocupação do Líder Izalci, do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Portanto, a Presidência acolhe a sugestão feita e retira de pauta o Veto 56, de 2019, que não será apreciado na sessão de hoje.

Eu comunico ao Plenário o que nós temos para votação, o que nós vamos votar hoje no Senado Federal. Nós precisamos votar um bloco de acordo de Líderes, um bloco de manutenção de vetos; um outro bloco de rejeição e de derrubada de vetos; um único destaque que foi feito e também deve ser votado nominalmente; além dos vetos que foram rejeitados na Câmara, tanto os rejeitados em bloco, numa votação em globo, quanto os rejeitados também por destaques.

Eu quero fazer a sugestão de que os vetos rejeitados na Câmara dos Deputados possam ser englobados, todos eles – aqueles que foram rejeitados lá na Câmara em bloco e os que foram rejeitados no destaque –, para fazermos uma votação única no Senado Federal em relação às rejeições feitas pela Câmara dos Deputados. Acho que é produtora dessa forma e agilizaria muito o nosso trabalho de hoje.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/MDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, *a posteriori*, em relação a um dos itens, quando o mesmo for chamado à deliberação, se o senhor puder me colocar mais adiante, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente. Assim será feito, Senador Veneziano. Agradeço a V. Exa.

Eu indago se podemos entrar no primeiro bloco de vetos. (*Pausa.*)

Agradeço a V. Exas.

Daremos início à primeira votação nominal desta sessão.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos seguintes vetos, nos termos do Acordo de Lideranças, para manutenção, manutenção do veto:

- Veto 43/2020;
- Veto 47/2020 (itens 1, 3 a 25);
- Veto 58/2020;
- Veto 2/2021 (item 2).

Quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "sim", pela manutenção dos vetos; quem vota pela rejeição dos vetos deve votar "não". Repito: devem votar "sim" aqueles que optem pela manutenção dos vetos, conforme o Acordo de Lideranças, e quem vota "não" vota pela rejeição dos vetos.

Já podemos abrir o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Eu colho a orientação de bancada. Como orienta o MDB?



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprindo o entendimento que fizemos com todas as bancadas sob a coordenação do Líder Eduardo Gomes, encaminhamos pelo acordo. Pelo que eu entendi da orientação de V. Exa., pelo acordo, o voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Se V. Exa. me confirma, então estamos encaminhando pelo MDB e recomendando o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O acordo é voto "sim", exatamente, Líder Eduardo.

Como orienta o PSD, Líder Nelsinho?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o MDB, na pessoa do Líder Eduardo Braga, nós vamos seguir também a orientação do que foi pactuado: é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Podemos, Líder Alvaro Dias? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias me passou a missão de orientar o partido, mas confesso que eu não participei da reunião de Líderes e nem ele. Então, esse acordo que estamos votando agora, o primeiro, é no sentido de manter os vetos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Exatamente, Senador Oriovisto. Esse é um bloco de manutenção dos vetos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR) – Então, nesse bloco, o Podemos orienta "sim". Vamos manter os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro? (*Pausa.*)

Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

Como orienta o PSDB, Líder Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente vota pelo acordo, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Sr. Presidente, o nosso Líder perante o Congresso é o companheiro Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PT, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, já aproveitando para também orientar pela Minoria, nossa orientação é o voto "sim", saudando o trabalho paciente – é preciso chamar a atenção para isso – e agradecendo ao Senador Eduardo Gomes pelas reuniões que teve conosco, com todas as Lideranças, ontem e hoje, e seu trabalho também bastante exaustivo hoje pela manhã.

Saudando os dois, a orientação é o voto "sim", Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania?



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, antes eu gostaria de fazer uma reclamação. Eu fiz a minha inscrição para ter uma questão de ordem, mas eu não fui acatada no meu pedido. Eu queria saber se V. Exa. me concede esse um minuto e meio, porque será bem rápida a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente. Nós não registramos aqui. V. Exa. me perdoe. Eu não vi o pedido de V. Exa. de questão de ordem. São, infelizmente, os prejuízos causados pelo sistema remoto. Infelizmente, isso acontece, mas dou a palavra a V. Exa. neste instante para fazer a questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA) – É bem rápido, Presidente.

Antes, encaminho o voto favorável, seguindo o acordo que foi feito nas duas reuniões de ontem e de hoje, preliminares a esta sessão. Seguindo, portanto, o acordo, o partido faz o encaminhamento "sim".

Presidente, sobre a questão de ordem, nós tivemos a instalação do Conselho de Comunicação do Congresso Nacional, aliás, assegurado pela nossa Constituição Federal no art. 224. No ano passado, Presidente, nós não tivemos a instalação desse conselho por conta do período de pandemia e de não instalação das Comissões. Este ano ainda é período de pandemia, mas nós tivemos a instalação das Comissões. Eu peço a V. Exa. que nós possamos, o quanto antes, fazer a instalação dessa Comissão. Ela é muito importante, ela trata de liberdade de imprensa no Brasil, e é uma grande colaboradora do Congresso Nacional. Lembro também que ela não tem remuneração – é muito bom a gente lembrar isso –, são pessoas que participam de forma voluntária, emitindo, inclusive, pareceres tanto para o Senado Federal quanto para a Câmara dos Deputados.

Nós não temos até o presente momento a instalação do conselho. Eu pediria a V. Exa. que nós pudéssemos proceder a essa instalação o quanto antes, porque dará, não há dúvida, uma grande contribuição para a nossa construção legislativa no Congresso Nacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. e recolho a questão de ordem, que será decidida o mais rapidamente possível, Senadora Eliziane.

Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Líder Cid Gomes, como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PL orienta conforme a orientação do Líder do Governo e elogiando o trabalho do Senador Eduardo Gomes. No início da reunião, juro que achei que não se chegaria a consenso, mas ele foi um mestre na gestão das demandas e dos interesses.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que é acordado não é caro, e o PROS honra os acordos. O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Republicanos orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Líder Fabiano Contarato, como orienta a Rede?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão



do orador.) – Grande Presidente Rodrigo Pacheco, a Rede orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero saudá-lo e parabenizá-lo pelo esforço de hoje e parabenizar também o Senador Eduardo Gomes, nosso Líder, pela construção do acordo.

O PSL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu saúdo o senhor e todas as Senadoras e Senadores e parabeno também, em nome do PSB, o Líder no Congresso, Senador Eduardo Gomes.

O encaminhamento do PSB segue o acordo, é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Orientamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O Líder da Minoria, Senador Jean Paul Prates, já orientou o voto "sim".

Como orienta o Governo, Líder Fernando?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O Governo cumprimenta, pelo excelente trabalho desenvolvido, o Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes, que se dedicou integralmente a um amplo entendimento com todas as lideranças partidárias, realizou um belíssimo trabalho.

O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet? (*Pausa.*)

Há um pedido de questão de ordem pelo Senador Otto Alencar.

V. Exa. tem a palavra, Senador Otto. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério, eu o vejo na tela. V. Exa. pode orientar pelo Democratas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O.k., Sr. Presidente.

A orientação do Democratas, cumprimentando o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo, pelo trabalho... Eu participei, nos últimos dois dias, das reuniões dirigidas por ele na construção desse amplo entendimento, desse amplo acordo. Portanto, cumprimentando o Líder Eduardo por essa articulação, a orientação do Democratas é acompanhar o Governo no voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Pelo Progressistas, a Senadora Daniella Ribeiro gostaria de orientar?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais uma vez, ao cumprimentá-lo e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimento de forma muito especial o Senador e Líder Eduardo Gomes. E quero dizer, Senador, que, ao participar das duas reuniões, com mais de duas horas de duração, com uma pluralidade de entendimentos e de partidos, V. Exa. conseguiu fazer com que pudéssemos entrar em entendimento.



Por isso, eu o parabenizo pela condução.

O Progressistas orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Estamos em processo de votação. Peço aos Senadores e Senadoras que votem.

O Senador Cid Gomes está conectado para orientar pelo PDT?

O SR. CID GOMES (Bloco/PDT - CE) – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Senador Cid Gomes. *(Pausa.)*

O Senador Otto Alencar tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, eu relatei, no ano passado, o Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, oriundo da Câmara dos Deputados, que estabelece indenização para os profissionais de saúde que estão no trabalho de enfrentamento da Covid-19. Esse projeto foi aprovado aqui no Senado com grande maioria dos votos. Se eu não me engano, 72 votos, só houve um voto contra. Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exa. se esse projeto aprovado aqui, que veio da Câmara, está agora como veto para ser apreciado aqui no Senado Federal. Parece que é o Veto nº 36. Os profissionais de saúde serão indenizados com R\$50 mil por óbito ou então aqueles que ficam com sequela, que é um valor pequeno.

O Presidente vetou, com os argumentos que não nos convenceram em hipótese nenhuma. Nós estamos no momento pior da pandemia e esses profissionais continuam trabalhando. Agora melhorou um pouco, porque parte desses profissionais foram imunizados com a vacina, com a primeira e a segunda dose, e o risco de morte é menor, mas foram vários óbitos que aconteceram e várias sequelas ficarão.

Agora, já se conhecem, Sr. Presidente, sequelas de ordem orgânica e psicológica, inclusive, fatos já gravíssimos, de que alguns profissionais de saúde já estão sendo agora acometidos. Alguns, aqui na Bahia, já são acompanhados por profissionais para tratamento, sobretudo, das lesões que acontecem no pulmão, como a fibrose pulmonar, em função da pneumonia virótica que acontece nesse caso.

Então, eu pergunto a V. Exa. se esse Veto 36 é o veto que está hoje para ser apreciado aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Senador Otto Alencar, esse veto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, se encontra no bloco dos vetos rejeitados pela Câmara e será apreciado hoje pelo Senado Federal. Então, rejeitando também o Senado Federal, fará valer o projeto, que se converteu em lei, que V. Exa. tão bem relatou aqui no Senado Federal e que estabelece justiça a inúmeros profissionais da saúde que infelizmente sucumbiram. V. Exa. bem lembrou esse tema relatado por V. Exa. Muito obrigado.

Todos já votaram?

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Votaram SIM 68 Senadores; NÃO, um Senador.

Quórum de 70. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Estão mantidos todos os vetos, ressalvado o destaque.

Portanto, obviamente, esses vetos não irão à Câmara dos Deputados.

Votação em globo dos vetos.

Passemos à segunda votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos seguintes vetos, nos termos do acordo de



Lideranças, para a rejeição – quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "não", pela rejeição dos vetos; quem vota "sim" vota pela manutenção dos vetos. Então, repito: quem vota conforme o acordo vota pela rejeição dos vetos, portanto vota "não"; quem vota pela manutenção dos vetos vota "sim" –: Veto 47, de 2020, item 2; Veto 56, de 2020? (*Pausa.*)

Perfeito, de 2020; 56, de 2020.

E o Veto 2, de 2021, item 1.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema de deliberação remoto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Para orientar as bancadas.

Como orienta o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, de igual modo, valorizando e mais uma vez elogiando o trabalho que o nosso Líder do Congresso, o Senador Eduardo Gomes, realizou numa pauta complexa – reconheço que é uma pauta desafiadora –, ele conseguiu construir o acordo e o entendimento que viabiliza a votação no dia de hoje.

Portanto, acompanhando o entendimento, nós votamos com o acordo, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSD, Líder Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez aqui acompanhando o trabalho exemplar desempenhado pelo Líder Eduardo Gomes, nós vamos também ficar de acordo com o que foi pactuado. Encaminho "não".

Apenas uma consideração, Sr. Presidente: eu tentei registrar meu voto na última votação, meu voto é "sim", e parece que ele não foi computado. Eu gostaria apenas que V. Exa. registrasse em ata que, na votação anterior, meu voto era "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Fica registrado em ata, conforme solicitação de V. Exa.

Como orienta o Podemos, Senador Oriovisto Guimarães?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Podemos acompanha a reunião de Líderes e orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Progressistas vai com o acordo feito na reunião de Líderes e orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, lógico, nós vamos votar "não", mas eu quero registrar que hoje é um dia muito especial para a ciência, tecnologia, inovação e pesquisa.

Eu acho que a derrubada do Veto nº 2, do FNDCT, vai mudar o País e vai fortalecer o nosso sistema de ciência e tecnologia; e também o Veto 56, que é o Fust. Num momento de tecnologia importante, o Fust, a banda larga chegar às escolas, na área rural... Então, hoje é um dia histórico, com a derrubada desses dois vetos, Presidente.

O PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Democratas,



Líder Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Como orienta o PT, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela derrubada, em acordo, a nossa orientação é "não", é "não", pelo PT e pela Liderança da Minoria também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania, Senadora Eliziane Gama?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós também. Seguindo o acordo que foi feito, o partido faz o encaminhamento "não", ao passo que eu queria fazer aqui um registro e trazer os nossos agradecimentos ao Senador Amin, que ontem acolheu uma emenda muito importante, construída em conjunto com o Senador Kajuru e o Senador Alessandro, que foi o restabelecimento do Fundo da Assistência Social. Aliás, uma emenda nossa e também uma admissibilidade, uma junção aí, a partir do projeto de lei da Senadora Simone Tebet. Os nossos cumprimentos ao Esperidião Amin, tanto o meu quanto o do Senador Alessandro Vieira e também do Senador Kajuru.

Nosso encaminhamento, seguindo o acordo, é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho? (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho, como orienta o PL?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me, eu não o ouvia.

O PL encaminha "não", junto com o acordo do Governo, especialmente o Veto 59 e tantos outros que foram acordados.

O encaminhamento é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota? (*Pausa.*)

Líder Telmário Mota, como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Republicanos também encaminha pelo acordo celebrado entre o Líder do Governo, nosso competente Senador Eduardo Gomes, e os demais Líderes do Congresso. Encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Senador Fabiano Contarato? (*Pausa.*)

Como orienta o PSL, Senadora Soraya Thronicke? (*Pausa.*)

Senadora Soraya Thronicke, como orienta o PSL? (*Pausa.*)

Líder Telmário Mota, V. Exa. me ouve e quer orientar pelo PROS? (*Pausa.*)

Tivemos um problema técnico, indago se V. Exas. conseguem me ouvir, me ver e ouvir. (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, vou retomar aqui.

O Senador Carlos Portinho já havia tido um problema, mas conseguiu orientar.

Senador Telmário Mota, pelo PROS.

V. Exa. me ouve, Senador Telmário? Como orienta o PROS?



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Ouço sim, Presidente.

Quero acompanhar o acordo com a Liderança. É "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – A Rede, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Sim. Como orienta a Rede, Senador Fabiano?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – A Rede parabeniza o Senador Eduardo Gomes pela condução e, acompanhando o que foi acordado na reunião de Líderes, encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Conforme acordado com o Governo, com o nosso Líder, o PSL orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – O PSB orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, na forma acordada com os Líderes partidários, nós recomendamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Já orientei pela Minoria. É também "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito. Agradeço a V. Exa. Muito obrigado.

Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ainda em tempo, quero lhe cumprimentar, porque esta é a primeira sessão do Congresso Nacional que V. Exa. preside perante os seus pares do Senado Federal. Então, eu lhe cumprimento, desejando sucesso por esses próximos dois anos. E já esta primeira sessão, com recorde de vetos sendo apreciados... V. Exa. realizou um belíssimo trabalho na sessão, pela manhã, na Câmara dos Deputados, e vai coroar agora, nesta sessão do Senado Federal, avançando matérias importantíssimas do interesse do País, num amplo entendimento com as Lideranças. Mais uma vez, quero sublinhar o trabalho excelente empreendido pelo Líder, o meu Líder, Senador Eduardo Gomes.

O Governo encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Muito obrigado, Líder Fernando Bezerra, pela consideração das suas palavras.

Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco/MDB - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)



– Sr. Presidente, eu estou tendo dificuldade, porque está congelando muito a minha imagem.

Eu gostaria (*Falha no áudio.*) ... de acompanhar o acordo do Líder Eduardo Gomes.

Participei das duas reuniões do Colégio de Líderes do Congresso Nacional, as quais ele soube conduzir com maestria, e agora estamos, com isso, votando vetos importantes para que possamos destrancar a pauta.

Em razão das dificuldades que estou tendo com o sinal, já gostaria de dizer, para otimizar também os trabalhos, Sr. Presidente, que, em todos os vetos que não têm acordo, daqui para frente, a Bancada Feminina está liberando as Senadoras para que votem de acordo com as orientações dos seus Líderes partidários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Passamos à lista de oradores.

Senador Carlos Fávaro. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Então, meus cumprimentos, Presidente Rodrigo Pacheco. Cumprimento V. Exa. e o Líder do Governo, Eduardo Gomes, pelo acordo que formataram.

Eu consegui hoje, Presidente, ver toda a sessão do Senado e, para mim, foi gratificante ver Líderes de todos os partidos elogiando V. Exa. e também o Líder Eduardo Gomes, desde o PSOL aos outros partidos, na sua amplitude. Então, meus cumprimentos a V. Exa. e a todos os Líderes que participaram desse acordo.

Quero destacar aqui – achei muito importante – a posição tomada no acordo do Veto 35, que trata do auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental, e do 36, que vai garantir a compensação financeira pela União dos trabalhadores em saúde durante a pandemia. Enfim, se faz justiça a esses heróis! É um incentivo para que eles fiquem mais tempo nessa área de atuação, porque muitos estão até desaparecendo.

Garantiram-se também, com o 46, de 2020, medidas emergenciais aos agricultores e familiares em tempo de pandemia. Eu sei que aí foi um acordo, quero destacar. Teremos a Lei Assis Carvalho II, mediante o acordo, para que, então, se garanta para esse setor tão importante da agricultura familiar.

Presidente, eu ainda não poderia deixar de falar que concordo também com a importância do Veto Parcial nº 56, que trata da destinação dos recursos, da administração e dos objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Eu tinha um projeto sobre isso há muito tempo, que não foi votado, mas, agora, por iniciativa de todo o Congresso, esse projeto foi recuperado.

E o Veto Parcial nº 2 também é importante, pois veda a limitação do empenho e a movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento científico.

Tudo isso, para mim, é muito, muito importante.

Mas, Presidente, eu quero rapidamente destacar ainda que a questão é vacina. Até o momento, são mais de 280 mil vidas perdidas. Em 24 horas, chegamos a quase três mil mortos e estamos nos aproximando de 12 milhões de casos, com projeções que indicam que poderemos chegar a 500 mil mortes até agosto. No meu Estado, Presidente, o Rio Grande do Sul, em 24 horas, chegamos já a 502 óbitos.

Estou muito preocupado com esse caminhar do nosso País. Temos todos de nos debruçar sobre esse problema, pois o que interessa mesmo é a vida das pessoas. A vacinação ainda está muito lenta, faltam



vacinas, e as pessoas estão morrendo. É preciso, pois, que a gente tome medidas firmes e claras para garantir a vacina para todos. Vacina, vacina e vacina!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Pego aos Senadores que ainda não votaram que exerçam o seu direito de voto.

Pede a palavra pela ordem...

Perdão! Já desconsiderou o pedido de questão de ordem. (*Pausa.*)

Passo a palavra à próxima oradora inscrita, a Senadora Zenaide Maia

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero também já parabenizá-lo, Presidente, pelo primeiro comando de uma sessão do Congresso Nacional, o que V. Exa. exerceu com maestria.

Também quero dizer que a gente teve ganhos aqui, como o Senador Paulo Paim já falou. Eu gostaria que todos os vetos fossem derrubados, mas, infelizmente, não há como fazê-lo. Então, a gente tem de comemorar aquilo que a gente conseguiu aqui, como a indenização para os profissionais de saúde, como a questão relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como falou aqui o nosso colega Izalci. Enfim, em todos esses vetos, houve a sensibilidade do Líder do Governo no Congresso, que é o nosso colega Senador Eduardo Gomes.

Quero ainda dizer que há algo que a gente tem de falar: vacina, vacina! Hoje, eu estava vendo que, dos maiores produtores de vacinas, das vacinas que existem no mundo, a maioria está no Brics, bloco de que o Brasil faz parte. Daí a importância dessa questão de a gente ter esse apoio, como foi falado.

Eu quero aqui aproveitar para parabenizar a Dra. Ludhmila, porque eu nunca vi... Ela foi cirúrgica. Parecia que ela estava questionando com a gente no Senado, dizendo exatamente aquilo de que o País está precisando, ou seja, não se isolar.

Por isso, eu queria dizer que a gente teve hoje uma reunião da Comissão de acompanhamento da Covid para aprovar alguns requerimentos. Mas já conversei com Nelsinho Trad, porque eu faço parte... Somos nós dois. Já estamos em contato com Kátia Abreu para vermos o que podemos fazer, como fazer chegar mais vacinas ao Brasil.

A gente não pode ficar comemorando 500 mil ou 600 mil vacinas, a gente precisa de milhões, mas a gente não pode deixar de agradecer aqui ao Instituto Butantan, gente! Se não fosse o Instituto Butantan, a gente estaria sem vacina. De cada dez brasileiros vacinados, nove são vacinados com a CoronaVac, aquela vacina.

Então, a gente diz assim: "Não vamos olhar para trás". Mas eu acho que a gente tem que olhar para trás para ver onde errou, para a gente saber onde está e como corrigir.

Então, vacina, distanciamento social... Aqui também, no sistema de saúde, estão faltando leitos de UTI. O Rio Grande do Norte não é diferente dos outros. Os Governadores estão se desdobrando para abrir leitos de UTI, mas, gente, não há quem abra leitos de UTI na mesma velocidade com que esse vírus acomete as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Votaram NÃO 72 Senadores.

Quórum de 73. (**Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário**)

Estão rejeitados todos os vetos contidos neste bloco.



Esses vetos vão à Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Passa-se agora à apreciação, no painel eletrônico, do Veto nº 51, de 2020, que trata de segurança de barragens.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar pelo Sistema de Deliberação Remota.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Passamos à orientação das bancadas.

Como orienta o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exa. está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente, Líder Eduardo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Para que eu possa entender, para a manutenção do veto encaminhamos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Para a manutenção do veto, encaminha-se o voto "sim"; para a derrubada do veto, o voto "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Então, Sr. Presidente, o MDB encaminha o voto "sim", em função de todo o trabalho que não apenas o Líder Eduardo Gomes, mas também o Ministério de Desenvolvimento Regional vêm fazendo no sentido de encontrar soluções para as barragens e de não inviabilizar o Dnocs. Há um movimento de vários Senadores, preocupados com a estabilidade do Dnocs. Portanto, nós encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSD, Líder Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – "Sim", também, de acordo com o que foi pactuado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Senador Oriovisto Guimarães?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Podemos orienta "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Progressistas orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, também o PSDB orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, orientamos acompanhando o acordo. O acordo foi feito, e, neste momento, queremos honrar o acordo feito com o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O Democratas orienta o voto "sim".



Como orienta o PT, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para me certificar, nós estamos aqui votando agora o destaque do Veto 51? É verdade, é isso? Confirma?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Exatamente, é um destaque do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN) – O.k.! Então, por favor, quero só pedir um pouco mais de tempo, porque preciso defender o destaque. Então não é só uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente, confiro um tempo maior a V. Exa.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Diante disso, também quero certificar a todos, mesmo os que já orientaram, que esta não é uma votação de acordo. Se houvesse acordo, não haveria destaque.

Apenas vamos zerar o jogo aqui e imaginar o seguinte: de que estamos tratando aqui? Da questão das barragens, da segurança das barragens. Nós, recentemente, tivemos grande comoção nacional em relação a vários acidentes que ocorreram em barragens de mineração. Barragens, obviamente, incluem as barragens para hidrelétricas e também, como o Senador Eduardo colocou, barragens do Dnocs, e também não são só as do Dnocs, mas as de acumulação de água privadas e públicas.

O item 1 retira a exigência de eventual necessidade de barragens de acumulação de água apresentarem garantia para reparação de eventuais danos, exceto para aqueles empreendedores de aproveitamento hidrelétrico maiores, classificados de alto risco, de alto dano potencial associado. A justificativa para retirar isso é que, na maioria dos casos, essas barragens se destinam ao consumo humano e a outros usos múltiplos, sendo que o empreendedor é, geralmente, ente público – é a questão que o Senador Eduardo colocou do Dnocs.

Ocorre que o veto expõe um falso dilema, no qual o ente público ficaria tolhido pela opção de utilizar recursos públicos ou para contratar garantias para eventuais indenizações por acidentes ou para assegurar serviço de manutenção para segurança das próprias barragens. Na verdade, qualquer empreendedor público ou privado deve, como estabelece a lei, assegurar, sob todos os aspectos, a integridade e a segurança da estrutura da barragem, independentemente do seu uso, como também deve se responsabilizar por eventuais ressarcimentos nos casos de acidentes. Não é para inviabilizar o Dnocs, é para que, se identificado que houve um acidente, o Dnocs ou a entidade pública federal que o garante se responsabilize pelos danos e pelos ressarcimentos.

E há outra coisa importante: esse item vetado é facultativo, ou seja, pode ser usado pelo órgão fiscalizador nas situações em que ele achar que a garantia se torna necessária.

Há o segundo item. O segundo item é pior do que esse aí. O segundo item retira a possibilidade de utilizar os valores arrecadados com pagamentos de multas por infração administrativa à Política Nacional de Segurança de Barragens para a melhoria das ações dos órgãos fiscalizadores. Ora, em todos os casos de regulação setorial brasileira, as multas são usadas em benefício do órgão fiscalizador, para ele poder justamente trabalhar melhor, aprimorar a sua estrutura. Na verdade, essa é a melhor destinação que esses recursos podem ter, estabelecendo justamente um melhor suporte orçamentário financeiro para intensificar a fiscalização e principalmente viabilizar as ações de prevenção, para evitar novos acidentes com barragens, especialmente nesta época em que o Governo Federal está reduzindo drasticamente os orçamentos dos órgãos fiscalizadores. Portanto, viriam das multas essas ações preventivas.

Não podemos trocar prevenção por remediação. Liberar esse dinheiro para todo e qualquer uso



significa trabalhar muito mais na reparação posterior, depois que já ocorreram mortes e desastres, do que trabalhar na prevenção.

Por isso, nós estamos orientando singelamente, sem pecado algum, por conta de um destaque, pura e simplesmente, que esses dinheiros sejam usados na prevenção dos acidentes de barragem.

O voto é "não".

Se quiserem modificar as orientações dadas antes, o Presidente dará essa chance. Acho que temos que derrubar esse veto pelas razões que declinei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Em respeito à fala de V. Exa., retomo as orientações de bancada.

Líder Eduardo Braga, à luz das considerações feitas pelo Senador Jean Paul Prates, V. Exa. ratifica a orientação do voto "sim"?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Eu ratifico a orientação do voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Vejo que o Líder Fernando Bezerra quer fazer uma colocação, Presidente. Portanto, peço...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito! Passarei a palavra a ele. Líder Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeitando a posição que foi expressa pelo Líder da Minoria, o Senador Jean Paul Prates, eu peço vênica para discordar de forma veemente.

O Governo encaminha pela manutenção do veto, porque esse comando que se busca com a derrubada do veto contraria o interesse público, visto que os Poderes Públicos federal, distrital, estaduais e municipais são os principais empreendedores desse tipo de barragem. E seu orçamento, como todos nós sabemos, sofre com o atual cenário da conjuntura econômica que nós estamos vivendo. É só acompanhar os orçamentos pobres do Dnocs, da Codevasf, dos Estados nordestinos, que são os grandes empreendedores de barragens para fornecimento de água para as populações, sobretudo as localizadas no Semiárido nordestino.

Dessa forma, Sr. Presidente, com a derrubada do veto, haveria a exigência de apresentação de caução, de seguro-fiança ou de outras garantias, o que oneraria ainda mais os entes federativos, inviabilizando a expansão e a melhoria de tais barragens e dificultando a ação estatal, notadamente pelo fato de que a maioria dessas barragens não tem receita oriunda de taxas ou tarifas.

Ademais, é importante lembrar: na ocorrência de eventuais acidentes e desastres, o Poder Público atua na pronta resposta, na reconstrução e na reparação, não se eximindo, inclusive, de suas responsabilidades, tampouco como Estado, tampouco como empreendedor.

Por isso, o Governo recomenda o voto "não", pedindo o apoio dos Líderes dos partidos da base, para que a gente possa fazer a manutenção desse voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O Governo orienta o voto "sim". Não é isso, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE) – Sim, encaminho o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito! Agradeço a V. Exa. Eu continuarei a lista de orientação.

Obviamente, aqueles que já orientaram, caso queiram, à luz dessas explicações do Senador Jean Paul e do Senador Fernando Bezerra, fazer alguma ponderação, eu permitirei.



Seguimos, então, na relação.

Como orienta o Cidadania, Senadora Eliziane Gama?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é muito bom a gente lembrar que os órgãos de fiscalização, especialmente os da área ambiental, no Brasil, têm sido verdadeiramente desconstruídos.

Tem havido, infelizmente, uma falta de atenção deste Governo em relação aos órgãos de fiscalização, que são fundamentais para o equilíbrio do meio ambiente. Aliás, o nosso Brasil está com a política ambiental combalida, sendo, infelizmente, até referência internacional por aquilo que não se pode fazer, que não se deve fazer na área ambiental, e a parte de fiscalização é a área mais atingida!

Ora, se você não tem, na verdade, um sistema de fiscalização e controle eficientes, você não tem a efetividade das políticas públicas, você não tem a efetividade daquilo que foi executado e daquilo que o legislador criou e, portanto, todo o arcabouço legal que o Congresso Nacional tem trabalhado.

Eu acho que esse veto é muito ruim para o Brasil e esse veto é muito ruim para a política ambiental. A gente não pode ficar simplesmente resolvendo a tragédia depois diante de várias tragédias que nós já tivemos infelizmente no Brasil.

Então, nesse sentido, lembrando que – e aí o Jean Paul lembrou muito bem –, temos destaque e, portanto, não há acordo nesse sentido –, o nosso partido faz o encaminhamento “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes? (*Pausa.*)

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PL orienta junto com o Governo, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota? (*Pausa.*)

Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhamos a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço.

O PROS orienta “sim”.

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, continuamos com o voto “sim”, orientamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Senador Fabiano?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só um minutinho da atenção dos colegas.

Nós estamos tratando aqui de um tema de extrema relevância!

Só no Estado de V. Exa., Senador Rodrigo, nós tivemos o desastre em Miraí, Cataguases, Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana e ninguém foi responsabilizado.

Falar que a barragem é pública e a responsabilidade não é do Governo? Olha, a responsabilidade é objetiva. Então, eu acho que nós estamos passando por um momento de letargia, de não querer ver o que está acontecendo, de uma tragédia, de um ecocídio de forma rotineira que vem permeando lamentavelmente o Brasil. Está matando as pessoas, está dizimando as famílias!

Qual o valor de uma vida humana? Qual o valor de um pai, de uma mãe, de um filho? Como fica a identidade da casa dessas pessoas? E o Governo vem falar não, por que não tem dinheiro público? A



responsabilidade é objetiva.

Nós temos que dar uma resposta e nós temos que derrubar esse veto!

A rede orienta, e parabeniza o Partido dos Trabalhadores, no sentido de votar "não" para derrubar esse veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – O PSL orienta "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, depois das tragédias de Mariana e Brumadinho, logo no início da Legislatura, eu apresentei o PL 550, que se tornou a Lei 14.066, em que hoje estamos tratando esse veto.

Eu entendo a grande dificuldade de obrigar a contratação de seguros para açudes. Estudamos exaustivamente em audiências, até na própria CMA houve a discussão a respeito do PL que se tornou essa lei, mas existe o segundo item, como a Senadora Eliziane falou, que trata da garantia dos recursos para os órgãos fiscalizadores de barragens, e esses recursos são oriundos das multas. Então, é difícil para o PSB, em se tratando de um projeto que hoje é lei do PSB, desta Parlamentar, não acompanhar o destaque.

Então, o encaminhamento do PSB, entendendo também os argumentos do Governo, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC acompanha a Liderança do Governo e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul? Mais uma oportunidade para V. Exa. falar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, de fato, é para confirmar a nossa orientação pelo voto "não" e dizer, ratificar: o fato que ser uma barragem pública não pode eximir essa barragem de ter segurança contra os acidentes. Imagine o que dizer às populações que vivem próximas às barragens do Dnocs. Lembrando que esse item não é só para do Dnocs; vale para outras também.

E, quanto à questão da fiscalização, eu já disse: o órgão regulador, fiscalizador precisa de verba, principalmente num momento como este. É uma forma de ajudar o Governo a ter dinheiro, a reservar dinheiro para fazer prevenção, como eu disse, ao invés de fazer a triste remediação depois, com os acidentados, com os mortos, com as comunidades atingidas.

O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet? (*Pausa.*)

Líder Paulo Rocha, V. Exa. pede a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Respeitosamente, Presidente, é para uma reclamação.

V. Exa. acabou se corrigindo, mas, no encaminhamento do destaque, nem foi anunciado de quem



era o destaque, nem se deu a palavra para a defesa do destaque inicialmente – inclusive, a vez também daquele que é contra falar antes de qualquer orientação dos Líderes. V. Exa. acabou corrigindo, mas já estava iniciando o processo com possível falta de aprofundamento no debate maior.

É só uma reclamação no processo, Presidente, respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Fica registrado, Líder Paulo Rocha. O destaque foi feito na sessão do Congresso Nacional que se iniciou na Câmara dos Deputados; portanto, esse destaque já era deveras conhecido por todos.

Mas, de qualquer forma, eu permiti que o Senador Jean Paul falasse por duas vezes, no encaminhamento e na orientação: pelo PT, com um prazo maior, inclusive para sustentar o destaque, e agora na orientação de Minoria.

E vou aguardar, para a votação, o máximo possível de quórum.

Pois não, Líder Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Quem sabe se o poder de argumentação do nobre Líder Jean Paul não teria convencido os primeiros Líderes no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Mas eu retomei, eu indaguei novamente ao Líder Eduardo Braga; ele ratificou a orientação "sim". Eu franqueei ao Líder Nelsinho Trad, do PSD, ao Líder Alvaro Dias, ao Senador Oriovisto, do Podemos, ao Izalci Lucas, do PSDB, ao Marcos Rogério, do DEM, que foram os que orientaram antes do Líder Jean Paul, que, obviamente, tem a palavra franca caso queira.

Muito obrigado, Líder Paulo Rocha.

Eu vou até pedir a compreensão das Sras. e Srs. Senadores. Após o encerramento desta sessão do Congresso no Senado, nós vamos precisar retornar à Câmara dos Deputados para apreciar os vetos que foram rejeitados pelo Senado originalmente. Portanto, eu tenho uma lista de oradores e eu pediria, caso possível... Se nós conseguirmos esgotar esta pauta do Congresso Nacional hoje, nós teremos sessão amanhã do Senado Federal, o que seria uma oportunidade de todos que aqui estão inscritos poderem se pronunciar em relação a diversos temas sobre os quais queiram se pronunciar. Então, se pudéssemos esgotar a pauta de hoje do Congresso Nacional, voltarmos para a Câmara para encerrarmos esta etapa de Congresso Nacional, amanhã chamaríamos uma sessão do Senado para as 16h.

Agradeço a V. Exas.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Votaram SIM 51 Senadores; NÃO, 18 Senadores.

O quórum é de 70. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

O veto está mantido no Senado Federal.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

A Presidência informa que a Câmara dos Deputados rejeitou e o Senado passa a apreciar os seguintes vetos, nos termos do acordo de Lideranças:

- Vetos 36 e 44/2020;
- Veto 48/2020 (itens 5 a 7);
- Veto 52/2020 (itens 8, 12 e 13);
- Veto 57/2020 (itens 2 a 13);
- Veto 59/2020 (itens 1 a 5, 7 e 10 a 23);
- Veto 3/2021;



– Veto 5/2021 itens (1 a 14).

Declaro aberto o processo de votação em globo dos vetos, nos termos do acordo de Liderança, para rejeição.

Quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "não", pela rejeição dos vetos. Quem vota "sim" vota pela manutenção dos vetos. Portanto, repito: quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "não", rejeitando os vetos; quem vota "sim" vota pela manutenção dos vetos.

As Sras. e Srs. Senadores já podem votar pelo Sistema de Deliberação Remota.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Passo à orientação de bancada. Como orienta o MDB, Líder Eduardo Braga

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O MDB, Sr. Presidente, encaminha de acordo com o entendimento que foi construído, pela derrubada do veto. Portanto, creio que é "não" para derrubada. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – MDB orienta "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Então, o MDB encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Como orienta o PSD, Líder Nelsinho?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, de acordo com o que foi combinado com o Líder Eduardo Gomes, orientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Senador Oriovisto Guimarães?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma acompanhamos a reunião de Líderes, orientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Progressistas orienta "não", com o acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Rodrigo Cunha orientasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente.

Como orienta o PSDB, Senador Rodrigo Cunha?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco/PSDB - AL. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu estava inscrito como próximo orador, mas compreendo que o dia está sendo muito longo para V. Exa., inclusive acompanhei atentamente e quero parabenizá-lo pela condução Sessão do Congresso hoje na Câmara.

Mas eu fiz questão de fazer a orientação pela derrubada do veto, principalmente por ter acompanhado de perto – e aqui eu agradeço também ao Líder do Governo Eduardo Gomes – uma luta dos professores, que há muitos anos aguardam receber os precatórios do Fundef. E o Veto 48 se refere, no art. 7º, exatamente a esses professores, que há muito tempo estão aguardando.

E o que isso quer dizer? Quer dizer que inclusive os gestores, que estão inseguros em realizar há anos esse pagamento, que já têm os recursos aportados no seu Tesouro, ou seja, não há nenhum impacto financeiro para a Prefeitura, para o Estado ou para o Município... E, neste momento de pandemia em



que os professores estão sendo o grande esteio para muitas famílias, principalmente no Norte e Nordeste, faremos justiça ao fazer com que esta luta, que há muitos anos é travada judicialmente, através de uma ação do Legislativo, seja resolvida neste momento.

Então, agradeço a todos, pedindo pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como o orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo acordo com os professores, com a educação, cumprimentando o Governo pela sensibilidade, a orientação é o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, infelizmente hoje a mim cabe dar a notícia em primeira mão para o Plenário que o número de óbitos passou de três mil pessoas. Foram 3.149 óbitos hoje.

Então, aproveitando que nesses vetos derrubados está a indenização aos enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem, a eles dedico aqui a nossa orientação também pelo acordo. Espero que tenhamos unanimidade em relação a isso hoje.

A orientação é "não" à derrubada dos vetos de iniciativa da Câmara, inclusive esse que beneficia os profissionais de saúde.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

A Presidência lamenta profundamente mais essa notícia, mais esse dado, no dia de hoje, do número de mortos, em função da Covid.

Como orienta o Cidadania?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Cidadania também segue a orientação e faz um destaque semelhante ao Jean. São 3.149 pessoas, famílias do Brasil, que estão chorando apenas nas últimas 24 horas. É um recorde trágico! Um recorde trágico!

E o Veto 36 é um veto, de fato, muito importante. E aí eu queria fazer esse destaque, que é em relação a esses profissionais da área da saúde. São pessoas que estão na linha de frente e que acabam às vezes ficando incapacitados pelo resto da vida. São pessoas que arriscam a própria vida para o enfrentamento, de fato, da pandemia.

Nós só vamos resolver esse problema, Presidente, com a vacina. Nós só vamos resolver esse problema com a plenitude da vacina e seguindo a orientação da Organização Mundial da Saúde no uso de máscara, no uso do álcool gel. É o básico, é o que nós temos realmente a apresentar hoje à população brasileira.

Esse recorde de hoje é um recorde triste, é um recorde terrível e que não pode mais ser repetido. É pela junção dos esforços de todos nós que nós vamos realmente dar um basta a esta pandemia no Brasil.

O partido faz o encaminhamento seguindo o acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O Cidadania orienta "não".

Como orienta o PDT?

O SR. CID GOMES (Bloco/PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT orienta pela derrubada dos vetos que estão sendo votados em bloco. São matérias as mais diversas, mas todas aprovadas por esta Casa e pela Câmara dos Deputados. O Presidente, absolutamente insensível ao sentimento, ao clamor das ruas, teima em vetar iniciativas que são fundamentais para a atenuação de diversos males pelos quais o Brasil passa no momento.



Então, o PDT vota pela derrubada dos vetos. O PDT vota "não".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Muito obrigado.

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

– O PL, homenageando todos os profissionais de saúde, orienta "não", com a derrubada do veto, a favor da derrubada do veto. O PL orienta "não" a todos os seus Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores que possam exercer seu direito de voto.

Como orienta o PROS, Líder Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS, neste momento, acima de tudo, está de luto. O PROS está sofrendo com as famílias que estão perdendo seus entes queridos. O PROS deseja a todas as famílias, neste momento, muita luz, muita paz, muita sabedoria e, sobretudo, muita proteção de Deus.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que, neste momento, nós não vamos estar aqui apedrejando A, apedrejando B. Governar um país não é governar uma sala de aula, não é governar um bairro. Governar um país é estar abraçando todos os filhos brasileiros. Não é fácil estar sentado na cadeira de Presidente e, às vezes – você sabe...

Essa doença chegou causando calamidade no mundo inteiro. Realmente temos que adotar as medidas protetivas, como a máscara, o álcool. A vacina, sobretudo, é o caminho de todos nós. Agora, há certos *lockdowns* que não entendemos, Sr. Presidente, como, por exemplo, fechar comércios, bares que obedecem rigorosamente a todas as recomendações de proteção. Então, há exageros em alguns cantos – há alguns exageros.

Eu quero aqui só, Sr. Presidente, olhar um pouco o lado do Presidente, porque, nessa hora, as pessoas fazem até politicagem em cima dos defuntos, em cima das vítimas. Eu falo isso com muita propriedade. Acabei de perder um primo, acabei de perder um tio, perdi familiares.

Mas eu acho que é hora da grande união – eu venho pregando isso todo o tempo. Vamos unir todas as nossas forças: Executivo, Legislativo, Judiciário...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Para concluir, Líder.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A época das eleições, aí sim, Sr. Presidente, é a época do mirixi, cada um por si.

O PROS, Sr. Presidente, honra os seus acordos. Acompanha a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Obrigado.

A orientação de bancada é por um minuto.

Líder Mecias de Jesus, pelo Republicanos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos também orientar com o voto "não", mas quero antes também fazer uma homenagem a todos os profissionais e trabalhadores de saúde do País que, neste momento, com a derrubada desse veto, serão prestigiados. Lamentavelmente, vivemos um momento infeliz para toda a população brasileira. Votamos "não".

Presidente, quero também fazer uma deferência especial, em função do Veto 59, e cumprimentar o Senador Irajá, que fez excelente trabalho como Relator da LDO.

Votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder Mecias.

Peço que V. Exa. vote, assim como a Senadora Mailza, Senador Randolfe, Senador Omar Aziz,



Plínio Valério, Eliziane Gama, Alvaro Dias, Jader Barbalho, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim e Mecias de Jesus.

Como orienta a Rede, Senador Fabiano?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento muito delicado, todos sabem que eu também perdi uma cunhada de 44 anos, sem comorbidade, ganhando um salário mínimo na linha de frente do combate ao Covid. Em nome dela e em nome de todas as vítimas que perderam a sua vida por nós, eu estou feliz por nós derrubarmos o Veto 36 para proporcionar a esses profissionais o mínimo para eles.

Eu queria fazer um apelo à Senadora Zenaide, que é a Relatora, e a todos os Senadores: há um PL de minha autoria, o 2.564, que estabelece piso salarial e carga horária. Eu acho mais do que justo estabelecer isso para esses profissionais.

Vamos pensar nisso. Vamos amolecer o coração.

Dito isso, Sr. Presidente, serei breve.

Eu fui Delegado de Trânsito, e nós estamos também derrubando o Veto 52, que estabelece a obrigatoriedade de exame psicológico e médico para a validação da Carteira Nacional Habilitação ser feito com profissionais especializados.

Quero aqui parabenizar a Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego) e a Abrapsit (Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego). Trânsito seguro é direito de todos e dever do Estado. E nós temos, sempre, de lutar em defesa da vida humana em sua plenitude.

A orientação é "não" para a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya Thronicke?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – No meio de números tão tristes, Presidente – que, na verdade, não são números, são pessoas, são nomes, são famílias, são vidas –, tivemos a felicidade, agora, de conseguir, em acordo com o Governo, a derrubada deste veto, entre outros, porque muitas pessoas, muitas crianças estão ficando órfãs, perderam seus pais na linha de frente do Covid, e nós não poderíamos deixar desamparadas essas pessoas.

Então, o PSL, em comum acordo, orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – O PSB, Líder Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento de grande tristeza, lamentando os mais de 3 mil brasileiros que vieram a óbito nestas últimas 24 horas, o PSB orienta pela derrubada dos vetos e encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC mantém o acordo, vai com a Liderança, vota "não".

Aproveito este momento também para lamentar tantas mortes lá no meu Estado, o Estado do Pará: o Dr. Mailson, jovem de 31 anos, médico de Anapu, na Transamazônica, faleceu ontem; mais atrás, perdemos um jornalista muito conhecido em Belém, jornalista Ronaldo Porto, de Covid também; o Dr. Argemiro, ex-Prefeito e ex-Vice-Prefeito de Oriximiná, de igual forma, também de Covid. E quero registrar aqui mais uma morte, ocorrida hoje, de um homem público importante lá em Belém, no Estado do Pará: o engenheiro, arquiteto e urbanista Paulo Chaves. Esse não morreu de Covid, foi de coração, mas partiu e deixou saudades para sua família, para todos os amigos que o tinham como companheiro, como admiradores.

Nossas condolências a todas essas famílias.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Perdão, eu já tinha feito essa orientação. "Não", pela derrubada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito. Agradeço a V. Exa. Como orienta o Governo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O Governo encaminha pelo acordo. Encaminha o voto "não", pela derrubada dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Oposição, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Bancada Feminina, Líder Simone Tebet? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Votou SIM 01 Senador; NÃO, 73 Senadores.

Quórum de 75. (**Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário**)

Rejeitados todos os vetos deste bloco.

Os vetos vão à promulgação.

Discussão no Senado Federal, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O projeto foi relatado na Câmara dos Deputados pelo Relator de Plenário, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Passa-se à votação do projeto.

Eu indago do Plenário – ao Senador Fernando Bezerra Coelho e aos demais Senadores e Senadoras – se podemos fazer a votação simbólica. (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai à sanção.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2021, do Congresso Nacional, que altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970 (Regimento Comum), para ampliar o número de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

O Senador Marcos Rogério proferiu parecer em Plenário, em substituição às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto e da emenda apresentada.

Está em votação o Projeto de Resolução nº 1, de 2021.

Eu vou por segurança dar a palavra, pela ordem, ao Senador Oriovisto Guimarães, porque eu não sei se é sobre essa matéria.

Eu indago ao Senador Oriovisto Guimarães se o pedido pela ordem é em relação a essa matéria ou



se podemos votar a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR) – Pode votar a matéria, Sr. Presidente. Era só para um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço.

Então, já volto a palavra a V. Exa.

Em votação Projeto de Resolução nº 1, de 2021, nos termos do parecer do Relator, Senador Marcos Rogério.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativas serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Senador Oriovisto Guimarães, pela ordem...

Ah, perdoe-me! Apenas para um registro em relação a esta última votação: o Senador Kajuru vota contra – fica registrado pela Presidência.

Senador Oriovisto Guimarães, pela ordem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de lamentar a morte de mais de 3 mil brasileiros, há um outro comunicado que eu não poderia deixar passar em branco, de ordem econômica: depois de seis anos caindo a taxa Selic, o Banco Central cedeu e aumentou-a em 0,75 pontos percentuais. A nossa taxa Selic inverteu a curva, e agora está ascendente: foi para 2,75. Isso é consequência da inflação, que por sua vez é consequência do dólar. E por sua vez, Sr. Presidente, a ausência de vacina e os desmandos da economia, ao fim e ao cabo, têm a mesma origem: descuido do Poder Executivo.

Só para lamentar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/MDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, desculpe-me. Eu tinha aberto mão da condição de fala no instante em que V. Exa. – com toda a razão, porque sabemos muito bem que, desde o início deste dia, V. Exa. tem, frente à sua incumbência, como Presidente do nosso Congresso, detido-se tanto à Câmara quanto ao Senado – V. Exa. fez o apelo para que nós pudéssemos declinar das nossas inscrições. Eu apenas registro para que amanhã possa fazer menções a respeito de conquistas relacionadas a essa pauta de discussão sobre vetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente.

Agradeço muito a compreensão de V. Exa., Senador Veneziano.

Pede a palavra pela ordem, antes do encerramento, o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, também sem mais delongas, quero apenas deixar registrada, ainda nesta sessão, a importância de realmente a gente votar o Veto 56, que foi retirado de pauta. Vinha evoluindo muito bem lá. Inclusive, a Câmara já o derrubou. Faltaria só nós derrubarmos a nossa parte.

Também quero voltar a insistir consigo, inclusive diante desse quadro que nós estamos vivendo aqui, sobre o Veto 8 e o Veto 9, que nós tiramos da pauta. Sabemos que não trancam a pauta, mas que são importantíssimos para que os Estados e os Municípios possam ter segurança de também negociar e comprar vacinas. Veja, não se trata aqui de passar o papel de ninguém para ninguém, muito menos de atitudes rebeldes ou concorrências para mostrar quem é mais seguro, quem é mais veloz para comprar



vacinas. O fato é que os fornecedores estão negociando com diferentes compradores mundo afora. E, quando você tem um governo de Estado, um consórcio, às vezes até um consórcio de Municípios que possa negociar outras fontes, isso é bom para o Brasil, é bom para todo mundo. Quanto mais compradores nós tivermos – claro, com a responsabilidade devida, tomando todos os cuidados –, melhor. Então, esses vetos são referentes justamente a essa possibilidade. Inclusive, um deles é relacionado a um projeto do qual V. Exa. é o autor, que justamente procura solucionar esses vários pequenos entraves burocráticos ou dúvidas legislativas, o que permitirá que a gente tenha um fluxo mais constante e mais fácil para quem está negociando e comprando vacinas nesse momento.

Só esse lembrete.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Eu agradeço muito o trabalho, a compreensão, a dedicação de cada um dos Senadores e das Senadoras nesta sessão do Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)



Ata da 5ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 17 de março de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 19 horas e 25 minutos e encerra-se às 20 horas e 11 minutos.)



PLEN - Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual) - para 17/03/2021 19:00

Encerrada

PLEN

Titular	Presença/Hora Suplente	Presença/Hora	
PLEN (513 vagas)			
Abílio Santana (PL-BA)	P [M] 09:36:09.880		
Abou Anni (PSL-SP)	P [M] 08:46:43.516		
Acácio Favacho (PROS-AP)	P [M] 13:51:17.100		
Adolfo Viana (PSDB-BA)	P [M] 09:34:17.500		
Adriana Ventura (NOVO-SP)	P [M] 10:52:41.816		
Adriano do Baldy (PP-GO)	P [M] 13:48:43.986		
Aécio Neves (PSDB-MG)	P [M] 12:33:56.840		
Aelton Freitas (PL-MG)	P [M] 08:39:36.383		
Afonso Florence (PT-BA)	P [M] 11:02:51.236		
Afonso Hamm (PP-RS)	P [M] 08:34:32.516		
Afonso Motta (PDT-RS)	P [M] 11:23:36.140		
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	P [M] 10:26:55.963		
Airton Faleiro (PT-PA)	P [M] 11:26:49.190		
AJ Albuquerque (PP-CE)	P [M] 11:53:32.880		
Alan Rick (DEM-AC)			
Alceu Moreira (MDB-RS)	P [M] 10:31:30.793		
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO)	P [M] 08:13:51.350		
Alê Silva (PSL-MG)	P [M] 08:19:26.216		
Alencar S. Braga (PT-SP)	P [M] 14:04:25.583		
Alessandro Molon (PSB-RJ)	P [M] 10:02:56.866		
Alex Manente (CIDADANIA-SP)	P [M] 10:27:33.810		
Alex Santana (PDT-BA)	P [M] 13:15:26.613		
Alexandre Frota (PSDB-SP)	P [M] 08:15:27.383		
Alexandre Leite (DEM-SP)	P [M] 08:07:28.060		
Alexandre Padilha (PT-SP)	P [M] 13:51:29.473		
Alexis Fonteyne (NOVO-SP)	P [M] 08:14:18.256		
Alice Portugal (PCdoB-BA)	P [M] 10:25:12.350		
Aliel Machado (PSB-PR)	P [M] 13:50:28.706		

Quórum
Presença

505



Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)	P [M] 08:38:22.913		
Aline Sleutjes (PSL-PR)	P [M] 08:23:30.220		
Altineu Côrtes (PL-RJ)	P [M] 14:00:40.876		
Aluisio Mendes (PSC-MA)	P [M] 09:48:26.380		
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES)	P [M] 10:32:56.680		
André Abdon (PP-AP)	P [M] 12:50:09.986		
André de Paula (PSD-PE)	P [M] 10:23:16.910		
André Ferreira (PSC-PE)	P [M] 11:21:29.560		
André Figueiredo (PDT-CE)	P [M] 09:10:17.220		
André Fufuca (PP-MA)	P [M] 10:28:13.860		
André Janones (AVANTE-MG)	P [M] 11:31:39.290		
Angela Amin (PP-SC)	P [M] 08:11:13.220		
Aníbal Gomes (DEM-CE)	P [M] 09:38:15.803		
Antonio Brito (PSD-BA)	P [M] 10:35:34.243		
Arlindo Chinaglia (PT-SP)	P [M] 10:22:29.190		
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)	P [M] 08:27:47.976		
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	P [M] 09:12:24.050		
Arthur Lira (PP-AL)	P [M] 11:16:19.000		
Arthur O. Maia (DEM-BA)	P [M] 09:18:04.433		
Átila Lins (PP-AM)	P [M] 08:36:59.956		
Átila Lira (PP-PI)	P [M] 08:54:03.840		
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)	P [M] 10:35:39.340		
Áurea Carolina (PSOL-MG)			
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)	P [M] 10:36:14.546		
Bacelar (PODE-BA)	P [M] 10:41:11.613		
Baleia Rossi (MDB-SP)	P [M] 10:27:42.710		
Benedita da Silva (PT-RJ)	P [M] 11:45:36.340		
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)	P [M] 09:53:26.496		
Beto Faro (PT-PA)	P [M] 08:59:50.986		
Beto Pereira (PSDB-MS)	P [M] 09:35:14.126		
Beto Rosado (PP-RN)	P [M] 13:52:37.163		
Bia Cavassa (PSDB-MS)	P [M] 09:07:35.090		
Bia Kicis (PSL-DF)	P [M] 11:25:45.173		



Bibo Nunes (PSL-RS)	P [M] 08:18:13.713		
Bilac Pinto (DEM-MG)	P [M] 08:48:18.130		
Bira do Pindaré (PSB-MA)	P [M] 10:56:25.353		
Boca Aberta (PROS-PR)	P [M] 08:52:33.476		
Bohn Gass (PT-RS)	P [M] 11:18:52.570		
Bosco Costa (PL-SE)	P [M] 09:41:41.650		
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	P [M] 08:09:10.513		
Bozzella (PSL-SP)	P [M] 09:47:28.626		
Bruna Furlan (PSDB-SP)	P [M] 13:51:36.253		
Cacá Leão (PP-BA)	P [M] 10:02:04.663		
Camilo Capiberibe (PSB-AP)	P [M] 10:25:27.746		
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)	P [M] 09:47:56.846		
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	P [M] 10:19:08.980		
Capitão Augusto (PL-SP)	P [M] 10:39:57.920		
Capitão Wagner (PROS-CE)	P [M] 08:20:55.733		
Carla Dickson (PROS-RN)	P [M] 13:10:09.246		
Carla Zambelli (PSL-SP)	P [M] 10:00:58.113		
Carlos Bezerra (MDB-MT)	P [M] 12:14:27.533		
Carlos Chiodini (MDB-SC)	P [M] 11:12:05.343		
Carlos Gaguim (DEM-TO)	P [M] 09:23:10.360		
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS)	P [M] 09:28:05.650		
Carlos Jordy (PSL-RJ)	P [M] 11:27:24.580		
Carlos Sampaio (PSDB-SP)	P [M] 09:30:42.090		
Carlos Veras (PT-PE)	P [M] 10:15:11.680		
Carlos Zarattini (PT-SP)	P [M] 13:48:21.440		
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)	P [M] 08:54:32.480		
Caroline de Toni (PSL-SC)	P [M] 10:28:28.123		
Cássio Andrade (PSB-PA)	P [M] 08:54:19.026		
Celina Leão (PP-DF)	P [M] 10:36:43.113		
Célio Moura (PT-TO)	P [M] 10:14:55.366		
Célio Silveira (PSDB-GO)	P [M] 10:16:22.230		
Célio Studart (PV-CE)	P [M] 13:07:27.370		
Celso Maldaner (MDB-SC)			
Celso Russomanno			



(REPUBLICANOS-SP)	P [M] 10:52:45.910		
Celso Sabino (PSDB-PA)	P [E] 19:30:34.310		
Cezinha Madureira (PSD-SP)	P [M] 11:01:51.550		
Charles Fernandes (PSD-BA)	P [M] 10:03:13.960		
Charlles Evangelis (PSL-MG)	P [M] 08:40:32.320		
Chico D'Angelo (PDT-RJ)	P [M] 14:10:13.013		
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ)	P [M] 08:34:53.016		
Chris Tonietto (PSL-RJ)			
Christiane Yared (PL-PR)	P [M] 10:23:37.566		
Christino Aureo (PP-RJ)	P [M] 10:00:24.956		
Clarissa Garotinho (PROS-RJ)	P [M] 10:50:49.546		
Claudio Cajado (PP-BA)	P [M] 09:17:31.090		
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)	P [M] 12:51:57.990		
Coronel Armando (PSL-SC)	P [M] 09:10:07.093		
Coronel Tadeu (PSL-SP)	P [M] 13:52:10.223		
CoronelChrisóstom (PSL-RO)	P [M] 08:00:44.956		
Cristiano Vale (PL-PA)	P [M] 09:02:56.506		
Da Vitória (CIDADANIA-ES)	P [M] 10:31:09.176		
Dagoberto Nogueira (PDT-MS)	P [M] 09:25:36.320		
Damião Feliciano (PDT-PB)			
Daniel Almeida (PCdoB-BA)	P [M] 10:52:31.630		
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	P [M] 10:57:40.166		
Daniel Freitas (PSL-SC)	P [M] 08:02:10.100		
Daniel Silveira (PSL-RJ)			
Daniel Trzeciak (PSDB-RS)	P [M] 08:39:37.383		
Daniela Waguinho (MDB-RJ)	P [M] 09:14:16.740		
Danilo Cabral (PSB-PE)	P [M] 08:40:41.480		
Danilo Forte (PSDB-CE)	P [M] 10:18:32.230		
Danrlei (PSD-RS)	P [M] 09:48:43.066		
Darci de Matos (PSD-SC)	P [M] 10:51:08.766		
David Miranda (PSOL-RJ)	P [M] 10:33:02.196		
David Soares (DEM-SP)	P [M] 08:03:53.040		
DelAntônioFurtado (PSL-RJ)	P [M] 12:29:19.413		
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)	P [M] 12:23:13.750		
Delegado Marcelo (PSL-MG)	P [M] 10:20:09.686		



Delegado Pablo (PSL-AM)	P [M] 09:03:41.600		
Delegado Waldir (PSL-GO)	P [M] 11:12:31.906		
Denis Bezerra (PSB-CE)	P [M] 08:43:36.903		
Diego Andrade (PSD-MG)	P [M] 11:36:22.170		
Diego Garcia (PODE-PR)	P [M] 08:21:24.406		
Dimas Fabiano (PP-MG)	P [M] 10:29:29.646		
Domingos Neto (PSD-CE)	P [M] 08:41:55.603		
Domingos Sávio (PSDB-MG)	P [M] 09:03:17.586		
Dr Zacharias Calil (DEM-GO)	P [M] 08:04:11.226		
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)	P [M] 13:57:03.933		
Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA)	P [M] 09:26:49.023		
Dr. Jaziel (PL-CE)	P [M] 13:56:56.183		
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)	P [M] 11:36:35.640		
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS)	P [M] 11:52:24.410		
Dr. Luiz Antonio Jr (PP-RJ)	P [M] 14:02:09.580		
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC)	P [M] 11:07:49.853		
Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	P [M] 09:38:52.366		
Dulce Miranda (MDB-TO)	P [M] 10:26:47.440		
Edilazio Junior (PSD-MA)	P [M] 08:46:07.173		
Edio Lopes (PL-RR)	P [M] 10:29:56.280		
Edna Henrique (PSDB-PB)	P [M] 08:05:12.603		
Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	P [M] 08:43:48.153		
Eduardo Bismarck (PDT-CE)	P [M] 08:06:57.403		
Eduardo Costa (PTB-PA)	P [M] 09:24:01.206		
Eduardo Cury (PSDB-SP)	P [M] 13:49:51.456		
Eduardo da Fonte (PP-PE)	P [M] 13:52:13.676		
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)	P [M] 09:15:11.320		
Efraim Filho (DEM-PB)	P [M] 10:26:47.333		
Elcione Barbalho (MDB-PA)	P [M] 08:05:41.260		
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO)	P [M] 08:00:35.660		
Eli Corrêa Filho (DEM-SP)	P [M] 08:47:30.173		
Elias Vaz (PSB-GO)	P [M] 08:46:42.126		
Elmar Nascimento (DEM-BA)	P [M] 12:20:12.340		
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	P [M] 09:00:33.066		



Emidinho Madeira (PSB-MG)	P [M] 09:09:13.686		
Enio Verri (PT-PR)	P [M] 10:12:30.566		
Enrico Misasi (PV-SP)	P [M] 13:49:47.486		
Erika Kokay (PT-DF)	P [M] 13:45:45.576		
Eros Biondini (PROS-MG)			
Euclides Pettersen (PSC-MG)	P [M] 09:14:11.036		
Evair de Melo (PP-ES)	P [M] 09:55:13.543		
Exedito Netto (PSD-RO)	P [M] 13:53:28.633		
Fábio Henrique (PDT-SE)	P [M] 08:13:22.520		
Fábio Mitidieri (PSD-SE)	P [M] 11:38:50.020		
Fábio Ramalho (MDB-MG)	P [M] 08:50:30.803		
Fabio Reis (MDB-SE)	P [M] 08:06:12.043		
Fabio Schiochet (PSL-SC)	P [M] 10:26:17.120		
Fábio Trad (PSD-MS)	P [M] 08:15:13.383		
Fausto Pinato (PP-SP)	P [M] 12:46:34.390		
Felício Laterça (PSL-RJ)	P [M] 08:02:39.740		
Felipe Carreras (PSB-PE)	P [M] 09:04:48.776		
Felipe Rigoni (PSB-ES)	P [M] 14:00:40.970		
Felipe Francischini (PSL-PR)	P [M] 12:43:07.556		
Félix Mendonça Jr (PDT-BA)	P [M] 09:25:47.536		
Fernanda Melchionna (PSOL-RS)	P [M] 10:51:50.360		
Fernando Coelho (DEM-PE)	P [M] 08:07:50.326		
Fernando Monteiro (PP-PE)	P [M] 10:54:56.210		
Fernando Rodolfo (PL-PE)	P [M] 10:24:33.503		
Filipe Barros (PSL-PR)	P [M] 08:48:51.316		
Flávia Arruda (PL-DF)	P [M] 13:32:33.573		
Flávia Moraes (PDT-GO)	P [M] 13:56:00.636		
Flaviano Melo (MDB-AC)	P [M] 08:50:00.286		
Flávio Nogueira (PDT-PI)	P [M] 13:50:14.003		
Flordelis (PSD-RJ)	P [M] 09:19:57.186		
Francisco Jr. (PSD-GO)	P [M] 08:54:50.403		
Franco Cartafina (PP-MG)	P [M] 13:40:00.676		
Fred Costa (PATRIOTA-MG)	P [M] 10:03:39.353		
Frei Anastacio (PT-PB)	P [M] 10:46:15.023		
Gastão Vieira (PROS-MA)	P [M] 08:27:05.726		



Gelson Azevedo (PL-RJ)	P [M] 10:33:31.333		
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)	P [M] 09:02:47.790		
General Girão (PSL-RN)	P [M] 09:20:19.216		
General Peternelli (PSL-SP)	P [M] 09:01:56.083		
Geninho Zuliani (DEM-SP)	P [M] 08:05:18.743		
Geovania de Sá (PSDB-SC)	P [M] 09:12:17.676		
Gervásio Maia (PSB-PB)	P [M] 08:43:30.560		
Giacobo (PL-PR)	P [M] 09:47:46.206		
Gil Cutrim (PDT-MA)	P [M] 11:57:07.886		
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG)	P [M] 09:40:07.773		
Gilberto Nascimento (PSC-SP)	P [M] 11:28:08.410		
Gilson Marques (NOVO-SC)	P [M] 09:20:25.890		
Giovani Cherini (PL-RS)	P [M] 10:27:07.270		
Giovani Feltes (MDB-RS)	P [M] 10:36:00.123		
Glauber Braga (PSOL-RJ)	P [M] 13:52:20.053		
Glaustin da Fokus (PSC-GO)	P [M] 11:04:29.550		
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	P [M] 10:23:55.440		
Gonzaga Patriota (PSB-PE)	P [M] 10:17:54.776		
Gorete Pereira (PL-CE)	P [M] 10:42:41.713		
Greyce Elias (AVANTE-MG)	P [M] 11:26:41.800		
Guiga Peixoto (PSL-SP)	P [M] 10:12:31.566		
Guilherme Derrite (PP-SP)	P [M] 08:12:17.706		
Guilherme Mussi (PP-SP)	P [E] 20:02:56.263		
Gurgel (PSL-RJ)	P [M] 08:26:04.913		
Gustavo Fruet (PDT-PR)	P [M] 09:57:12.296		
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	P [M] 11:22:37.386		
Gutemberg Reis (MDB-RJ)	P [M] 09:25:33.113		
Haroldo Cathedral (PSD-RR)	P [M] 09:42:06.026		
Heitor Freire (PSL-CE)	P [M] 08:04:44.916		
Heitor Schuch (PSB-RS)	P [M] 09:30:15.590		
Helder Salomão (PT-ES)	P [M] 10:12:04.706		
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC)	P [M] 09:24:09.253		
Hélio Leite (DEM-PA)	P [M] 08:15:57.400		
Helio Lopes (PSL-RJ)	P [M] 09:17:08.416		



Henrique Fontana (PT-RS)	P [M] 13:54:23.103		
Hercílio Diniz (MDB-MG)	P [M] 10:24:34.583		
Herculano Passos (MDB-SP)	P [M] 11:08:29.133		
HermesParcianello (MDB-PR)	P [M] 09:43:57.030		
Hildo Rocha (MDB-MA)	P [M] 08:12:25.346		
Hiran Gonçalves (PP-RR)	P [M] 08:08:49.170		
Hugo Leal (PSD-RJ)	P [M] 08:32:28.623		
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)	P [M] 12:08:51.700		
Idilvan Alencar (PDT-CE)	P [M] 10:35:57.076		
Igor Kannário (DEM-BA)	P [M] 08:24:37.940		
Igor Timo (PODE-MG)	P [M] 09:26:24.506		
Iracema Portella (PP-PI)	P [M] 09:38:39.040		
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	P [M] 13:03:08.973		
Israel Batista (PV-DF)	P [M] 08:40:43.416		
Ivan Valente (PSOL-SP)	P [M] 13:51:07.660		
Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	P [M] 13:51:53.210		
Jaqueline Cassol (PP-RO)	P [M] 10:00:03.830		
Jefferson Campos (PSB-SP)	P [M] 10:23:33.316		
Jerônimo Goergen (PP-RS)	P [M] 14:23:09.936		
Jéssica Sales (MDB-AC)	P [M] 10:29:03.670		
Jesus Sérgio (PDT-AC)	P [M] 09:13:42.520		
Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	P [M] 13:50:15.630		
João C. Bacelar (PL-BA)	P [M] 11:10:30.060		
João Campos (REPUBLICANOS-GO)	P [M] 11:00:24.640		
João Daniel (PT-SE)	P [M] 09:21:40.470		
João Maia (PL-RN)	P [M] 09:59:59.270		
João Marcelo S. (MDB-MA)	P [M] 08:57:47.593		
JoaquimPassarinho (PSD-PA)	P [M] 09:18:18.996		
Joenia Wapichana (REDE-RR)	P [M] 11:16:09.536		
Joice Hasselmann (PSL-SP)	P [M] 10:25:46.263		
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ)	P [M] 09:16:06.070		
Jorge Solla (PT-BA)	P [M] 10:12:13.066		
José Airton (PT-CE)	P [M] 10:16:42.930		
José Guimarães (PT-CE)	P [M] 10:41:14.503		



Jose Mario Schrein (DEM-GO)	P [M] 08:06:50.746		
José Medeiros (PODE-MT)	P [M] 13:49:09.783		
José Nelto (PODE-GO)	P [M] 09:40:13.666		
José Nunes (PSD-BA)	P [M] 14:08:19.183		
José Priante (MDB-PA)	P [M] 08:46:21.766		
José Ricardo (PT-AM)	P [M] 10:15:57.806		
José Rocha (PL-BA)	P [M] 10:46:07.896		
Joseildo Ramos (PT-BA)	P [M] 13:48:42.440		
Josimar Maranhãozi (PL-MA)	P [M] 11:01:10.720		
Josivaldo JP (PODE-MA)	P [M] 08:28:09.883		
Juarez Costa (MDB-MT)	P [M] 08:46:34.140		
Julian Lemos (PSL-PB)	P [M] 09:06:50.106		
Júlio Cesar (PSD-PI)	P [M] 10:02:49.226		
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF)	P [M] 09:55:40.293		
Júlio Delgado (PSB-MG)	P [M] 10:23:17.126		
Juninho do Pneu (DEM-RJ)	P [M] 08:11:39.376		
Junio Amaral (PSL-MG)	P [M] 10:23:15.363		
Júnior Ferrari (PSD-PA)	P [M] 09:59:42.973		
Junior Lourenço (PL-MA)	P [M] 10:33:42.600		
Júnior Mano (PL-CE)	P [M] 12:54:03.790		
Juscelino Filho (DEM-MA)	P [M] 08:47:13.360		
Kim Kataguirí (DEM-SP)	P [M] 09:27:16.743		
Laercio Oliveira (PP-SE)	P [M] 11:59:39.450		
Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	P [M] 09:17:16.213		
Lauriete (PSC-ES)	P [M] 09:17:07.290		
Leandre (PV-PR)	P [M] 10:51:48.016		
Leda Sadala (AVANTE-AP)	P [M] 08:58:50.596		
Leo de Brito (PT-AC)	P [M] 10:12:33.863		
Léo Moraes (PODE-RO)	P [M] 12:39:14.973		
Léo Motta (PSL-MG)	P [M] 13:53:31.540		
Leonardo Monteiro (PT-MG)	P [M] 10:49:42.686		
Leônidas Cristino (PDT-CE)	P [M] 09:47:56.143		
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)	P [M] 09:00:53.740		
Lídice da Mata (PSB-BA)	P [M] 11:07:15.400		
Lincoln Portela (PL-MG)	P [M] 09:32:41.763		



Liziane Bayer (PSB-RS)	P [M] 09:04:33.713		
Loester Trutis (PSL-MS)	P [M] 13:53:13.086		
Lourival Gomes (PSL-RJ)	P [M] 10:39:13.883		
Lucas Gonzalez (NOVO-MG)	P [M] 10:25:39.163		
Lucas Redecker (PSDB-RS)	P [M] 08:29:43.730		
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)	P [M] 13:52:51.536		
Luciano Bivar (PSL-PE)	P [M] 10:26:39.136		
Luciano Ducci (PSB-PR)	P [M] 09:25:37.240		
Lucio Mosquini (MDB-RO)	P [M] 10:07:42.200		
Luis Miranda (DEM-DF)	P [M] 08:03:47.506		
Luis Tibé (AVANTE-MG)	P [M] 09:10:43.190		
Luisa Canziani (PTB-PR)	P [M] 13:47:53.470		
Luiz Carlos (PSDB-AP)	P [M] 14:00:30.250		
Luiz Carlos Motta (PL-SP)	P [M] 10:15:06.430		
Luiz Lima (PSL-RJ)	P [M] 10:25:49.280		
Luiz Nishimori (PL-PR)	P [M] 09:30:29.420		
Luiz P. O.Bragança (PSL-SP)	P [M] 10:49:03.013		
Luiza Erundina (PSOL-SP)	P [M] 10:43:52.750		
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ)	P [M] 09:45:21.406		
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR)	P [M] 13:50:36.973		
Magda Mofatto (PL-GO)	P [M] 10:52:26.880		
Major Fabiana (PSL-RJ)	P [M] 08:17:25.900		
Mara Rocha (PSDB-AC)	P [M] 08:12:29.363		
Marcel van Hattem (NOVO-RS)	P [M] 08:04:16.913		
Marcelo Álvaro (PSL-MG)	P [M] 10:25:34.770		
Marcelo Aro (PP-MG)	P [M] 11:33:53.106		
Marcelo Brum (PSL-RS)	P [M] 10:32:24.153		
Marcelo Freixo (PSOL-RJ)	P [M] 09:56:25.406		
Marcelo Moraes (PTB-RS)	P [M] 10:48:07.496		
Marcelo Nilo (PSB-BA)	P [M] 09:04:21.836		
Marcelo Ramos (PL-AM)	P [M] 13:32:20.776		
Marcio Alvino (PL-SP)	P [M] 10:00:40.223		
Márcio Biolchi (MDB-RS)	P [M] 08:04:00.696		
Márcio Labre (PSL-RJ)	P [M] 10:25:46.263		



Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA)	P [M] 09:04:41.026		
Marco Bertaiolli (PSD-SP)	P [M] 10:48:06.043		
Marcon (PT-RS)	P [M] 13:50:34.066		
Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	P [M] 11:41:54.540		
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 08:35:30.126		
Marcos Soares (DEM-RJ)	P [M] 13:19:00.243		
Margarete Coelho (PP-PI)	P [M] 08:31:17.076		
Maria do Rosário (PT-RS)	P [M] 11:38:46.410		
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 08:08:55.966		
Mariana Carvalho (PSDB-RO)	P [M] 09:36:43.956		
Marília Arraes (PT-PE)	P [M] 13:51:49.270		
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI)	P [M] 09:17:24.696		
Mário Heringer (PDT-MG)	P [M] 09:43:30.716		
MárioNegromonte Jr (PP-BA)	P [M] 09:38:22.303		
Marlon Santos (PDT-RS)	P [M] 14:14:38.770		
Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	P [M] 09:53:53.700		
Marx Beltrão (PSD-AL)	P [M] 08:33:26.046		
Maurício Dziedrick (PTB-RS)	P [M] 12:13:36.906		
Mauro Lopes (MDB-MG)	P [M] 09:22:57.346		
Mauro Nazif (PSB-RO)	P [M] 08:47:24.610		
Merlong Solano (PT-PI)	P [M] 10:13:31.020		
Miguel Lombardi (PL-SP)	P [M] 08:26:57.116		
Milton Coelho (PSB-PE)	P [M] 09:04:22.273		
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 09:10:26.300		
Misael Varella (PSD-MG)	P [M] 10:03:06.116		
Moses Rodrigues (MDB-CE)	P [M] 14:04:42.913		
Natália Bonavides (PT-RN)	P [M] 13:47:35.656		
Nelson Barbudo (PSL-MT)	P [M] 09:19:52.966		
Nereu Crispim (PSL-RS)	P [M] 08:23:16.160		
Neri Geller (PP-MT)	P [M] 12:19:20.870		
Neucimar Fraga (PSD-ES)	P [M] 09:03:50.883		
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)	P [M] 09:37:06.066		
Nicoletti (PSL-RR)	P [M] 08:20:17.840		



Nilson Pinto (PSDB-PA)	P [M] 09:02:10.430		
Nilto Tatto (PT-SP)	P [M] 10:58:59.543		
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	P [M] 08:21:17.686		
Norma Ayub (DEM-ES)	P [M] 08:44:45.420		
Odair Cunha (PT-MG)	P [M] 10:13:20.570		
Olival Marques (DEM-PA)	P [M] 09:38:29.240		
Orlando Silva (PCdoB-SP)	P [M] 13:51:58.193		
Osires Damaso (PSC-TO)	P [M] 09:06:18.480		
Osmar Terra (MDB-RS)	P [M] 09:37:17.363		
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)	P [M] 08:30:02.306		
Otavio Leite (PSDB-RJ)	P [M] 08:58:21.050		
Otoni de Paula (PSC-RJ)	P [M] 08:04:35.603		
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR)	P [M] 10:28:11.530		
Otto Alencar (PSD-BA)	P [M] 10:28:24.043		
Padre João (PT-MG)	P [M] 10:24:29.600		
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	P [M] 09:23:33.846		
Pastor Gil (PL-MA)	P [M] 09:27:47.540		
Pastor Isidório (AVANTE-BA)	P [M] 08:19:40.543		
Patrus Ananias (PT-MG)	P [M] 10:28:29.686		
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	P [M] 11:52:28.816		
Paulão (PT-AL)	P [M] 11:00:40.733		
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	P [M] 09:56:03.186		
Paulo Azi (DEM-BA)	P [M] 09:30:13.060		
Paulo Bengtson (PTB-PA)	P [M] 13:53:59.070		
Paulo Freire Costa (PL-SP)	P [M] 08:39:44.900		
Paulo Ganime (NOVO-RJ)	P [M] 10:04:08.870		
Paulo Guedes (PT-MG)	P [M] 10:19:20.543		
Paulo Magalhães (PSD-BA)	P [M] 09:03:29.243		
Paulo Martins (PSC-PR)	P [M] 10:38:34.970		
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	P [M] 14:25:09.953		
Paulo Pimenta (PT-RS)	P [M] 13:48:58.783		
Paulo Ramos (PDT-RJ)	P [M] 10:22:32.190		
Paulo Teixeira (PT-SP)	P [M] 10:25:54.316		
Pedro A Bezerra (PTB-CE)	P [M] 13:52:43.680		



Pedro Augusto (PSD-RJ)	P [M] 08:12:05.050		
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)	P [M] 13:50:29.520		
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)	P [M] 08:26:04.070		
Pedro Lupion (DEM-PR)	P [M] 10:26:46.613		
Pedro Uczai (PT-SC)	P [M] 11:07:11.726		
Pedro Vilela (PSDB-AL)	P [M] 08:17:17.883		
Pedro Westphalen (PP-RS)	P [M] 09:17:05.290		
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	P [M] 09:02:52.663		
Pinheirinho (PP-MG)	P [M] 09:00:17.130		
Policial Sastre (PL-SP)	P [M] 10:32:54.680		
Pompeo de Mattos (PDT-RS)	P [M] 13:51:22.003		
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 10:26:00.946		
Prof Marcivania (PCdoB-AP)	P [M] 11:27:43.800		
Profª Dorinha (DEM-TO)	P [M] 11:26:18.706		
Profª Rosa Neide (PT-MT)	P [M] 11:36:42.420		
Professor Alcides (PP-GO)	P [M] 10:19:19.200		
Professor Joziel (PSL-RJ)	P [M] 09:17:03.636		
Professora Dayane (PSL-BA)	P [M] 08:15:01.790		
Rafael Motta (PSB-RN)	P [M] 08:58:19.250		
Raimundo Costa (PL-BA)	P [M] 14:19:32.400		
Raul Henry (MDB-PE)	P [M] 13:50:52.566		
Reginaldo Lopes (PT-MG)	P [M] 13:51:18.410		
Rejane Dias (PT-PI)	P [M] 10:35:31.010		
Renata Abreu (PODE-SP)	P [M] 08:36:30.393		
Renildo Calheiros (PCdoB-PE)	P [M] 11:23:58.560		
Ricardo Barros (PP-PR)	P [M] 10:38:17.186		
Ricardo da Karol (PSC-RJ)	P [M] 08:13:06.410		
Ricardo Guidi (PSD-SC)	P [M] 10:26:00.040		
Ricardo Izar (PP-SP)	P [M] 09:35:49.986		
Ricardo Silva (PSB-SP)	P [M] 08:48:40.130		
Ricardo Teobaldo (PODE-PE)	P [M] 13:52:54.663		
Robério Monteiro (PDT-CE)	P [M] 08:09:25.063		
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 08:28:20.150		
Roberto de Lucena (PODE-SP)	P [M] 08:36:26.113		
Rodrigo Agostinho (PSB-SP)	P [M] 08:50:55.523		



Rodrigo Coelho (PSB-SC)	P [M] 08:21:16.766		
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)	P [M] 15:35:01.750		
Rodrigo Maia (DEM-RJ)	P [M] 10:27:36.376		
Rogério Correia (PT-MG)	P [M] 10:16:13.570		
Rogério Peninha (MDB-SC)	P [M] 09:26:29.960		
Roman (PATRIOTA-PR)	P [M] 09:40:34.776		
Ronaldo Carletto (PP-BA)	P [M] 10:09:02.830		
Rosana Valle (PSB-SP)	P [M] 08:43:50.780		
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)	P [M] 11:11:30.653		
Rose Modesto (PSDB-MS)	P [M] 10:09:42.046		
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)	P [M] 08:49:04.706		
Rubens Otoni (PT-GO)	P [M] 10:45:13.100		
Rui Falcão (PT-SP)	P [M] 11:15:38.830		
Ruy Carneiro (PSDB-PB)	P [M] 10:37:16.616		
Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	P [M] 12:00:18.123		
Samuel Moreira (PSDB-SP)	P [M] 10:28:16.646		
Sanderson (PSL-RS)	P [M] 10:11:56.440		
Santini (PTB-RS)	P [M] 09:11:02.313		
Sargento Fahur (PSD-PR)	P [M] 10:23:50.003		
Schiavinato (PP-PR)			
Sebastião Oliveira (AVANTE-PE)	P [M] 09:54:54.183		
Sérgio Brito (PSD-BA)	P [M] 10:32:27.983		
Sergio Souza (MDB-PR)	P [M] 08:52:46.056		
Sergio Toledo (PL-AL)	P [M] 09:52:30.383		
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)	P [M] 10:32:36.266		
Shéridan (PSDB-RR)	P [M] 08:34:39.300		
Sidney Leite (PSD-AM)	P [M] 08:13:20.176		
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	P [M] 09:58:39.173		
Silvia Cristina (PDT-RO)	P [M] 09:40:12.633		
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)	P [M] 11:34:32.280		
Soraya Santos (PL-RJ)	P [M] 08:50:45.866		
Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)	P [M] 08:25:49.693		
Stefano Aguiar (PSD-MG)	P [M] 10:50:36.233		
Stephanes Junior (PSD-PR)	P [M] 09:28:30.916		



SubtenenteGonzaga (PDT-MG)	P [M] 11:22:06.730		
Tabata Amaral (PDT-SP)	P [M] 10:29:11.803		
Tadeu Alencar (PSB-PE)	P [M] 10:28:20.086		
Talíria Petrone (PSOL-RJ)	P [M] 14:04:39.100		
Ted Conti (PSB-ES)	P [M] 08:50:45.630		
Tereza Nelma (PSDB-AL)	P [M] 10:20:56.610		
Tia Eron (REPUBLICANOS-BA)	P [M] 09:39:09.116		
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO)	P [M] 10:28:30.266		
Tiago Mitraud (NOVO-MG)	P [M] 08:14:27.616		
Tiririca (PL-SP)	P [M] 09:19:31.640		
Tito (AVANTE-BA)	P [M] 08:18:21.620		
ToninhoWandscheer (PROS-PR)	P [M] 09:54:51.013		
Túlio Gadêlha (PDT-PE)	P [M] 14:06:33.370		
Uldurico Junior (PROS-BA)	P [M] 09:59:53.410		
Vaidon Oliveira (PROS-CE)	P [M] 09:38:50.586		
Valdevan Noventa (PL-SE)	P [M] 08:34:23.126		
Valmir Assunção (PT-BA)	P [M] 10:27:00.593		
Vander Loubet (PT-MS)	P [M] 10:28:30.126		
Vanderlei Macris (PSDB-SP)	P [M] 10:03:37.806		
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA)	P [M] 10:17:44.260		
Vermelho (PSD-PR)	P [M] 10:25:59.056		
Vicentinho (PT-SP)	P [M] 11:56:26.090		
Vicentinho Júnior (PL-TO)	P [M] 10:30:03.410		
Vilson da Fetaemg (PSB-MG)	P [M] 08:56:24.123		
Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)	P [M] 08:59:22.580		
Vinicius Farah (MDB-RJ)	P [M] 08:29:17.213		
Vinicius Gurgel (PL-AP)	P [M] 08:26:07.913		
Vinicius Poit (NOVO-SP)	P [M] 10:35:07.536		
Vitor Hugo (PSL-GO)	P [M] 08:01:56.583		
Vitor Lippi (PSDB-SP)	P [M] 08:08:25.700		
Vivi Reis (PSOL-PA)	P [M] 12:33:00.840		
Waldenor Pereira (PT-BA)	P [M] 12:21:38.433		
Walter Alves (MDB-RN)	P [M] 10:27:54.030		
Weliton Prado (PROS-MG)	P [M] 10:37:39.810		



Wellington (PL-PB)	P [M] 13:52:46.786		
Wilson Santiago (PTB-PB)	P [M] 10:24:05.630		
Wolney Queiroz (PDT-PE)	P [M] 14:31:01.586		
Zé Carlos (PT-MA)	P [M] 10:27:04.456		
Zé Neto (PT-BA)	P [M] 08:14:42.930		
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG)	P [M] 10:27:46.993		
Zé Vitor (PL-MG)	P [M] 08:13:16.003		
Zeca Dirceu (PT-PR)	P [M] 11:56:14.073		

P = Presença contabilizada no quórum;

Pi = Presença contabilizada no quórum do início da reunião;

P* = Presença não contabilizada por ultrapassar o total de vagas do partido/bloco



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Boa noite.

O sistema acusa a participação de 503 Senhoras e Senhores Deputados nesta sessão.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia, com a discussão em globo de vetos.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Declaro aberta a Ordem do Dia.

Tem a palavra o Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma solicitação.

Em primeiro lugar, agradeço a participação efetiva dos Líderes de todas as correntes políticas neste acordo da sessão do Congresso Nacional desde segunda-feira, nas discussões em reuniões técnicas e em reuniões políticas com as Lideranças e na votação ocorrida no dia de hoje.

Sr. Presidente, no momento em que agradeço a V.Exa. e aos Líderes por toda a compreensão e esforço, eu quero revelar o resultado do Senado Federal, que V.Exa. vai ratificar aí, na votação do amplo acordo feito na Câmara, que foi mantido pelo Senado Federal. Por esse motivo mesmo, solicito a V.Exa. que as Lideranças possam fazer uma única orientação, já que vamos deliberar sobre matéria de consenso. Trata-se do voto que foi feito aqui e do voto que foi referendado no Senado.

Agradeço a todos.

Deixo registrado também a minha solidariedade, Sr. Presidente, às vítimas de hoje da COVID-19. Isso tem sido motivo de apreensão de todos nós, que tivemos um dia muito difícil, um dia de muito trabalho e de muita esperança na reversão desse quadro. Eu tenho certeza de que nós do Congresso, a população brasileira e o Executivo, unidos, podemos vencer esse grande desafio.

Agradeço a todos os funcionários da Liderança do Governo no Senado e na Câmara e aos Líderes da Oposição, que contribuíram muito para este dia de diálogo e de resultado positivo para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Líder Eduardo Gomes.

Nos termos do art. 106-A do Regimento Comum do Congresso Nacional, os vetos são discutidos em globo. Uma vez que todos os vetos foram amplamente discutidos na primeira etapa da sessão do Congresso Nacional, a discussão já está encerrada.

A Presidência informa que o Senado Federal rejeitou e a Câmara dos Deputados passa a apreciar os seguintes vetos: Veto nº 47, de 2020, item 2; Veto nº 56, de 2020; e Veto nº 2, de 2021, item 1.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos vetos, nos termos do acordo de Lideranças para a rejeição.

Quem vota conforme o acordo estabelecido pelos Líderes vota "não", pela rejeição dos vetos. Quem vota pela manutenção dos vetos vota "sim".

(Procede-se à votação.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu indago se podemos colocar "não" para todas as orientações de bancada. Há alguma objeção?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esses três vetos já foram apreciados no Senado. As propostas são originárias do Senado, e o Senado já derrubou esses vetos. Esses vetos são fruto de acordo, e nós, aqui na Câmara dos Deputados, vamos proceder da mesma forma. Vamos permitir que tanto o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST como o fundo de ciência e tecnologia sejam usados com a finalidade para a qual foram criados, assim como a questão do Brasduto será da forma como está no texto originado no Senado.

Portanto, acredito que o voto "não" atende a todos os Líderes, tanto do Governo como da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Eu permitirei a etapa dos inscritos para encaminhar.

Primeiramente, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Digníssimo Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Estamos ouvindo bem, Deputado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É uma honra, Presidente. Meus cumprimentos pela sua bela conduta.

Já que hoje fui chamado e não estava a postos, por um problema técnico, eu quero fazer meu pronunciamento concordando com o acordo, evidentemente, e dizendo o seguinte: a Esquerda brasileira bebe veneno e espera que Bolsonaro morra. Repito: a Esquerda brasileira bebe veneno e fica esperando Bolsonaro morrer. Digo isso por quê? Porque a Esquerda brasileira se envenena com os seus argumentos, que não têm fundamento, são falácias. Eles são mitômanos, mentem compulsivamente e acreditam nas suas mentiras. Ontem um Parlamentar disse que 22% das mortes por COVID no mundo eram de brasileiros. Fundamento zero! Não se cita fonte, não se tem argumento.

E o que eu peço também é uma sessão do Congresso... Na primeira sessão que tivemos neste ano na Câmara Federal, eu pedi ao Presidente Lira que fosse rigoroso no respeito ao decoro parlamentar. Nós temos que dar exemplo para o Brasil. Estamos vivendo momentos vergonhosos. E pedi ao Líder do PSL — eu sou Vice-Líder —, pedi ao Presidente Bivar, do PSL, que coloque no Conselho de Ética da Câmara Federal o pronunciamento de ontem do Deputado Paulão em que ele chamou várias vezes o Presidente Bolsonaro de genocida, várias vezes o provocou. Isso é um total desrespeito à liturgia do cargo, é total desrespeito ao Presidente da República. Nós Parlamentares temos que dar exemplo ao Brasil de civilidade.

Hoje vimos atritos também na CCJ, onde um Deputado do PT paulista, o Deputado Paulo, simplesmente disse que os seguidores de Bolsonaro também são genocidas. A que ponto estamos chegando, a que nível estamos chegando? Se a Esquerda não sabe, o maior genocida da história da humanidade chama-se Stalin, que é o maior ídolo do PCdoB. Comunistas e socialistas desta Casa, que idolatram Stalin, o maior genocida da humanidade, vêm chamar quem segue Bolsonaro de genocida?! Sabem o que é o significado de genocida? Estamos exterminando uma raça, uma religião, uma etnia, sem fundamento algum! Isso é falta de decoro. Peço a todos que apoiem, no Conselho de Ética, no mínimo, a suspensão do Deputado Paulão pelo que aconteceu ontem. Como não se pune, continuam falando "genocida", "genocida", num desrespeito vergonhoso.

Hoje, o debate que tivemos na CCJ foi para denegrir a imagem desta Casa. Eu combato diariamente aqui a Oposição e jamais ofendo a honra e a dignidade de ninguém. Argumento com combate ideológico, partidário, mas jamais usando palavras de baixo calão. Não podemos permitir isso. Quando eu digo que a



Esquerda bebe veneno e fica esperando Bolsonaro morrer, aí está outro motivo. Atacam a todo momento. Atacam o filho mais jovem do Presidente. Não têm argumentos para atacar, para fundamentar. Isso gera o descrédito, e o descrédito para um político é a divina decadência. É isso que está acontecendo.

Eu peço aos demais pares que mantenhamos o respeito nesta Casa, no Congresso. O mínimo que quem veio para esta legislatura como eu, cheio de vontade, com o sangue verde-amarelo na veia, querendo o melhor para o Brasil, espera — o mínimo! — é que se demonstre respeito aos cidadãos que estão nos assistindo.

Então, vai para o Conselho de Ética, com certeza, o Sr. Paulão, assim como qualquer um que chame o Presidente da República de genocida. Eles não sabem o significado de genocida. Stalin é o maior genocida da humanidade.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Zé Silva, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu. *(Pausa.)*

Pelo tempo de Liderança, tem a palavra o Deputado Otoni de Paula. *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, V.Exa. pode conceder 1 minuto para o Deputado Rogério Correia no momento oportuno?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, logo após a fala do Deputado Otoni de Paula.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna da reunião do Congresso Nacional para dizer aos Congressistas que aqui estão que nós temos a chance de entrar para a história como um Congresso reformista, que destravou o País com a aprovação imediata da reforma administrativa, sem atingir nenhum direito adquirido. Temos a chance de criar no Brasil um funcionalismo público baseado na meritocracia, para o qual a estabilidade será uma conquista, e não um luxo pré-adquirido de uma casta privilegiada da sociedade. A expectativa, para que os brasileiros saibam, é de que a reforma administrativa resulte em uma economia de mais de 300 bilhões de reais ao longo dos próximos 10 anos. Vamos logo atropelar o discurso do atraso que se faz neste plenário, que não deseja que o País seja destravado. É o discurso do quanto pior, melhor, de quem não pensa no amanhã; antes, só pensa em uma coisa: voltar ao poder em 2022 e voltar a lotear a máquina pública.

Por causa desse discurso, ontem, neste Plenário, Sr. Presidente, até a madrugada, eles lutaram contra o marco regulatório do gás natural. Veja se isto é possível! O marco regulatório do gás natural que esta Casa aprovou pode atrair investimentos da ordem de 50 bilhões a 60 bilhões de reais, com a produção de gás natural triplicando até 2030. Mas ficaram aqui com sensacionalismo, jogando o povo contra esta Casa, fazendo da triste realidade dos mortos pela pandemia seu palanque eleitoral, pois querem que o Brasil pare de avançar por conta da infeliz mortandade que não só o Brasil, mas o mundo todo está tendo que enfrentar.

Contra o vírus da COVID, a ordem do Governo Bolsonaro é: vacina, vacina e vacina. Mas contra o vírus do Custo Brasil, que mata tanto quanto a pandemia, a ordem do Governo Bolsonaro é: reformas, reformas e reformas.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar esses últimos minutos para manifestar desta tribuna os meus parabéns ao Governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que tem se mostrado um grande



líder neste momento de crise sanitária que nós estamos vivendo devido à pandemia. O Governador Cláudio Castro está conseguindo equacionar no Rio de Janeiro tanto a questão sanitária, de saúde pública, quanto a questão econômica do nosso País. Ele chamou o setor produtivo para um diálogo e editou decreto que organiza algumas coisas, que não fecha estabelecimentos, mas os mantém funcionando em horários especiais. E esse decreto não foi feito pelo Governador, foi feito em conjunto com quem faz a economia do Rio acontecer.

Parabéns ao Governador Cláudio Castro, que já declarou que, no que depender dele, o Rio não vai parar, não vai haver *lockdown*! É esse espírito que nós queremos para os Governadores do Brasil inteiro. Precisamos cuidar da crise sanitária, mas não podemos quebrar o Brasil.

Parabéns, Governador Cláudio Castro!

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço apenas que mude o voto do NOVO para "sim" no painel, por favor. O NOVO vota para manter os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Vinicius.

O NOVO orienta o voto "sim".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente, V.Exa. chamou o Deputado Pompeo de Mattos, e estou a postos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Vou retornar a V.Exa. em instantes.

Primeiro, vou passar a palavra ao Deputado Rogério Correia, pois eu havia me comprometido com ele.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Presidente, conforme o art. 14, gostaria de pedir a palavra.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, o Deputado Zé Silva também pede que seu nome seja inserido na lista.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a V.Exa. por me conceder 1 minuto. Se V.Exa. puder me conceder 2 minutos, agradecerei mais ainda a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Serão 2 minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Quero apenas dizer que, no acordo que foi firmado, nós não estabelecemos a derrubada dos dois vetos em relação à segurança de barragens. Embora o melhor fosse a derrubada desses vetos — eu não vou ter tempo para expô-los —, creio que é evidente que o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, pelo Congresso Nacional, já significou um grande avanço. E nós vamos, mais uma vez, solicitar a V.Exa. que possamos também aprovar definitivamente o projeto de lei que trata dos atingidos por barragens, já aprovado na Câmara e que está agora no Senado.

No caso da Vale, foram 272 mortes, e todo mundo em Minas sabe que a Vale é assassina, pois ela sabia dos riscos e podia ter evitado aquela chacina. E o Bolsonaro sabia dos riscos da pandemia? Com certeza, Bolsonaro sabia dos riscos, e é por isso que ele é genocida.

O que ocorre no Brasil não é vacina, vacina, vacina, e, sim, chacina, chacina, chacina. São 3.149 mortos hoje. Ora, primeiro temos de chorar por esses mortos. Mas isso só será resolvido no dia em que nós tirarmos Bolsonaro do Governo.

O Presidente Lula propôs hoje fazermos um apelo internacional, inclusive aos Estados Unidos, para reunir o grupo dos 20 países mais ricos e fazer uma vacinação justa no mundo. Isso, sim, é ser um Presidente, é ser um estadista, e não um covarde como o Presidente que nós temos, que se esconde dos problemas em vez de resolvê-los.

Como a Vale fez o Bolsonaro faz. Ele sabia dos riscos e não agiu. Por isso, ele é responsável por um



genocídio. O Presidente Bolsonaro é genocida! Isso tem que ser dito por todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Professor Joziel.

O SR. PROFESSOR JOZIEL (Bloco/PSL - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente e seletos Plenário.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a visita de dois ilustres Vereadores do Rio de Janeiro que recebemos esta semana. Eles aqui vieram conhecer de perto todo o trabalho que está sendo realizado na Câmara. Falo de Wellington Santos e Léo da Bomba.

Em segundo lugar, queremos fazer um grande agradecimento a toda a equipe técnica do Presidente Jair Bolsonaro, especialmente ao Ministro Tarcísio, por ter atendido o nosso clamor pela retirada do pedágio na Rodovia Santos Dumont, no Rio de Janeiro, pedágio que atrasou muito o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Magé.

Quero dar parabéns a todos os atores que participaram disso, especialmente ao Prefeito da cidade de Magé, bem como à população, que se empenhou incansavelmente nessa grande solução que vai trazer a reversão de todo o atraso que a cidade de Magé sofreu ao longo do tempo. Portanto, quero dar parabéns a todos e dizer: vitória para a cidade de Magé! Contem conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela excelente condução dos trabalhos nesta Casa.

Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Paulo Teixeira está com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo art. 14, venho a esta tribuna depois de um Deputado de nome Bibó Nunes dizer que vai apresentar representação contra mim no Conselho de Ética e pedir a suspensão do meu mandato por uma fala que fiz hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se ele fizer assim, será uma oportunidade para eu provar o que disse.

Eu disse que o Presidente da República é um genocida e dei os exemplos. Quais exemplos eu dei? O primeiro exemplo foi: a empresa Pfizer ofereceu 70 milhões de vacinas ao Governo brasileiro para o enfrentamento da COVID-19, e o Governo brasileiro não comprou as 70 milhões de doses da vacina que a Pfizer ofereceu.

O segundo exemplo que eu dei é que a empresa White Martins, antes da crise da falta de oxigênio em Manaus, mandou um *e-mail* ao Ministério da Saúde dizendo que precisava de logística para levar o oxigênio para lá, e não lhe foi oferecida logística.

Em terceiro lugar, o Presidente da República desestimulou o uso de máscara. Mesmo com todo o meio científico sabendo que o uso de máscara é fundamental para a diminuição do contágio da COVID, ele se apresentava em público sem máscara e chegou a criticar o uso dela.

Em quarto lugar, ele boicotou os Governadores e Prefeitos que pediam distanciamento social para fazer frente à COVID e diminuir o contágio. No mundo inteiro, o que aconteceu foi que o afastamento social é que diminuiu o contágio. Todas essas medidas o Brasil deveria ter aprendido com a China e com a Europa, e o Governo brasileiro as boicotou.

Então, se o Deputado Bibó Nunes me chamar à Comissão de Ética, eu vou elencar uma dúzia de cientistas brasileiros que vão comprovar o que eu disse. Inclusive, ele também verá um estudo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo demonstrando que uma série de decretos e uma série de pronunciamentos do Presidente da República fizeram aumentar a COVID no Brasil.

Por essa razão, eu quero dizer que, se o Deputado quiser me levar à Comissão de Ética, essa será



a minha oportunidade para chamar a comunidade científica brasileira para comprovar esses fatos. E, se ele quiser me levar a juízo, isso será uma segunda oportunidade para eu levar a comunidade científica brasileira para comprovar esses fatos. Eu não falei sem ter provas. Eu as tenho e quero apresentá-las.

Então, Deputado Bibio Nunes, por favor, leve-me à Comissão de Ética. Se quiser mover um processo, que o faça. Inclusive, eu convidarei o Senador Rodrigo Pacheco, um grande criminalista, para ser meu advogado. Vou constituí-lo como meu advogado para, junto comigo, poder responder ao Brasil sobre esses fatos que a comunidade científica já comprovou. Eu termino dizendo o seguinte: no final de semana, quando o Presidente Jair Bolsonaro convidou para assumir o Ministério da Saúde a Dra. Ludhmila...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Conclua, Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Estou concluindo. Ela disse o seguinte: *"Precisa fazer um lockdown"*. E o que disse o Presidente da República? *"Se fizer um lockdown, eu perco as eleições"*. Então, ele está mais concentrado nas eleições de 2022 do que na saúde do povo brasileiro.

É por essa razão que eu gostaria, seja num processo judicial, seja na Comissão de Ética, de chamar a comunidade científica brasileira para testemunhar e trazer as provas em relação a esta acusação que faço ao Presidente da República: Bolsonaro é um genocida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu quero agradecer aos colegas Parlamentares que votaram a favor da derrubada do Veto nº 36, para dar o socorro às famílias dos nossos médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, enfim, o pessoal da saúde que tombou na luta contra o coronavírus. Os faxineiros, os cozinheiros, o pessoal da lavanderia, os motoristas e até os vigilantes, muitos se infectaram e morreram. E agora vai haver essa justa indenização de 50 mil reais.

Esse projeto foi aprovado. Um dos projetos era meu, o Projeto de Lei nº 2.080, de 2020, construído coletivamente na Câmara dos Deputados. E eu fico muito feliz por isso, porque a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, enfim, deu uma resposta afirmativa. Lamentavelmente, o Presidente Bolsonaro não havia compreendido e vetou essa indenização, mas nós derrubamos o veto, em favor dos profissionais, dos nossos guerreiros que estão na linha de frente contra o coronavírus.

Eu quero dizer que chegamos a uma data fatídica: estamos chegando a mais de 300 mil mortos pelo coronavírus. E estamos num momento da pandemia dos mais graves, no qual o *lockdown* é exigido, no qual as medidas foram tomadas, mas não estão resolvendo. Por quê? Porque a pandemia realmente tomou conta.

Os médicos e os profissionais das ciências já diziam que haveria um dia, durante esta pandemia, em que não iria adiantar a pessoa ter dinheiro, porque, mesmo tendo dinheiro, não teria hospital; se tivesse hospital, não teria leito; se tivesse leito, não teria UTI. E aí as pessoas iriam todas morrer. Nós chegamos a essa hora, Presidente, lamentavelmente. E ainda mais: estão faltando remédios, medicamentos. O principal, que é a vacina, também não veio.

Por isso, não é demais dizer umas frases que eu carrego comigo. Se você é dono de bar ou de restaurante e quer vê-los cheios — todos queremos —, pressione por vacina. Se você tem uma escolinha particular e quer as crianças e os professores na sua escola, pressione por vacina. Quer ver o comércio aberto? Vamos abrir o comércio! Pressione por vacina. Quer ver a loja aberta? Vamos encher as academias? Pressione por vacina. Quer voltar a ter férias, com os hotéis lotados e o pessoal na piscina? Pressione por vacina. Você gosta de si mesmo e dos seus clientes, quer viver e quer que a sua família viva bem e dignamente, gosta dos seus clientes e quer protegê-los e fazer com que voltem à sua atividade comercial, pressione por vacina. Sabe por que tudo isso, Presidente? Porque o morto não come, o morto



não compra, o morto não bebe, o morto não dá lucro, o morto não faz nada. Ele morreu. Não queremos que as pessoas morram, queremos as pessoas com vida, para retomarmos a economia. Mas, para retomarmos a economia, precisamos ter saúde e vencer o coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Zé Silva.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Presidente Rodrigo Pacheco, eu gostaria de me inscrever, quando for possível, para falar pela Liderança do PDT.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente Rodrigo Pacheco. Quero primeiro falar da nossa alegria de estar representando a nossa Minas Gerais.

Este é um momento muito especial. Ao derrubar esse veto, estamos garantindo que a ANATER — Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tenha condição de ganhar musculatura para caminhar no sentido de aumentar o serviço de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares de todo o Brasil.

Segundo levantamento do IBGE, só 20% dos mais de 4 milhões e 100 mil agricultores brasileiros recebem assistência técnica e extensão rural. Já está provado e comprovado que o agricultor que tem assistência técnica aumenta em quatro vezes o valor bruto da sua produção por hectare por ano em relação ao que não tem.

Eu quero também agradecer especialmente ao colega Vinicius Poit a integração da Frente Parlamentar da Agropecuária. Numa parceria muito importante, conseguimos produzir um relatório sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que tem quase 36 bilhões de reais, que ficou parado desde os anos 2000 e que agora vai ter uma destinação. A ANATER vai poder contratar mais serviços.

Aquelas 3.500 localidades em todo o País que têm menos de 600 habitantes ficaram fora do leilão 5G. O Brasil, atrasado mais de 1 ano, lançou esse leilão, para que possamos ter acesso a essa tecnologia. Isso não só vai modernizar a nossa produção e interligar nossas máquinas, a chamada Internet das Coisas, mas também vai garantir que o meio rural, o campo, que fica sempre por último nas políticas públicas, também tenha oportunidade de ter a tecnologia da informação em favor da produção com sustentabilidade e melhorar a segurança no campo. Não é armando a população que nós vamos garantir paz no campo, mas colocando inteligência, estratégia e tecnologia da informação.

Presidente, quero agradecer a todos que participaram dessa caminhada.

Cumprimento o Ademar, que é Presidente da ANATER, o Diretor Marco Aurélio Santullo e toda a equipe da ANATER que nos ajudou a fazer o relatório. O Deputado Vinicius Poit apresentou o relatório para uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, mas foi vetado pelo Presidente da República. Hoje, estamos garantindo que a roça, o campo, tenha os mesmos direitos já conquistados pelas cidades no que tange à tecnologia da informação.

Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Darci de Matos.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da bancada do PSD, no tempo do PSD, eu quero afirmar com convicção a importância da discussão, do debate, sobretudo da aprovação da PEC 32, que se refere à reforma administrativa, reforma tão importante quanto a reforma da Previdência que fizemos e a reforma tributária que vamos fazer. Essas reformas vão desengessar o Brasil, vão proporcionar a retomada do crescimento econômico,



tão necessário no nosso País, principalmente devido à pandemia.

Estive com a Deputada Bia Kicis, Presidente da CCJ, e com o Ministro Paulo Guedes, e apresentamos um cronograma de trabalho. Como sou o Relator da admissibilidade dessa PEC na CCJ, pretendo realizar uma audiência pública na semana que vem para aprofundar o debate e apresentar o relatório no dia 30. Vamos cumprir o Regimento, é claro, é lógico, mas nós temos pressa, o Brasil tem pressa.

O Brasil precisa da reforma administrativa, porque essa reforma vai fortalecer o serviço público. O serviço público está atrasado, arcaico, oneroso, deficitário, não entrega um serviço de qualidade. Ele tem 30 anos: foi calcado na Constituição de 1988. Como vivemos novos tempos, novas tecnologias, precisamos modernizar o serviço público no Brasil para que venha a entregar um serviço de qualidade.

A economia que vamos fazer ao longo dos anos vai gerar recursos que vamos utilizar nas políticas públicas, no posto de saúde, nas escolas, para as pessoas carentes do nosso País.

Sr. Presidente, a reforma administrativa não atinge os servidores atuais. A reforma administrativa muda o vínculo dos servidores com o poder público e cria outros vínculos: por prazo determinado, por prazo indeterminado, de assessoramento ou liderança e, sobretudo, de carreira típica de Estado. Essa reforma é muito importante. Com certeza, vamos aprofundar seu debate na Comissão Especial.

Sr. Presidente, o Brasil tem que dar certo! O Brasil vai dar certo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza.

Este é um registro rápido. Houve um grande avanço hoje com o novo marco do saneamento. Eu faço questão de deixar um registro sobre pessoas que ajudaram esse processo. Primeiro, ele nasceu de um projeto do ex-Ministro Bruno Araújo, à época do Governo Michel Temer, depois de Presidente do PSDB. Depois, no Senado, foi liderado em um belo trabalho pelo Senador Tasso Jereissati. Na Câmara dos Deputados, foi conduzido sob a presidência do hoje Vice-Líder do Governo, o Deputado Evair Vieira de Melo, e sob a relatoria muito bem conduzida pelo meu colega Deputado Geninho Zuliani, também ex-Prefeito no interior do Estado de São Paulo. Logicamente, eu gostaria de fazer o registro de que o projeto foi conduzido agora pelo Governo e pelo competente Ministro Rogério Marinho.

Como houve grandes avanços e demandaram-se vários anos para que isso acontecesse, faço questão de deixar um registro sobre todos que lideraram esse processo para que ocorressem esses enormes avanços.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um comentário, porque eu vejo alguns Deputados de esquerda enaltecendo a atitude dos Estados Unidos em relação à compra de vacinas.

Pois bem, V.Exas. acham que é normal, que é ético, um país comprar 1 bilhão e 300 milhões de doses de vacinas, o que dá para vacinar três vezes a população adulta daquele país? V.Exas. acham que um país de Primeiro Mundo como esse está preocupado com o resto do mundo? O resto do mundo está morrendo de COVID-19, e vem um Deputado de esquerda enaltecer essa política dos Estados Unidos! Peço que me poupem, pelo amor de Deus!

Chegou ao ponto de a Organização Mundial da Saúde lançar uma frase: *"O mundo está à beira de falha moral catastrófica"*. Há países, como o Canadá, que compraram vacinas em quantidade que dá para vacinar três vezes a sua população, e há também países da Europa fazendo o mesmo. Lembrem: 70 países de baixa renda no mundo vão vacinar um em cada dez habitantes nos próximos anos.



E aí eu vejo neste plenário Deputados de esquerda enaltecendo uma atitude como a desses países de Primeiro Mundo. Isso é que se chama de genocídio. Eles são genocidas!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Wolney Queiroz.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Sras. e Srs. Congressistas.

Nós estamos aqui, na noite de hoje, para comemorar, para festejar a derrubada do Veto nº 48. Mas é importante que expliquemos um pouco para quem nos ouve e nos vê neste momento o que é esse Veto nº 48.

Na verdade, o Presidente da República, o Presidente Bolsonaro, vetou parte do texto que permitia que, no mínimo, 60% dos recursos advindos dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF fossem destinados aos professores, aos profissionais do magistério — os ativos, os inativos e os pensionistas. O Presidente da República vetou esse texto. E nós hoje, aqui, por consenso, por acordo, derrotamos esse veto.

Quero dizer que esse veto, primeiro, era absurdo, porque um veto só pode ser apostado se for por inconstitucionalidade ou se o Presidente da República entender que ele contraria o interesse público. Obviamente que esses 60% são direitos dos professores. Isso não é inconstitucional e muito menos contraria o interesse público. É de total interesse público que esses recursos sejam pagos aos docentes do Brasil inteiro. A decisão do TCU na qual o Presidente da República se baseava não pode se sobrepôr à lei ordinária que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. Portanto, aprovamos isso hoje, aqui, por consenso.

Mas é importante dizer também que nem sempre houve essa unanimidade. Houve gente que lutou muito tempo para que esses precatórios chegassem às mãos e aos bolsos dos docentes do Brasil. E o PDT — nossa bancada e eu pessoalmente — sempre esteve empenhado nesta luta. E graças à mobilização dos professores do Brasil inteiro, nós chegamos a esse acordo, a esse consenso. Foi a pressão popular — das pessoas, dos professores e dos profissionais de educação que estão na ponta, na luta do dia a dia — que conseguiu fazer com que nós tivéssemos Senadores e Deputados de todos os partidos, de todas as matizes ideológicas, votando pela derrubada desse veto hoje aqui. Portanto, os nossos parabéns aos professores e aos profissionais da educação de todo o Brasil! Contem sempre comigo, com este Parlamentar, enquanto coordenador da bancada de Pernambuco e enquanto Líder do PDT na Câmara dos Deputados. Contem sempre com a nossa bancada e com o nosso partido. Nós estaremos sempre na defesa da educação, na defesa efetiva da educação, na valorização dos profissionais da educação.

Nós sabemos que só com a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Bira do Pindaré. PSB - MA) - Presidente...

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Presidente, estou dentro do meu tempo de Líder, que é de 6 minutos. Eu usei apenas 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perdoe-me, Deputado Wolney Queiroz! Pode complementar a sua fala.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Muito obrigado.

Quero dizer que essa mobilização é que resultou nessa grande vitória no dia de hoje.



O PDT é um partido que sempre defendeu a educação. O PDT é um partido que sempre esteve ao lado dos professores e das causas dos professores. Na nossa bancada, por exemplo, entre outros, nós temos o Deputado Idilvan Alencar, que é um guerreiro nessa causa. Ele sempre defendeu a derrubada do Veto nº 48 e fez uma grande mobilização no Ceará.

Cada Deputado aqui recebeu uma mensagem no WhatsApp ou a manifestação de algum professor do Ceará. Professores do Brasil inteiro se mobilizaram, mas os professores do Ceará e de Pernambuco deram, realmente, um exemplo de mobilização. Graças a tudo isso, nós conseguimos essa vitória tão importante.

Por isso, eu faço questão de deixar ressaltada aqui, na noite de hoje, numa sessão do Congresso Nacional, essa grande vitória obtida pelos professores, obtida pela educação e pelo magistério de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni. (*Pausa.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Presidente, peço que me conceda o tempo quando possível.

A SRA. CAROLINE DE TONI (Bloco/PSL - SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, por gentileza, peço o tempo de Líder do PSL.

Presidente Rodrigo Pacheco, no dia 14 de março, agora nesta semana, o comentarista político Caio Coppolla lançou um abaixo-assinado invocando a população brasileira — inclusive esse abaixo-assinado foi dirigido a V.Exa. — para que V.Exa. aprecie uma denúncia de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes por possível crime de responsabilidade.

Essa petição, Excelência, em 2 dias, em apenas 2 dias, atingiu a marca de praticamente 2 milhões e 500 mil pessoas que a assinaram, porque querem — elas expressam a manifestação popular — que seja apreciado pelo Senado Federal, a quem cumpre julgar e processar crimes de responsabilidade de Ministros do Supremo Tribunal Federal, se houve ou não abuso na condução ou nos atos e nas atitudes do Ministro Alexandre de Moraes.

E por que, Excelência, foi escolhida a data de 14 de março? No dia 14 de março, a abertura do inquérito das *fake news* completou 2 anos, um verdadeiro inquérito do fim do mundo que não foi distribuído. Ele ofendeu o princípio do juiz natural.

Não há fato específico a ser investigado nesse inquérito, porque, ao mesmo tempo, o Ministro é investigador, acusador e julgador da causa. Esse inquérito fere o sistema acusatório, porque — é aquilo que acabei de dizer — ele investiga, ele atua em todos os papéis ao mesmo tempo. Isso sem falar que sequer temos um consenso conceitual, quanto mais jurídico sobre o que são *fake news*, ou seja, não é algo tipificado como crime pelo ordenamento jurídico brasileiro.

E não bastasse tudo isso, no dia 16 de abril de 2019, a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, determinou o arquivamento do inquérito. Como ela era titular da ação penal, o parecer dela deveria ter sido acatado.

Muito embora esse inquérito tenha sido chancelado pelos Ministros por 10 votos a 1, isso não o torna um inquérito legal ou constitucional.

Além desses fatos que corroboram muito eventuais abusos, que devem ser analisados segundo o devido processo legal, no ano passado, nós também tivemos o inquérito dos atos antidemocráticos. Foi uma verdadeira afronta ao próprio posicionamento anterior do Supremo Tribunal Federal, que voltou a aplicar a malfadada Lei de Segurança Nacional, uma lei de 1983, do regime militar. E os Ministros resolveram então, ignorando seu próprio entendimento, aplicar essa lei, determinando quebra de sigilo, perseguindo as pessoas.



Presidente, nós temos uma missão constitucional a cumprir. Nós temos que viver num Estado Democrático de Direito em que haja efetiva harmonia entre os três Poderes. Nós não podemos viver sem isso. Algo que nos preocupa muito é que seja instalada — se já não está — uma verdadeira ditadura do Poder Judiciário.

Ora o Poder Judiciário invade a nossa competência, legislando por meio de ativismo judicial; ora eles governam, impedindo o Presidente da República de agir.

Então, a minha fala hoje é sobre as vozes, as assinaturas das pessoas. Em 2 dias, 2 milhões e meio de pessoas clamaram a V.Exa., como Presidente do Senado, e a todos nós, representantes do povo brasileiro, que seja analisada com cuidado essa petição, esse pedido, essa denúncia de *impeachment* feita pelo Senador Jorge Kajuru e também por outros Senadores, como o Senador Eduardo Girão.

É como disse Ruy Barbosa: “*A pior ditadura é a do Poder Judiciário, pois contra ela não há a quem recorrer.*”

Então nós queremos, Presidente, que haja o sistema de freios e contrapesos estabelecido, que ele seja cumprido no Brasil, e que nós exerçamos o nosso papel quando a corda esticar. Queremos uma efetiva harmonia: que cada um fique no seu quadrado e cumpra o seu papel constitucional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Resultado da votação: SIM, 18 Deputados; NÃO, 457 Deputados; total, 475. **(Lista de votação - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Estão rejeitados todos os vetos.

Os vetos vão à promulgação.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 11 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 3ª, 4ª E 5ª SESSÕES

EXPEDIENTE

Constatação de erro material



A Presidência comunica que foram encontrados erros materiais no projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41 de 2020, aprovado na sessão do Congresso Nacional do dia 16 de novembro de 2020. Nos termos do artigo 325, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum do Congresso Nacional, comunico ao Plenário que a Presidência encaminhou novo autógrafo à sanção corrigindo as inconsistências, que serão publicadas na forma regimental.



Prejudicialidade



Está prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 25 de 2020, nos termos do art. 334, I do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, por haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 167, §2º, da Constituição Federal, tendo em vista o encerramento do exercício financeiro de 2020.

A matéria vai ao Arquivo.

- Projeto de Lei nº 25, de 2020-CN: “Altera a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, e a Lei nº 14.008, de 2 de junho de 2020, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e autoriza a contratação de operações de crédito.”



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Vetos nºs 56/2019; 30, 35 a 59/2020 e 1 a 5/2021





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja consignado nos anais o meu voto pela manutenção de todos os itens contidos no Veto 56/ 2019, que trata do pacote anticrime, e que serão submetidos ao Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Acho importante manter estes Vetos, pois acredito que derruba-los prejudicaria o já tão combalido enfrentamento a corrupção em nosso País. Estes Vetos foram aplicados às mudanças feitas pelos Parlamentares ao texto original do Projeto, e estas alterações pretendidas, no meu entender, fragilizavam as operações de combate a contraventores.

Sala das Reuniões, 17 de março de 2021.

Senador Eduardo Girão
(PODEMOS - CE)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Silvio Costa Filho** – Republicanos/PE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, com base no Parágrafo único, do Art. 182 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o meu voto contrário ao Veto Parcial 48/2020, itens 005 a 007 ao Projeto de Lei Nº 1581, de 2020 (PRECATÓRIOS) "Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991", apreciado na Sessão Conjunta do Congresso Nacional Virtual de 17 de março de 2021.

Sala das Comissões, 17 de março de 2021.

DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO
REPUBLICANOS/PE

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 402 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215.5402/3402 – dep.silviocostafilho@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTIDO LIBERAL

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

DECLARO QUE, na sessão do Congresso Nacional do dia 17/03/2021, na votação em globo do **Veto 55** manifesto o voto **NÃO**, portanto contrário a manutenção do mesmo e da orientação partidária.

Sala das Sessões, 17 de março de 2020.



Deputado LUIZ CARLOS MOTTA
PL-SP



Marcos Aurélio Pereira

De: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Enviado em: quarta-feira, 17 de março de 2021 17:19
Para: SEAAD - Lista de servidores efetivos lotados em SERVIÇO DE APOIO DE ADMINISTRATIVO; SEAAD - Lista de chefes titulares de SERVIÇO DE APOIO DE ADMINISTRATIVO; SEAAD - Lista de chefes substitutos de SERVIÇO DE APOIO DE ADMINISTRATIVO
Assunto: ENC: Declaração de Voto

De: Dep. JUNIOR LOURENÇO [mailto:dep.juniorlourenco@camara.leg.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de março de 2021 17:12
Para: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional <slcn@senado.leg.br>
Assunto: Declaração de Voto

Boa tarde

De ordem do dep. Junior Lourenço, encaminho este e-mail informando a seguinte declaração de voto:

Declaro que na Sessão do Congresso Nacional **iniciada às 10h24**, votei conforme a orientação partidária nas seguintes votações abaixo:

Vetos: nº 56/2019 – nº 37 a 42,45 e 46/2020 – nº 48/2020 – nº 49/2020 – nº 52/2020 – nº 53ª55/2020 – nº 57/2020 – nº 59/2020 – nº 01/2020 – nº 4/2021 – nº 05/2021

· Votação dos vetos com acordo para MANUTENÇÃO: **votei SIM.**

Att,
Walker santos*
Assessoria de Orçamento
dep. Junior Lourenço - PL/MA
(61) 3215-5513
***(61) 98107-1030**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 016/2020/GAB/JOICE

Brasília, 17 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Declaração por Voto Escrito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante a COVID-19, os vetos que não forem destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada (NÃO) e outro pela manutenção (SIM). Tal procedimento impede, diferentemente do sistema de cédulas, que o parlamentar se manifeste individualmente sobre cada item a ser deliberado dentro de cada veto, havendo flagrante ofensa ao direito de voto individual de cada parlamentar.

Por tais motivos, com base nos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), solicito o registro de voto escrito **contrário** (SIM) ao bloco de votação pela derrubada dos vetos, aos seguintes itens, **para a sua manutenção**:

- **Veto Parcial nº 52, de 2020 (Alterações no Código de Trânsito Brasileiro – CTB) – Itens 008 e 013.** Tais itens preveem que para o profissional médico e psicólogo que realize exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica tenham título de






CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

especialista em medicina de trânsito, criando verdadeira reserva de mercado;

- Veto Parcial nº 57, de 2020 (Alterações na Lei de Falências – Itens 003 e 004). Os dispositivos estabeleciam que caso o plano de recuperação judicial aprovado envolvesse alienação judicial, o objeto da alienação estaria livre de quaisquer ônus e não haveria sucessão do arrematante nas obrigações do devedor de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista. Tal disposição é contrária ao interesse público, em especial o combate à corrupção.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**
Deputada Federal PSL/SP

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C B 2 1 1 9 5 7 2 0 2 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 015/2020/GAB/JOICE

Brasília, 17 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

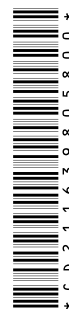
Assunto: Declaração por Voto Escrito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante a COVID-19, os vetos que não forem destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada (NÃO) e outro pela manutenção (SIM). Tal procedimento impede, diferentemente do sistema de cédulas, que o parlamentar se manifeste individualmente sobre cada item a ser deliberado dentro de cada veto, havendo flagrante ofensa ao direito de voto individual de cada parlamentar.

Por tais motivos, com base nos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), solicito o registro de voto escrito **contrário (NÃO)** ao bloco de votação pela manutenção dos vetos, aos seguintes itens, **para a sua derrubada**:

- Veto Parcial nº 56, de 2019 (Pacote Anticrime) – Itens 012 a 019. Determina que o Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa;






CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

- Veto Parcial nº 37, de 2020 (Medidas emergenciais para a aviação civil em razão da pandemia) – Itens 001 a 005.
Liberação de recursos do FGTS aos aeronautas e aeroviários.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**
Deputada Federal PSL/SP

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C B 2 1 1 6 3 9 8 0 5 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 018/2020/GAB/JOICE

Brasília, 17 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Declaração por Voto Escrito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante a COVID-19, os vetos que não forem destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada (NÃO) e outro pela manutenção (SIM). Tal procedimento impede, diferentemente do sistema de cédulas, que o parlamentar se manifeste individualmente sobre cada item a ser deliberado dentro de cada veto, havendo flagrante ofensa ao direito de voto individual de cada parlamentar.

Por tais motivos, com base nos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), solicito o registro de voto escrito **contrário** (SIM) ao bloco de votação pela derrubada dos vetos, ao item abaixo, **para a sua manutenção**:

- **Veto Parcial nº 48/20 (Regras para o pagamento com desconto de Precatórios Federais – Itens 006 e 007)**. Tais itens afastam a incidência da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os templos de qualquer culto, bem como prevê a nulidade das autuações realizadas de forma retroativa, estendendo a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'b', da Constituição



CD/21191.91958-00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

da República, por meio do caráter interpretativo da norma proposta, implicando em renúncia de receitas.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputada Federal PSL/SP

CD/21191.91958-00



**CONGRESSO NACIONAL****DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO****Veto 55/2020**

Senhor Presidente,

Diante das limitações da sistemática da votação em globo na sessão virtual do Congresso Nacional do dia 17/03/2021, não pude manifestar meu voto contrário à manutenção do Veto 55/2020, motivo pelo qual solicito a Vossa Excelência que fique consignada essa minha manifestação em que DECLARO meu voto NÃO ao Veto 55/2020.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Assinatura manuscrita em tinta azul, apresentando traços fluidos e uma forma ovalada característica.

Deputado Capitão Augusto

PL/SP





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMÁRIO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado meu voto **NÃO** ao **Veto 36 de 2020**, deliberado na Sessão do Congresso Nacional no dia 17 de março de 2021.

Sala das Sessões, 22 e março de 2021

Respeitosamente,

ROMÁRIO
Senador da República – PODE/RJ

Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Gab. 11, Subsolo – Senado Federal
CEP: 70165-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3303.6517/6519 – FAX: (61) 3303.6520
sen.romario@senado.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS**DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO****VETO PARCIAL Nº 48/2020**
Subitem 48.20.005

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o parágrafo único do artigo 182 do RICD, **DECLARO QUE**, na votação nominal do **subitem 48.20.005**, referente ao parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 14.057/2020 (texto do dispositivo vetado: "Os repasses de que trata o caput deste artigo deverão obedecer à destinação originária, inclusive para fins de garantir pelo menos 60% (sessenta por cento) do seu montante para os profissionais do magistério ativos, inativos e pensionistas do ente público credor, na forma de abono, sem que haja incorporação à remuneração dos referidos servidores"), constante do **Veto Parcial nº 48/2020**, realizada na Sessão Conjunta do Congresso Nacional do dia 17/03/2021, **votei NÃO**.

Sala das sessões, em 19 de março de 2021.

Deputado Paulo Azi
DEM/BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU – PL/PI

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Nos termos do parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, nas votações dos vetos , realizada na Sessão Deliberativa Extraordinária (VIRTUAL) do dia 17/03/2021, declaro que votei SIM aos vetos, e na votação do LDO para 2021 votei não, conforme orientação partido.

Informo que foi necessário encaminhar declaração escrita devoto, nos termos regimentais, pelo motivo a seguir.

1) Indisponibilidade de acesso à internet.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2021.

Deputado **CAPITÃO FÁBIO ABREU – PL/PI**



REQ
00003/2021

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO
(Do Sr. General Peternelli)

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL DE
17/03/2021 – *Destinada à deliberação dos Vetos nºs*
56 de 2019, 30 de 2020, 35 a 59 de 2020 e 1 a 5 de
2021, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1
de 2021 e do Projeto de Resolução nº 1 de 2021.

CD/21664.20499-00

Senhor Presidente,

DECLARO QUE na votação nominal dos VETOS – REJEIÇÃO – VETO 56/2019 9ITENS 001 A 011, 020 E 022 A 024); VETO 36/2020; VETO 44/2020; VETO 48/2020 (ITENS 005 A 007); VETO 52/2020 (ITENS 008, 012 E 013); VETO 57/2020 (ITENS 002 A 013); VETO 59/2020 (ITENS 001 A 005, 007, 011 A 023); VETO 3/2021; E VETO 5/2021 (ITENS 001 A 014), **realizada na Sessão (VIRTUAL) do dia 17/03/2021, votei “NÃO”, acompanhando a orientação do Partido PSL e do GOVERNO.** Por provável falha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) e/ou no acesso à internet o meu voto não foi computado.

Sala de Sessões, em 17 de março 2021.

Deputado GENERAL PETERNELLI (PSL/SP)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

REQUERIMENTO N.º , de 2021

(Do Sr. Rodrigo Agostinho – PSB/SP)

Requer o registro do voto “NÃO”, pela derrubada do VETO PARCIAL Nº 56, DE 2019 - Veto 56.19.021.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos regimentais, requero o registro do meu voto “**NÃO**”, pela **derrubada do VETO PARCIAL Nº 56, DE 2019** - Veto 56.19.021 (Pacote Anticrime), em razão da impossibilidade de consigná-lo no sistema de votação remota, que ocorreu na 3ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, no dia 17/03/2021.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2021.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO
PSB/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTIDO LIBERAL

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, na votação nominal da Sessão do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados (virtual) em 17 de março de 2021, no item: VETOS – VOTAÇÃO EM GLOBO com vistas à Manutenção dos seguintes Vetos:

Veto nº 56/2019 (itens 012 a 019) / Veto nº 37 a 42, 45 e 46/2020 / Veto nº 48/2020(itens 01 a 04) / Veto nº 49/2020 / Veto nº 52/2020 (itens 001 a 007 e 009 a 011) / Veto nºs 53 a 55/2020 / Veto 57/2020 (itens 001 a 014) / Veto nº 59/2020 (itens 006,008 a 010, e 024 a 215) / Veto nº001/2021/ Veto nº 4/2021 (itens 001 a 007, 013, 016 e 019) / Veto n 5/2020 (itens 017 a 023.

Votei **SIM**, conforme orientação partidária.

Informo que foi necessário encaminhar declaração escrita devoto, nos termos regimentais, pelo motivo a seguir:

Indisponibilidade de acesso a internet.

Sala das Sessões, 17 de março de 2020.

Deputado JOÃO MAIA

PL/RN.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

Brasília, 18 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Assunto: **Justificativa de Falta nas Sessões Deliberativas de 17/03/2021.**

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, cordialmente, venho pelo presente solicitar que sejam abonadas as ausências nas votações de ontem, 17/03, quarta-feira, dos Deputados do Republicanos abaixo relacionados, em razão de problemas de conexão ao Sistema de Deliberação Remoto – SDR.

3ª SESSÃO CONJUNTA – 17/03 – 10h24

1. Vetos - Manutenção - Veto nº 56/2019 (itens 012 a 019); Veto nº 30/2020 (itens 001 a 007, 010 a 015, 017 e 018); Veto nº 37 a 42, 45 e 46/2020; Veto nº 48/2020 (itens 01 a 04); Veto nº 49/2020; Veto nº 52/2020 (itens 001 a 007 e 009 a 011); Vetos nºs 53 a 55/2020; Veto nº 57/2020 (itens 001 e 014); Veto nº 59/2020 (itens 006; 008 a 010; e 024 a 215); Veto nº 4/2021 (itens 001 a 007, 013, 016 e 019); Veto nº 5/2021 (itens 017 a 023)

ALINE GURGEL
DR. GONÇALO



2. Vetos - Rejeição - Veto 56/2019 (itens 001 a 011, 020 e 022 a 024); Veto 36/2020 ; Veto 44/2020; Veto 48/2020 (itens 005 a 007); Veto 52/2020 (itens 008, 012 e 013); Veto 57/2020 (itens 002 a 013); Veto 59/2020 (itens 001 a 005, 007, 011 a 023); Veto 3/2021; e Veto 5/2021 (itens 001 a 014)

CAPITÃO ALBERTO NETO

SILVIO COSTA FILHO

TIA ERON

3. DTQ Veto Parcial 56/2019 - Dispositivo 56.19.021 - Pacote Anticrime

DR. GONÇALO

JOÃO CAMPOS

JULIO CESAR RIBEIRO

SILAS CÂMARA

4. DTQ Veto Parcial 30/2020 - Dispositivos 30.20.008 a 30.20.009 - Alterações no marco legal do saneamento básico

SEVERINO PESSOA

VAVÁ MARTINS

5. DTQ Veto Parcial 59.20 - Dispositivo 59.20.010 - PP-CD - - LDO para 2021

ALINE GURGEL

HUGO MOTTA

SILAS CÂMARA

5ª SESSÃO CONJUNTA – 17/03 – 19h25

1. Vetos - Rejeição veto nº 47/2020 (item 002); veto nº 56/2020; veto nº 2/2021 (item 001)

VINICIUS CARVALHO



Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Hugo Motta**

Líder do Bloco Parlamentar

PSL, PL, PP, PSD, REPUBLICANOS, PTB, PROS, PODE, PSC, AVANTE e
PATRIOTA





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 1, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 59.20.018, constante do VET nº 59/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO (Bancada do MDB no Senado Federal)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque do item 59.20.018, do Veto Parcial nº 59 de 2020.**

Sala das Sessões,

EDUARDO BRAGA

Líder do MDB





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 2, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 04.21.008, constante do VET nº 4/2021.

AUTORIA: Líder do PSDB Rodrigo de Castro (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)



DESTAQUE DE BANCADA

Requer destaque para votação em separado.

Requeiro, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para votação em separado** do item 04.21.008 constante da Ordem do Dia da sessão conjunta do dia 17/03/2021.

Sala das Sessões, 16 de março de 2021

DEP. RODRIGO DE CASTRO
LÍDER DO PSDB

A FAVOR





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 3, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 04.21.014; 04.21.015; 04.21.017 e 04.21.018, constantes do VET nº 4/2021.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, de 2021-CN

DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termo do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado dos dispositivos **04.21.014** (inciso I do "caput" do art. 26); **04.21.015** (inciso II do "caput" do art. 26); **04.21.017** (§ 2º do art. 26) e **04.21.018** (§ 3º do art. 26) do **Veto n. 4 de 2021** que dispõe sobre Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Senador PAULO ROCHA

Líder do PT





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 4, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 51.20.001 e 51.20.002, constantes do VET nº 51/2020.

AUTORIA: Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, de 2021-CN

DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termo do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado dos dispositivos **51.20.001** (inciso II do § 2º do art. 17 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, com a redação dada pelo art. 2º do projeto) e **51.20.002** (art. 17-D da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, com a redação dada pelo art. 4º do projeto) do **Veto n. 51 de 2020** que dispõe sobre Segurança de Barragens.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Senador PAULO ROCHA

Líder do PT





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 5, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 59.20.018, constante do VET nº 59/2020.

AUTORIA: Líder do DEM Efraim Filho (DEM/PB)



[Página da matéria](#)



DESTAQUE DE BANCADA
DEM – Câmara dos Deputados

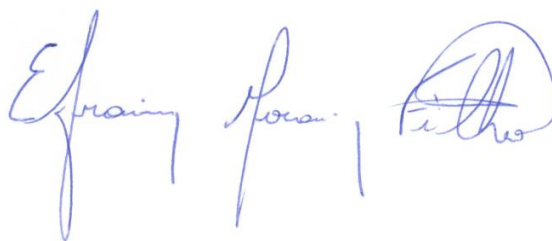
Ao senhor

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum, combinado com o parágrafo único do art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, **destaque** para apreciação no painel eletrônico do **subitem 59.20.018, constante do Veto Parcial nº 59/2020** (LDO para 2021).



Dep. Efraim Filho
LÍDER do DEM na Câmara





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 6, DE 2021

Destaque para votação em separado do VET nº 35/2020.

AUTORIA: Líder do PT Arlindo Chinaglia (PT/SP)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido dos Trabalhadores
Assessoria de Plenário



REQUERIMENTO DE DESTAQUE
(DESTAQUE DE BANCADA)

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do Veto 35/2020.

Sala das Sessões, de março de 2021

Deputado ARLINDO CHINAGLIA

Deputado CARLOS ZARATTINI

Deputado BOHN GASS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 7, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 30.20.008 e 30.20.009, constantes do VET nº 30/2020.

AUTORIA: Líder do PT Arlindo Chinaglia (PT/SP)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido dos Trabalhadores
Assessoria de Plenário



REQUERIMENTO DE DESTAQUE
(DESTAQUE DE BANCADA)

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do Veto 30/2020 (itens 30.20.008 e 30.20.009).

Sala das Sessões, de março de 2021

Deputado ARLINDO CHINAGLIA

Deputado CARLOS ZARATTINI

Deputado BOHN GASS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 8, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 30.20.008 e 30.20.009, constantes do VET nº 30/2020.

AUTORIA: Líder do PSB Danilo Cabral (PSB/PE)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional destaque para votação em separado do veto nº **30/2020, itens 8 e 9** - relativo ao “*Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.*”

Sala das Sessões, em 17/03/2021.

Dep. Danilo Cabral

Líder do PSB

Proponente: Líder ou vice-líder

Página 2 de 2

Avulso do RQN 8/2021.





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 9, DE 2021

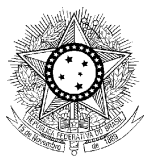
Destaque para votação em separado dos itens 05.21.015 e 05.21.016, constantes do VET nº 5/2021.

AUTORIA: Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)



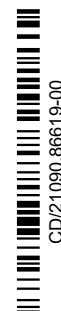
[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Requer destaque para
votação em separado.



Senhor Presidente,

Nos termos do art.106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeiro destaque para votação em separado dos itens **05.21.015 e 05.21.016** (art. 17 caput e parágrafo único) do **Veto Parcial de nº 5, de 2021**, constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021

Deputado Alex Manente
Líder do CIDADANIA

A Favor:

Arnaldo Jardim





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 10, DE 2021

Destaque para votação em separado do VET nº 36/2020.

AUTORIA: Líder do PSB Danilo Cabral (PSB/PE)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado..

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional destaque para votação em separado do veto nº **36/2020**, relativo ao “*Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, que "Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949"*”.

Sala das Sessões, em 17/03/2021.

Dep. Danilo Cabral**Líder do PSB**

Proponente: Líder ou vice-líder

Página 2 de 2

Avulso do RQN 10/2021.





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 11, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 04.21.002 a 04.21.006, constantes do VET nº 4/2021.

AUTORIA: Líder do PDT Wolney Queiroz (PDT/PE)



[Página da matéria](#)



Marcos Aurélio Pereira

De: [SDR] Liderança PDT <sdr.lid.PDT@camara.leg.br>
Enviado em: quarta-feira, 17 de março de 2021 09:26
Para: Requerimentos CN
Cc: Flavio Pinheiro Nunes
Assunto: DESTAQUE DE BANCADA VETO 4

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Art. 106-D, I, "b" do Regimento Comum, destaque para votação em separado dos **Subitens 04.21.002 ao 04.21.006** do Veto 4/21.

Respeitosamente,

Wolney Queiroz
Líder





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 12, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 56.19.021, constante do VET nº 56/2019.

AUTORIA: Líder do NOVO Vinicius Poit (NOVO/SP)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Requeiro, nos termos do art. 106-D, inciso I, alínea “a” do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** do veto parcial 26.19.021.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2020

**DEP. VINICIUS POIT
(NOVO/SP)
Líder do Partido NOVO**





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 13, DE 2021

Destaque para votação em separado dos itens 30.20.008, 30.20.009 e 30.20.016, constantes do VET nº 30/2020.

AUTORIA: Líder do PCdoB Renildo Calheiros (PCdoB/PE)



[Página da matéria](#)



Marcos Aurélio Pereira

De: [SDR] Liderança PCdoB <sdr.lid.PCdoB@camara.leg.br>
Enviado em: quarta-feira, 17 de março de 2021 10:10
Para: Requerimentos CN
Assunto: Destaque Veto 30/20

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado dos ITENS 30.20.008, 30.20.009, 30.20.016 referentes ao Veto parcial 30/20

Inscrever favorável.

Dep. Renildo Calheiros
Líder do PCdoB





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 14, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 50.20.018, constante do VET nº 50/2020.

AUTORIA: Líder do PL Wellington Roberto (PL/PB)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido da República

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO

Do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PROS, PTB, PODE, PSC, AVANTE, PATRIOTA - Bloco Parlamentar PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PROS, PTB, PODE, PSC, AVANTE, PATRIOTA na Câmara dos Deputados

(Veto 50/2020)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 50 do RCCN, **destaque** para a votação em separado do **veto nº 50/2020** item 18 constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2021.

Deputado Wellington Roberto
Vice-líder do bloco

Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação.





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 15, DE 2021

Destaque para votação em separado do item 59.20.010, constante do VET nº 59/2020.

AUTORIA: Deputado Federal Cacá Leão (PP/BA)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

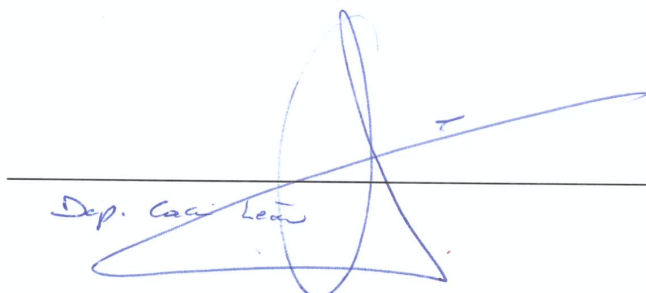
REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Requer, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, destaque do veto para apreciação no painel eletrônico.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 106-D do Regimento Comum **destaque para apreciação no painel eletrônico do Veto nº 59.20.010.**

Sala das Sessões, em de de 2019.


Dep. Caci Leão

RCCN

Art. 106-D. Até o início da Ordem do Dia, poderá ser apresentado destaque de dispositivos individuais ou conexos para apreciação no painel eletrônico, a requerimento de líderes, que independerá de aprovação pelo Plenário, observada a seguinte proporcionalidade.



Marcos Aurélio Pereira

De: Carlos Eduardo de Souza Braga
Enviado em: quarta-feira, 17 de março de 2021 13:36
Para: Requerimentos CN
Cc: Tatiana Fátima Araújo
Assunto: RETIRADA DE REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Boa tarde.

Solicito a retirada do Requerimento de Destaque do item 59.20.018 ao Veto Parcial n 59 de 2020.

Atenciosamente,

Senador **Eduardo Braga - MDB/AM**
Líder do MDB no Senado



Marcos Aurélio Pereira

De: [SDR] Liderança DEM <sdr.lid.DEM@camara.leg.br>
Enviado em: quarta-feira, 17 de março de 2021 13:26
Para: Requerimentos CN
Assunto: Retirada de Destaque de Bancada - DEM da Câmara.
Anexos: DESTAQUE DE BANCADA Congresso - Veto 59.docx

Prezados,

Solicito a **retirada do Destaque** de Bancada do DEM da Câmara dos Deputados, em anexo, referente ao **subitem 59.20.018, constante do Veto Parcial nº 59/2020** (LDO para 2021).

Dep. Efraim Filho
Líder do DEM

De: [SDR] Liderança DEM
Enviado: quarta-feira, 17 de março de 2021 00:13
Para: REQUERIMENTO.CONGRESSO@SENADO.LEG.BR
Assunto: Destaque de Bancada - DEM da Câmara.

Ao senhor
Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum, combinado com o parágrafo único do art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, **destaque** para apreciação no painel eletrônico do **subitem 59.20.018, constante do Veto Parcial nº 59/2020** (LDO para 2021).

Em anexo, segue o requerimento de destaque assinado.

Dep. Efraim Filho
LÍDER do DEM na Câmara



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

Vetos - Manutenção - Veto nº 56/2019 (itens 012 a 019);Veto nº 30/2020 (itens 001 a 007, 010 a 015, 017 e 018);Veto nº 37 a 42, 45 e 46/2020;Veto nº 48/2020 (itens 01 a 04);Veto nº 49/2020;Veto nº 52/2020 (itens 001 a 007 e 009 a 011);Vetos nºs 53 a 55/2020;Veto nº 57/2020 (itens 001 e 014);Veto nº 59/2020 (itens 006; 008 a 010; e 024 a 215);Veto nº 4/2021 (itens 001 a 007, 013, 016 e 019);Veto nº 5/2021 (itens 017 a 023)

Votação iniciada em:17/03/2021 13:46:45 - Votação encerrada em:17/03/2021 14:13:39

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
463	443	20	0	0	463

PSL	Sim	PDT	Sim	PCdoB	Sim
PT	Sim	SOLIDARIEDADE		PATRIOTA	
PL	Sim	PROS		PV	Sim
PP	Sim	PTB		REDE	
PSD	Sim	PODE	Sim	Maioria	Sim
MDB	Sim	PSOL	Sim	Minoria	
PSDB	Sim	PSC	Sim	Oposição	
REPUBLICANOS	Sim	NOVO	Sim	Governo	
PSB	Sim	AVANTE	Sim		
DEM	Sim	CIDADANIA	Sim		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN

Ordenado por: Nome

513 vagas

PLEN

513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Sim	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Sim	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Sim	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Sim
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim	Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Sim



Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Sim
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Sim	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Sim
Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Sim
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Sim	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Sim
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)		Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP)	
André de Paula (PSD-PE) -votou	Sim	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA) -votou	Sim
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Sim	Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Sim
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA)		Átila Lins (PP-AM) -votou	Sim
Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Sim
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Sim
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Sim
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Sim
Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim	Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Sim
Beto Rosado (PP-RN) -votou	Sim	Bia Cavassa (PSDB-MS)	
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim
Bilac Pinto (DEM-MG)		Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim
Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Sim	Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Sim
Bozzella (PSL-SP) -votou	Sim	Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Sim
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim	Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim



Carlos Bezerra (MDB-MT) -votou	Sim	Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Sim
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Sim	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Sim
Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Sim	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Sim
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim	Celina Leão (PP-DF) -votou	Sim
Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim	Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Sim
Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Celso Sabino (PSDB-PA)	
Cezinha Madureira (PSD-SP)		Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Sim	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim	Christino Aureo (PP-RJ)	
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Sim	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim
Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Sim	Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim
Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim	Danilo Forte (PSDB-CE)	
Danrlei (PSD-RS)		Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Sim
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Sim
DeAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Sim	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Sim	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Sim	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Sim
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Sim
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Dr. Gonçalves (REPUBLICANOS-MA)	
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Sim	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim



Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Sim
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Sim	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Sim
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Sim	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Sim
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim	Elmar Nascimento (DEM-BA)	
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Sim	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim
Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim	Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim	Eros Biondini (PROS-MG)	
EuclydesPettersen (PSC-MG) -votou	Sim	Evair de Melo (PP-ES) -votou	Sim
Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim	Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim
Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim	Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim
Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim	Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Sim
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Sim
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim	FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Sim
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Sim	FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Sim
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Sim	Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Sim	Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Não
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Sim	Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim
Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim	Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Sim
Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim	Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim	Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Sim
General Girão (PSL-RN) -votou	Sim	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Sim	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Sim
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Sim
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Sim
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Sim



Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Gorete Pereira (PL-CE) -votou	Sim	Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim
Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Sim	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim
Guilherme Mussi (PP-SP)		Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim
Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Sim	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Sim
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Sim
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim
Hélio Leite (DEM-PA)		Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Sim
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Sim	HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim
Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Sim	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Sim	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Sim
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim	Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim
Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim	Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Sim	Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Sim	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não
Jerônimo Goergen (PP-RS)		Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Sim
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Sim
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João Maia (PL-RN)	
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Sim	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Sim
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Sim
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim
José Airtton (PT-CE) -votou	Sim	José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Sim	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Sim
José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim	José Nunes (PSD-BA) -votou	Sim
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim
José Rocha (PL-BA) -votou	Sim	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Sim	Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Sim
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Sim
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Sim	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim



Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim
Junior Lourenço (PL-MA)		Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA)		Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
Lauriete (PSC-ES) -votou	Sim	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Sim
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE)	
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Sim	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Sim	Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Sim
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Sim
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Sim	Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Sim
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim	Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Sim
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Sim
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Mara Rocha (PSDB-AC)	
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Sim
Marcelo Aro (PP-MG)		Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Sim
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim
Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim	Marcon (PT-RS) -votou	Sim
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Sim	Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Sim	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Sim
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim	Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim	Mário Heringer (PDT-MG)	
MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim	Marlon Santos (PDT-RS)	



Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim	Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Sim
Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Sim
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Coelho (PSB-PE) -votou	Sim
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim
Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim	Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Sim	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim
Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim	Neucimar Fraga (PSD-ES) -votou	Sim
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Sim	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim	Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Sim
Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim	Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Sim	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim
Otávio Leite (PSDB-RJ) -votou	Sim	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Sim	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Sim	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Sim	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim
Paulão (PT-AL) -votou	Sim	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Sim
Paulo Azi (DEM-BA)		Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Sim
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim	Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim	Paulo Ramos (PDT-RJ)	
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Sim
Pedro Augusto (PSD-RJ) -votou	Sim	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Sim	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Sim	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Prof Marcivanias (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim



Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Sim	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA)	
Raul Henry (MDB-PE) -votou	Sim	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim
Ricardo da Karol (PSC-RJ) -votou	Sim	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Sim
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ) -votou	Sim
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Sim
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Sim	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim
Rubens Otoni (PT-GO)		Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS) -votou	Sim	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Sim
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Sim	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Sim
Shéridan (PSDB-RR) -votou	Sim	Sidney Leite (PSD-AM)	
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim	Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim	Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Sim
Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) -votou	Sim	Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Sim
Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Sim	Subtenente Gonzaga (PDT-MG) -votou	Sim
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Sim
Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim	Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Sim
Toninho Wandscheer (PROS-PR) -votou	Sim	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim



Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Sim	Vermelho (PSD-PR) -votou	Sim
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Sim
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim
Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Sim	Wellington (PL-PB) -votou	Sim
Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Sim	Wolney Queiroz (PDT-PE)	
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Sim	Zé Vitor (PL-MG)	
Zeca Dirceu (PT-PR)			



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

Vetos - Rejeição - Veto 56/2019 (itens 001 a 011, 020 e 022 a 024); Veto 36/2020 ; Veto 44/2020; Veto 48/2020 (itens 005 a 007); Veto 52/2020 (itens 008, 012 e 013); Veto 57/2020 (itens 002 a 013); Veto 59/2020 (itens 001 a 005, 007, 011 a 023); Veto 3/2021; e Veto 5/2021 (itens 001 a 014)

Votação iniciada em:17/03/2021 14:15:22 - Votação encerrada em:17/03/2021 14:38:07

Quórum votação					
460	Sim 19	Não 439	Abstenção 2	Obstrução 0	Total de votantes 460

PSL	Não	PDT	Não	PCdoB	
PT	Não	SOLIDARIEDADE		PATRIOTA	Não
PL	Não	PROS		PV	Não
PP	Não	PTB		REDE	Não
PSD	Não	PODE	Não	Majoria	Não
MDB	Não	PSOL	Não	Minoria	
PSDB	Não	PSC		Oposição	Não
REPUBLICANOS	Não	NOVO	Sim	Governo	Não
PSB	Não	AVANTE	Não		
DEM	Não	CIDADANIA	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN

Ordenado por: Nome

513 vagas

PLEN

513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Não
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Não	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Não
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não	Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não
Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Não



Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não
Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Não	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA)	
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE)	
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Não	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Não	Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não	Átila Lins (PP-AM) -votou	Não
Átila Lira (PP-PI) -votou	Não	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Não
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não
Beto Faro (PT-PA) -votou	Não	Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não
Beto Rosado (PP-RN) -votou	Não	Bia Cavassa (PSDB-MS)	
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não
Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não	Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Abstenção
Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não	Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	
Bozzella (PSL-SP) -votou	Não	Bruna Furlan (PSDB-SP)	
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)		Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Não
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não
Carlos Bezerra (MDB-MT)		Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não



Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não
Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Não
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Celina Leão (PP-DF) -votou	Não
Célio Moura (PT-TO) -votou	Não	Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não
Célio Studart (PV-CE) -votou	Não	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Celso Sabino (PSDB-PA)	
Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não	Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não	Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não
Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não	Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não
Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não	Danilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não
Danrlei (PSD-RS)		Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Não	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM)	
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não



Edio Lopes (PL-RR) -votou	Não	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Abstenção
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enio Verri (PT-PR) -votou	Não	Enrico Misasi (PV-SP)	
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não	Eros Biondini (PROS-MG)	
EuclydesPettersen (PSC-MG)		Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não
Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não	Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não
Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não	Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não
Fábio Trad (PSD-MS)		Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Não
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Não	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não	FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não	FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não	Filipe Barros (PSL-PR)	
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não	Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Não
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não	Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não
Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não	Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não
Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Não	Fred Costa (PATRIOTA-MG)	
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não	Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP)	
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não	Giacobo (PL-PR)	
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Não



Gorete Pereira (PL-CE) -votou	Não	Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não
Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não
Guilherme Mussi (PP-SP)		Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não
Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não
Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim	Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Não
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não	HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não
Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não	Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não
Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não	Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)		Israel Batista (PV-DF) -votou	Não
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não
Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não	Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA)		João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João Maia (PL-RN) -votou	Não
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Aírton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA) -votou	Não	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não	Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não



Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguirí (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Não
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Não	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Não
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)		Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Não
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR)		Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Não	Mara Rocha (PSDB-AC)	
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não
Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não	Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não	Marcon (PT-RS) -votou	Não
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não	Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não	Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não	Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Não
MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não	Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não
Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Não	Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não



Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Coelho (PSB-PE)	
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não
Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não	Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não
Neri Geller (PP-MT) -votou	Não	Neucimar Fraga (PSD-ES) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Niito Tatto (PT-SP) -votou	Não
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não
Odair Cunha (PT-MG) -votou	Não	Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Otávio Leite (PSDB-RJ) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim
Paulão (PT-AL) -votou	Não	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Sim
Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim	Paulo Bengtson (PTB-PA)	
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não	Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não
Pedro Augusto (PSD-RJ) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Não
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Não	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS)		Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivanía (PCdoB-AP) -votou	Não	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não



Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Não	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não
Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Não
Ricardo da Karol (PSC-RJ) -votou	Não	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Não	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Não
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não
Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não	Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não	Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)		Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Não
SóstenesCavalcante (DEM-RJ) -votou	Não	Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não
Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não	SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Não
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não
Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Não	Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA)	
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Não	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Não	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não



Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Não
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não
Welliton Prado (PROS-MG) -votou	Não	Wellington (PL-PB)	
Wilson Santiago (PTB-PB)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Não
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Não	Zé Neto (PT-BA) -votou	Não
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG)	
Zeca Dirceu (PT-PR)			



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

1 - DTQ Veto Parcial 56/2019 - Dispositivo 56.19.021 - Pacote Anticrime

Votação iniciada em:17/03/2021 14:40:02 - Votação encerrada em:17/03/2021 14:57:15

Quórum votação					
413	Sim 99	Não 313	Abstenção 1	Obstrução 0	Total de votantes 413

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN Ordenado por: Nome

513 vagas

PLEN 513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Não
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não	Afonso Hamm (PP-RS)	
Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Não
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não
Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO)		Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim
Alencar S. Braga (PT-SP)		Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim
Altineu Côrtes (PL-RJ)		Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim



Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Não	Antonio Brito (PSD-BA)	
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA)		Átila Lins (PP-AM) -votou	Não
Átila Lira (PP-PI) -votou	Não	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Baleia Rossi (MDB-SP)	
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não
Beto Faro (PT-PA) -votou	Não	Beto Pereira (PSDB-MS)	
Beto Rosado (PP-RN) -votou	Não	Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não
Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não	Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Não
Boca Aberta (PROS-PR)		Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não
Bozzella (PSL-SP) -votou	Não	Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não	Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Não
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim
Carlos Bezerra (MDB-MT) -votou	Não	Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não
Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Sim	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP)	
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)		Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Celina Leão (PP-DF) -votou	Não
Célio Moura (PT-TO) -votou	Não	Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não
Célio Studart (PV-CE) -votou	Não	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Celso Sabino (PSDB-PA)	
Cezinha Madureira (PSD-SP)		Charles Fernandes (PSD-BA)	
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não



Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim	Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim
Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não	Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não
Daniilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não	Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não
Danrlei (PSD-RS)		Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não	David Soares (DEM-SP)	
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Não	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)	
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)		Dr. Gonçalves (REPUBLICANOS-MA)	
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Sim	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ)	
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA)		Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim	Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enio Verri (PT-PR) -votou	Não	Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Não
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não	Eros Biondini (PROS-MG)	



EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Sim	Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não
Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não	Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não
Fabio Reis (MDB-SE)		Fabio Schiochet (PSL-SC)	
Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não	Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Não
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Sim
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não	FernandaMelchionna (PSOL-RS)	
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não	FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não	Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não	Flávia Moraes (PDT-GO)	
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não	Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não
Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não	Francisco Jr. (PSD-GO)	
Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim	Fred Costa (PATRIOTA-MG)	
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não	Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)	
General Girão (PSL-RN) -votou	Sim	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Sim	Geovania de Sá (PSDB-SC)	
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não	Giacobo (PL-PR) -votou	Não
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNascimento (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO)	
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Não
Gorete Pereira (PL-CE) -votou	Sim	Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não
Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Sim	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não
Guilherme Mussi (PP-SP)		Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim
Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não
Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não	Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Não
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não	HermesParcianello (MDB-PR)	



Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não	Igor Kannário (DEM-BA)	
Igor Timo (PODE-MG)		Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Não	Israel Batista (PV-DF) -votou	Não
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não
Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Abstenção	Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO)	
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João Maia (PL-RN) -votou	Não
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Sim
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Sim
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA) -votou	Não	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não	Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB)	
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF)	
Júlio Delgado (PSB-MG)		Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA)		Kim Kataguirí (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE)		Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Não
Léo Moraes (PODE-RO)		Léo Motta (PSL-MG) -votou	Sim
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Não
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim



Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Sim	Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR)		Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Sim
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Não
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não
Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não	Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS)	
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Marco Bertaiolli (PSD-SP)		Marcon (PT-RS) -votou	Não
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não	Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI)	
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Mariana Carvalho (PSDB-RO)		Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não	Mário Heringer (PDT-MG)	
MárioNegromonte Jr (PP-BA)		Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim
Marreca Filho (PATRIOTA-MA)		Marx Beltrão (PSD-AL)	
Maurício Dziedrick (PTB-RS)		Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Coelho (PSB-PE)	
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não
Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não	Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim
Neri Geller (PP-MT)		Neucimar Fraga (PSD-ES)	
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Não
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não



Odair Cunha (PT-MG)		Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Otavio Leite (PSDB-RJ)		Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	
Paulão (PT-AL) -votou	Não	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não
Paulo Azi (DEM-BA)		Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não	Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ)	
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não
Pedro Augusto (PSD-RJ)		Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não	Pedro Lupion (DEM-PR)	
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Não
Pedro Westphalen (PP-RS)		Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Não	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivania (PCdoB-AP) -votou	Não	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Sim	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Não	Raimundo Costa (PL-BA)	
Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR)	
Ricardo da Karol (PSC-RJ) -votou	Sim	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP)		Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ)	



Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Sim
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS)	
Santini (PTB-RS)		Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não
Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não	Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)		Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Não
SóstenesCavalcante (DEM-RJ) -votou	Sim	Stefano Aguiar (PSD-MG)	
Stephanes Junior (PSD-PR)		SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Sim
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não
Talíria Petrone (PSOL-RJ)		Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Sim	Túlio Gadêlha (PDT-PE)	
Uldurico Junior (PROS-BA)		Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Não	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Não
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não
Wellton Prado (PROS-MG) -votou	Não	Wellington (PL-PB)	
Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Não	Wolney Queiroz (PDT-PE)	



Zé Carlos (PT-MA) -votou

Não

Zé Neto (PT-BA) -votou

Não

Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou

Não

Zé Vitor (PL-MG) -votou

Não

Zeca Dirceu (PT-PR)

Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

2 - DTQ Veto Parcial 30/2020 - Dispositivos 30.20.008 a 30.20.009 - Alterações no marco legal do saneamento básico

Votação iniciada em:17/03/2021 15:20:18 - Votação encerrada em:17/03/2021 15:50:28

Quórum votação					
462	Sim 292	Não 169	Abstenção 1	Obstrução 0	Total de votantes 462

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN Ordenado por: Nome 513 vagas

PLEN 513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Sim	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Sim	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Sim
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não	Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Sim
Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Sim
Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Não	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Sim
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Sim
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Sim	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Sim	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim



Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP) -votou	Sim
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Sim	Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA)		Átila Lins (PP-AM) -votou	Sim
Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Sim
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Sim
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não
Beto Faro (PT-PA) -votou	Não	Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não
Beto Rosado (PP-RN) -votou	Sim	Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Sim
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim
Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Sim	Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Não
Boca Aberta (PROS-PR)		Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não
Bozzella (PSL-SP) -votou	Sim	Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim	Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim
Carlos Bezerra (MDB-MT) -votou	Sim	Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Sim
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Sim	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Sim
Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Sim	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Não
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)		Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Celina Leão (PP-DF) -votou	Sim
Célio Moura (PT-TO) -votou	Não	Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não
Célio Studart (PV-CE) -votou	Não	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Celso Sabino (PSDB-PA)	
Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Sim	Charles Fernandes (PSD-BA)	
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não



Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não	Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim
Cristiano Vale (PL-PA)		Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Sim
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim
Daniilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não	Daniilo Forte (PSDB-CE)	
Danrlei (PSD-RS) -votou	Sim	Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Sim
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não	David Soares (DEM-SP)	
DelAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Abstenção	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Sim	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Sim	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Sim	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Sim
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA) -votou	Sim
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Sim	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Sim
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Sim	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Sim
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Sim	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim
Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não	Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Sim
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA)	
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Sim	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim
Enio Verri (PT-PR)		Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não	Eros Biondini (PROS-MG)	



EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Não	Evair de Melo (PP-ES) -votou	Sim
Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não	Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim
Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim	Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim
Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim	Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Sim
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não	FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Sim	FernandoMonteiro (PP-PE)	
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Sim	Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Sim	Flávia Morais (PDT-GO) -votou	Não
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Sim	Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim
Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim	Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não
Franco Cartafina (PP-MG)		Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não	Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Sim
General Girão (PSL-RN) -votou	Sim	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Sim	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Sim
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não	Giacobo (PL-PR) -votou	Sim
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
GilbertoNascimento (PSC-SP) -votou	Sim	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Sim
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Não
Gorete Pereira (PL-CE) -votou	Sim	Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim
Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Sim	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim
Guilherme Mussi (PP-SP)		Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim
Gustavo Fruet (PDT-PR)		Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Sim
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Sim	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Sim
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim
Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim	Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Sim
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Sim	HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim



Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Sim	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Sim	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Sim
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não	Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim
Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim	Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Sim	Israel Batista (PV-DF) -votou	Não
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Sim	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Sim
Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Sim	Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João Maia (PL-RN) -votou	Sim
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Sim	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Sim
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Sim
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Sim
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Sim
José Priante (MDB-PA) -votou	Não	José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA) -votou	Sim	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA)		Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Sim
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Sim
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Sim	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Sim	Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Sim	Kim Kataguirí (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
Lauriete (PSC-ES) -votou	Sim	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Não
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Sim
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não	Leônidas Cristino (PDT-CE)	
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Sim	Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Não
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim



Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Sim
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Sim
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Sim	Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim	Luiz Carlos (PSDB-AP)	
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Não
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Sim
Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim	Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Sim
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim
Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim	Marcon (PT-RS) -votou	Não
Marcos A. Sampaio (MDB-PI)		Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Sim	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Sim
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim	Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não	Mário Heringer (PDT-MG)	
MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim	Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim
Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim	Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Sim
Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Sim
Mauro Nazif (PSB-RO)		Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Coelho (PSB-PE) -votou	Não
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim
Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim	Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Sim	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim
Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim	Neucimar Fraga (PSD-ES)	
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)		Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim	Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Não
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não



Odair Cunha (PT-MG) -votou	Não	Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Sim	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim
Otávio Leite (PSDB-RJ) -votou	Sim	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Sim	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim
Paulão (PT-AL) -votou	Não	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Sim
Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim	Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Sim
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não	Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Sim
Pedro Augusto (PSD-RJ) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não
Pinheirinho (PP-MG)		Policia! Sastre (PL-SP) -votou	Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Prof Marcivan!a (PCdoB-AP) -votou	Não	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Sim	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Não	Raimundo Costa (PL-BA)	
Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim
Ricardo da Karol (PSC-RJ) -votou	Sim	Ricardo Guidi (PSD-SC)	
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Sim	Rodrigo Maia (DEM-RJ) -votou	Não



Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Sim
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS) -votou	Sim	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Sim	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)	
Shéridan (PSDB-RR)		Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Sim
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim	Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Sim
SóstenesCavalcante (DEM-RJ)		Stefano Aguiar (PSD-MG)	
Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Sim	SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Não
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não
Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Não	Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Sim
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não
Uldurico Junior (PROS-BA)		Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA)		Vermelho (PSD-PR) -votou	Sim
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Não
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim
Welliton Prado (PROS-MG) -votou	Não	Wellington (PL-PB)	
Wilson Santiago (PTB-PB)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Não



Zé Carlos (PT-MA) -votou**Não****Zé Neto (PT-BA)** -votou**Não****Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG)** -votou**Sim****Zé Vitor (PL-MG)****Zeca Dirceu (PT-PR)** -votou**Não**

Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

6 - DTQ Veto Parcial 59.20 - Dispositivo 59.20.010 - PP-CD - - LDO para 2021

Votação iniciada em:17/03/2021 15:55:04 - Votação encerrada em:17/03/2021 16:07:24

Quórum votação					
438	Sim 27	Não 411	Abstenção 0	Obstrução 0	Total de votantes 438

PSL	Não	PDT	Não	PCdoB	
PT	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PROS		PV	
PP	Não	PTB		REDE	Não
PSD	Não	PODE	Não	Maioria	Não
MDB	Não	PSOL	Não	Minoria	Não
PSDB	Não	PSC	Não	Oposição	Não
REPUBLICANOS	Não	NOVO	Sim	Governo	Não
PSB	Não	AVANTE			
DEM	Não	CIDADANIA	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN Ordenado por: Nome 513 vagas

PLEN 513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Não
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Não
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não	Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não
Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não



Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)		Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE)		André Ferreira (PSC-PE) -votou	Não
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Não	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Não	Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não	Átila Lins (PP-AM) -votou	Não
Átila Lira (PP-PI) -votou	Não	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Balela Rossi (MDB-SP) -votou	Não
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não
Beto Faro (PT-PA) -votou	Não	Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não
Beto Rosado (PP-RN) -votou	Não	Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não
Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não	Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Não
Boca Aberta (PROS-PR)		Bohn Gass (PT-RS)	
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	
Bozzella (PSL-SP) -votou	Não	Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não	Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Não
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não
Carlos Bezerra (MDB-MT) -votou	Não	Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não



Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Sim
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Celina Leão (PP-DF)	
Célio Moura (PT-TO) -votou	Não	Célio Silveira (PSDB-GO)	
Célio Studart (PV-CE) -votou	Não	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Celso Sabino (PSDB-PA)	
Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não	Charles Fernandes (PSD-BA)	
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não	Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não
Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não	Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não
Danilo Cabral (PSB-PE)		Danilo Forte (PSDB-CE)	
Danrlei (PSD-RS) -votou	Não	Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DelAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Não	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não	Edílazio Junior (PSD-MA) -votou	Não
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Não	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não



Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA)		Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Não
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)		Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enio Verri (PT-PR) -votou	Não	Enrico Misasi (PV-SP)	
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não	Eros Biondini (PROS-MG)	
EuclidesPettersen (PSC-MG)		Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não
Exedito Netto (PSD-RO) -votou	Não	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não	Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não
Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não	Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não
Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não	Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Não
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não	FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não	FernandoMonteiro (PP-PE)	
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não	Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não	Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Não
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não	Flávio Nogueira (PDT-PI)	
Flordelis (PSD-RJ)		Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não
Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Não	Fred Costa (PATRIOTA-MG)	
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não	Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não	Giacobo (PL-PR)	
Gil Cutrim (PDT-MA)		Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP) -votou	Não	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE)	
Gorete Pereira (PL-CE)		Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não



Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não
Guilherme Mussi (PP-SP)		Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não
Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não
Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não	Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Não
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não	HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não
Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)	
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não	Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não
Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não	Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Não	Israel Batista (PV-DF) -votou	Não
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não
Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não	Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João Maia (PL-RN) -votou	Não
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA) -votou	Não	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim
JosimarMaranhãozi (PL-MA)		Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE)	



Juscelino Filho (DEM-MA)		Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Não
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Não	Léo Motta (PSL-MG)	
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Não
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)		Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Não
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luís Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR)		Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O. Bragança (PSL-SP)	
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Não	Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Não
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não
Marcelo Aro (PP-MG)		Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS)	
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS)	
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não	Marcon (PT-RS) -votou	Não
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não	Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI)	
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não	Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não	Mário Heringer (PDT-MG)	
MárioNegromonte Jr (PP-BA)		Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não
Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Não	Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não
Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não	Mauro Lopes (MDB-MG)	



Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Coelho (PSB-PE) -votou	Não
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Misael Varella (PSD-MG)	
Moses Rodrigues (MDB-CE)		Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não
Neri Geller (PP-MT) -votou	Não	Neucimar Fraga (PSD-ES) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Niito Tatto (PT-SP) -votou	Sim
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não
Odair Cunha (PT-MG) -votou	Não	Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Otávio Leite (PSDB-RJ) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ)	
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim
Paulão (PT-AL) -votou	Não	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não
Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não	Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não	Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não
Paulo Martins (PSC-PR)		Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não
Pedro Augusto (PSD-RJ) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Não
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não
Pinheirinho (PP-MG)		Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivanias (PCdoB-AP) -votou	Não	Profª Dorinha (DEM-TO)	
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN)		Raimundo Costa (PL-BA)	



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR)	
Ricardo da Karol (PSC-RJ) -votou	Não	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP) -votou	Não	Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Não	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ) -votou	Não
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Não
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não	Rosangela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Ottoni (PT-GO) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB)		Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS)	
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não
Shéridan (PSDB-RR)		Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)		Sílvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Não
SóstenesCavalcante (DEM-RJ) -votou	Não	Stefano Aguiar (PSD-MG)	
Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não	SubtenenteGonzaga (PDT-MG)	
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não
Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Não	Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não
Uldurico Junior (PROS-BA)		Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Não	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Não
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não
Welliton Prado (PROS-MG) -votou	Não	Wellington (PL-PB) -votou	Não
Wilson Santiago (PTB-PB)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Não
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Não	Zé Neto (PT-BA) -votou	Não
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Não		





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 43/2020, 47/2020 (itens 001, 003 a 025), 58/2020 e 2/2021 (item 002)

Matéria **VETOS GLOBO**

Início Votação **17/03/2021 17:58:12**

Término Votação **17/03/2021 18:10:46**

Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão

17/03/2021 17:40:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
PROGRES	SIM
DEM	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PL	SIM
PROS	SIM
Republica	SIM
REDE	SIM
PSL	SIM
PSB	SIM
Majoria	SIM
Minoria	SIM
Governo	SIM
Banc Fem	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM

Emissão 17/03/2021 18:10:48





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 43/2020, 47/2020 (itens 001, 003 a 025), 58/2020 e 2/2021 (item 002)

Matéria VETOS GLOBO **Início Votação 17/03/2021 17:58:12** **Término Votação 17/03/2021 18:10:46**

Sessão 4º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão 17/03/2021 17:40:00

Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM

Emissão 17/03/2021 18:10:48





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 43/2020, 47/2020 (itens 001, 003 a 025), 58/2020 e 2/2021 (item 002)

Matéria VETOS GLOBO **Início Votação 17/03/2021 17:58:12** **Término Votação 17/03/2021 18:10:46**

Sessão 4º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão 17/03/2021 17:40:00

Podemos	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:68 NÃO:1 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:70

Primeiro-Secretario

Emissão 17/03/2021 18:10:48





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nº s 47/2020 (item 002), 56/2020 e 2/2021 (item 001)

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:12:35** Término Votação **17/03/2021 18:29:30**
 Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	NÃO
Podemos	NÃO
PROGRES	NÃO
PSDB	NÃO
PT	NÃO
Cidadania	NÃO
PL	NÃO
PROS	NÃO
Republica	NÃO
REDE	NÃO
PSL	NÃO
PSB	NÃO
Maioria	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	NÃO
Banc Fem	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	NÃO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO

Emissão 17/03/2021 18:29:32





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nº s 47/2020 (item 002), 56/2020 e 2/2021 (item 001)

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:12:35** Término Votação **17/03/2021 18:29:30**
 Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
MDB	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO
MDB	PB	Nilda Gondim	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO

Emissão 17/03/2021 18:29:32





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nº s 47/2020 (item 002), 56/2020 e 2/2021 (item 001)

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:12:35** Término Votação **17/03/2021 18:29:30**
 Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

Podemos	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	NÃO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:0 NÃO:72 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:73

Primeiro-Secretario

Emissão 17/03/2021 18:29:32





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 51, de 2020

Matéria VETO 51/2020

Início Votação 17/03/2021 18:30:34

Término Votação 17/03/2021 18:49:14

Sessão 4º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

17/03/2021 17:40:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PT	NÃO
Cidadania	NÃO
PL	SIM
PROS	SIM
Republica	SIM
REDE	NÃO
PSL	SIM
PSB	NÃO
PSC	SIM
Minoria	NÃO
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO

Emissão 17/03/2021 18:49:16





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 51, de 2020

Matéria VETO 51/2020

Início Votação 17/03/2021 18:30:34

Término Votação 17/03/2021 18:49:14

Sessão 4º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

17/03/2021 17:40:00

PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM

Emissão 17/03/2021 18:49:16





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 51, de 2020

Matéria VETO 51/2020

Início Votação 17/03/2021 18:30:34

Término Votação 17/03/2021 18:49:14

Sessão 4º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

17/03/2021 17:40:00

MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:51 NÃO:18 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:70

Primeiro-Secretario

Emissão 17/03/2021 18:49:16





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 36,44,48,52,57 e 59 de 2020, Vetos nºs 3 e 5, de 2021

Vetos 36 e 44 de 2020, veto 48 de 2020 (itens 005 a 007); veto 52 de 2020 (itens 008, 012 e 013); veto 57 de 2020 (itens 002 a 013); veto 59 (itens 001 a 005, 007, 010 a 023); veto 3 de 2021, veto 5, de 2021 (itens 001 a 014).

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:50:30** Término Votação **17/03/2021 19:05:03**
Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	NÃO
Podemos	NÃO
PROGRES	NÃO
PSDB	NÃO
DEM	NÃO
PT	NÃO
Cidadania	NÃO
PDT	NÃO
PL	NÃO
PROS	NÃO
Republica	NÃO
REDE	NÃO
PSL	NÃO
PSB	NÃO
PSC	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PDT	CE	Cid Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	NÃO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO

Emissão 17/03/2021 19:05:06





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 36,44,48,52,57 e 59 de 2020, Vetos nºs 3 e 5, de 2021

Vetos 36 e 44 de 2020, veto 48 de 2020 (itens 005 a 007); veto 52 de 2020 (itens 008, 012 e 013); veto 57 de 2020 (itens 002 a 013); veto 59 (itens 001 a 005, 007, 010 a 023); veto 3 de 2021, veto 5, de 2021 (itens 001 a 014).

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:50:30** Término Votação **17/03/2021 19:05:03**

Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
MDB	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO
MDB	PB	Nilda Gondim	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	NÃO

Emissão 17/03/2021 19:05:06





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em Globo dos Vetos nºs 36,44,48,52,57 e 59 de 2020, Vetos nºs 3 e 5, de 2021

Vetos 36 e 44 de 2020, veto 48 de 2020 (itens 005 a 007); veto 52 de 2020 (itens 008, 012 e 013); veto 57 de 2020 (itens 002 a 013); veto 59 (itens 001 a 005, 007, 010 a 023); veto 3 de 2021, veto 5, de 2021 (itens 001 a 014).

Matéria **VETOS GLOBO** Início Votação **17/03/2021 18:50:30** Término Votação **17/03/2021 19:05:03**

Sessão **4º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **17/03/2021 17:40:00**

PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	NÃO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:1 NÃO:73 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75

Primeiro-Secretario

Emissão 17/03/2021 19:05:06



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 17/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

Vetos - Rejeição veto nº 47/2020 (item 002); veto nº 56/2020; veto nº 2/2021 (item 001)

Votação iniciada em:17/03/2021 19:28:08 - Votação encerrada em:17/03/2021 20:11:03

Quórum votação					
475	Sim 18	Não 457	Abstenção 0	Obstrução 0	Total de votantes 475

PSL	Não	PDT	Não	PCdoB	Não
PT	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	Não
PL	Não	PROS	Não	PV	Não
PP	Não	PTB	Não	REDE	Não
PSD	Não	PODE	Não	Maioria	Não
MDB	Não	PSOL	Não	Minoria	Não
PSDB	Não	PSC	Não	Oposição	Não
REPUBLICANOS	Não	NOVO	Sim	Governo	Não
PSB	Não	AVANTE	Não		
DEM	Não	CIDADANIA	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN Ordenado por: Nome

513 vagas

PLEN 513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Não
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Não	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Aelton Freitas (PL-MG) -votou	Não
Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não	Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não
Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não



Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Não	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Não
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA) -votou	Não
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Não	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Aníbal Gomes (DEM-CE) -votou	Não	Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não
Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não	Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Arthur Lira (PP-AL)	
Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não	Átila Lins (PP-AM) -votou	Não
Átila Lira (PP-PI) -votou	Não	Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não
Áurea Carolina (PSOL-MG)		Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não
Bacelar (PODE-BA) -votou	Não	Balela Rossi (MDB-SP) -votou	Não
Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não	Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não
Beto Faro (PT-PA) -votou	Não	Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não
Beto Rosado (PP-RN)		Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não
Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não	Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não
Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não	Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Não
Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não	Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não
Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não	Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	
Bozzella (PSL-SP) -votou	Não	Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não
Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não	Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não	Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Não
Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não	Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Não
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não
Carlos Bezerra (MDB-MT)		Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não



Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não	Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não
Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Não
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Celina Leão (PP-DF) -votou	Não
Célio Moura (PT-TO) -votou	Não	Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não
Célio Studart (PV-CE) -votou	Não	Celso Maldaner (MDB-SC)	
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Celso Sabino (PSDB-PA) -votou	Não
Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não	Charles Fernandes (PSD-BA)	
Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não	Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não	Chris Tonietto (PSL-RJ)	
Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não	Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim
Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não	Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não	Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não
Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não	CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não
Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não	Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não
Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não	Damião Feliciano (PDT-PB)	
Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não	Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não
Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não	Daniel Silveira (PSL-RJ)	
Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não	Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não
Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não	Danilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não
Danrlei (PSD-RS) -votou	Não	Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DelAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Não	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM)	
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Dr. Gonçalo (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não	Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)	
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não	Edílazio Junior (PSD-MA) -votou	Não
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Não	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não



Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Não
Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não	Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA)	
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enio Verri (PT-PR) -votou	Não	Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Não
Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não	Eros Biondini (PROS-MG)	
EuclydesPettersen (PSC-MG) -votou	Não	Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não
Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não	Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não
Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não	Fábio Ramalho (MDB-MG)	
Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não	Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não
Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não	Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Não
Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não	Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não
Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Não	FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não
Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não	FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não
Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não	FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não
FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não	Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não
Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não	Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Não
Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não	Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não
Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não	Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não
Franco Cartafina (PP-MG)		Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não
Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não	Gastão Vieira (PROS-MA)	
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não	Giacobo (PL-PR) -votou	Não
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP) -votou	Não	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Não
Gorete Pereira (PL-CE) -votou	Sim	Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não



Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não	Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não
Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Não	Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não
Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não	Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não
Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não	Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não
Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não	Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não
Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não	Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não
Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não	Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não
Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não	Hercílio Diniz (MDB-MG) -votou	Não
Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não	HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não
Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não	Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não
Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não	Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não
Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não	Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não
Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não	Iracema Portella (PP-PI)	
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Não	Israel Batista (PV-DF) -votou	Não
Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não	Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não
Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não	Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não
Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não	Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não
Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João Maia (PL-RN) -votou	Não
João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT)	
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA) -votou	Não	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não	Josivaldo JP (PODE-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não
Junior Lourenço (PL-MA)		Júnior Mano (PL-CE) -votou	Não



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Não
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Não	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Não
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Não
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)		Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Não
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luís Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não	Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Não	Mara Rocha (PSDB-AC)	
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não
Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não	Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não	Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não	Marcon (PT-RS) -votou	Não
Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não	Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Marcos Soares (DEM-RJ) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não	Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não	Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não	Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Não
MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não	Marlon Santos (PDT-RS)	
Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Não	Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não
Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não



Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP)		Milton Coelho (PSB-PE) -votou	Não
Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não
Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não	Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não
Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não	Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não
Neri Geller (PP-MT) -votou	Não	Neucimar Fraga (PSD-ES) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)		Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA)		Niito Tatto (PT-SP) -votou	Não
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não	Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não
Odair Cunha (PT-MG) -votou	Não	Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não
Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não	Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não
Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Otavio Leite (PSDB-RJ) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não
Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não	Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não
Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim
Paulão (PT-AL) -votou	Não	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não
Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não	Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não
Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não	Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim
Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não	Paulo Magalhães (PSD-BA)	
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não
Pedro Augusto (PSD-RJ) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Vilela (PSDB-AL) -votou	Não
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Não	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivanias (PCdoB-AP) -votou	Não	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Não	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Não
Ricardo da Karol (PSC-RJ)		Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Não	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não	Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Não
Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não	Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não
Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não	Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não
Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não	Sílvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Não
Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) -votou	Não	Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não
Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não	Subtenente Gonzaga (PDT-MG) -votou	Não
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não	Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não
Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Não	Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não
Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não	Tia Eron (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
Toninho Wandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não
Uldurico Junior (PROS-BA)		Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Não	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Wilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)	
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Vivi Reis (PSOL-PA) -votou	Não
Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não	Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não
Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não	Wellington (PL-PB)	
Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Não	Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Não
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Não	Zé Neto (PT-BA) -votou	Não
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Não		



Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2021





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1 , DE 2021 - PLEN/CN

De Plenário, em substituição à **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021 (PLN 1/2021), que “*Altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021*”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

SF/21360.49461-40

I. RELATÓRIO

Em consonância com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea ‘b’, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 71/2021, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021 (PLN 1/2021), que altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

Conforme a Exposição de Motivos EM nº 00055/2021 ME, que acompanha a Mensagem, o projeto de lei visa a permitir a execução parcial das programações constantes do órgão orçamentário 93000, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 (PLOA 2021). O órgão orçamentário específico congrega programações condicionadas à aprovação de crédito suplementar por maioria absoluta dos parlamentares, em exceção à regra de ouro estatuída no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Ao todo, o PLOA 2021 concentra R\$ 453.715.357.701,00 (quatrocentos e cinquenta e três bilhões, setecentos e quinze milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e um reais) de despesas correntes condicionadas à aprovação de operações de crédito na forma prescrita constitucionalmente, que inclui o aludido





SENADO FEDERAL

quórum especial para anuência pelo Congresso Nacional. Nada obstante, foi reduzida a necessidade de recursos onerosos para financiar parte das despesas condicionadas, tendo em vista o comportamento de outras fontes, mormente o superávit financeiro calculado no Balanço Patrimonial de 2020.

Com a medida legislativa, o Poder Executivo propõe que sejam precariamente autorizadas as despesas, na antevigência da Lei Orçamentária, tendo em vista que o PLOA 2021 ainda se encontra em trâmite. Alega o Ministério da Economia que a medida urge, tendo em vista que estariam esgotados em março os recursos não condicionados para acudir às despesas correspondentes, dentre as quais o pagamento de pessoal de certos órgãos e entidades do Poder Executivo, precatórios, aposentarias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, além do provimento de serviços públicos essenciais.

Em virtude disso, o PLN promove a inclusão de dois parágrafos no art. 65 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (LDO 2021), o primeiro dos quais autorizando a substituição da fonte de recursos por portaria da Secretaria de Orçamento Federal. O segundo deles aclara que as programações objeto de substituição de fontes se subsumem às demais limitações para execução provisória durante a tramitação do PLOA 2021 e adita que, em até 30 dias, a despesa seja reclassificada no órgão orçamentário competente, diverso daquele contabilmente destinado às despesas condicionadas (93000).

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II. ANÁLISE

Preliminarmente, observe-se que este PLN está tramitando sob a égide do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 2, de 2020. Tal ato regulamentou a apreciação pelo Congresso Nacional dos projetos





SENADO FEDERAL

de lei de matéria orçamentária durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus.

A propósito, a vigência do estado de calamidade pública em tudo importa ao entendimento das recentes institucionalidades que situam o interesse público acima da estrita observância do arcabouço normativo adjetivo vigente. Ressalte-se que o exercício financeiro, para vigência das leis orçamentárias, coincide com o ano civil, por força do art. 34 da Lei nº 4.320/1964. Já está em curso, pois, demandando ação pública em defesa da dimensão coletiva.

Por outro lado, a elaboração da proposta obedece à disposição constitucional transitória ao art. 35, § 2º, inciso III, do ADCT, que, dentre outras previsões, fixa o prazo para deliberação do Congresso até o encerramento da sessão legislativa. Em suma, a leitura combinada dos dois preceitos estabelece que o projeto de lei do orçamento que deverá vigorar a partir de 1º de janeiro seja remetido pelo Congresso, para sanção presidencial, até 22 de dezembro (consoante art. 57, *caput*, da CRFB).

Portanto, mesmo em períodos de maior normalidade, sem enfrentamento aos desafios que se descortinaram com a eclosão da pandemia em curso, é perfeitamente razoável que a União inicie o exercício financeiro sem PLOA promulgado. Naturalmente, a literalidade normativa provocaria danos irreparáveis ao interesse público primário e secundário ao alijar a União de meios para bem conduzir as políticas públicas sob seu refúgio, enquanto se discutissem os créditos bastantes para a realização de despesas ou assunção de compromissos (CRFB, art. 167, inciso II).

A primeira institucionalidade defluente foi a autorização para a execução precária de despesas antes da entrada em vigor do orçamento para o exercício financeiro de referência. Isso vem ocorrendo crescentemente por meio de dispositivos próprios nas leis de diretrizes orçamentárias. Na LDO 2021, os limites para execução na antevigência da LOA estão dispostos precisamente no art. 65, objeto de aperfeiçoamento com o PLN 1/2021, em comento.



SF/21360.49461-40





SENADO FEDERAL

A partir de 2019, outra variável passou a exigir engenhosidade no trato dos recursos públicos. Na ocasião, a perspectiva de descumprimento da regra de ouro em cerca de R\$ 250 bilhões levou a nova saída pouco ortodoxa: a inclusão de despesas condicionadas ao cumprimento do mandamento constitucional por que o crédito adicional correspondente, com finalidade precisa, fosse aprovado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, porquanto o volume de recursos previstos com operações de crédito excedia aquele fixado para as despesas de capital (déficit do orçamento corrente).

A opção tomada desde a LDO 2019 foi a de condicionar as despesas às operações de crédito que deveriam ser aprovadas seguindo o rito constitucional próprio, para aclarar qual seria a fonte de financiamento de tais despesas. Prestigiou-se, assim, a especificação e a publicidade, e a aposição do desequilíbrio fiscal em órgão orçamentário próprio teve o condão de evidenciar o descompasso. Do ponto de vista jurídico, entretanto, tais programações não suplantam uma mera indicação.

Nesse contexto, a proposta objetiva autorizar a abertura de créditos suplementares, alterando a fonte prevista para despesa, de uma indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos parlamentares por outras regularmente elencadas no arcabouço normativo pátrio. Ao fazer isso, igualmente prevê a mudança do órgão orçamentário, para atribuir a execução àquele que tem a competência pela política pública resultante. E o deslocamento das dotações entre órgãos também caracteriza crédito adicional, quando ele não for fruto de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento do órgão de origem (LDO 2021, art. 55).

Este é o contexto da propositura. Se a execução na antevigência tem sido tolerada como medida para garantir a continuidade da ação governamental em favor do interesse público, a situação conjuntural recomenda tratamento ainda mais especial. Em razão da pandemia, o Congresso Nacional não instalou as comissões temáticas no ano passado e, assim, não logrou prover o Executivo com o



SF/21360.49461-40





SENADO FEDERAL

orçamento para o ano corrente. Ao revés, concentrou esforços nas medidas e atendimentos emergenciais.

Nessa toada, muitas despesas essenciais e inadiáveis ficariam descobertas em horizonte próximo. O que ora se patrocina é que a situação excepcional recomenda a ampliação das autorizações para execução precária.

III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e considerando a juridicidade e o mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 1, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Plenário, em 17 de março de 2021.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Relator



SF/21360.49461-40



Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1/2021





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA

Apresentada perante à Mesa do Congresso Nacional para apreciar o **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2021**, que *"Altera a redação do §2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional."*

PARLAMENTAR	EMENDA Nº
Deputado ARLINDO CHINAGLIA – PT/SP	001





CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1, DE 2021

Altera a redação do §2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional.

EMENDA

Art. 1º O § 5º do art. 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....
§ 5º O Líder da Minoria poderá indicar **18 (dezoito)** vice-líderes dentre os integrantes das representações partidárias que integrem a Minoria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca restabelecer a isonomia entre as estruturas de vice-lideranças da Minoria e do Governo no Congresso Nacional, tal qual intencionado pelo legislador originário do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Sala das sessões, março de 2021.

Deputado ARLINDO CHINAGLIA – PT/SP
Líder da Minoria no Congresso Nacional



CD/21803.93075-00





1

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER Nº 2 , DE 2021 -PLEN/CN

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2021, primeiro signatário o Senador Eduardo Gomes, que *altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional.*



SF/21182.03276-00

Autor: Senador **EDUARDO GOMES**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem à análise deste Plenário o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 1, de 2021, cujo primeiro signatário é o Senador EDUARDO GOMES, que *altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970- CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional.*

Essencialmente, a proposição visa a ampliar o número de vice-líderes que podem ser indicados pelo líder do Governo no Congresso Nacional de dez para dezoito.

Segundo os ilustres autores da proposição, a providência se justifica, uma vez que *as deliberações no âmbito do Congresso Nacional têm ativa participação de todos os 513 Deputados Federais e 81 Senadores, e incluem, além das sessões deliberativas do plenário do Congresso, as atividades da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), as reuniões das Comissões Mistas para apreciação das Medidas Provisórias, e as atividades das demais Comissões Mistas Permanentes e Temporárias definidas nos termos regimentais.*





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Lembram, ainda, que *a alteração se justifica para adequar a quantidade de vice-líderes do governo no Congresso Nacional, estabelecendo tratamento proporcional ao que já é definido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que em seu art. 11 permite a indicação de 15 vice-líderes do governo, e pelo Regimento Interno do Senado Federal, que em seu art. 66-A não limita o número de vice-líderes do Governo.*

A proposição recebeu a Emenda nº 1, de autoria do Deputado ARLINDO CHINAGLIA, que estabelece que o líder da minoria poderá, igualmente, indicar dezoito vice-líderes.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista formal, a proposição se estriba no inciso II do § 3º do art. 57 do Congresso Nacional que estabelece a competência do Congresso Nacional de elaborar o respectivo Regimento Comum.

De outra parte, prevê o Regimento Comum, na alínea *b* do *caput* do seu art. 128, que o diploma legal *poderá ser modificado por projeto de resolução de iniciativa ... de, no mínimo, 100 (cem) subscritores, sendo 20 (vinte) Senadores e 80 (oitenta) Deputados.*

De acordo com informação fornecida pelas Secretarias-Gerais das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o PRN nº 1, de 2021, conta com 92 assinaturas válidas de Deputados e 22 de Senadores, cumprindo a exigência formal.

No tocante ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação do PRN nº 1, de 2021, uma vez que são totalmente pertinentes os argumentos apresentados pelos seus eminentes subscritores.

Efetivamente, a quantidade de matérias submetidas ao exame do Congresso Nacional e das comissões mistas é extremamente elevado, o que torna totalmente impossível o seu adequado acompanhamento pelo líder do Governo, com uma equipe de apenas dez vice-líderes.





3

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Basta lembrar que, além das matérias orçamentárias e dos vetos, que são votados em sessões conjuntas, e do funcionamento de diversas comissões mistas permanentes e temporárias, a regra é termos dezenas de medidas provisórias tramitando simultaneamente, cada uma com a respectiva comissão mista.

Ora, não se pode imaginar que todas essas questões possam ser endereçadas, em nome do Governo, apenas por onze parlamentares.

Assim, a alteração no número de vice-líderes do Governo permitirá que não apenas o seu líder possa exercer as suas funções, como ensejará maior agilidade na votação de matérias pelo Congresso Nacional, na medida em que as negociações políticas serão mais fáceis e céleres, com a presença, em todos os momentos, de parlamentares que possam falar em nome do Poder Executivo.

No tocante à Emenda nº 1, igualmente, nos manifestamos pela sua aprovação, uma vez que se trata de dar tratamento isonômico ao líder da minoria, homenageando o regime democrático.

Impõe-se, apenas, promover emendas de redação à proposição, para adaptá-la à Emenda.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pela **aprovação** do PRN nº 1, de 2021, e da Emenda nº 1 apresentada à proposição, e das seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 2

Dê-se à ementa do PRN nº 1, de 2021, a seguinte redação:

Altera o art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do governo e da minoria no Congresso Nacional.



SF/21182.03276-00





4

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

EMENDA Nº 3

Dê-se ao comando do art. 1º do PRN nº 1, de 2021, a seguinte
redação:

“**Art. 1º** O art. 4º do Regimento Comum passa a vigorar com as
seguintes alterações:

.....” (NR)

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DA MINORIA
Gabinete da Liderança

Ofício s/n – LidMin Câmara

Brasília - DF, 15 de março de 2021.

A Sua Excelência
RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de Líder da Minoria no Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Com os cordiais cumprimentos, indico o nome do nobre **Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT/SP)** para exercer, a partir da presente data, as funções de **Líder da Minoria no Congresso Nacional**.

Informo, por oportuno, que a referida indicação conta com a anuência do nobre Líder da Minoria no Senado Federal, **Senador JEAN-PAUL PRATES (PT/RN)**, que será manifestada em expediente próprio.

Atenciosamente,

Deputado JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE
Líder da Minoria na Câmara dos Deputados



CD/21493.30962-00





SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DA MINORIA
Gabinete da Liderança

Ofício 0032/2021 - GABLID/GLDMIN

Brasília - DF, 15 de março de 2021.

A Sua Excelência
RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de Líder da Minoria no Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Com os cordiais cumprimentos, indico o nome do nobre **Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT/SP)** para exercer, a partir da presente data, as funções de **Líder da Minoria no Congresso Nacional**.

Informo, por oportuno, que **a referida indicação conta com a anuência do nobre Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, Deputado JOSÉ GUIMARÃES (PT/CE)**, que será manifestada em expediente próprio.

Atenciosamente,


Senador JEAN-PAUL PRATES - PT/RN
Líder da Minoria no Senado Federal



SF/21744.70460-52

Página: 2/2 15/03/2021 13:05:00

bdb58a6954d3afe395d1de160a39a01f2b7b50e2





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal
ARLINDO CHINAGLIA

Ofício nº 28 /2021

Brasília, 11 Março de 2021.

Excelentíssimo Senhor,
Senador Rodrigo Pacheco,
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico que nesta data, assumo a Liderança do Bloco da Minoria no Congresso e indico o Senador Jean Paul Prates como Vice-Líder no Senado Federal.

Indico ainda na Câmara dos Deputados, como Primeiro Vice-Líder o Deputado Afonso Bandeira Florense, e como Segunda Vice-Líder a Deputada Rosa Neide Sandes de Almeida.


Arlindo Chinaglia
Deputado Federal

Documento eletrônico assinado por Arlindo Chinaglia (PT/SP), através do ponto SDR_56336, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Câmara dos Deputados – Ed. Principal, Ala A – Gabinete 004 – Brasília/DF – CEP 70160-900
Telefones: (61) 3215-5966 / (11) 3115-0552





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

Of. 030/2021-GLPODEMOS.

Brasília, em 16 de março de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

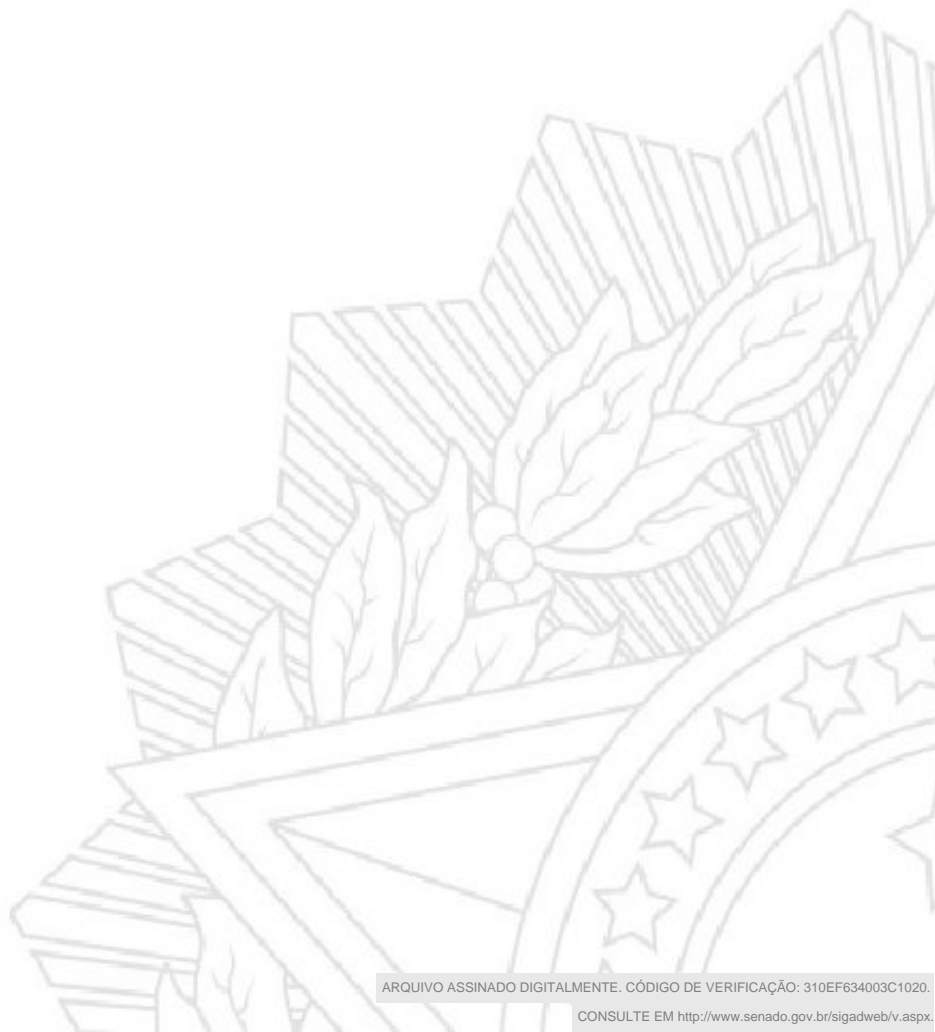
Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência, solicitar a remoção, a pedido e tendo em vista que não chegou a participar de reunião alguma do colegiado, do Senador **MARCOS DO VAL** como suplente (membro) da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Atenciosamente,

Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS



Pareceres aprovados em comissão



Os pareceres nºs 2 a 17/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, encontram-se publicados em Suplemento à presente edição (Vide Item 7 do Sumário)



Término de prazos



Em 15-03-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 995 de 2020, cuja vigência encerrou-se em 4-12-2020, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



Em 21-02-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias n.ºs 991 e 992 de 2020, cuja vigência encerrou-se em 12-11-2020, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



Término do prazo de vigência, em 14 de março de 2021, da Medida Provisória nº 1007, de 2020, que Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 13 de maio de 2021.



DECRETOS LEGISLATIVOS



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 2021 (*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil, assinado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil, assinado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 13/3/2020.

gsl/pdl19-242



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2021 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/9/2019.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2021 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer alterações que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/9/2019.



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Flávia Arruda (PL-DF)

1º VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: VAGO

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: VAGO

Relator da Receita: Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)

Designação: 28/09/2020

Instalação: 10/02/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁸⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁸⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁸⁾	2. VAGO ^(28,29)
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁷⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,37,41)	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ^(4,37,41)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽⁹⁾	1. VAGO
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Irajá - TO ⁽¹⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
(DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽¹⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ⁽¹⁷⁾
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽²⁾	1. Marcos do Val - ES ⁽²⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PL, REPUBLICANOS, DEM, PSDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PATRI, PSC, PROS, AVANTE	
Delegado Pablo - PSL/AM ^(23,32)	1. Loester Trutis - PSL/MS ⁽²³⁾
Eduardo Bolsonaro - PSL/SP ^(23,32)	2. Alê Silva - PSL/MG ^(23,32)
Aline Sleutjes - PSL/PR ^(23,32)	3. Glaustin da Fokus - PSC/GO ^(23,32,43)
Margarete Coelho - PP/PI	4. Beto Rosado - PP/RN
Aj Albuquerque - PP/CE	5. Professor Alcides - PP/GO
Sérgio Brito - PSD/BA ^(27,35)	6. Vermelho - PSD/PR
Júlio Cesar - PSD/PI	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP ⁽³⁵⁾
Fábio Ramalho - MDB/MG ⁽¹⁶⁾	8. Jéssica Sales - MDB/AC ⁽¹⁶⁾
Fabio Reis - MDB/SE ⁽¹⁶⁾	9. João Marcelo Souza - MDB/MA ⁽¹⁶⁾
Zé Vitor - PL/MG ^(21,33)	10. Capitão Wagner - PROS/CE ^(21,39,46)
Flávia Arruda - PL/DF	11. João Maia - PL/RN
Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM ⁽¹⁹⁾	12. Benes Leocádio - REPUBLICANOS/RN ^(19,42)
Vinicius Carvalho - REPUBLICANOS/SP ⁽⁴²⁾	13. Severino Pessoa - REPUBLICANOS/AL ⁽¹⁹⁾
Beto Pereira - PSDB/MS ⁽¹³⁾	14. Edna Henrique - PSDB/PB ⁽¹³⁾
Ruy Carneiro - PSDB/PB ^(13,15)	15. Pedro Vilela - PSDB/AL ^(13,30)
Elmar Nascimento - DEM/BA ⁽¹²⁾	16. Luis Miranda - DEM/DF ⁽¹²⁾
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ^(12,22)	17. Leur Lomanto Júnior - DEM/BA ^(12,22)
Lucas Vergilio - SOLIDARIEDADE/GO	18. Gustinho Ribeiro - SOLIDARIEDADE/SE
Marcelo Moraes - PTB/RS ⁽³⁶⁾	19. Santini - PTB/RS ⁽⁴⁷⁾
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(24,34)	20. Alcides Rodrigues - PATRIOTA/GO ^(24,34)
PT	
Afonso Florence - BA ⁽¹⁴⁾	1. Marcon - RS ⁽¹⁴⁾
Nilto Tatto - SP ⁽¹⁴⁾	2. Paulo Guedes - MG ⁽¹⁴⁾
Paulão - AL ⁽¹⁴⁾	3. Paulo Pimenta - RS ⁽¹⁴⁾
PSB	
Felipe Carreras - PE ^(18,31)	1. Lídice da Mata - BA ⁽¹⁸⁾
Gervásio Maia - PB ⁽¹⁸⁾	2. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁸⁾
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹¹⁾	1. Wolney Queiroz - PE ⁽²⁶⁾
Félix Mendonça Júnior - BA ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Bismarck - CE ⁽²⁶⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,40,45)	1. Roberto de Lucena - SP ^(20,40,45)



TITULARES	SUPLENTE
PCdoB	
Márcio Jerry ⁽⁶⁾	1. Professora Marcivania - AP ⁽⁶⁾
PSOL	
Sâmia Bomfim - SP ^(10,38,44)	1. Fernanda Melchionna - RS ^(10,38,44)
CIDADANIA	
Da Vitoria - ES ⁽⁵⁾	1. Carmen Zanotto - SC ⁽⁵⁾

Notas:

- Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Irajá e Sérgio Petecão. (Of. 56/2020 da Liderança do PSD)
- Designados os Senadores Lasier Martins e Marcos do Val, como titular e suplente, respectivamente. (Of. 35/2020 da Liderança do PODEMOS)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Senador Paulo Rocha e a Senadora Zenaide Maia. (Of. 17/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- Designados como titulares os Senadores Acir Gurgacz e Flávio Arns; designados como suplentes a Senadora Leila Barros e o Senador Jorge Kajuru. (Of. 27/2020 do Bloco Senado Independente)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Da Vitória e a Deputada Carmen Zanotto. (Of. 16/2020 da Liderança do Cidadania)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Márcio Jerry e a Deputada Marcivania. (Ofício nº 14/2020 da Liderança do PCdoB)
- Designado como titular o Senador Ciro Nogueira. (Of. 39/2020 da Liderança do PP)
- Designados como titulares os Senadores Márcio Bittar e Confúcio Moura; e, como suplente, o Senador Dário Berger. (Of. 27/2020 da Liderança do MDB)
- Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha. (Of. 32/2020 da Liderança do PSDB)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, a Deputada Sâmia Bomfim e o Deputado Marcelo Freixo. (Of. 230/2020 da Liderança do PSOL)
- Designados como titulares os Deputados Fábio Henrique e Félix Mendonça Júnior, conforme Of. 36/2020 da Liderança do PDT.
- Designados como titulares os Deputados Elmar Nascimento e Leur Lomanto Júnior; designados como suplentes o Deputado Luís Miranda e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, conforme Of. 67 da Liderança do DEM)
- Designados como titulares os Deputados Beto Pereira e Domingos Sávio; designados como suplentes as Deputadas Edna Henrique e Rose Modesto. (Of. 71/2020 da Liderança do PSDB)
- Designados como titulares os Deputados Afonso Florence, Nilto Tatto e Paulão; designados como suplentes os Deputados Marcon, Paulo Guedes e Paulo Pimenta. (Of. SN/2020 da Liderança do PT)
- 10/02/2021: Desligado da vaga de titular o Deputado Domingos Sávio. (Of. 7/2021 da Liderança do PSDB)
- Designados como titulares os Deputados Fábio Ramalho e Fábio Reis; designados como suplentes a Deputada Jéssica Sales e o Deputado João Marcelo Souza. (Of. 80/2020 da Liderança do MDB)
- 28/09/2020: Designado como titular o Senador Marcos Rogério; designado como suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 7/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 28/09/2020: Designados como titulares os Deputados Danilo Cabral e Gervásio Maia; designados como suplentes a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Bira do Pindaré. (Of. 38/2020 da Liderança do PSB)
- 28/09/2020: Designados como titulares os Deputados Silas Câmara e Rosângela Gomes; designados como suplentes os Deputados Roberto Alves e Severino Pessoa. (Of. 42/2020 da Liderança do Republicanos)
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado José Nelto; designado como suplente o Deputado Roberto da Lucena. (Of. 51/2020 da Liderança do PODEMOS)
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; designado como suplente o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Zé Vitor. (Of. 91/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 11](#))
- 29/09/2020: Designada como titular a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em substituição ao Deputado Leur Lomanto Júnior, que passa à suplência. (Of. 69/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 01/10/2020, p. 10](#))
- 29/09/2020: Designados como titulares os Deputados Fábio Schiochet, Julian Lemos e Charles Evangelista; designados como suplentes os Deputados Loester Trutis, Eneias Reis e Hélio Lopes. (Of. 92/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 01/10/2020, p. 12](#))
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado Alcides Rodrigues; designado como suplente o Deputado Pastor Eurico. (Of. 19/2020 da Liderança do Patriotas) ([DCN de 01/10/2020, p. 6](#))
- 30/09/2020: Designado como titular o Senador Plínio Valério. (Of. 32/2020 da Liderança do PSDB)
- 01/10/2020: Designados como suplentes os Deputados Wolney Queiroz e Eduardo Bismarck. (Of. 100A da Liderança do PDT) ([DCN de 08/10/2020, p. 8](#))
- 05/10/2020: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Sérgio Brito. (Of. 93 da Liderança do PP) ([DCN de 08/10/2020, p. 7](#))
- 05/10/2020: Designado como suplente o Senador Ney Suassuna. (Of. 342/2020 da Liderança do Republicanos) ([DCN de 08/10/2020, p. 9](#))
- Senador Ney Suassuna(MDB) deixa de compor a Comissão, em 22.01.2021, em virtude do retorno do titular ao exercício do cargo de Senador.
- 05/02/2021: Designado o deputado Pedro Vilela, em substituição à Deputada Rose Modesto. (Of. 6/2020 da Liderança do PSDB)
- 05/02/2021: Designado o deputado Felipe Carreras, em substituição ao Deputado Danilo Cabral. (Of. 1/2021 da Liderança do PSB)
- 05/02/2021: Designado o Deputado Delegado Pablo, em substituição ao Deputado Fabio Schiochet; designado o Deputado Eduardo Bolsonaro, em substituição ao Deputado Julian Lemos; designada Deputada Aline Sleutjes, em substituição ao Deputado Charles Evangelista; designado o Deputado Alê Silva, em substituição ao Deputado Enéias Reis; designado o Deputado Bibi Nunes, em substituição ao Deputado Hélio Lopes. (Of. 4/2021 da Liderança do PSL)
- 08/02/2021: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, em substituição ao Deputado José Rocha. (Of. 4/2021 da Liderança do PL)
- 08/02/2021: Designado como titular o Deputado Pastor Eurico, em substituição ao Deputado Alcides Rodrigues; designado como suplente o Deputado Alcides Rodrigues. (Of. S.N/2021 da Liderança do Patri)
- 08/02/2021: Designado como titular o Deputado Sérgio Brito, em substituição ao Deputado Cezinha de Madureira; designado como suplente o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Júnior Ferrari. (Of. 7/2021 da Liderança do PSD)
- 09/02/2021: Designado como titular o Deputado Marcelo Moraes, em substituição ao Deputado Eduardo Costa. (Of. 4/2021 da Liderança do PTB)
- 09/02/2021: Retirados da vaga de titular os Senadores Acir Gurgacz e Leila Barros (Of. 5/2021 da Liderança do Senado Independente)
- 09/02/2021: Designada como titular a Deputada Áurea Carolina, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim; designada como suplente a Deputada Sâmia Bomfim, em substituição ao Deputado Marcelo Freixo. (Of. 8/2021 da Liderança do PSOL)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



39. 10/02/2021: Designado como suplente o Deputado Vaidon Oliveira (PROS), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL). (Of. 8/2021 da Liderança do PL)
40. 10/02/2021: Designado como titular o Deputado Roberto de Lucena, em substituição ao Deputado José Nelto; designado como suplente o Deputado Josivaldo JP. (Of. 31/2021 da Liderança do PODEMOS)
41. 10/02/2021: Designada como titular a Senadora Eliziane Game; designado como titular o Senador Jorge Kajuru. (Of. 7/2021 do Bloco Senado Independente)
42. 11/02/2021: Designado como titular o Deputado Vinicius Carvalho, em substituição à Deputada Rosângela Gomes; designado como suplente o Deputado Benes Leocárdio, em substituição do Deputado Roberto Alves (Ofício nº 001/2021 da Liderança do Republicanos)
43. 11/02/2021: Designado como suplente o Deputado Glaustin da Fokus, em substituição ao Deputado Bibó Nunes (Of. Nº 6/21-LID PSL)
44. 24/02/2021: Designada como titular a Deputada Sâmia Bomfim, em substituição a Deputada Áurea Carolina; designada como suplente a Deputada Fernanda Melchionna, em substituição a Deputada Sâmia Bomfim.
45. 25/02/2021: Designado como titular o Deputado José Nilton, em substituição ao Deputado Roberto de Lucena; designado como suplente o Deputado Roberto de Lucena, em substituição do Deputado Josivaldo JP (Ofício nº 019/2021 da Liderança do PODEMOS)
46. 03/03/2021: Designado como suplente o Deputado Capitão Wagner (PROS), em substituição ao Deputado Vaidon Oliveira (PROS). (Of. /2021 da Liderança do Bloco PL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/SOLIDARIEDADE/PTB/PATRIOTA/PSC/PROS/AVANTE)
47. 04/03/2021: Designado como suplente o Deputado Santini, em substituição à Deputada Luísa Canziani (Ofício nº 012/2021 da Liderança do PTB)

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR****COORDENADOR:** Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI****COORDENADOR:** Deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB)**IV - Comitê Permanente de Admissibilidade de Emendas - CAEM****COORDENADOR:** Deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
SOLIDARIEDADE	Deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE)



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ^(1,7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- 28/09/2020: Designado o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9)	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Heitor Freire - PSL/CE ^(17,30)	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Paes Landim (29)	14. Santini - PTB/RS
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Sâmia Bomfim - PSOL/SP (32)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP.
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽¹⁷⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
Diego Tavares ^(2,23)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,20)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,19,22)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²¹⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Sílvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Demócratas.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
19. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
20. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB)
21. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
22. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
23. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária

Finalidade: Destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária.

Número de membros: 25 Senadores e 25 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

RELATOR: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Designação: 19/02/2020

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/03/2020

Fim da suspensão de prazo: 31/07/2020

Prazo final: 28/08/2020

Prazo final prorrogado: 10/12/2020

Prazo final prorrogado: 31/03/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSD Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
PODEMOS Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
PL Deputado Wellington Roberto (PL/PB) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador José Serra (PSDB/SP)
PP Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	PSD Senador Omar Aziz (PSD/AM)
PT Deputado Afonso Florence (PT/BA)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
PV Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	PODEMOS Senador Reguffe (PODEMOS/DF)
DEM Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
MDB Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)
PDT Deputado Mauro Benevides Filho	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PSB Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)
PSC Deputado Glaustin da Fokus (PSC/GO)	PSD Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSL Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) ^(1,6)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)
PTB Deputado Santini (PTB/RS)	PODEMOS Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)
NOVO Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Jaques Wagner (PT/BA)
PROS Deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
PSDB Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) ⁽⁹⁾
PSOL Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) ⁽³⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
REDE Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)	PSD Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) ⁽⁵⁾
PCdoB Deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
AVANTE Deputado Luis Tibé (AVANTE/MG)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
PATRIOTA Deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
CIDADANIA Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
REPUBLICANOS Deputado João Roma ⁽²⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador Major Olimpio (PSL/SP)
SOLIDARIEDADE Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
PP Deputado Neri Geller (PP/MT)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ^(7,8)

Notas:

- 05/08/2020: Desligado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. (Of. 77/2020 da Liderança do PSL)
- (05/02/2020): Deputado João Roma (Republicanos) é designado, em substituição ao Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 05/03/2020, p. 442](#))
- 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Freixo, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. (Of. 15/2020 da Liderança do PSOL) ([PCN de 05/03/2020, p. 441](#))
- 28/07/2020: Designado o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 84/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE). ([PCN de 30/07/2020, p. 6](#))
- 31/07/2020: Designado o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of. 60/2020 da Liderança do PSD).
- 19/08/2020: Designado o Deputado Marcelo Freitas. (Of. 81/2020 da Liderança do PSL) ([PCN de 20/08/2020, p. 216](#))
- 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)
- 09/02/2021: Designada a Senadora Daniella Ribeiro, em substituição ao Senador Diego Tavares. (Of. 5/2021 da Liderança do PP)
- 09/02/2021: Designado o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Katia Abreu. (Of. 6/2021 da Liderança do Bloco Senado Independente)

Secretário: Reinilson Prado
Telefone(s): 3303-3492

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PP/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ^(6,68)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(6,68)	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PP/PR ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Joice Hasselmann - SP ^(11,46,52,62,63,65,66,67,69)	1. Bozzella - SP ^(11,36,60,62,63,67,69)
Nereu Crispim - RS ^(11,49,52,62,63,67)	2. Heitor Freire - CE ^(11,51,52,58,62,63,67)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,47,64)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.
64. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
65. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros.(Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
66. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))
67. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))
68. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Dmocrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))
69. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha
Telefone(s): 3303-3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PL/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PODEMOS/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (PT/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PSL/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

PRESIDENTE

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Romário (PODEMOS-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)</p> <p>2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)</p> <p>3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)</p> <p>4º - VAGO</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcelo Ramos (PL -AM) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Alexandre Leite (DEM -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo Senador Eduardo Gomes - MDB / TO Vice-Líderes Senador Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS / RJ Senador Marcio Bittar - MDB / AC Senador Sérgio Petecão - PSD / AC Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP Deputado Claudio Cajado - PP / BA Deputado Pedro Lupion - DEM / PR Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP Deputado Eros Biondini - PROS / MG Senador Marcos Rogério - DEM / RO Senador Jorginho Mello - PL / SC	Líder da Maioria Senador Roberto Rocha - PSDB / MA Vice-Líderes Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO	Líder da Minoria Deputado Arlindo Chinaglia - PT / SP Vice-Líderes Senador Jean Paul Prates - PT / RN Deputado Afonso Florence - PT / BA Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT
---	---	--



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

